

Simone Lolatto

**MULHERES NA POLÍTICA:
TRAJETÓRIAS DAS VEREADORAS TITULARES EM
FLORIANÓPOLIS/SC (BRASIL)**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutora em Ciências Humanas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Teresa Kleba Lisboa.

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Luzinete Simões Minella.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pela autora,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária
da UFSC.

Lolatto, Simone

Mulheres na Política : Trajetórias das Vereadoras
Titulares de Florianópolis/SC (Brasil) / Simone Lolatto ;
orientadora, Teresa Kleba Lisboa ; coorientadora, Luzinete
Simões Minella. - Florianópolis, SC, 2016.

348 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências Humanas. 2. Mulheres na política. 3.
Movimentos feministas. I. Lisboa, Teresa Kleba. II.
Minella, Luzinete Simões. III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar
em Ciências Humanas. IV. Título.

SIMONE LOLATTO

**MULHERES NA POLÍTICA: TRAJETÓRIAS DAS
VEREADORAS TITULARES DE FLORIANÓPOLIS/SC
(BRASIL)**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do título de “Doutora em Ciências Humanas”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Programa de Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, ____ de _____ de 2016.

Profª Drª Teresa Kleba Lisboa, Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profª Drª. Teresa Kleba Lisboa, Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profª Dra. Luzinete Simões Minella, Coorientadora,
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profª Drª Marlene de Fávéri
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Profª Drª Jussara Reis Prá
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profª. Luciana Patrícia Zucco, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profª Drª. María Del Carmen Cortizo
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profª Drª Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Profª Drª Flávia de Mattos Motta, Suplente
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Profª Drª Rosana C. Martinelli Freitas, Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Este trabalho é dedicado às feministas,
todas.
Que não desistiram.
Que resistem e persistem em busca de
dias melhores.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação acadêmica. Destaco que nesses anos de doutorado contei com uma rede solidária. Recordo com carinho de Isadora Ataíde e Ana Cláudia que insistiram para que eu me inscrevesse na seleção deste doutorado e não adiasse mais em razão de minha filha ainda estar apenas com 6 anos. Agradeço a amizade de Jéssica, Estela, Alcenira, Liliane e Josemar que ajudaram ficando com ela em vários finais de semanas. E ressalto a parceria do Marcos, que trocou muitos feriados comigo para receber nossa filha, possibilitando que eu “rendesse” na produção desta tese. Quando surgiu a importante oportunidade de fazer o estágio doutoral na Cidade do México, recebi o apoio da querida Carmen, que embarcou comigo e me encheu de coragem com sua doce companhia, pois sozinha com a Helena eu não teria vivido um semestre intenso e inesquecível naquele país.

Minha Helena amada, obrigada por compreender, com tão pouca idade, tantos finais de semana em casa, apenas no condomínio, sem sair a passear em parques, praias ou cinema, porque a mamãe precisava estudar. Sou tão feliz por estares se tornando uma alegre companheira de viagens, como quando estivemos no México em 2014 e te ver brincando entre as esculturas daqueles imensos museus, interagindo com uma cultura tão diversa nas feiras e mercados de San Angel, “fazendo” vestidos de Frida em sua Casa Azul nos sábados, vendo “só pedra” nos sítios arqueológicos, estudando na escola pública mexicana por um semestre inteiro. Filha, és inspiradora!

À minha mãe e meu pai, Sueli e Sadi; à família toda, que entendeu minha ausência em feriados ou quando estive carregada de textos, com leituras por fazer nos poucos dias do ano que passava por lá para driblar a saudade. Serei para sempre grata pelo apoio constante. Sou filha orgulhosa de agricultores que, por meio do trabalho no campo, fizeram de suas três crianças gente com pós-graduação graças ao esforço da mãe e do pai para que tivéssemos uma vida melhor. Obrigada pelo carinho sem medida.

Agradeço imensamente as mulheres que entrevistei e por horas conversaram comigo, confiando suas experiências como vereadoras. Apenas seis foram eleitas titulares ao longo de toda a história de Florianópolis, e tive a honra de ser recebida por cinco delas – Zuleika

Lenzi, Angela Albino, Lia Kleine, Clair Castilhos e Jalila El Achkar, minha gratidão! Cada uma com vivências, motivações e aspirações que as levaram ao mundo da política partidária. Entrevistá-las foi altamente gratificante. Ouvir, transcrever e analisar o conteúdo de suas falas me emocionou em vários momentos.

Ao coletivo que integra o NUSSERGE – Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero, por ter debatido comigo tantas vezes cada fase da pesquisa, por acolher minhas angústias, compartilhar saberes e me fazer amadurecer nesse processo. Bem como as queridas colegas de curso, especialmente Renata, Maria Olandina e Izabela, pois em meio aos copos levantados nos raros encontros que conseguimos ter, poder estar com vocês foi crucial. Compartilhamos alegrias, viagens, incertezas. Uma série de supostas verdades acadêmicas e suas efetividades questionáveis caíram por terra durante nossas conversas. Almejo que façamos diferente e melhor.

Jamais esquecerei as vozes calmas, repletas de conselhos, muitas vezes oferecidos através de histórias vividas – professoras Teresa Kleba e Luzinete Simões Minella, minhas orientadora e co-orientadora nesta travessia que foi o doutorado. Sem o suporte de vocês eu não conseguiria. Teresa pegou em minha mão, não me deixou desistir apesar do contexto atribulado que foi fazer o curso sendo trabalhadora-mãe-solteira-estudante-militante feminista. Teresa, que é minha orientadora desde o mestrado, extrapolou os laços acadêmicos e, juntamente com Luzinete, caminhamos agora como amigas feministas, trocando ideias sobre textos, movimentos de mulheres, campo universitário, sentimentos contraditórios e conversas que são quase estudos em nossos cafés. Queridas mestras obrigada por estarem comigo nesses anos e nos próximos. Em vossos nomes agradeço a toda equipe de professoras(es) do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC com os quais tive a oportunidade de estar e ganhar uma imensidão de novos conhecimentos.

Agradeço também o apoio da Kelly Cristina, da Priscila Lopes, da Ligia Sena, da Fernanda Vieira, da Greicy Spanhol e, mais uma vez, da Ana Cláudia, que de diferentes formas foram importantíssimas em momentos cruciais; sou muito grata a vocês! Amigas, amigos, colegas de trabalho (tanta gente que se fosse nominar correria o risco de ser injusta) que estão presentes em minha vida e neste doutorado de maneiras tão diversas, que comemoraram comigo cada disciplina concluída, semestre findado e cada ano a menos até chegar o último mês

deste percurso, minha gratidão pelos abraços calorosos, pelas palavras de incentivo, pelo carinho e cuidado. A partir de agora já podem me convidar novamente para todas as festas, estou de volta.

Desistir... eu já pensei seriamente nisso, mas nunca me levei realmente a sério; é que tem mais chão nos meus olhos do que o cansaço nas minhas pernas, mais esperança nos meus passos, do que tristeza nos meus ombros, mais estrada no meu coração do que medo na minha cabeça.

(Cora Coralina)

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória política de seis mulheres que fazem parte da história do Município de Florianópolis, porque até o presente momento foram as únicas eleitas vereadoras titulares. A primeira vereadora que adentrou na Câmara Municipal, na condição de suplente, foi Olga Brasil em 1960. Depois dela, 23 anos mais tarde, em 1983, Clair Castilhos é eleita a primeira mulher vereadora titular em Florianópolis. De 1983 a 2000 apenas cinco mulheres assumiram o exercício parlamentar na Câmara Municipal: Clair Castilhos, Zuleika Mussi Lenzi, Jalila El Achkar, Angela Amin, e Liacarmen Kleine. Na legislatura de 2001-2004 nenhuma mulher foi eleita. Entre 2005 e 2008, Angela Albino cumpriu mandato como vereadora titular. Nas duas legislaturas seguintes (2009-2012 e 2013-2016), não tivemos nenhuma vereadora titular no parlamento municipal. Este trabalho sustenta-se nas epistemologias feministas, que une a ‘perspectiva situada’ (Dona Haraway, 1995) e evidencia ‘o ponto de vista feminista’ (Sandra Harding, 1996), numa pesquisa qualitativa e interdisciplinar. Realizamos entrevistas com as vereadoras titulares, na modalidade trajetórias de vida, utilizando um fio condutor que resgatou suas origens familiares, os primeiros contatos com a política e, na sequência, o exercício do mandato parlamentar, os conflitos e as prioridades que tiveram durante suas atuações no legislativo municipal. Por meio de uma análise comparativa entre os sistemas eleitorais do Brasil e do México avaliamos as limitações das leis de cotas de gênero na política. Apesar dos aparentes avanços para as mulheres no último século, é inegável que ainda sofremos discriminações em todos os lugares, e, portanto, trazemos uma reflexão sobre a importância do empoderamento das mulheres, a fim de que as mulheres possam representar seus interesses de uma forma mais substantiva, nos espaços de decisão política. O trabalho se referencia na literatura sobre o tema, sugerindo pactos intragêneros e intergênero para o acesso de mais mulheres nas instâncias de direção partidária, onde possam adquirir experiência e acumular capital político, aumentando as chances de êxito eleitoral enquanto candidatas.

Palavras chave: Participação das mulheres na política. Espaços de poder. Tomada de decisões. Movimentos feministas

ABSTRACT

This study analyzes the career of six political women that are part of the history of Florianópolis, once, until now, they were the only elected holders councillors. The first councillor woman of the Florianópolis Municipal Council was Olga Brasil in 1960, as an alternate. After her, 23 years later, in 1983, Clair Castilhos was elected the first holder councillor woman in Florianópolis. From 1983 to 2000, only five women took the parliamentary position at the Municipal Council: Clair Castilhos, Zuleika Mussi Lenzi, Jalila El Achkar, Angela Amin and Liacarmen Kleine. During the legislature between 2001 to 2004 no woman was elected. Between 2005 to 2008, Angela Albino held the position of Councillor woman as a holder. In the following two legislatures (2009 to 2012, and 2013 to 2016), there was no holder councillor women at the municipal parliament. This work holds up in feminist epistemology, which joins the 'situated perspective' (Dona Haraway, 1995) and brings to the light 'the feminist perspective' (Sandra Harding, 1996), in a qualitative and interdisciplinary research. The author has conducted interviews with six councillors holders, with a "life story" method, using a common thread that has rescued their family origins, their first contact with politics and, at last, the exercise of the parliamentary mandate; the conflicts and the priorities they had during their performances in the municipal legislature. Through a comparative analysis of the electoral systems of Brazil and Mexico, the author has evaluated the limitations of gender quota laws in politics. Despite the apparent advances for women in the last century, it is undeniable that they still suffer discrimination everywhere and that is why the author proposes a reflection about the importance of empowering women, so that women can represent their interests in a more substantive way in spaces for political decision. The work is based on in the literature about the subject, suggesting an inter-gender pact for giving more access of women to the instances of the party leadership, where they can get experience and accumulate political capital, increasing their chances of being succeed as electoral candidates.

Keywords: Participation of women in politics. Positions of power. Decision making. Feminist movements.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Plano de Trabalho.....	79
Figura 2 - Barreiras enfrentadas por mulheres no campo político-eleitoral.....	229

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFLOV - Associação Florianopolitana de Voluntários
AI-5 – Ato Institucional número cinco
ALESC - Assembleia Legislativa de Santa Catarina
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASSESC – Associação de Ensino de Santa Catarina
CASAN – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEBS – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEDAW - Committee on the Elimination of Discrimination against Women
CFH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CMF – Câmara Municipal de Florianópolis
CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CODESC – Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina
COFIPE - Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais
COMDIM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito
CREMV – Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DSP - Departamento de Saúde Pública
ESAG - Escola Superior de Administração e Gerência
FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino
FDIM- Federação Democrática Internacional de Mulheres
FENAJUFE - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMB – Federação de Mulheres do Brasil
IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICESPE - Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos
IFE - Instituto Federal Eleitoral
INE - Instituto Nacional Eleitoral

INAMPS – Instituto Nacional de Assistência Médica na Previdência Social
INPS – Instituto Nacional de Previdência Social
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IPU - União Interparlamentar (Inter-Parliamentary Union)
IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LGBTs – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Transexual, Travesti
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OEA – Organização dos Estados Americanos
ONGs - Organizações Não Governamentais – ONGs
ONU – Organização das Nações Unidas
PAISM - Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher
PEA - População Economicamente Ativa
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PMF- Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileira
PNPM - Plano Nacional de Políticas para Mulheres
PP – Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PPR - Partido Progressista Reformador
PR – Partido Republicano
PSD - Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileiro
PSP – Partido Social Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PV – Partido Verde
RFS - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
RFS - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
SAMDU - Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SINTRAJUSC - Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal de Santa Catarina

SINTRASEM - Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Município de Florianópolis
SPM-PR - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República
SST – Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação
SUS – Sistema Único de Saúde
TRE - Tribunais Regionais Eleitorais
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
UBM - União Brasileira de Mulheres
UCE – União Catarinense dos Estudantes
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UDN – União Democrática Nacional
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNEGRO – União de Negros e Negras pela Igualdade
UNICEF - United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí
UNOCHAPECÓ – Universidade Comunitária de Chapecó

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
1 APRESENTAÇÃO DAS MULHERES QUE FORAM VEREADORAS TITULARES EM FLORIANÓPOLIS.....	37
1.1 CLAIR CASTILHOS COELHO	39
1.2 ANGELA REGINA HEIZEN AMIN HELOU.....	41
1.3 JALILA EL ALCKAR.....	42
1.4 ZULEIKA MUSSI LENZI.....	43
1.5 LIACARMEN KLEINE.....	44
1.6 ANGELA ALBINO.....	45
1.7 ANTES DO PARLAMENTO: FAMÍLIA DE ORIGEM E FORMAÇÃO ACADÊMICA.....	46
2 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NA PESQUISA AFETADA.....	79
2.1 A CONTRIBUIÇÃO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS: IDENTIDADES FLUÍDAS ENTRE A PERSPECTIVA PARCIAL E O PONTO DE VISTA FEMINISTA.....	81
2.2 UM TRAJETO REPLETO DE DESAFIOS: MILITANTE, ACADÊMICA – “SUJEITA COGNOSCENTE” ENTREVISTANDO COMPANHEIRAS DE JORNADA – “SUJEITAS COGNOSCÍVEIS”.....	83
2.3 FEMINISMO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NAS PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO.....	92
3 DÉFICIT DEMOCRÁTICO DE GÊNERO NA POLÍTICA – POUCAS MULHERES.....	101
3.1 AS LUTAS DAS MULHERES PELA CONQUISTA DE DIREITOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: O SUFRÁGIO FEMININO, A CONSTITUINTE DE 1988 E AS BANDEIRAS ESPECÍFICAS.....	102
3.2 CULTURA POLÍTICA E PRESENÇA DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER: JUSTIÇA E IGUALDADE.....	124
3.3 ENFRENTANDO OS DESAFIOS DE UMA CULTURA MACHISTA SECULAR.....	133
3.4 CAMPANHAS ELEITORAIS DE MULHERES: CRIATIVIDADE E BAIXO CUSTO FINANCEIRO.....	143
3.5 O ESPAÇO POLÍTICO COMO ESPAÇO DE PODER, CONFLITOS E ANTAGONISMOS: O EXERCÍCIO DO	

	MANDATO DAS PARLAMENTARES EM FLORIANÓPOLIS.....	160
3.6	O DESAFIO DE SE COMPROVAR A COMPETÊNCIA “APESAR DE SER MULHER”.....	180
4	A POLÍTICA DE COTAS DE GÊNERO: ESPECIFICIDADES DO SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL NO BRASIL, AVANÇOS E DESAFIOS.....	199
4.1	COTAS - AS PERCEPÇÕES DAS EX-VEREADORAS TITULARES EM FLORIANÓPOLIS.....	201
4.2	NO MÉXICO – O SUFRÁGIO, A LEI DE COTAS DE GÊNERO E O SISTEMA ELEITORAL.....	206
4.2.1	Sistema Político-Eleitoral e Partidário no México.....	212
4.3	NO BRASIL – A LEI DE COTAS DE GÊNERO E O SISTEMA ELEITORAL: DESAFIOS À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO ÂMBITO PARLAMENTAR.....	215
4.3.1	Sistema Político-Eleitoral e Partidário no Brasil.....	220
4.3.2	Reforma Política e Desafios que Persistem.....	225
5	ATUAÇÃO PARLAMENTAR E APROXIMAÇÕES COM O FEMINISMO DAS EX-VEREADORAS TITULARES DE FLORIANÓPOLIS.....	235
5.1	APROXIMAÇÕES COM O FEMINISMO: CONCEPÇÕES E POSSÍVEIS IDENTIFICAÇÕES.....	235
5.2	O PROCESSO DE EMPODERAMENTO NOS ESPAÇOS DE PODER.....	249
5.3	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O IMPACTO NÀ PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES.....	255
5.4	MULHERES PARLAMENTARES EM AÇÃO – VISIBILIDADE DAS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS.....	267
5.5	ASPECTOS DIFICULTADORES E ESTRATÉGIAS – PACTOS INTERGÊNEROS E INTRAGÊNEROS.....	281
5.6	AVALIAÇÃO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA: “ESCOLHERIA VIVER TUDO OUTRA VEZ”.....	301
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	321
	REFERENCIAS.....	331
	ANEXO I.....	345

INTRODUÇÃO

É curioso como não sei dizer quem sou.
 Quer dizer, sei-o bem, mas não posso dizer.
 Sobretudo tenho medo de dizer,
 porque no momento em que tento falar
 não só não exprimo o que sinto como
 o que sinto se transforma lentamente no que eu
 digo.

(Clarice Lispector)

O estudo aqui apresentado tem como eixo central analisar a trajetória política das seis mulheres que foram eleitas vereadoras titulares na capital de Santa Catarina entre 1982 a 2012, bem como sintetizar as contribuições dos seus mandatos parlamentares para a visibilidade e debates em torno das questões de gênero a partir das pautas feministas. Essa análise se estabelece em diálogo com a literatura brasileira acerca da participação política das mulheres em espaços de poder de decisão, buscando refletir em torno de algumas questões que serão apresentadas a seguir.

O processo de eleições municipais de 2012 nos impactou fortemente em seu resultado: Florianópolis tornou-se a única capital do país em que, desde a abertura democrática no Brasil, por duas legislaturas seguidas (2009 e 2013) nenhuma mulher foi eleita vereadora titular, mesmo com dezenas de candidaturas femininas concorrendo ao cargo e contando com mais de 50% do eleitorado composto por mulheres. Destacamos que nesses dois pleitos eleitorais uma mulher disputou entre fortes concorrentes à Prefeitura Municipal: a ex-vereadora Angela Albino¹, que em 2012 já exercia o mandato de

¹ Eleita vereadora para a legislatura de 2005-2008 com expressiva votação, pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil), em 2006 foi candidata a deputada estadual ficando na primeira suplência. Em 2008 candidatou-se a prefeita em Florianópolis, não sendo eleita, e em 2010 novamente concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, quando elegeu-se então deputada estadual para a legislatura 2011-2014. Ao findar seu mandato de deputada estadual, em 2014, disputou uma vaga na Câmara dos Deputados. Apesar da grande votação (87.954 mil votos) ficou na segunda suplência da coligação, mas, por afastamento de dois deputados titulares, assumiu como deputada federal em outubro/2015. Em seus panfletos de apresentação, em todas essas disputas eleitorais, consta sua ligação com movimentos sociais, tais como o

deputada estadual titular. Todavia não foi eleita e ficou fora da disputa em segundo turno nas duas ocasiões. Esse cenário político adverso nos motivou a elaborar uma reflexão crítica em torno da baixa presença feminina, em termos quantitativos, na Câmara Municipal de Florianópolis - CMF e Prefeitura Municipal de Florianópolis – PMF.

Com essas constatações iniciais, este estudo teve como ponto de partida algumas questões preliminares, dentre as quais destacamos: quais as razões da baixa presença das mulheres no legislativo? Em que medida as reivindicações feministas permearam os mandatos das vereadoras? Há tratamento diferenciado para as mulheres que são eleitas ao parlamento? Como mudar a cultura política cujos valores machistas estão tão profundamente arraigados?

Tendo como pressupostos esses questionamentos, a pesquisa se fundamentou principalmente na literatura sobre a participação política das mulheres no Brasil, no ponto de vista das vereadoras entrevistadas e na minha experiência como militante feminista. Esses três *locus* de observação estarão em constante diálogo, a fim de aprofundar a análise que aqui será apresentada. A partir de nossas reflexões queremos contribuir para visibilizar a história política dessas mulheres, seus dilemas, dificuldades, embates e disposições. É importante saber como foram seus mandatos parlamentares pois, até a presente data, não encontramos registros sistematizados nem trabalhos acadêmicos sobre suas trajetórias, e nossa intenção é evitar que sua passagem pela história do município de Florianópolis permaneça invisibilizada, tal como ocorre frequentemente com outras mulheres que exerceram funções públicas.

Como acadêmica e militante, profissional do Serviço Social, identificada com a linha dos estudos feministas e integrante de espaços configurados como instâncias da esfera pública² — todos com a função de propor políticas públicas com equidade de gênero —, tenho buscado

sindical, de mulheres e livre orientação sexual, além da defesa da pauta dos movimentos negros.

² Ao longo dos últimos anos tenho exercido várias funções nas seguintes instâncias: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (2008-2016), Fórum Estadual pela Implementação da Lei Maria da Penha (deste 2007), Câmara Técnica Municipal de Elaboração, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Políticas para Mulheres (Decreto Municipal n. 7.884, de fevereiro de 2010, composta por organismos governamentais, conselhos e movimentos que lutam pelos direitos das mulheres em Florianópolis) e Fórum Catarinense de Mulheres (criado por um conjunto de movimentos feministas em 2013).

um referencial teórico e metodológico que permita fundamentar reflexões críticas em torno da baixa participação das mulheres nos espaços de decisão política, da democracia de gênero e acerca da invisibilidade feminina. Refletir sobre essas questões implica necessariamente trazer para o centro da análise o conhecimento interdisciplinar, abordando o tema com as contribuições das perspectivas: a) sociológica, a partir da leitura sobre os movimentos sociais e feministas e seu papel no apoio as candidaturas das mulheres; b) da ciência política, problematizando a predominância masculina na ocupação dos cargos políticos e uma cultura centenária que legitima o espaço público como destinado somente a homens; c) da história, refletindo sobre a construção dos processos de participação das mulheres na política, incluindo desde as lutas pelo sufrágio feminino aos marcos atuais das cotas; d) da cultura política, que abarca a questão dos valores, da moral e dos costumes, requer mudança nas tradições enraizadas no inconsciente coletivo das pessoas (que não aceitam o fato de que é possível contarmos com mulheres na política), e, por outro lado, reclama solidariedade e cumplicidade entre as próprias mulheres; e) e ainda dos estudos feministas, que sugerem a construção de “pactos entre mulheres” ou “pactos intragêneros”, bem como o reconhecimento da importância do papel das mulheres na política numa perspectiva de gênero, defendendo a transversalidade e equidade de gênero nas políticas públicas.

A condição para o pleno exercício da prática interdisciplinar, segundo Héctor Leis (2005), implica na busca pela complementação entre os diversos conhecimentos disciplinares, sendo contrária a qualquer enquadramento conceitual ou homogeneização. Este estudo alinha-se ao pensamento do autor, que afirma: “o conhecimento deve ser empírico, interpretativo e crítico, ao mesmo tempo. Esta proposta converge plenamente com o dia a dia da prática interdisciplinar” (Leis, 2005, p. 09).

Conjugado à prática interdisciplinar, assumimos nesta pesquisa o enfoque da epistemologia feminista partindo da perspectiva parcial (Haraway, 1995) e do ponto de vista feminista (Harding, 1996)³. Fazer pesquisa a partir da epistemologia feminista implica produzir conhecimentos situados, comprometidos com o ponto de vista advindo deste campo, que escuta as vozes femininas, analisa e articula as

³ No Capítulo II, ao trabalhar os caminhos metodológicos, faremos a abordagem em torno da perspectiva parcial e do ponto de vista feminista.

experiências subjetivas de quem foi, ao longo da história da humanidade, preterida inclusive do direito a ter história. As subjetividades e a categoria experiência, neste estudo, contam com o suporte teórico trazido principalmente do entendimento de Joan Scott (1992), que orienta para a leitura historicizada e relativizada dos meios e campos em que as experiências são socialmente forjadas, com múltiplos processos de construção e, portanto, sempre tecidas na trama de um contexto histórico onde estão presentes questões sociais, econômicas e políticas.

Como pesquisadora e militante feminista, trago para essa análise a vivência acadêmica e política, num envolvimento constante ao compromisso em aliar teorias na sustentação das práticas, afim de conjugar interpretação e transformação do cotidiano. Tal posicionamento exige uma vigilância epistemológica, que no entender de Bourdieu, significa não se deixar levar pelas “facilidades de uma aplicação automática de procedimentos já experimentados”, aprendendo que toda operação, por mais rotineira ou rotinizada que seja, “deve ser repensada, tanto em si mesma quanto em função do caso particular” (2000, p. 14).

A interação entre academia e ativismo vem desde os tempos da graduação, enquanto cursava Serviço Social, quando iniciei a militância política no movimento estudantil como uma das fundadoras do Centro Acadêmico de Serviço Social na Universidade do Oeste de Santa Catarina, hoje nominada de UNOCHAPECÓ, no ano de 1995, e integrei a diretoria do Diretório Central dos Estudantes entre 1995 e 1996. Ao final de 1996, fui eleita diretora da União Catarinense de Estudantes – UCE e em janeiro de 1997 fixei residência em Florianópolis, momento em que solicitei transferência para concluir o curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina. Em março de 1997 filiei-me ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB), onde fiz parte de várias instâncias de direções partidárias, no nível municipal e estadual. Durante a graduação, ainda em Chapecó, no meu estágio curricular obrigatório no Escritório Sócio-Jurídico, chamou-me a atenção o elevado número de mulheres envolvidas em situação de violência conjugal. Foi no campo de estágio que comecei minha aproximação com os estudos de gênero, inicialmente com a temática da violência doméstica contra as mulheres. Em Chapecó conheci a União Brasileira de Mulheres – UBM⁴ e me

⁴ Entidade de âmbito nacional que, criada em 1988, assume-se como uma organização feminista socialista e emancipacionista; possui atualmente direções

integrei a esta instituição. Ao mudar-me para Florianópolis participei da fundação do núcleo estadual da UBM em meados de 1997.

Concomitantemente à militância no movimento estudantil e feminista, conclui a graduação na UFSC em 2000, abordando no Trabalho de Conclusão de Curso a temática da violência doméstica contra mulheres; em 2003 terminei a especialização em políticas públicas, realizando uma monografia sobre a saúde das mulheres; e, em 2004 apresentei a dissertação do mestrado em serviço social, fazendo uma análise acerca do aborto como direito reprodutivo e de escolha das mulheres.

No ano de 2005, início do mandato da vereadora Angela Albino, fui convidada a integrar sua equipe de assessoria com a atribuição de estabelecer a inter-relação do mandato com os movimentos de mulheres e movimentos de livre orientação sexual e atentar para iniciativas legislativas que pudessem potencializar tanto as reivindicações desses movimentos como a confiança dos mesmos com a parlamentar enquanto representante de suas demandas na Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis. Deixei de ser assessora parlamentar em meados de 2008, porém continuei apoiando e dando suporte às questões de gênero nos mandatos e campanhas eleitorais de Angela Albino, inclusive por ser militante do mesmo partido político.

Desde 2008, passei a trabalhar como assistente social concursada na Prefeitura de Florianópolis, atuando na Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), mais especificamente com a função de promover a mobilização comunitária, em algumas comunidades economicamente carentes, no acompanhamento da execução de obras de infra estrutura e saneamento básico do Projeto Maciço do Morro da Cruz, aprovado pelo governo federal no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Com isso conheci melhor o cotidiano da vida das mulheres dessas comunidades, seus anseios, reivindicações e a importância de se efetivar políticas públicas com equidade de gênero, pois uma grande parcela das famílias conta somente com a renda de mulheres para a sustentação das crianças e demandas relacionadas a saúde, educação, habitação, lazer, dentre outras.

Em 2012, iniciei o Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, bastante instigada a trabalhar a questão da participação das mulheres em espaços de tomadas de decisões políticas, como fator

estaduais em todos os estados brasileiros e centenas de núcleos regionais/municipais no país.

impulsionador para a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero. Como é possível perceber, desde a graduação mantenho a conjugação entre academia e militância. Parece-me impossível dissociá-las.

Diante de uma pesquisa que se deu em um universo de conhecimento bastante próximo do campo de ação militante, estive atenta a vigilância epistemológica, ao senso de responsabilidade do que se produz, pois além do comprometimento científico também me encontro envolta da tessitura dos movimentos feministas, partilhando saberes, fazeres e poderes cotidianos.

Autoras e autores nos apóiam no esforço de garantir um certo distanciamento quando o envolvimento de quem pesquisa com o objeto pesquisado é intenso. Dentre esses destacam-se Joan Scott, Donna Haraway, Pierre Bourdieu e Gilberto Velho. Este último nos convida a observar o familiar com profundidade, uma vez que aquilo “que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*” (Velho, 1978, p. 39). O autor argumenta que estudar a própria sociedade não é “uma heresia dentro da trajetória da reflexão antropológica mas significa, sem dúvida, uma ampliação e complexificação de nosso campo estudos” (Idem, p. 20).

Sendo assim, analisar a trajetória política das seis vereadoras titulares, estudar a contribuição dos seus mandatos parlamentares para a visibilidade das questões de gênero e articulação com as reivindicações feministas, assim como refletir sobre a baixa presença de mulheres nos espaços de poder de decisões políticas e as dificuldades por elas enfrentadas no cotidiano parlamentar significa exercitar o estranhamento, pois, embora familiares, esses aspectos da realidade local podem não ser tão conhecidos como aparentam. Sua investigação torna-se um desafio instigante e arriscado, pois a interpretação será realizada por pessoas que também vivem e participam do dia a dia político do município.

Aliar a construção teórica com a práxis militante pode trazer muito mais êxitos em pesquisas onde se assume uma perspectiva situada (Haraway, 1995), já que lançar o olhar e analisar um determinado contexto implica uma interpretação sobre a posição do sujeito que pesquisa, bem como sobre sua inserção social e histórica na realidade que se dispôs a investigar. Não se trata, como adverte Bourdieu, de abdicar “do dever da construção teórica” em nome de um

hiperempirismo, tampouco recusar sua ação sobre o real. Segundo o autor, o sociólogo que abdica de seu distanciamento do real...

pode não só impor aos sujeitos determinadas questões que não fazem parte da experiência deles e deixar de formular as questões suscitadas por tal experiência, mas ainda formular-lhes, com toda ingenuidade, as questões que ele próprio se formula a respeito deles (...). Portanto, o sociólogo terá de fazer uma difícil escolha quando, desencaminhado por uma falsa filosofia da objetividade, vier a tentar anular-se como sociólogo (BOURDIEU, 2000, p. 51).

Outra questão a que atentaremos é a necessidade de se falar sobre mulheres no plural para romper com a categoria mulher, que remeteria a um bloco monolítico, pois mesmo considerando o ínfimo número das que compõem a seleta atuação legislativa e executiva no país, as mulheres negras, com algumas exceções, praticamente não conseguem chegar nesses lugares. Tal contexto é reflexo da sociedade e tempo histórico que ainda vivemos, que demonstram a cada eleição seus componentes mais tradicionais quando se elege 92% de homens⁵ e, por coincidência, 92% de pessoas que se auto identificam como brancas⁶. O cenário local em Florianópolis consegue ser ainda pior no que se refere à eleição de mulheres: 0% nas legislaturas de 2009-2012 e 2013-2016. Além disso, nenhuma mulher negra foi eleita vereadora nesta capital ao longo da história, apesar de ter havido várias candidatas negras, principalmente nas disputas eleitorais mais recentes, e de termos elegido ainda em 1935 a primeira deputada estadual do Brasil, Antonieta de Barros, mulher negra.

⁵ Observando a composição da Câmara Federal dos Deputados, uma vez que, neste espaço estão representantes eleitos(as) em todo o território nacional. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2013/mais_mulheres_politica.pdf>, p. 12. Acesso em 16 nov. 2015.

⁶ Conforme análise publicada pela Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-01-19/representacao-no-congresso-nao-corresponde-propor-cao-de-negros-na-populacao>>, de 19 jan. 2013. Acesso em: 16 nov. 2015.

A participação das mulheres na esfera da política é de grande importância, tendo em vista não apenas o papel da representatividade social, mas principalmente as atribuições legais de parlamentares que exercem seus mandatos no nível municipal, dentre as quais destacamos: a de controle e fiscalização dos atos do poder executivo local; julgamento de infrações político-administrativas do prefeito e seu secretariado; atos administrativos nos assuntos da economia interna no âmbito da municipalidade; formulação de leis, decretos legislativos, resoluções e outras deliberações administrativas; indicações de políticas públicas e ações ao executivo municipal; e, ainda sobre qualquer assunto do âmbito local que sejam relacionado à defesa de interesses coletivos.

Compreendendo o impacto da participação das mulheres nos espaços da política institucional, a VI Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, por meio de sua Declaração e Plataforma de Ação, instou as nações a incorporar a noção de transversalidade de gênero nas políticas públicas visando a equidade de gênero. Sabendo disso, é necessário pensar coletivamente em estratégias que busquem acelerar o processo de participação das mulheres nos espaços de poder político, onde são tomadas decisões políticas que irão incidir sobre toda população. O déficit democrático de gênero na Câmara de Vereadores de Florianópolis é inquietante e, certamente, tem repercussões práticas para a vida das mulheres no município.

Constatamos que a primeira vereadora que adentrou na Câmara Municipal de Vereadores, na condição suplente, foi Olga Brasil em 1960. Depois dela, somente 23 anos mais tarde, em 1983, uma mulher retorna a vereança: Clair Castilhos, a primeira mulher eleita vereadora titular em Florianópolis. De 1983 a 2000 apenas cinco mulheres assumiram o exercício parlamentar na Câmara Municipal: Clair Castilhos, Jalila El Achkar, Angela Amin, Zuleika Mussi Lenzi, e Liacarmen Kleine. Na legislatura de 2001-2004 nenhuma foi eleita. Entre 2005 e 2008 uma elege-se vereadora titular: Angela Albino, e nas duas legislaturas seguintes (2009-2012 e 2013-2016), mais uma vez não tivemos vereadora titular no parlamento municipal.

Em tentativa recente de buscar informações sobre a participação feminina na Câmara Municipal de Florianópolis não encontramos materiais sistematizados que trouxessem um aprofundamento sobre a passagem das seis mulheres que foram vereadoras titulares. Identificamos apenas breves matérias em jornais locais, panfletos, sítios na internet, alguns artigos de uma ou outra ex-vereadora com relatos

parciais sobre suas atividades e um livro⁷, publicado em 2012, que apresenta sucintamente, em três ou quatro páginas para cada vereador(a), as principais iniciativas parlamentares de todas as pessoas que exerceram mandato eletivo na CMF de 1936 a 2012.

Assim, a relevância deste estudo se justifica na medida em que busca preencher uma lacuna sobre a participação das mulheres na política parlamentar local, objetivando evidenciar a trajetória política das seis vereadoras titulares em Florianópolis e refletir sobre a articulação entre seus mandatos e as reivindicações feministas no contexto regional. Além disso, a partir do ponto de vista das entrevistadas, da literatura com enfoque feminista em torno da temática e da experiência militante da pesquisadora, buscamos problematizar as razões da baixa participação das mulheres nos espaços de decisões políticas, identificando as tendências desse debate e levantando possíveis estratégias para superar o déficit democrático de gênero no espaço da política eleitoral.

Para tanto propomos como objetivos para esta pesquisa: conhecer e registrar a história política das mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis; resgatar, a partir das falas das ex-vereadoras, elementos que possam configurar a presença da perspectiva de gênero nas práticas políticas de seus mandatos; saber quais as principais dificuldades enfrentadas quando foram candidatas e estiveram no exercício parlamentar; analisar e debater os motivos pelos quais é tão baixo o índice de mulheres nos espaços de decisão política do município de Florianópolis; avaliar o impacto da Lei de Cotas que assegura o preenchimento mínimo de 30% e máximo de 70% por gênero nas coligações de disputas eleitorais (Leis nº 9.504/97 e 12.034/09) e as especificidades do sistema político-eleitoral brasileiro; elaborar uma breve análise comparativa entre o contexto mexicano e o contexto brasileiro acerca da presença de mulheres no parlamento; e refletir sobre possíveis estratégias que visem alterar o cenário da baixa participação das mulheres na política eleitoral do Brasil.

A fim de alcançar tais objetivos, após a definição e contextualização do problema, elaboramos um planejamento da pesquisa que envolveu levantamento bibliográfico, para subsidiar a

⁷ Este livro está disponível para consulta no acervo da Câmara de Vereadores de Florianópolis, de autoria de Silvana Miriam Assis, intitulado “Câmara Municipal de Florianópolis – nossa história legislativa, 1936 – 2012” publicado em 2012.

fundamentação teórica, a busca de informações prévias sobre cada uma das mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis e a construção de um roteiro de entrevista⁸. Para testá-lo, entrevistamos Zuleika Lenzi, que exerceu seu mandato de 1993 a 1996, e Angela Albino, que esteve na vereança de 2005 a 2008. O roteiro de perguntas, previamente elaborado visava garantir a abordagem de três aspectos principais junto às entrevistadas, todos referidos nos objetivos desse estudo: como foi a entrada de cada uma na vida político-partidária e quais as razões que as levaram à candidatura; quais as peculiaridades dos seus mandatos incluindo dificuldades, desafios e conquistas; quais as suas opiniões sobre contexto político do município; e quais seriam, segundo seus pontos de vista, as razões da baixa presença das mulheres nos cargos de representação política locais. O objetivo de aplicar essas duas primeiras entrevistas foi verificar se o roteiro responderia aos objetivos da pesquisa. Felizmente, com pequenos ajustes, constatamos que estávamos com um bom roteiro inicial. Uma vez realizadas todas as entrevistas⁹, começamos a fase da análise de conteúdo, considerando os aspectos centrais desta pesquisa, a fim de garantir a compreensão da fala das entrevistadas. Deste modo, desenvolvemos este trabalho estruturado em cinco capítulos que disponibilizamos à apreciação pública.

No Capítulo 1 faremos uma breve apresentação das ex-vereadoras que ocuparam o cargo no município de Florianópolis entre 1983 a 2008, já que desde 2009 nenhuma mulher foi eleita vereadora titular. Nesta apresentação destacamos suas considerações sobre a família de origem e a passagem pela formação acadêmica.

No Capítulo 2 sintetizamos a sustentação metodológica — que guiou nosso percurso de elaboração desta tese e nossa compreensão em torno de categorias como patriarcado e gênero —, além da importância das epistemologias feministas, a partir da perspectiva parcial e do ponto de vista feminista, numa pesquisa qualitativa, subjetiva, interdisciplinar.

No Capítulo 3 refletimos sobre a questão da cultura política e democracia de gênero, tentando compreender o que está por detrás do baixo número de mulheres em cargos de poder, um fenômeno visto

⁸ O roteiro de questões aplicado nas entrevistas consta do Anexo I.

⁹ Foram cinco entrevistas no total, apenas uma ex-vereadora titular não concordou em dar entrevista ou responder o roteiro que foi enviado por correio eletrônico. As outras cinco concordaram em agendar encontros presenciais e conversar por algumas horas sobre suas experiências no meio político partidário e eleitoral.

como déficit democrático de gênero. Também trazemos a fala das ex-vereadoras titulares em relação à decisão de se candidatarem à disputa eleitoral, o que permeou essa decisão e o processo de uma eleição para as mulheres e ainda os conflitos que enfrentaram no âmbito partidário e no exercício do mandato parlamentar em Florianópolis.

Já no Capítulo 4, a partir de um estudo comparativo do sistema político-eleitoral do México e do Brasil, relacionamos a produção teórica em torno do tema das cotas de gênero, incluindo as reflexões das entrevistadas acerca deste debate. O contexto local entra em diálogo com o debate nacional em relação à temática, no intuito de verificar até que ponto a realidade local se assemelha ou se distancia do contexto geral.

Por fim, no Capítulo 5, partimos da conversa com as entrevistadas sobre a forma como se aproximaram, ou não, do feminismo e seus processos de empoderamento. Analisamos a contribuição dos mandatos parlamentares dessas mulheres para a visibilidade das questões de gêneros e iniciativas legislativas que visavam atender as reivindicações feministas locais. Em seguida levantamos possíveis estratégias que podem favorecer a eleição de um maior número de mulheres em postos de representação política, ressaltando a necessidade de empoderamento e o estabelecimento de alianças por meio dos pactos intergêneros e intragêneros. E ouvimos de nossas entrevistadas as próprias avaliações de suas trajetórias políticas e o que planejam para o futuro.

Com as reflexões aqui apresentadas lançamos nosso olhar sobre as diversas questões que podem influenciar a participação das mulheres nos espaços de poder de tomada de decisões políticas no âmbito público. Esperamos contribuir com as reflexões sobre essa temática, inclusive suscitando questões que poderão ser aprofundadas em novos e necessários estudos, considerando a dinamicidade da realidade política que vivemos.

1 APRESENTAÇÃO DAS MULHERES QUE FORAM VEREADORAS TITULARES EM FLORIANÓPOLIS

A IV Conferência Mundial das Mulheres realizada em Beijing (1995)¹⁰ foi um marco histórico por abordar diversas questões, dentre as quais um capítulo exclusivo à participação feminina nos espaços de decisão, afirmando que “a igualdade de participação das mulheres nas decisões políticas é indispensável para reforçar e aprofundar a democracia” nos processos políticos. Além disso, problematizou o fato das políticas públicas para mulheres, ao longo da história, terem sido elaboradas e propostas por homens, numa concepção e perspectiva masculina, hierárquica e paternalista. A Plataforma de Ação de Beijing destacou a estratégia do *gender mainstreaming*, ou gênero no centro, ou ainda transversalidade de gênero, a ser aplicada nas políticas públicas.

Santa Catarina destacou-se na década de 1930 ao eleger a primeira mulher como deputada estadual: Antonieta de Barros era negra, fato que surpreendeu e marcou época. Vários estudos já foram realizados sobre sua história e atuação parlamentar¹¹. Contudo, a capital do estado, só elegeu sua primeira vereadora titular em 1982.

Ao longo das últimas décadas percebemos que há uma maior participação feminina nas formulações e definições de políticas para mulheres, principalmente no Ocidente. No Brasil podemos citar as discussões que resultaram na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM (1985), no processo constituinte e na promulgação da Constituição Federal (1988), na reformulação do Código Civil (2003), na criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – SPM-PR (2003) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR (2003), além da Lei Maria da Penha (2006), dentre outras.

¹⁰ Anterior à Conferência de Beijing, vários outros encontros internacionais foram realizados, resultando em importantes deliberações e tratados para o impulso do acesso aos direitos humanos, dos quais diversas nações, dentre elas o Brasil, foram signatárias, conforme podemos ver no artigo de Jussara Reis Prá e Léa Epping (2012).

¹¹ Dentre os quais destacamos a Dissertação de Mestrado em História de Karla Leonora Dahse Nunes “Antonieta de Barros: uma história” (UFSC, 2001) e a Tese de Doutorado em Literatura de Luciene Fontão “Nos passos de Antonieta: escrever uma vida” (UFSC, 2010).

Neste capítulo descreveremos brevemente o contexto da realização de cada uma das entrevistas e, em seguida, apresentaremos uma síntese da trajetória das vereadoras titulares em Florianópolis. Esta síntese resulta de subsídios na pesquisa de Silvana Miriam Assis (2012), panfletos de campanhas eleitorais cedidos pelas próprias vereadoras em conversas e encontros informais que antecederam este estudo e o conhecimento que foi sendo adquirido ao longo desses anos de militância partidária e feminista. O agendamento das entrevistas aconteceu via ligações telefônicas e troca de correios eletrônicos, e tanto as datas quanto os locais das entrevistas foram ajustados de acordo com a disponibilidade das entrevistadas. As quatro primeiras entrevistas foram feitas na residência de cada uma delas e apenas a última ocorreu em espaço público.

A primeira entrevistada foi Zuleika Lenzi, em 19/12/2013, no final da tarde. A entrevista aconteceu na sala de seu apartamento e prosseguiu por mais de três horas, com duas breves pausas para descanso solicitadas pela entrevistada. A segunda entrevista ocorreu com Angela Albino, no dia 03/02/2014, também no final da tarde. Na ocasião ela estava no exercício do mandato de deputada estadual (2011-2014) e chegou um pouco atrasada, pois teve naquela tarde a primeira sessão parlamentar do ano. A ex-vereadora desculpou-se pelo atraso e a entrevista transcorreu sem pausas por quase três horas e trinta minutos, na sacada.

Posteriormente a entrevistada foi Liacarmen Kleine, na tarde de 06/06/2014. Nos acomodamos na sala de seu apartamento e na cozinha estava preparada uma mesa com pães e chás para lancharmos. Já havíamos conversado por e-mail sobre a gravação da conversa, quando a pedido dela, lhe enviei o roteiro de entrevista para tomar conhecimento. Toda a entrevista transcorreu de modo muito agradável e sem pausas por quase quatro horas. Na sequência realizamos a entrevista com Clair Castilhos Coelho, em 27/06/2014, também à tarde. Nos acomodamos no sofá da sala de sua casa. Clair pediu algumas informações sobre o tema e o roteiro de entrevista antes de iniciarmos o prazeroso diálogo que durou mais de quatro horas. E a quinta e última entrevistada foi Jalila El Achkar, no final do dia 07/07/2014, no agradável *Café Kairós* no centro de Florianópolis. A seu pedido falei brevemente sobre o tema e o roteiro de entrevista. Jalila concordou com os termos e solicitou que lhe enviasse a transcrição para sua leitura, o que foi aceito pela entrevistadora. A conversa transcorreu por três horas com algumas

pausas para cumprimentar conhecidos da entrevistada que chegavam no Café.

Infelizmente não foi possível entrevistar Angela Amin. Foram feitas inúmeras tentativas por telefone e por correio eletrônico, mas não tivemos retorno. Desta maneira, toda análise que se faz neste estudo em relação a sua trajetória política e atuação parlamentar ou executiva foi realizada através de levantamento bibliográfico, consulta aos jornais impressos e acesso a informações disponíveis na internet ou em panfletos de campanhas eleitorais.

É importante considerar que, até o presente momento (julho de 2016), além dessas seis mulheres que foram eleitas vereadoras titulares, para exercer o mandato parlamentar por quatro anos, tivemos também a presença de mais cinco mulheres no poder legislativo de Florianópolis exercendo a vereança enquanto suplentes: Olga Brasil (PSD, em 1960), Janete Teixeira (PCdoB, em 2010), Beatriz Kauduinski Cardoso (PCdoB, em 2014), Roseli Pereira (PDT, em 2014), Maria da Graça Dutra (PMDB, em 2014 e retornando à vereança em 2015). Optamos por não estender as entrevistas a essas mulheres porque estavam limitadas ao retorno, a qualquer tempo, dos titulares do mandato, tendo uma atuação parlamentar de alguns meses, com exceção de Olga Brasil que assumiu a cadeira em razão do falecimento do titular e permaneceu na vereança por três anos (mas não seria possível entrevista-la, pois faleceu em 06 de fevereiro de 2007). Assim, optamos por entrevistar e focalizar as trajetórias das titulares.

A seguir apresentamos as seis mulheres que exerceram o cargo de vereadoras titulares em Florianópolis, por ordem cronológica de mandato parlamentar.

1.1 CLAIR CASTILHOS COELHO



Apenas em 1983, após 256 anos de existência, a Câmara Municipal de Florianópolis tem, pela primeira vez em sua história, a presença de uma mulher eleita vereadora titular. Clair foi eleita com 38 anos de idade, pelo PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro, e participou das comissões de 'Trabalho e Legislação Social' e de 'Saúde, Assistência Social e Meio Ambiente' em seu mandato de 1983-1988¹². Em 1989 foi reeleita vereadora titular, agora pelo PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira e cumpriu o segundo mandato até fins de 1992, destacando-se no município. Mais conhecida como Clair Castilhos, a partir de sua proposição, em 1989, é criado o Conselho Municipal da Condição Feminina em Florianópolis.

Em seus mandatos promoveu audiências públicas para debater demandas específicas das mulheres como saúde, mortalidade materna, difusão dos direitos constitucionais recém conquistados, violência contra mulheres, dentre outras, além de promover sessões plenárias especiais em comemoração ao dia 08 de Março – Dia Internacional da Mulher. Assumidamente feminista, foi uma das fundadoras da primeira organização feminista de Santa Catarina: a Casa da Mulher Catarina, da qual ainda é integrante. Exerceu vários cargos políticos em Florianópolis, integrou o Conselho Nacional de Saúde (de 1997 a 2003) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1994 a 2003) e fez parte da delegação brasileira na Conferência Mundial da Mulher, promovida pela ONU em 1995, em Beijing (China) além de ser colaboradora do Comitê Acadêmico da RSMLAC - Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe.

Clair é farmacêutica-bioquímica e mestra em Saúde Pública e, desde estudante, nos anos do regime militar, envolveu-se com a militância política feminista e partidária, integrando os diretórios estaduais e municipais de partidos como PMDB e PSDB. Desde 1995, é filiada e atuante no PCdoB – Partido Comunista do Brasil. Atualmente Clair Castilhos Coelho é professora aposentada do Departamento de Saúde Pública da UFSC, prossegue muito atuante nos movimentos feministas de articulação local, nacional e internacional, é secretária executiva da RFS - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, eleita para o período de 2012 a 2015 e se

¹² A 10ª legislatura da CMF foi no período de abertura democrática no Brasil, portanto essa legislatura teve excepcionalmente 06 anos de duração: de 1983 a 1988.

autoidentifica publicamente como “feminista, sanitarista, marxista e comunista”. Em seu segundo mandato como vereadora, experimentou uma situação inusitada e única no município: na 11ª legislatura da Câmara (1989-1992) tivemos a eleição de três mulheres como vereadoras titulares pois, além de Clair também foram eleitas Angela Regina Heizen Amin Helou e Jalila El Achkar.

1.2 ANGELA REGINA HEIZEN AMIN HELOU



A parlamentar adotou o nome Angela Amin, sobrenome de seu marido Espiridião Amin Helou Filho, importante homem da política tradicional no estado, que foi nomeado governador de SC pelo governo militar entre os anos de 1975 a 1978 e eleito prefeito de Florianópolis por duas vezes, além de deputado federal e senador da República. Angela Amin é considerada recordista de votos. Elegeu-se vereadora com 35 anos de idade em 1988, pelo então PDS (Partido Democrático Social) com a maior votação de vereadores já registrada no município: 7.771 votos. Em 1990 foi eleita deputada federal como a mais votada do pleito: 129.011 votos. Neste mandato foi relatora da Lei de Diretrizes e Base da Educação e participou da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Violência contra a Mulher, além de ter sido vice-líder do PDS no Congresso Nacional. Foi a primeira mulher (e única até a presente data) a ser prefeita em Florianópolis: eleita em 1996 e reeleita em 1999. Em 2006 novamente elegeu-se deputada federal, desta vez pelo Partido Progressista – PP, sendo a mais votada dentre todas as candidaturas que concorriam e alcançando 174.511 votos. Naquela legislatura atuou como vice-presidenta da Comissão de Educação da Câmara Federal (2007) e presidiu a Comissão de Desenvolvimento Urbano (2008).

Apesar de seus expressivos desempenhos eleitorais, não conseguiu êxito em suas duas tentativas como candidata a governadora do estado de Santa Catarina em 1994 e em 2010. Formada em matemática (pela UFSC em 1976), em seus mandatos parlamentares e à frente da prefeitura tiveram grande destaque suas ações voltadas para a educação e as crianças - mortalidade e desnutrição infantil -, obtendo reconhecimento do Unicef (United Nations Children's Fund) e da Fundação Abrinq (Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente). Integrou o Conselho Estadual de Educação de 1987 a 1990. Publicamente diz-se feminina e não feminista.

1.3 JALILA EL ACHKAR



Jalila El Achkar exerceu o mandato de vereadora de 1989 a 1992, eleita com 28 anos de idade pelo PV (Partido Verde). Presidiu a Comissão de Preservação e Meio Ambiente da CMF e integrou a Comissão de Trabalho e Legislação Social. No transcurso de seu mandato solicitou afastamento por duas vezes em razão do nascimento de suas duas filhas. Além disso, integrou a direção estadual e nacional do PV nos anos de 1990, contudo sua relação política com os dirigentes partidários era repleta de tensões, conforme constatamos em suas falas e como analisaremos ao longo deste trabalho.

Formada em arquitetura e urbanismo (UFSC), presidiu a Federação das Entidades Ecologistas Catarinenses e centrou sua atuação parlamentar na Câmara de Vereadores na questão ambiental. Assis (2012, p. 392) registra que Jalila apresentou 37 projetos de lei na CMF, sem mencionar o teor de cada um. Como veremos, tais projetos se relacionavam a temas como: coleta seletiva e tratamento do lixo,

esgotamento sanitário, plantio e replantio de mudas, educação ambiental nas escolas, crescimento desordenado e especulação imobiliária.

1.4 ZULEIKA MUSSI LENZI



A professora Zuleika, assim comumente chamada, foi eleita vereadora em 1992 pelo PMDB para a 12ª legislatura (1993-1996), aos 54 anos. Licenciou-se em filosofia, é mestra em sociologia rural (pela UFRGS em 1975) e professora adjunta IV aposentada da UFSC onde atuou junto ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH. Seu mandato foi marcado por audiências públicas que debateram diversos temas, dentre estes as questões relacionadas à inserção e discriminação das mulheres no mercado de trabalho. Uma de suas ações legislativas foi o Balcão da Cidadania que até hoje funciona junto à CMF, expedindo gratuitamente documentos legais e orientando pessoas sobre o acesso aos direitos.

Zuleika exerceu os cargos de Diretora do Departamento de Assuntos Culturais da UFSC (1982-1985) e Secretária Estadual de Cultura e Esporte do Estado de Santa Catarina (1987-1991). Em parceria com outra feminista, Mirtes Valles Piovezan, fundou em 1997 o ICESPE - Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos, onde tem atuado junto a pesquisas de vulto estadual direcionadas ao levantamento da realidade das mulheres no mundo do trabalho. A ex-vereadora também presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM entre os anos de 2005 a 2006 e foi a primeira a dirigir a Coordenadoria Estadual da Mulher quando este órgão foi criado em maio de 2006. Até os dias atuais, Zuleika, que se auto identifica feminista, profere palestras em eventos voltados ao

público feminino, participa de articulações feministas e integra o Fórum Catarinense de Mulheres.

1.5 LIACARMEN KLEINE



Em 1996, Liacarmen Kleine foi eleita, com 34 anos, vereadora titular na 13ª legislatura (1997-2000) pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil). Liacarmen, que costuma abreviar seu nome para Lia Kleine, é nutricionista formada pela UFSC (1985), exerceu sua profissão de nutricionista na Prefeitura junto à Secretaria Municipal de Saúde e integrou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público do Município de Florianópolis – SINTRASEM. Em seu mandato fez parte das comissões de Saúde e ‘Assistência Social’, de ‘Educação, Cultura e Turismo’ - a qual presidiu -, e de ‘Trabalho e Legislação Social’. Entre suas ações parlamentares como vereadora têm destaque as proposições voltadas às demandas do movimento de mulheres, como: a lei que cria a Medalha Antonieta de Barros para, no dia 08 de Março, em Sessão Solene, homenagear mulheres que se dedicam a causas coletivas no município; a reivindicação de recursos para construção de Casa Abrigo para Mulheres vítimas de violências; a lei que regulamentou o uso do método contraceptivo de emergência; a exigência do cumprimento da Lei que institui o Comitê de Mortalidade Materna; além de várias ações que buscavam problematizar a necessidade do aumento de vagas em creches. Também promoveu audiências públicas e sessões plenárias especiais que debatiam outras demandas encaminhadas pelos movimentos de mulheres. Lia foi uma das articuladoras para a organização e fundação do Núcleo Estadual da

União Brasileira de Mulheres - UBM/SC em 1997, vindo a ser integrante da direção nacional desta entidade feminista.

Lia afastou-se na política partidária em 2001, após ter sido candidata a vice-prefeita, mas segue acompanhando o cenário político nacional e local, participa como apoiadora de campanhas eleitorais especialmente em Florianópolis e está sempre disposta a conversar e trocar ideias. Autoidentifica-se como socialista e feminista.

Na 14ª legislatura, de 2001 a 2004, nenhuma mulher esteve na vereança, após 18 anos de presença feminina no parlamento municipal de Florianópolis.

1.6 ANGELA ALBINO



No processo eleitoral de 2004, Angela Albino (PCdoB) foi eleita vereadora com 36 anos de idade, ficando em sétimo lugar dentre as candidaturas mais votadas naquele pleito. É bacharel em Direito (1999) e Técnica em Enfermagem. Iniciou sua atuação política como sindicalista no Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal de Santa Catarina – SINTRAJUSC e no movimento feminista, integrando a UBM/SC. Na vereança esteve presente nas comissões de ‘Trabalho, Legislação Social e Serviço Público’, em que foi presidenta, de ‘Direitos Humanos e Direitos do Consumidor’ e de ‘Constituição e Justiça’. Presidiu a Frente Parlamentar contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Teve uma expressiva interlocução com os movimentos de mulheres, negros e de livre orientação sexual, promovendo audiências públicas e sessões especiais e apresentando projetos de lei comprometidos com: a criminalização de atos de discriminação por orientação sexual; a instituição de conteúdos que abordassem a história e emancipação das mulheres de forma transversal às disciplinas em escolas municipais; a definição do dia 26 de julho como o Dia

Municipal da Mulher Negra e do dia 17 de maio como o Dia Municipal de combate a Lesbofobia, Homofobia e Transfobia. A partir de audiências públicas foi possível debater e aprovar, via legislativo municipal, várias reivindicações dos movimentos de mulheres locais, conforme veremos mais detalhadamente quando analisarmos a contribuição dos mandatos parlamentares para a visibilidade das questões de gênero.

Angela Albino foi candidata a deputada estadual em 2006, ficando na primeira suplência e assumiu a vaga durante os períodos de junho a agosto de 2009 e de abril a setembro de 2010. Neste mesmo ano foi novamente candidata a deputada estadual e, desta vez, assumiu como titular em 2011 para um mandato de quatro anos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina – ALESC, onde prosseguiu sua linha de atuação com movimentos sociais, em geral especialmente junto aos sindicatos, movimentos de mulheres e fazendo a interlocução com as questões raciais/étnicas e de livre orientação sexual. Foi candidata a prefeita de Florianópolis nos anos de 2008 e 2012. Contou com o envolvimento dos movimentos feministas nessas campanhas, mas não logrou êxito eleitoral em nenhuma delas. Em 2014 candidatou-se a deputada federal e, mesmo obtendo 87.954 mil votos, não foi eleita como titular. Ficou então na segunda suplência de sua coligação e veio a assumir a cadeira na Câmara dos Deputados em Brasília no mês de outubro de 2015, depois de ter sido Secretária Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação entre os meses de fevereiro a outubro daquele ano. Suas manifestações públicas de indignação frente às violências e opressões de gênero a destacam como uma parlamentar feminista engajada.

Depois do mandato de vereadora de Angela Albino (2005-2008), nenhuma mulher foi eleita vereadora titular nas disputas eleitorais municipais que ocorreram em 2008 e 2012. Sendo assim, até o ano de 2016, quando findamos este estudo, apenas seis mulheres exerceram a vereança na condição de titulares em Florianópolis.

1.7 ANTES DO PARLAMENTO: FAMÍLIA DE ORIGEM E FORMAÇÃO ACADÊMICA

No que concerne a origem familiar, percebemos que as mulheres que foram vereadoras em Florianópolis tiveram, à exceção de Zuleika Lenzi, uma vida bastante modesta na infância e adolescência. Porém,

absolutamente todas ressaltam o forte estímulo que recebiam de pais e mães para estudarem e terem autonomia em suas vidas.

Clair Castilhos relata que nasceu numa “nítida família de classe média” de Santa do Livramento (RS), fronteira do Brasil com o Uruguai, onde morou até os 18 anos de idade, “com uma vivência muito irmanada, digamos assim, entre a população brasileira e uruguaia”. Separados apenas por uma rua que delimitava a passagem entre os países, “tínhamos uma convivência bem próxima com o povo, cinema, livrarias, teatros, bares, de ambas as cidades”.

A família materna era de italianos imigrantes - o avô veio de Gênova e a avó de Nápoles -, e se estabeleceram em Santana do Livramento, mantendo uma comunicação constante com os familiares que permaneceram na Itália, cuja identidade política estava associada ao comunismo italiano. Sua mãe foi professora alfabetizadora desde jovem e essa foi sua única ocupação profissional. A família paterna de Clair já estava estabelecida no estado Rio Grande do Sul, mais especificamente no município de São Gabriel, na área rural. “Meu pai era filho da burguesia rural decadente, como a gente dizia e dava risada. A família dele se envolveu nas revoluções que aconteceram no estado. Meu bisavô era o Juca Tigre, primo irmão do Júlio Prates de Castilhos, que foi governador, e eram inimigos políticos¹³. Meu avô era o João Tigre e meu pai, o ‘Tigrinho’. Meu pai participou de várias lutas gaúchas e foi do grupo de Getúlio Vargas que saiu a cavalo do Rio Grande do Sul até São Paulo”.

Ela afirma que seu pai não estudou para além do ensino fundamental, mas “gostava muito ler e de política, então tinha um excelente nível de informação, a ponto de conviver muito bem com minha mãe, que era professora um tanto quanto intelectualizada”. O pai

¹³ Segundo Clair, “O Juca Tigre foi maragato e o Julio de Castilhos ,chimango; não eram da mesma linha. Esses termos, bem populares no estado do Rio Grande do Sul até hoje, tinham ambos conotação negativa no início: maragatos eram federalistas e revoltosos, liderados por Gaspar Silveira Martins, que deixaram o exílio no Uruguai, formaram um exército e entraram no estado. Quando exilados no Uruguai se concentraram na região colonizada pessoas da Maragateria (Espanha), e os republicanos queriam dizer que os federalistas eram “estrangeiros”. Os maragatos usam lenço vermelho. Já Chimango foi um termo dado pelos federalistas aos liberais moderados, os conservadores. Chimango é uma ave de rapina, parecida com o carcará. Esse grupo usa o lenço branco como identificação.

se tornou policial civil e veio a ser delegado de fronteira, ocupando-se bastante na tarefa do combate ao contrabando:

Quando minha mãe começou a namorar com meu pai, contava ela, a família de comunistas não gostava da ideia dela casar com um policial, mas casaram. Então fui crescendo e no dia a dia dentro de casa tinha debates políticos bem fortes. Quando aconteciam comícios em Santa do Livramento, meu pai sempre estava na segurança policial dos candidatos e eu adorava, desde adolescente, ir junto. Ia a todos os comícios e achava o máximo. Inclusive me posicionava politicamente, andava com uma espadinha e com a vassourinha do Jânio. Minha mãe não tinha partido político. Sempre foi da linha comunista, mas não filiada. Meu pai sim, ele era do PSD¹⁴.

¹⁴ O PSD - Partido Social Democrático, foi o maior partido da República Populista. Criado em 1945, era composto hegemonicamente pela classe média alta e setores empresariais, e tinha como principais figuras Juscelino Kubitschek, Eurico Gaspar Dutra e marechal Henrique Lott. O PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, também fundado em 1945, ligava-se ao sindicalismo e apoiava o governo Vargas no Estado Novo, cujas lideranças mais expressivas eram Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. PSD e PTB aliaram-se, nas eleições presidenciais, às candidaturas do PSD em 1945, 1955 e 1960. Getúlio Vargas foi eleito presidente em 1950 pelo PTB. A UDN - União Democrática Nacional ligava-se grupos políticos tradicionais e, em 1960, ajudou a eleger Jânio Quadros. As votações para presidente e vice eram separadas e foi eleito como vice-presidente João Goulart, do PTB, com posições políticas opostas de Jânio. Em 1961, Jânio Quadros renuncia frente à tentativa do golpe de estado. A UDN foi uma das forças articuladoras do golpe de 1964 que instaurou a ditadura militar no Brasil. Além desses três grandes partidos ainda existiam: PSP - Partido Social Progressista, PR - Partido Republicano, PDC - Partido Democrata Cristão e PRP - Partido da Representação Popular. O PCB - Partido Comunista Brasileiro, criado em 1922 (primeiro partido do país), só foi legalizado em 1945. Seu maior expoente era Luís Carlos Prestes, mas teve seu registro eleitoral cancelado em 1947. Em 1964 foram desfeitos os partidos políticos e vigorou o Bipartidarismo (Lei Falcão): ARENA - Aliança Renovadora Nacional, de direita, e MDB - Movimento Democrático Brasileiro, da esquerda “autorizada” pelo governo. Fonte: Marcos Faber “História dos Partidos Políticos no Brasil”. Disponível em:

Clair tem apenas uma irmã e, segundo ela, ambas fazem parte de uma geração pós-Segunda Guerra Mundial, vivendo “todas aquelas ‘maravilhas’ da guerra fria e, por outro lado, o nacionalismo getulista, em que nas escolas todos os dias se cantavam tudo quanto é hino, se hasteava bandeiras, desfiles na semana da Pátria. As redações na escola eram do tipo ‘Porque me ufano do meu país’. Me lembro que fui premiada nessa redação (risos). Então fomos criadas com esse espírito nacionalista e patriótico”.

Mais tarde, já no ensino médio, com o intuito de ter logo uma profissão e ao mesmo tempo pensando em prestar vestibular em Porto Alegre, ela fez dois cursos: o magistério e o científico, assim chamados na época. Nesse período da adolescência, juntamente com sua irmã, Clair relata que já tinha uma intensa vida cultural em Santana do Livramento:

Eu tocava clarin, jogava basquete e fazia teatro no Partido Comunista do Uruguai, já que era ilegal no Brasil. Comprava livros em Rivera de editoras de Moscou, já traduzidos para o espanhol, que não chegavam no Brasil. Na minha casa nunca tivemos restrição de acesso a cultura e estudos, até tínhamos conta na livraria, comprávamos o que a gente queria. Na adolescência eu tinha fama de intelectual, andava com livro de baixo do braço e lia *A Idade da Razão*, *A Náusea*, circulava fantasiada de existencialista, com cabelo bem liso, vestida de preto, com cara de ausente (risos). Criamos um grupo de gurias que liam, algo como clube de leitura, cada uma se encarregava de comentar os textos nos encontros semanais. Tinha que buscar uns livros em Porto Alegre quando não eram encontrados em Santana ou Rivera, chegavam por reembolso postal comprados da Difusão Europeia do Livro. Liamos Françoise Sagan, Colett, Sartre. Eu e uma amiga resolvemos que seríamos escritoras e começamos a escrever crônicas que eram publicadas num jornal, por meio de uma jornalista ‘amiga nossa’, tudo gurias

de 15, 16 anos. Rivera era um polo destacado de desenvolvimento do Uruguai, rodava a ponta do cinema mundial, e nós íamos lá assistir filmes da Nouvelle Vague, do Godard, do realismo italiano, vimos os filmes de Fellini e a trilogia do Antonioni, O Grito, O Eclipse, A Noite. Íamos ao cinema eu, minha irmã, nossas amigas, e nos sentíamos altamente transgressoras, porque depois dos filmes íamos nos bares de Rivera conversar sobre cinema, literatura, aqueles ambientes esfumaçados do Uruguai (risos).

Em meio a essa atmosfera cultural, já no ensino médio, Clair se envolveu com o movimento estudantil e assim prosseguiu em sua fase universitária. Diz ela que queria fazer medicina, prestou vestibular nas cidades de Porto Alegre e Pelotas. Foi aprovada em medicina em Pelotas e em Porto Alegre foi aprovada na segunda opção que era farmácia. Como queria mesmo morar em Porto Alegre, resolveu fazer o curso de farmácia e não mais medicina, pois com a vida cultural que tinha em Santana do Livramento e Rivera, preferiu não viver em Pelotas. Relata que se tornou universitária em 1965, durante a ditadura militar, onde a UNE – União Nacional dos Estudantes tinha sido “fechada” pela polícia e centros acadêmicos transformados em diretórios acadêmicos. Durante toda a graduação ela participou do movimento estudantil, e relata:

sempre fui nas passeatas, greves gerais onde a polícia cercava nossos grupos. Nas manifestações se ia sem nenhum documento, sem nome de ninguém escrito em papel nos bolsos. Se te pagassem, você não poderia contar nada, nenhuma pista. Fui sondada por vários partidos de esquerda na época e comecei a me relacionar com o pessoal do PCdoB ala vermelha, mas tudo clandestino. Em 68, minha formatura foi um dia depois do AI-5, e o discurso do orador era fortíssimo. Chamaram ele e disseram que não podia falar nada daquilo, senão sairia preso da formatura. E ele estava com a mulher para parir a qualquer momento. A formatura aconteceu num clima horrroso.

Ao se formar, ainda no período ditatorial do Brasil e tendo participado ativamente do movimento estudantil universitário, Clair estava correndo perigo em Porto Alegre: “a ponto de um amigo do meu pai, que ainda era policial na ativa, ter procurado ele dizendo ‘olha, tira tua filha daqui e manda para outro lugar’. Eu estava marcada, iam me pegar”.

Então Clair se mudou para São Paulo, em 1968, e por intermédio de conhecidos começou a trabalhar num laboratório da indústria farmacêutica. Mas esse emprego só durou três meses, porque ela começou a organizar a equipe de farmacêuticos contra o supervisor, já que...

ele só era prático em farmácia e era um absurdo um prático ser nosso chefe (risos). E mais: o laboratório estava sendo comprado por uma empresa norte-americana, de capital estrangeiro. Infernizei geral lá. Comecei a organizar a galera contra isso, eu e uma colega fomos pra rua. Mas como eu tinha indicação de um figurão, me recomendaram na seleção do INAMPS, hoje INSS, e fui fazer a seleção. Na época não tinha concursos nesses órgãos públicos. Fui aprovada na seleção e quando teve concurso me submeti ao processo e passei. Trabalhei em farmácia hospitalar, no Hospital de Heliópolis, na Farmácia Terapêutica. E sempre estava metida em reuniões clandestinas, mas tive muita sorte na vida: minhas chefias iam com a minha cara (risos), me achavam engraçada, ‘meio louquinha da política’, diziam. Mas eu era uma boa profissional, daí de vez em quando me davam umas enquadradas e eu me continha por uns tempos.

Passados alguns anos, cursou uma pós graduação e, entre administração hospitalar e saúde pública, se interessou mais pelo currículo do curso de especialização em saúde pública. Foi quando conheceu o Alcides Coelho, médico sanitaria, que trabalhava em Criciúma/SC como funcionário da Secretaria Estadual de Saúde, e que também foi para São Paulo fazer a mesma especialização.

Casaram-se e Clair conseguiu transferência para SC por ser funcionária pública federal. Mudou-se para Criciúma por volta de 1972,

onde nasceu sua primeira filha, Leticia. Ali tiveram contatos com grupos clandestinos e com pessoas que tinham sobrevivido a torturas, mas logo voltaram a São Paulo para cursar o mestrado. Mesmo um tanto a contragosto, por não ser muito “apegada” à carreira acadêmica, ela foi com o marido, ainda em licença gestação da primeira filha, e fez as disciplinas do mestrado. Ao retornarem para Criciúma, Alcides foi convidado a assumir um cargo no Departamento de Saúde Pública - DSP da Secretaria Estadual de Saúde, localizado em Florianópolis. Então em 1975 se mudaram para a capital do estado e em 1976 a segunda filha, Isadora, nasceu. O casal se candidatou a vagas de docentes na seleção da UFSC e ambos foram aprovados. Clair assumiu a disciplina de Saúde Pública no Departamento de Farmácia desta instituição e Alcides era professor no curso de Medicina. Mantinham dois empregos cada um: na universidade tinham uma carga horária de 20 horas semanais. Ela trabalhava também no INAMPS e ele, no DSP. A terceira filha, Maíra, nasceu em 1979.

Dando aulas na UFSC, tanto eu quanto o Alcides começamos a ser procurados por grupos políticos, a partir de estudantes de graduação que se interessavam pelo nosso jeito de dar aulas, falar e defender as posições - mas com cuidado na segunda metade da década de 70, quando ainda estávamos na ditadura. Era um pessoal do MDB, de vertentes comunistas e do movimento estudantil. Queriam fortalecer a corrente de esquerda dentro do MDB. Então eu e o Alcides nos filiamos ao PMDB nessa época, lá por 1980 e iniciamos a militância partidária.

Clair é a única mulher que foi vereadora por dois mandatos parlamentares em Florianópolis, até o momento, e teve a peculiaridade de um dos mandatos se constituir de 6 anos (1983 – 1988). Foi reeleita na disputa eleitoral de 1988, assumindo o segundo mandato de 1989 a 1992 e exercendo a vereança por 10 anos ininterruptos. Quando foi candidata novamente, na disputa eleitoral de 1992, ela não foi eleita, mas permaneceu com atuação política e partidária no cenário local. Ao ser eleita pela primeira vez, com 38 anos de idade, já tinha três filhas, todas ainda pequenas com 3, 5 e 8 anos. Clair é uma mulher branca,

descendente de imigrantes italianos, como vimos, com graduação em farmácia e pós graduação na área da saúde pública.

Na disputa eleitoral de 1988, em Florianópolis, ocorreu um fato inusitado e único até hoje, conforme mencionamos anteriormente: três mulheres foram eleitas vereadoras titulares para a Câmara Municipal, sendo que Clair Castilhos Coelho foi reeleita e também se elegeram Jalila El Achkar e Angela Regina Heinzen Amin Helou.

Jalila El Achkar passou sua infância no interior do estado do Paraná, num pequeno município chamado Piraí do Sul, próximo de Ponta Grossa. Sua mãe e seu pai vieram do Líbano casados. Apenas o primeiro filho do casal nasceu naquele país, e as outras 11 crianças já nasceram no Brasil, sendo que uma veio a óbito por ter agravos em decorrência de sarampo. Jalila foi a 9ª filha de dez irmãos e irmãs vivos. Relata que o aspecto religioso sempre esteve muito presente na família:

Meu avô paterno era padre ortodoxo no Líbano e meu pai cresceu nessa linha cristã, que não tem Papa e obedece ao patriarca da Grécia. Teoricamente meu pai seria o sucessor de meu avô por ser o filho caçula. É uma igreja muito mais rígida do que a católica tradicional, mas também tem sua beleza nos rituais e o padre ortodoxo tem a função de orientador, conselheiro, junto as famílias. Ele se casa, constitui família e só depois pode ser sacerdote. Então a gente vem dessa família bastante religiosa, minha mãe era muito muito religiosa. Nós tivemos essa orientação e praticamos, eu e meus irmãos, até uns 18, 20 anos, alguns mais até, em função da presença da minha mãe.

A família trabalhava com um pequeno comércio na cidade onde viviam, atendendo os moradores locais e das redondezas. Conforme diz:

Tínhamos uma loja e nossa família trabalhava nela com compras, vendas e gerenciamento em geral. Minha mãe se ocupava tanto das tarefas da casa, com as crianças e ainda trabalhava na loja. Na época uma loja de cidade de interior era junto da casa da família: atravessava uma porta e estava na loja ou em casa. Não se trabalhava aos domingos naquele tempo, mas vinha o pessoal da

agricultura, de carroça puxada a boi ou cavalo, fazer compras e batia lá em casa mesmo com a loja fechada. Ai lá ia meu pai atender eles, porque tinha que sustentar a família toda só com aquela renda, não existia outros recursos financeiros e era uma família grande. Tudo foi muito contadinho, não existia extravagâncias, era tudo super controlado.

Apesar do rigor apregoado pela religião cristã ortodoxa da qual a família fazia parte, e de tradicionalmente as filhas serem orientadas para o casamento e submissão ao marido, Jalila relata que seu pai estimulou que elas tivessem uma profissão, estudassem e se tornassem independentes:

Mesmo sendo um homem criado na ortodoxia cristã, meu pai incentivava que as filhas estudassem igual aos rapazes. Era bem difícil financeiramente naquele tempo. Lembro que mandava dinheiro para nós, tudo na ponta lápis, todos os gastos, da compra de comida até a passagem de ônibus. Alguma viagem a mais de ônibus e já faltaria dinheiro e tínhamos de falar com ele para mandar aquela quantia a mais e dizer porque gastamos a mais. Não tinha essa de comer fora ou pedir pizza, tudo era feito em casa até as confraternizações com grupo de amigos. Era bem difícil, mas foi importante para nossa formação. Desta forma a família conseguiu garantir que todos os filhos estudassem. A maioria de minhas amigas de lá não saíram da cidade, estudaram pouco, se casaram e ficaram por lá.

Jalila não mencionou vivências culturais intensas em sua infância ou adolescência, ficou muito presente em sua fala esse esforço do trabalho da família, que era numerosa, para o próprio sustento e garantia de permanência nos estudos. Mesmo sendo proprietária de um comércio de médio porte os custos eram altos.

Na década de 1970 um dos irmãos mais velhos de Jalila fez vestibular para o curso de medicina na UFSC e se mudou para Florianópolis. Já formado, começou a trabalhar e logo abriu um pequeno consultório médico, com especialidade na pediatria. Quando chegou a

fase em que a Jalila também iria prestar vestibular, ela e uma das irmãs queriam ir para Curitiba, porém diz que seu pai não permitiu que fossem sozinhas para uma cidade tão grande. Mas ele aceitou que viessem para Florianópolis morar com o irmão, o Cecim. Com ele as duas irmãs moraram um semestre. Mais tarde, ela conta:

Meu pai alugou um apartamento para eu e mais duas irmãs. Morávamos juntas nós três e estudávamos. Eu passei no curso de arquitetura da UFSC, mas gostava mais da área do planejamento, e na UFSC o curso tinha o foco no trabalho em projetos e o planejamento urbano ficava lá atrás, em terceiro plano. E uns dias depois de minha formatura meu pai faleceu. Eu fiquei perdida, ele era um grande apoio para a família inteira, para mim também. Meu pai tinha uma coisa muito especial, ele dizia assim: ‘as minhas filhas tem que ser independentes’. Mas as filhas dos árabes ao se casarem ficam em casa, cuidando da casa e da família, é o marido que vai sustentar a família toda. Tanto que minha mãe, criada nessa cultura, obedecia e seguia isso, sem contestar, só que incentivava as filhas a terem profissão, falava da importância disso. E o meu pai dizia que a gente tinha que estudar e não depender de marido, completamente diferente do pensamento tradicional do homem árabe. Então apesar de todas as dificuldades, ele fez tudo o que pôde para manter três filhas estudando em outra cidade, pagar apartamento, era bem caro tudo isso.

Quando o pai faleceu os filhos e filhas já estavam crescidos, a maioria já eram profissionais, estavam casados e se ajudavam mutuamente. Depois de formada em arquitetura pela UFSC, Jalila foi fazer uma pós-graduação no IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, no Rio de Janeiro, com foco no planejamento urbano. Conforme ela diz:

Como te falei, eu gostava mesmo era da área do planejamento. Nessa especialização fizemos um trabalho de campo em cidades do interior, cada grupo com quatro estudantes, trabalhando junto de

uma prefeitura que aceitava esses estudantes e ali a gente analisava qual era o problema e levantava alternativas para solucionar. Era interdisciplinar, tinha a arquiteta, o geólogo, o engenheiro e gente de diferentes locais do Brasil, estudando as questões do planejamento urbano naquela cidade. O trabalho era muito bem aceito. Então quando saí dessa pós eu estava prontinha para mudar o mundo (risos), aquela coisa latente que não foi alcançada na faculdade, da transformação das cidades. Porque em minha formação religiosa, junto com grupos católicos, sempre fui muito empenhada, dava aula de religião, de catequese, e isso era transformador naquele tempo. E o fato da pós-graduação ter me dado o olhar para cidade foi coroador em minha formação. Na época fui convidada pelo prefeito de Pirai do Sul para fazer o primeiro Plano Diretor da cidade, que nem era obrigatório como hoje, e ele me chamou, me contratou por uma fundação e foi muito bom. Depois de ter saído por um tempo para estudar pude voltar, revi as coisas e consegui contribuir com o lugar onde nasci e vivi os primeiros anos de minha vida junto de minha família.

Depois dessa experiência de construir um Plano Diretor para o município de Pirai do Sul/PR, Jalila prestou concurso público para a Prefeitura de Florianópolis, no IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, e foi aprovada. No entanto, conforme ela própria relata:

Trabalhei só três meses e pedi exoneração, porque vi que não era para mim. Eu amava o IPUF, amo o IPUF, penso que o planejamento urbano é a menina dos olhos de qualquer prefeitura. Eu conhecia a maioria dos arquitetos que trabalhavam ali, não porque foram professores, mas porque eu tinha contato com eles, eram profissionais maravilhosos, então trabalhar lá era... nossa... um sonho. Mas logo entendi que tudo ali estava muito preso, amarrado, não tinha o que fazer, não se respeitava a opinião técnica, não existia autonomia. Então, apesar de eu ter um salário

fixo, um emprego - todo mundo queria isso naquele tempo - no final da década de 1980 eu disse 'não! Ficar desse jeito não é pra mim'. E pedi para sair do IPUF. Fui trabalhar com uma amiga, montamos um escritório de arquitetura e começamos a trabalhar juntas na área de projetos.

Foi nesse período que surgiu a ideia da candidatura à Câmara de Vereadores, que partiu inicialmente como uma provocação de seu irmão, fazendo-a refletir e decidir candidatar-se. Segundo ela:

Naquele momento lembro que foi uma decisão bem difícil. A opção era deixar tudo e colocar uma prioridade. Seriam quatro anos de dedicação exclusiva e neste período eu já estava com o escritório de arquitetura na área de projetos. Troquei ideias com vários amigos, até da minha área de espiritualidade. Acho que para a maioria não é assim, mas para mim é. Em qualquer decisão que tomo, pergunto: 'Senhor, é isso?'. Porque se for para contribuir, tô dentro. As coisas começaram a ficar mais fortes e aquele movimento cresceu, até que optei por ser candidata.

Jalila foi vereadora somente na legislatura de 1989-1992. Na disputa eleitoral de 1992 ela candidatou-se novamente, mas não conseguiu ser reeleita. Como veremos mais adiante, Jalila permaneceu na política partidária por mais algum tempo, mas logo se afastou. Quando foi candidata pela primeira vez, ela não era casada, tinha 28 anos de idade e foi a mais jovem dentre as vereadoras titulares. Durante o exercício parlamentar, casou-se e teve duas filhas, sendo a primeira e única mulher que viveu essa experiência na Câmara Municipal de Florianópolis até hoje, gerando um debate sobre a licença-maternidade para vereadoras. Adiante vamos explorar mais essa peculiaridade.

Em relação a **Angela Amin**, apesar das inúmeras tentativas, não conseguimos obter um contato pessoal e, conseqüentemente, não foi possível realizar a entrevista. Portanto as informações que apresentaremos foram encontradas por meio de levantamento documental em jornais, sites da internet, entre outros.

Angela Amin é natural de Indaial. Nasceu em 20 de dezembro de 1953, filha de Pedro e Petrolina, ele funcionário de indústria têxtil e ela professora e diretora de escola pública. Em 2012 seu pai faleceu, com 89 anos. Sua mãe, a senhora Petrolina, festejou 94 anos em junho de 2015, reunindo familiares, conforme divulgou Angela Amin com uma fotografia em sua página numa rede social na internet. Angela estudou até o 4º ano na escola pública Raulino Horn, em Indaial, onde a mãe lecionava e foi diretora. Entre os anos 1966 a 1972, em Blumenau, estudou no Colégio Normal Sagrada Família, instituição de ensino da rede particular e de vinculação religiosa ao catolicismo, tido como um dos melhores colégios daquela região.

Angela Amin mudou-se para Florianópolis em dezembro 1972, com 19 anos de idade e, em 1973, iniciou a graduação de matemática na UFSC, formando-se neste curso em 1976. Ainda em 1973 começou a trabalhar como secretária na ESAG/UEDESC, e desde 1975 é técnica de nível superior da CODESC. Em seu *Curriculo Lattes*¹⁵, no texto informado por ela, podemos verificar que:

É Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina com dissertação intitulada Gestão Integrada de Riscos na Administração Pública. É Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina com a tese intitulada Avaliação da Maturidade da Gestão do Conhecimento na Administração Pública. Dirige suas pesquisas principalmente para os seguintes temas: gestão pública, sustentabilidade, gestão do conhecimento, gestão por indicadores e gestão de cidades.

Em 1979 casou-se com Espiridião Amin¹⁶ e com ele teve um filho e duas filhas: João Antonio, Maria e Joana. As duas jovens não

¹⁵ *Curriculo Lattes*, atualização feita pela autora em 02 jul. 2015. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4282082Y2>>. Acesso em 05 jun. 2015.

¹⁶ Espiridião Amin já tinha sido prefeito de Florianópolis (1975 a 1978) pela ARENA, nomeado pelo Regime Militar.

seguiram carreira na política, já atuam profissionalmente em suas áreas de formação (Direito e Arquitetura). Contudo o rapaz, formado em Administração, com apenas 28 anos foi eleito vereador de Florianópolis em 2008, no ano de 2012 tornou-se vice-prefeito e em 2014 elegeu-se deputado estadual, sempre pelo mesmo partido do pai e da mãe: o PP - Partido Progressista.¹⁷

Angela Amin se filiou pela primeira vez num partido no ano de 1980, no então PDS – Partido Democrático Social, fundado após o fim do sistema bipartidário imposto pelo Regime Militar e identificado até então por “ARENA”. O PDS deixou de existir em 1993 quando se fundiu com o PDC – Partido Democrata Cristão, momento em que criaram o PPR – Partido Progressista Reformador. Neste período, Angela já era deputada federal e, juntamente com a grande parte das pessoas filiadas, migrou para o PPR. Em seguida esta sigla também foi extinta e, em seu lugar, no ano de 1995, foi oficializada a criação do PPB – Partido Progressista Brasileiro, pelo qual Angela Amin foi eleita e reeleita prefeita de Florianópolis. Sua existência foi finalizada em 2003, quando a antiga ARENA passou então a se chamar PP – Partido Progressista, no qual são fortes lideranças as figuras de Espiridião Amin, Angela Amin e, mais recentemente, do filho João Amin.

Quando foi candidata pela primeira vez, Angela já estava casada e com suas crianças: João estava com 9 anos, Maria tinha 5 anos, e Joana 02 anos. Sua família de origem Alemã, com pai funcionário da indústria têxtil e mãe professora, residente no meio urbano no município de Indaial/SC, provavelmente forneceu com bastante esforço às filhas e filhos o acesso à educação e à estrutura necessária até constituírem seus núcleos familiares. Não obtivemos informações acerca de possíveis participações de seus familiares paternos e maternos em atividades político-partidárias. Acreditamos que não havia esse envolvimento, pois não encontramos qualquer registro que nos levasse a concluir algo diferente.

Na disputa eleitoral de 1990, Angela Amin candidatou-se a deputada federal e foi eleita também com uma votação recorde para a época, alcançando mais de 129 mil votos. Entre os anos de 1991 até meados de 1994, na Câmara dos Deputados, atuou como vice-líder do PDS, relatora da Lei de Diretrizes e Base da Educação e participou da

¹⁷ Biografia de Espiridião Amin, disponível no endereço <http://www.esperidiaoamin.net.br/biografia-2/>, acessado em 06/09/2015, a fim de buscar mais informações a cerca da trajetória política de Angela Amin.

CPI da Violência contra a Mulher. Em 1994 foi para o segundo turno na disputa ao governo do estado de SC, mas não logrou êxito e perdeu para Paulo Afonso Vieira. Em 1996 se candidatou a Prefeitura Municipal de Florianópolis, foi eleita e reeleita em 1999 e tornou-se assim a única mulher prefeita da capital catarinense, exercendo tal função de 1997 a 2004. Conforme cita o documento “Perfil de Angela Amin”, enquanto prefeita, ela...

Foi destacada, por cinco vezes, através de pesquisa do Instituto Datafolha, como a melhor administração municipal no ranking nacional de prefeitos de Capitais. Na área social, sua ação mereceu vários prêmios, com destaque para o do Unicef e da Abrinq (Prefeito Criança), pela redução da mortalidade e desnutrição infantil em Florianópolis. Nas áreas de infraestrutura, educação, saúde, habitação foram realizadas mais de duas mil obras durante sua gestão.

Em 2006 foi candidata, pela segunda vez, a deputada federal e novamente obteve a maior votação dentre todas as candidaturas para este cargo no estado de SC, sendo eleita para a legislatura de 2007-2010. Na disputa eleitoral de 2010, outra vez candidatou-se ao governo do estado e perdeu em primeiro turno para o então governador Raimundo Colombo (reeleito nas eleições de 2014). Angela Amin permanece com forte atuação político partidária, não exerce nenhum cargo no parlamento ou executivo desde 2011, mas é sempre uma possível candidata com grande expressão em todas as eleições, tanto para o espaço legislativo como executivo.

Nas eleições de 1992, Clair Castilhos (PSDB) e Jalila El Achkar (PV) foram candidatas e não lograram êxito, mas uma outra mulher conseguiu ser eleita vereadora para a legislatura de 1993-1996: Zuleika Mussi Lenzi.

Zuleika Lenzi nasceu em Florianópolis, mas sua mãe e seu pai não viviam nesta cidade, e sim em Orleans (SC). A mãe tinha origem polonesa e o pai (Antônio Dib Mussi) era de família libanesa - ambos estudavam medicina na UFPR – Universidade Federal do Paraná, em

Curitiba. Sua mãe (Wladyslawa Wolowska Mussi)¹⁸ e seu pai se conheceram na faculdade, casaram-se e passaram a morar primeiro em Laguna, cidade de onde vivia a família do pai, mas logo depois mudaram-se para o município de Orleans. Segundo Zuleika tanto ela quanto seus dois irmãos nasceram em Florianópolis, pois sua mãe queria ter os partos em maternidade:

Então no final da gravidez ela vinha para Florianópolis e ficava na casa de familiares Mussi que moravam aqui. Nascermos na maternidade Carlos Correia. Em Orleans criaram o Hospital Santa Otilia, onde meu pai era diretor, e lá nós ficamos uns 10 anos, o casal de médicos, a mãe na área da obstetrícia e ginecologia e o pai na clínica e cirúrgica, destacando-se como acontecia naquela época com quem era médico em cidade pequena. Foi prefeito de Orleans e logo se candidatou e se elegeu em 1946 para deputado estadual. Participou da constituinte na primeira legislatura da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, de 1947 a 1951. Nessa época viemos morar em Florianópolis. Minha mãe começou a trabalhar no Departamento de Saúde Pública – DSP, depois entrou para o Instituto Nacional de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos e também tinha um consultório particular. Quando meu pai deixou de ser deputado nós ficamos aqui em Florianópolis. Ele também tinha consultório particular, além de trabalhar no Hospital de Caridade. Minha mãe é uma precursora: primeira mulher a exercer medicina no estado de Santa Catarina. Em 1949 nós fomos morar numa casa na rua Trompowski, mamãe viveu nessa casa até morrer em 2012.

¹⁸ Wladyslawa Wolowska Mussi foi a primeira mulher a exercer a profissão de médica em Santa Catarina. Era filha de imigrante polonês casado com mulher brasileira. Com Antônio Dib Mussi teve três crianças: dois meninos e uma menina (Zuleika). Foi titular da cadeira 9 da Academia de Medicina de Santa Catarina, a primeira médica voluntária da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Florianópolis e recebeu o título de cidadã-honorária de Florianópolis. Wladyslawa faleceu em 2012, poucas semanas antes de completar 102 anos de idade. Informações disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Wladyslawa_Wolowska_Mussi#cite_note-6>. Acesso em 28 ago. 2015.

Assim como as outras mulheres que foram vereadoras em Florianópolis, Zuleika também ressalta a preocupação de sua mãe e seu pai em relação a educação:

Quando terminei o oitavo ano no Colégio Coração de Jesus (Florianópolis), eles achavam que os filhos tinham que ter um estudo avançado: me matricularam no Colégio Metodista do Rio de Janeiro, meus irmãos, Mario e Carlos, foram para o Colégio São José (também RJ). Na opinião deles o segundo grau tinha que ser uma formação muito sólida e minha mãe vivia arranjando aquelas professoras bem idosas para dar aula de inglês, francês. Naquele tempo não havia essas escolas de línguas como tem agora, e nós tínhamos essas professoras gostássemos ou não. Nós três éramos obrigados a estudar pelo menos inglês e francês (risos). Meu pai e minha mãe tinham essa visão, apesar de serem de culturas completamente diferentes, ela sendo polonesa que dá ênfase na educação, mas ele era de família libanesa, que restringe muito principalmente para as mulheres. Só que meu pai não pensava assim e dizia que eu tinha que estudar igual meus irmãos, não havia diferença na educação. Eu tenho formação em filosofia e sociologia, meus irmãos: Mario é médico cardiologista e Carlos é da área da administração e foi professor na UDESC e na UFSC.

Ela conta que seu pai, depois de ter sido prefeito de Orleans no início da década de 1940, foi deputado estadual pelo PSD e, uma vez encerrado este mandato parlamentar, em 1951, permaneceu envolvido com a política. Não se reelegendo no pleito eleitoral de 1951, afastou-se de disputas por alguns anos para trabalhar, sanar dívidas e pagar os estudos dos filhos que estavam em colégios particulares, conforme afirma Zuleika:

Depois ele retomou à política partidária, só que se filiou no PTB e fundou o diretório municipal em Florianópolis, na época do Jango, do João

Goulart. Meu pai era diretor do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência). Ele tinha um programa de rádio em que eu era a 'cara ouvinte' que de casa ligava fazendo perguntas (risos). Na nossa casa sempre estiveram figuras da política. Minha mãe não, ela era muito de ler e buscava leituras para nós, cobrava que lêssemos bastante. Tudo o que acontecia na rua era incentivado que a gente se inteirasse, mesmo quando estudávamos no Rio de Janeiro. Em 1957 terminei o segundo grau científico, tinha muito movimento nas ruas, o presidente era Nereu Ramos e vivenciei grandes debates em casa. Ao mesmo tempo em que exigiam que soubéssemos tocar piano, tínhamos uma vida social agitada, entrosada à Colônia Grega em Florianópolis. Éramos vizinhos do Aderbal Ramos da Silva, do Davi Ferreira Lima, do desembargador Pedrosa, e naquele tempo os vizinhos frequentavam a casa uns dos outros (risos). Era um círculo culto e político bem próximo de convivência e havia uma forte 'rixa' com a UDN e a ARENA, a ponto de influenciar os bailes de debutantes (risos). Até os comícios tinham locais separados para acontecer e se colocava espions para ver quem reunia mais gente e qual comício tinha sido mais forte.

Porém uma tragédia na família produziu uma ruptura nessa vivência política e desencadeou um novo momento, conforme relata a entrevistada:

Meu pai era uma pessoa muito carismática, fundou o PTB aqui e ia organizar núcleos do Partido no interior da ilha. Ele atendia uma vez por semana gratuitamente a população num ambulatório do hospital da Igreja de São Luiz, chegou a ser Grão Mestre da Maçonaria em Florianópolis, se relacionava muito bem com vários segmentos. Mas quando ele foi diretor do SAMDU penalizou um coronel da Polícia Militar. Papai estava trabalhando e esse coronel foi lá, entrou no consultório e o matou a tiros, em 19 de março de 1959. Foi um corte em nossa vida

(trêmula, se emociona). Ele seria candidato a prefeito de Florianópolis na próxima disputa eleitoral, foi assassinado com 47 anos, um imenso trauma na nossa família. Ele era a grande liderança. Por mais que minha mãe trabalhasse e tivesse renda, o forte da renda financeira era trazido por ele, que era cirurgião. O Mario tinha 19 anos, eu 18 e o Carlos 13. Por uns dois anos nossa vida foi uma tragédia, com história de júri e advogados. Além do que nosso padrão de vida era alto, minha mãe teve que se virar para segurar o emocional e o sustento da família. Nessa época eu estava indo para os Estados Unidos, com uma bolsa de estudos, e ela não queria de jeito nenhum que eu perdesse essa oportunidade. E fui, em 1960, fazer intercambio, ia passar um ano lá mas, por causa do meu reumatismo grave e do frio do inverno, fiquei apenas 6 meses. Minha mãe foi uma pessoa muito forte, apaixonada por meu pai, o perdeu tragicamente, teve que acompanhar aquele triste processo de julgamento, deu conta dos três filhos. Vivemos vários anos de muita tristeza afetiva.

Apesar de toda a complexidade e da nova situação a mãe, Wladyslava conseguiu manter a estrutura necessária para a formação universitária de sua Zuleika, Mario e Carlos. Conforme nos conta na entrevista, Zuleika interrompeu o intercambio nos Estados Unidos e iniciou o curso de filosofia na UFSC, período em que conheceu e se casou com o seu marido Carlos Alberto, que cursava direito. Dando continuidade aos estudos, ela escolheu a área da sociologia educacional, tendo se formado em 1967. Em 1968 nasceu sua única filha, Adriana. No ano de 1972 iniciou o mestrado em Sociologia Rural no Rio Grande do Sul.

Assim que concluiu a graduação, ainda no ano de 1967, relata Zuleika, já estava trabalhando como professora universitária, em meio ao período ditatorial:

Quando comecei a lecionar na UFSC, em 1967, não estava tão difícil, e nós tínhamos que preparar muito as aulas porque os alunos eram professores de nível médio, tinham magistério e davam aula.

Depois, a partir de 68, entravam alunos na turma que não se sabia se eram estudantes ou investigadores querendo saber o que era dito nas salas de aula. Como professora de sociologia eu passava por muitos cursos. Ao mesmo tempo que participávamos das ações, dos movimentos culturais anti ditadura, tínhamos que ter cautela para não ser pego, não cair. Sempre participei dos movimentos e nunca tive problemas diretamente comigo. Um primo meu foi preso, era presidente do diretório acadêmico de direito, visitávamos ele na prisão em 1964. Então eu participava e aquilo foi crescendo, tendo mais pessoas e já tinha aquela coisa de ter sido criada em um ambiente bastante político dentro de casa, o cenário de ditadura, chegou um tempo que comecei a me envolver mais e resolvi me integrar ao MDB. Desde então sempre mantive envolvimento neste movimento que veio se tornar partido na abertura democrática, o PMDB.

Ao responder sobre a participação política do marido, Zuleika diz que Carlos Alberto nunca teve filiação partidária, que se posicionava politicamente escrevendo em jornais, fazendo a crítica numa linha progressista de esquerda. Ressalta que jamais colocou impedimentos a qualquer forma de participação político partidária ou disputa eleitoral, mas que não gostava de política dentro de casa¹⁹.

Antes de ser candidata a vereadora, Zuleika participou de disputas internas próprias de partidos políticos na eleição das direções municipais e estaduais do PMDB, assumiu o posto de secretária da Secretaria Estadual de Cultura e Esportes no período de 1987 a 1992.

¹⁹ Carlos Alberto Silveira Lenzi conversou brevemente comigo por ocasião da entrevista à Zuleika em sua casa naquela tarde quente de dezembro de 2013. Falou de um livro que escreveu sobre a história dos partidos políticos em Santa Catarina, foi acolhedor e serviu refrescos. Ele se formou em Direito pela UFSC em 1961, presidiu a OAB – Ordem dos Advogados do Brasil/SC de 1983 a 1985. Em fevereiro de 1997 foi empossado desembargador do Tribunal de Justiça pelo Quinto Constitucional (vaga destinada aos advogados), exercendo a função até maio de 2005 quando se aposentou. Publicou vários artigos e livros, ocupava a 14ª cadeira na Academia Catarinense de Letras. Em novembro de 2014, faleceu.

Foi eleita vereadora de Florianópolis em 1992, à legislatura de 1993-1996, com 54 anos na ocasião. Sua filha tinha 25 anos de idade e lhe ajudou na campanha. Filha de família com origem polonesa e libanesa, Zuleika sempre viveu em áreas urbanas, num contexto de classe média alta e formação intelectualizada. Por motivos de saúde não tentou uma nova disputa eleitoral, porém nunca se afastou do cenário político. Zuleika foi a primeira mulher em Santa Catarina que presidiu a direção estadual de um partido - o Diretório Estadual do PMDB - por dois anos (1994-95) e mantém-se dirigente do mesmo partido até os dias atuais. Ressalta-se que ela foi a única mulher a presidir o Diretório Estadual do PMDB neste estado.

No processo eleitoral de 1996, a exemplo do que aconteceu quatro anos antes, outra vez somente uma mulher conseguiu êxito e foi eleita vereadora titular em Florianópolis. A única parlamentar mulher entre 1997 a 2000 era Liacarmen Kleine.

Lia Kleine, como se apresentava em seus panfletos de campanha e jornais de divulgação das principais ações do mandato parlamentar, nasceu em Massaranduba/SC, no ano de 1963. Sua mãe e seu pai tiveram duas filhas e dois filhos. Lia é a primogênita e tem em sua família de origem a história da imigração alemã para o Brasil. Ela diz que os antepassados de seu pai tinham grande interesse em deixar registrado a história da família, mas o mesmo não aconteceu em relação aos familiares de sua mãe. Sabe-se que ela também é descendente de alemães, porém sem detalhes. Referindo-se ao círculo paterno, nos conta:

Minha família veio para o Brasil em 1856. Os tataravós trabalharam na agricultura, mas tinham certa formação cultural. O tataravô foi escrivão e o irmão, que veio com ele da Alemanha, era professor. Se instalaram no interior de Blumenau, à época distrito de Massaranduba. Com eles vinha junto uma irmã que adoeceu e morreu na travessia, seu corpo foi jogado ao mar. Vieram em busca de melhores condições de vida e não por causa de guerras ou perseguições. Meu tataravô chegou a vir para Florianópolis em 1870 trabalhar como escrivão, mas logo foi mandado embora por ser ateu - eu tenho um histórico com antepassados (risos). Ele também era ecologista e dava aula de botânica, além de ser escrivão. Se correspondia

com Fritz Muller, tem cartas que estão conservadas, e o Fritz por sua vez se correspondia com Charles Darwin. Nesse triângulo trocavam ideias. Essa primeira geração, que saiu da Alemanha e se instalou próximo de Blumenau (SC), trabalhava com agricultura, que era a subsistência mesmo da família, junto com a atividade de escrivo e as aulas. Depois, passando para meu bisavô e bisavó, eles também tiveram uma história peculiar: se divorciaram no início do século passado e ela deixou os filhos com ele, saiu de casa e foi trabalhar. Nunca perdeu o contato com os filhos, isso meu avô me contava. Imagina há cem anos atrás um divórcio, a mulher sair de casa e não levar os filhos! Mas está registrado que o casal manteve contato em razão da convivência com as crianças. E onde hoje ainda é a casa de meus familiares em Massaranduba foi a primeira escola do lugar, porque quando meu tataravô foi demitido de escrivo em Florianópolis, ele voltou para lá e fundou essa escola. Antigamente era comum que as escolas de lugares pequenos fossem nas casas das pessoas. Onde eles davam aulas, hoje é nossa sala de jantar. Te falo um pouco disso para dizer que a origem dos meus familiares vem daí: imigração, agricultura e ambiente do ensino.

É interessante observar que Lia fala pouco sobre as mulheres de sua família, a exceção da bisavó que se divorciou, pois é provável que a atuação delas de fato não apareça com protagonismo em registros dos antepassados conservados pela família - o que era bastante comum, evidenciando a invisibilidade das mulheres nos diferentes cenários da história. Entretanto, quando começa a falar de seu núcleo familiar, formado por mãe, pai, irmã e irmãos, Lia chama atenção para comportamentos de sua mãe:

Uma coisa importante sobre minha mãe: ela trabalhava e recebia remuneração antes de casar, era vendedora de uma grande loja de armarinhos que vendia de tudo. E isso não era comum para aquele tempo - anos 1950-60 - aqui na nossa região, principalmente para mulheres brancas

como ela. Sim, porque o trabalho para as mulheres negras sempre esteve presente, os mais difíceis e menos valorizados. Minha mãe trabalhava como comerciária, muito comunicativa e entrosada nas decisões em casa com a família. Só que depois que casou com meu pai parou de trabalhar fora, ficou com as tarefas de casa e o cuidado das crianças.

Seu pai, que vivia como agricultor, não gostava desta atividade e conseguiu abrir uma fábrica de tecelagem no interior de Blumenau, conforme relata:

Tive uma infância onde lembro de estar na fábrica escutando teares, eram uns 70, 80 funcionários, e aquele tchá tchá tchá dos teares indo e vindo, o apito para a hora do descanso, do lanche. Mas os familiares prosseguiram na agricultura e nós não perdíamos o contato com essa realidade e as dificuldades. No início da década 1970 havia uma pujança na região oeste que estava se desenvolvendo bastante a agricultura. Meu pai percebeu isso, sempre foi empreendedor. Dizem que herdou dos que se arriscaram e vieram de navio. Eu tinha 11 anos quando saímos de Massaranduba e fomos morar em Xanxerê. Lá minha família abriu um comércio de venda de implementos agrícolas, produtos e maquinários para trabalhos na agricultura. Por isso que eu digo que nunca nos afastamos por completo da agricultura.

Além da proximidade com a agricultura, Lia chama a atenção para outra peculiaridade frente às demais entrevistadas, que é seu envolvimento com esportes durante a adolescência, a que atribui grande valor para a formação de sua personalidade, segundo nos conta:

Meu pai ia a Blumenau e trazia cadernos e livros. Nós fazíamos uma festa com aqueles presentes, aos 6, 7, 8 anos de idade. Em Massaranduba estudávamos num bom colégio público, a Escola Básica General Rondon. Em Xanxerê, até o 8º ano

ficamos no ensino público, na Escola Joaquim Nabuco. No segundo grau fomos para um colégio particular, minha mãe dizia que era preparação ao vestibular e tinha que ser na Federal. Estudei no Colégio La Salle, de inspiração religiosa e foi difícil - nossa família não cultivava a religiosidade. Sempre adorei esportes e tínhamos incentivo dentro de casa para praticar qualquer esporte. Isso foi fundamental na minha adolescência e juventude. Eu e meus irmãos jogávamos e competíamos pelas seleções do município, viajamos para os Jogos Abertos de Santa Catarina. Fui do time do colégio e fiz parte da equipe de Xanxerê no atletismo, no vôlei e handebol. No handebol eu era uma espécie de arma contra os outros times, tinha até o apelido de 'diabo loiro' (risos), porque para época era alta (1m73cm) e tinha muita força. Essa questão do esporte consolidou bastante do que sou: o esporte dá uma estrutura para lidar com medos, desafios, te coloca numa equipe, tu tens que aceitar que o outro errou, que você errou ou pode errar, tens que dar o teu melhor na equipe, num jogo se enfrenta o público. Ao mesmo tempo podes contar com o suporte do grupo de amigos, cria relações no esporte. Te traz o sentimento de vitória e também o de derrota. É importante do ponto de vista da disciplina, da formação do caráter e eu gostava muito, era um lazer.

Em relação à questão educacional, tal como as demais ex-vereadoras de Florianópolis, para Lia Kleine não foi diferente. Relata que sempre contou com o incentivo incondicional da mãe e do pai, tanto para os estudos como para os esportes, e que não havia diferença no tratamento entre as meninas e os meninos em sua família:

A prioridade nunca foi roupas bacanas, ou coisas que uma família bem sucedida da época pensava em dar para os filhos. Sempre fizeram de tudo para que tivéssemos acesso a boa educação, inclusive na formação de línguas como alemão e inglês, nos proporcionaram isso. A empresa que minha família tinha era patrocinadora dos times

que a gente integrava, coisa pouca, de pequeno empreendedor. E lá em casa, minha mãe e meu pai não gostavam que tivéssemos namorado cedo, queriam que déssemos importância aos estudos e à autonomia que as mulheres daquela época não tinham. Minha mãe, principalmente, era radical nisso, até pelo fato de ter casado e parado de trabalhar fora tolheu muito ela, então não queira que isso acontecesse com as filhas. Para passar no vestibular da Federal tinha que reforçar o 3º ano do segundo grau, e me mandaram morar em Joinville na casa de uma tia. Lá tive acesso a um mundo de cultura bem diferente, com grupos literários, Casa Literária, professores muito bons nessa área. Fiz vestibular para UFSC, queria medicina, mas passei na segunda opção no curso de nutrição, e foi a melhor coisa que me aconteceu.

O que num primeiro momento aconteceu principalmente em razão dos custos financeiros, que considerou excessivo para sua família, se transformou numa empolgante graduação para Lia, como podemos constatar em sua fala:

Na época minha família comprou um apartamento para eu e meus dois irmãos morarmos em Florianópolis; minha irmã, não quis ficar e voltou para Xanxerê. Eles disseram que pagariam cursinho para eu estudar mais um ano e fazer outro vestibular para medicina, mas pensei que seria mais um ano de gastos e eu poderia não passar outra vez. Avaliei que nutrição também é área da saúde, lida com o bem-estar da população, resolvi começar este curso. Entrei em 1981, com a redemocratização do Brasil em seu auge, tive professores com cabedal teórico revolucionário como o Fabio Valente e o Maciel. No início dos anos 80 a principal questão social que afetava a saúde da população qual era? A fome, uma elevadíssima desnutrição! Me encantei com o curso de nutrição, estudávamos desde a agricultura, concentração de terras, latifúndios até as técnicas dietéticas que afetam a saúde das

peessoas que precisam de uma alimentação especializada. O curso, que era novo aqui na UFSC, estava fortemente envolvido na política da nutrição. Hoje por exemplo o CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar) é uma realidade, porém as ideias e lutas nasceram naquela época, o nosso curso era pioneiro nesse sentido. Fizemos um congresso brasileiro de nutricionistas em Florianópolis e foi um marco no campo político da nutrição.

Foi neste período de graduação que Lia despertou para a participação política, apesar de destacar que havia esses debates também no interior da família e que nunca encontrou qualquer tipo de “freio” por parte de familiares quando resolveu se integrar a um partido político. Porém, de forma mais precisa, essa vinculação teve início quando se tornou estudante da UFSC:

Foi uma maravilha! Três irmãos, jovens, morando perto da universidade, na abertura democrática, pouca grana mas um espírito de liberdade (risos). Eu dava aula em séries iniciais, naquele tempo podia. Trabalhei durante toda graduação, contribuindo com os custos de minhas despesas. Na adolescência notei que meu avô se correspondia com familiares socialistas na Alemanha, mandavam jornais com propaganda soviética, isso circulavam na família paterna. Um tio meu foi prefeito de Massaranduba pelo MDB na década de 70 e outra parte da família era ARENA. Dentro de casa se discutia muito política, meu pai foi um dos fundadores do MDB, era contra a ditadura. Eu via tudo aquilo, mas quando entrei na faculdade adquiri consciência política, participava de assembleias de estudantes, de passeatas pelas Diretas Já, e tinha um grupo de pessoas que eu admirava na UFSC e que sempre estavam nas manifestações. Teve um comício no centro (de Florianópolis), vi uma bandeira do PCdoB e essas pessoas estavam lá: era o Caê, o Guisoni, a Magda, a Rô Folquini, o Diego, homens e mulheres com a bandeira, e pensei “olha lá aquela bandeira, vou ficar lá perto”. Esse fato

foi marcante, a partir daí me enturmei com esse grupo e me envolvi na política partidária. Não me filiei naquele ano, mas convivia com o PCdoB na faculdade. Fazia mais sentido tudo o que ouvia em casa, as críticas ao capitalismo, a filosofia da nutrição que estudava acumulação capitalista. Detalhe: o patrono de minha turma foi Karl Marx! E foi consenso (risos). Em 1984 me formei e fui trabalhar na empresa do sistema ticket restaurante, depois trabalhei na cozinha do hospital psiquiátrico de São José - uma rica experiência, porque a cozinha é um perigo, as facas são armas ali, tem vigilância e porta trancada, tive uma vivência interdisciplinar com a psicologia, a enfermagem e a medicina, tudo era discutido em reuniões. Então teve seleção para nutricionistas da prefeitura de Florianópolis e fui uma das selecionadas. Comecei a trabalhar na prefeitura em 1985 e nesse ano me filiei ao PCdoB. Em 1991 passei num concurso da UFSC para professora no curso de nutrição.

Paralelamente a sua atuação profissional estava a militância político-partidária e, antes mesmo de ser candidata e eleita vereadora titular, em 1996, Lia relata que participou intensamente de campanhas eleitorais, tendo sido inclusive candidata a deputada federal em 1994:

Na época que me filiei, o (Edson) Andrino era prefeito de Florianópolis, a Clair vereadora pelo PMDB, e o PCdoB estava em processo de legalização. Participei desses debates e o partido entrou com tudo na campanha do Lula em 1989. Eu estava grávida da Helena, ela nasceu em setembro desse ano. Nessa eleição tenho uma foto com o Lula, eu grávida de 8 meses, com barrigão. Eu era casada com o Osvaldo, pai da minha filha, conheci ele na militância. Em 1994 fui candidata a deputada federal, já com um debate no partido de me projetar eleitoralmente, de ter visibilidade, mas nosso foco na época era eleger o João Ghizoni deputado estadual. Não conseguimos, mas fizemos uma boa votação. Quando assumi

como vereadora, início de 1997, eu tinha 34 anos de idade e a Helena estava com 8 anos.

Enquanto exercia o seu mandato de vereadora (1997-2000) Lia foi novamente candidata a deputada federal, em 1998, fez uma boa votação mas não o suficiente para ser eleita, ficou na segunda suplência. No ano de 2000 participou da disputa eleitoral na condição de candidata a vice-prefeita na coligação com o PT, cujo candidato a prefeito de Florianópolis era Afrânio Bopré. Assim que encerrou seu mandato no legislativo municipal, pediu desligamento do PCdoB e não se filiou em nenhum outro partido político. Mais adiante veremos que a intensidade da exigência do exercício parlamentar pode ter sido o principal fator para seu afastamento da política partidária e eleitoral.

Depois de 18 anos contando com a presença de mulheres no parlamento de Florianópolis, na legislatura de 2001-2004, nenhuma mulher teve êxito eleitoral, nenhuma mulher foi vereadora neste período. Somente com a disputa eleitoral de 2004 uma mulher - e novamente apenas uma - conseguiu ser eleita vereadora titular. Desta vez foi Angela Albino, também do PCdoB.

Angela Albino nos diz que é natural de Florianópolis, enfatiza que seus familiares são imigrantes italianos - mas a família não tem registros dos antepassados - e que teve uma infância, adolescência e juventude bem humildes, com restrições financeiras:

Minha família é de Tubarão, sul do Estado. Fazia apenas um ano que moravam em Florianópolis quando nasci. Meu pai é pedreiro e minha mãe sempre foi costureira. Somos em duas filhas, como sou a mais nova sempre herdava roupas e calçados de minha irmã, a Angélica, e precisava ser assim mesmo. Minha mãe comprava tecidos e fazia nossas roupas em casa. Não nos faltou nada do essencial, mas não era fácil o sustento da família. Como meu pai era pedreiro, um dia ele trabalhou na casa da diretora do Colégio Coração de Jesus e foi quando ele pediu bolsa de estudos para as filhas, e nós fomos estudar no Coração de Jesus com essa bolsa. No segundo grau tínhamos que escolher um curso técnico, ter uma profissão e começar logo a trabalhar. Era uma necessidade em função da família ter limitações e ser bem humilde

financeiramente. Fiz o curso técnico de enfermagem. Logo que me formei passei no concurso do TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e com 18 anos fui ser técnica de enfermagem, atendendo os funcionários. Com o tempo percebi que quem tinha formação em direito conseguia fazer uma carreira de trabalho bem melhor. Então resolvi fazer o curso de direito, na Univali. Nessa época me separei porque meu primeiro marido, o pai dos meus filhos, não queria que eu estudasse. Me mandou escolher e adivinha o que escolhi (risos). Me formei em direito, mas foi bem difícil porque os meninos eram pequenos, o Leo tinha 4 e o Isaac 2 anos. Eu trabalhava e estudava, levava e buscava eles na creche, cuidava da casa, filhos, trabalho. Muitas vezes os dois foram comigo para a sala de aula, dormiam em cima das carteiras. Estudei à noite e deixava eles com minha irmã ou mãe ou vizinhas ou amigas. Toda noite tinha que ver quem podia ficar com eles, e quando ninguém podia, levava os dois para aula comigo.

Angela não entrou em detalhes de como foi sua infância e juventude em relação ao acesso à cultura em geral. Observa-se uma preocupação da família com os estudos regulares e a oportunidade que seu pai percebeu e lançou mão ao pedir a bolsa de estudos, com a certeza que assim garantiria uma educação para as filhas. O casamento não impediu sua busca por uma vida melhor. Pelo contrário, quando colocou em risco seus objetivos, ela não hesitou em romper a relação de apenas quatro anos para seguir em frente, mesmo com dois filhos muito pequenos e inúmeras dificuldades. Apesar de enfrentar obstáculos, ela nos disse que sempre recebeu o importante apoio da mãe e da irmã com o cuidado de seus filhos.

Conta que desde jovem observava a participação comunitária do pai e da mãe e isso influenciava seu olhar sobre as coisas:

Tanto minha mãe como meu pai eram envolvidos com associações de moradores, participavam de grupos da igreja católica e de associação de pais e professores nas escolas. Nossa vida era muito simples e a convivência social que tínhamos era a

comunitária e de igreja. Cresci vendo esse envolvimento de meu pai e minha mãe com coletivos, em debates sobre como melhorar as coisas da comunidade, eram bastante participativos. Hoje avalio que isso teve uma contribuição grande em minha formação. Percebia que os dois buscavam soluções mais coletivas, debatidas. Além disso quando eu estava no ginásio se vivia com intensidade o processo de abertura democrática, as Diretas Já. Eu tinha uns 12, 13 anos e lembro do meu professor de geografia ter se envolvido muito com as Diretas Já, falava sobre isso em sala de aula. E tinha a Emenda Dante de Oliveira. Fiquei abalada ao ver ele ouvindo o rádio e chorando copiosamente com a derrota da Emenda. Esse foi um fato político marcante para mim.

A participação da mãe e do pai em atividades comunitárias e o fato de ter passado sua adolescência em plena abertura democrática com o processo das Diretas Já, segundo Angela Albino, contribuíram na formação de seus ideais. Mais tarde, quando surgiu o convite para integrar a direção do Sintrajusc - Sindicato dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho no estado de Santa Catarina, recorda-se que pensou nessas questões. Foi então no sindicalismo que ela iniciou sua trajetória política. Segundo afirmou, isso só foi possível porque já estava separada:

Ele (o ex-marido) não queria nem que eu estudasse, imagina a briga que seria para entrar na diretoria do sindicato. Me casei com 20 anos e aos 24 já estava separada, isso em 1994. Me formei em direito e comecei participar do Sindicato. Entrei na direção, fui coordenadora geral do Sintrajusc e diretora da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal). Em meio a isso, um colega de trabalho, o Nildão, também sindicalista, se candidatou a vereador pelo PCdoB. Fiz campanha para ele, no ano de 2000, e nesse processo me aproximei do PCdoB e das feministas do Partido. Me filei ao PCdoB em 2002 e continuei sendo dirigente

sindical. Formamos um núcleo de mulheres do PCdoB para discutir feminismo e batalhar pelo protagonismo interno das mulheres. Isso me ajudou muito, pois foi assim que cresci dentro do partido e, tu sabes, várias mulheres se destacaram nessa época e hoje são dirigentes do PCdoB aqui no estado. Se eu estivesse casada com aquele cara, para cada passo seria uma nova separação (risos). É triste que a realidade seja essa.

Portanto Angela Albino iniciou sua trajetória política no sindicalismo, para posteriormente se filiar no PCdoB e em 2004 ser candidata pela primeira vez, disputando uma das cadeiras da Câmara de Vereadores de Florianópolis e sendo eleita vereadora titular com mais de 4 mil votos. Suas reflexões sobre a necessidade da separação do primeiro marido aos 24 anos para estudar e as possibilidades que teve a partir disso serão problematizadas oportunamente mais adiante neste estudo. Quando foi eleita, Angela estava com 34 anos e seus filhos tinham 14 e 12 anos. Depois daquela primeira eleição, ela participou de todas as disputas eleitorais como candidata: em 2006 candidatou-se a deputada estadual, ficou na primeira suplência; em 2008 foi candidata a prefeita de Florianópolis, não conseguiu êxito. Em 2010 concorreu novamente a deputada estadual e elegeu-se titular. Em 2012 mais uma vez disputou a prefeitura mas não foi eleita. Em 2014 foi candidata a deputada federal e, mesmo sendo a mulher mais bem votada no estado de SC naquela disputa eleitoral, obtendo 87.954 mil votos, não conseguiu o número suficiente para ser eleita deputada federal titular e ficou na segunda suplência. Angela ainda participa ativamente da vida política e, entre fevereiro e outubro de 2015 assumiu o cargo de Secretária de governo, liderando a Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Deixou este órgão para assumir o mandato de Deputada Federal em 28 de outubro de 2015, após dois deputados federais eleitos titulares na coligação terem se licenciado. Atualmente Angela Albino está no exercício parlamentar na Câmara dos Deputados, além de ser presidenta estadual do PCdoB desde 2009 e, também integrar o Comitê Central (direção nacional) do PCdoB.

Destacam-se como traços comuns entre todas as mulheres que foram vereadoras titulares de Florianópolis: o fato de serem brancas e o incentivo que receberam da família para estudarem e terem autonomia

financeira em suas vidas. É interessante observar que, mesmo entre as mulheres que foram vereadoras suplentes (cinco), nenhuma era negra.

A maioria foi eleita vereadora antes dos 40 anos: Jalila com 28 anos, Lia e Angela Albino com 34, Angela Amin estava com 35 anos e Clair com 38. Apenas Zuleika já tinha mais de 50 anos quando eleita. Com exceção de Jalila, que não tinha filhas - pois como vimos nasceram no exercício de seu mandato parlamentar -, todas já contavam com a presença de filhas e filhos durante a campanha eleitoral.

Residiam no meio urbano e já tinham uma vivência profissional como funcionárias públicas quando foram candidatas, à exceção de Jalila, que, apesar de ter passado em concurso público, pediu exoneração poucos meses depois. Dentre as seis vereadoras, três delas foram professoras universitárias da UFSC antes de disputarem a eleição de vereadora: Clair, Zuleika e Lia.

A única casada com uma liderança política forte e consolidada é Angela Amin, cuja influência familiar impactou mais diretamente seu êxito eleitoral na disputa a vereança em 1988. Apesar do forte envolvimento do pai de Zuleika Lenzi, que chegou a ser prefeito e deputado estadual, ela só veio a ser candidata muitos anos mais tarde (em 1992) e pode se dizer que certamente já não herdou o eleitorado do pai, assassinado em 1959. Seu êxito eleitoral partiu muito mais da experiência que teve como secretária estadual e da organização antecipada que seu grupo político fez naquela campanha eleitoral, como veremos mais a frente neste estudo. O mesmo ocorreu com Clair Castilhos cujo avô e pai também tinham envolvimento político, no entanto em outro estado (no RS) e no período que antecedeu o regime ditatorial, enquanto ela foi candidata apenas no início dos anos 80, com uma experiência política advinda do movimento estudantil e manifestações contrárias à ditadura. Jalila não contava com nenhuma vivência política na família, seu interesse despertou a partir da provocação de seu irmão e do ímpeto que teve em querer trabalhar com planejamento urbano e questões ambientais a partir do legislativo. Lia Kleine, apesar de ter envolvimento de familiares em eleições e partidos - inclusive seu pai como filiado do PMDB -, teve sua trajetória na política partidária iniciada apenas depois de sua graduação. A partir daí, passou pelas manifestações das Diretas Já, pelas atividades do movimento estudantil, pelo envolvimento em movimentos sindicais e tornou-se figura pública do seu partido em Florianópolis, onde foi vereadora, enquanto sua família vivia em Xanxerê. Angela Albino só começou a ter

uma atuação partidária depois que já era dirigente sindical e não conta em sua família com qualquer tipo de envolvimento em partidos, sendo a primeira a ter mandatos parlamentares. Seu capital político foi construído via participação no movimento sindical, movimento de mulheres e enquanto liderança do partido.

A experiência dessas poucas mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis será analisada neste estudo a partir da pesquisa qualitativa subjetiva. Sendo assim, no próximo capítulo nos dedicaremos a refletir sobre algumas contribuições das epistemologias feministas que norteiam os caminhos metodológicos deste trabalho, situando o olhar experiência militante da pesquisadora, como profissional e como ativista, de modo a analisar suas trajetórias políticas a partir de uma reflexão sobre o conteúdo dos seus próprios relatos.

2 EPISTEMOLOGIA FEMINISTA NA PESQUISA AFETADA

Resistiu a verdade e postou-se frente a mais uma versão.

E outra. E mais outra.

Revisa-se, edita-se, não precisa redigir-se.

As marcas que a mulher tem no corpo e tudo que tem dentro de si, incrivelmente, fazem dela toda vida e libertação.

(Clarissa Peixoto)

Este capítulo apresenta as etapas da materialização desta tese, além de refletir sobre a experiência da pesquisadora enquanto militante na construção de um trabalho acadêmico feminista e interdisciplinar e sobre sua preocupação constante com a vigilância epistemológica. Primeiramente apresentamos um plano de trabalho contendo as etapas metodológicas a partir dos elementos conceituais, dos métodos e das técnicas de pesquisa, conforme pode ser visto a seguir:

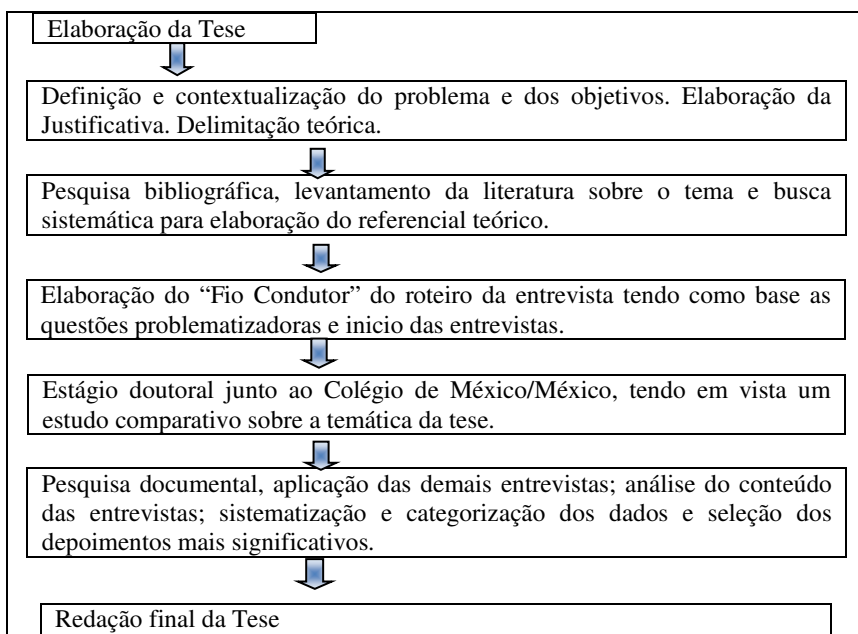


Figura 1 – Plano de Trabalho

Fonte: Elaborado pela autora

Nosso processo de pesquisa e consequente elaboração da tese seguiu um ciclo que se constitui, conforme Minayo (1992, p. 26), num “trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações”.

Tendo em vista os interesses da área de Estudos de Gênero (EGE) no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas, no qual fizemos nosso percurso, a pesquisa fundamenta-se no enfoque da Interdisciplinaridade e das Epistemologias Feministas.

Tais enfoques remetem, inicialmente, a uma visão ampla da realidade, conforme a noção de complexidade, em Morin (1996, p. 278), para quem, apesar de ser possível chegar num certo nível de previsibilidade, o inesperado traz o complexo por meio de relações que podem ser sutis, mas que proporcionam a chance de outras acontecerem e potencializarem grandes movimentos. Para o autor, a realidade é construída a partir do conhecimento. Sendo assim, ela (a realidade) é única para cada indivíduo. Ou seja, não há uma verdade para explicar todas as questões ou uma única forma de agir como correta. As pessoas percebem o mundo de modos diferentes, interpretam e reagem à sua maneira (Morin, 1996, p. 279-280).

Em pesquisas complexas como esta investigação feminista, que teve como resultado final a presente tese, as análises são feitas a partir de uma gama de olhares, e necessariamente teremos presente a interdisciplinaridade, que para Hector Leis (2011) é vista como uma abordagem de temas que em função de sua complexidade não podem ser trabalhados por uma única disciplina.

A interdisciplinaridade, segundo Cecilia Minayo, “não se configura como uma teoria ou um método novo: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicações de temas complexos” (2010, p. 437), devendo ser considerada desde a definição do objeto de pesquisa, abarcando os diferentes conceitos envolvidos na temática, até o método e técnicas adotadas na investigação. Para a autora, os temas abordados em pesquisas na área das ciências humanas e sociais geralmente são complexos, necessitando dos olhares (enfoques) de várias disciplinas para que estas possam dialogar entre si em busca de respostas à problemática central.

Resguardada toda a atenção relacionada à vigilância epistemológica (Bourdieu, 2003) pelo fato da pesquisadora ser militante feminista, esta investigação inscreve-se na seara da epistemologia

feminista, eminentemente no campo interdisciplinar, que advoga pela pluralidade metodológica (Narvaz e Koller, 2006). Além disso, assume a matriz crítica da ‘pesquisa do ponto de vista’ (Harding, 1996), em que a compreensão da existência da mulher universal essencializada sai de cena para surgirem mulheres diversas, situadas, portadoras de conhecimentos e experiências específicas talhados na vivência socioeconômica e cultural de sua classe social, etnia, orientação sexual e de sua transi territorialidade entre lugares.

Paralelamente à ‘pesquisa do ponto de vista’, a ‘perspectiva parcial’ (Haraway, 1995) estará presente no decorrer deste trabalho, cujo tipo de pesquisa é qualitativa e segue uma das modalidades dos Relatos Oraís denominada “trajetória de vida”²⁰, que utiliza como técnica de coleta de dados a entrevista, tendo como base um Fio Condutor, ou seja, um roteiro de perguntas preestabelecido, que segue os enfoques das questões problemas que circundam o objeto. O material empírico foi trabalhado através da “análise de conteúdo” (Bardin, 1999), subsidiado no levantamento documental e bibliográfico cujas leituras foram relacionadas com as categorias que emergiram ao longo da pesquisa de campo.

Para Virginia Olsen, a investigação feminista é sempre qualitativa porque “concentra-se nas diversas situações femininas, problematizando-as, e (...) pode apresentar novas ideias geradas na pesquisa para a desestabilização de conhecimentos a respeito de situações opressivas para as mulheres, ou para ação ou para pesquisas futuras” (Olsen, 2005, p. 220).

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DAS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS: IDENTIDADES FLUÍDAS ENTRE A PERSPECTIVA PARCIAL E O PONTO DE VISTA FEMINISTA

Uma epistemologia, para Sandra Harding (1996), é uma teoria do conhecimento que trata de problemas. Mas alguns questionamentos precisam ser feitos: quem define os problemas que são abordados pela ciência? Como conhecemos? Que tipo de conhecimento produzimos e a partir do que conhecemos? Quem pode ser sujeito do conhecimento?

²⁰ Sobre a técnica de pesquisa qualitativa que trabalho com história oral e trajetórias de vida, nos subsidiamos em Marcos Fábio Freire Montysuma (2006), Sílvia Salvatici (2005) e Alessandro Portelli (1997).

A autora argumenta que a voz da ciência é masculina, que a história foi escrita através do ponto de vista dos homens de classes e raças dominantes e que as epistemologias tradicionais, além de excluírem as mulheres como agentes do conhecimento, ignoram a relevância dos problemas científicos por elas levantados.

Em contrapartida a esta visão, as feministas propõem epistemologias alternativas que coloquem as mulheres no lugar de sujeitos do conhecimento. Como bem apontado por Martha Salgado (2008), as epistemologias feministas foram responsáveis por uma das revoluções epistemológicas mais significativas do final do século XX e início do século XXI.

Rosiska Darcy de Oliveira adverte que o século XX chega ao fim confrontando-se com a constatação de que o pensamento (produção do conhecimento) ainda tem sido uma atividade eminentemente dos homens: “A versão do mundo que a ciência nos propôs foi a de um único sexo, e esta mutilação é um ponto cego da civilização. Excluídas as mulheres, o pensamento se transformou no produto de uma humanidade lobotomizada” (1992, p. 132).

A proposta de Oliveira é uma ruptura com a modernidade, que privilegia a razão instrumental e a objetividade científica. A autora reivindica que a voz feminina seja ouvida no espaço público, na construção de um novo projeto civilizatório, e afirma: “o feminismo é para as ciências sociais um deslocamento de paradigmas e para os movimentos sociais uma ruptura” (Oliveira, 1992, p. 135).

As epistemologias feministas encontram-se fundamentalmente ancoradas nas demandas dos movimentos de mulheres e feministas, que, por sua vez, problematizam-se a si mesmas em contínuas análises e (des)construções, evidenciadas através das interconexões estabelecidas entre as diversas fases do feminismo, mais conhecidas como as “ondas” do feminismo (Matos, 2014; Pedro, 2011).

Os estudos feministas são abrangentes, complexos e interdisciplinares. Neste vasto campo conceitual, a teoria de gênero é fundamental – entendida como uma teoria que abarca categorias, hipóteses, interpretações e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo.

2.2 UM TRAJETO REPLETO DE DESAFIOS: MILITANTE, ACADÊMICA – “SUJEITA COGNOSCENTE” ENTREVISTANDO COMPANHEIRAS DE JORNADA – “SUJEITAS COGNOSCÍVEIS”.

Para Joan Scott, a identidade dos sujeitos encontra-se junto de sua experiência. Tais sujeitos estão munidos de agência e “não são indivíduos unificados e autônomos que exercem seu livre arbítrio, são sujeitos cuja agência se cria através das situações e status que lhes conferem (...). Assim, experiência é a história de um sujeito” (Scott, 1992, p. 64-66). Deste modo, as práticas observáveis e a escuta dos sujeitos em seu espaço de ação permite encontrar significados e subjetividades individuais.

Segundo o argumento de Scott, a experiência de uma investigadora questiona o status originário da explicação histórica, uma vez que na “análise da produção desse conhecimento” a neutralidade não é possível. Para esta autora, a experiência é “sempre uma interpretação e requer uma interpretação. O que conta como experiência não é nem evidente nem claro e direto: está sempre em disputa, e portanto sempre é político” (Scott, 1992, p. 72-73).

Nesta direção, Maria Mies defende que o valor da experiência reside em “tomar a vida real como ponto de partida, tanto em sua dimensão subjetiva concreta como em suas implicações sociais (...). A introdução da categoria experiência, ou do ‘fator subjetivo’ na ciência, corresponderia ao lema segundo o qual ‘o pessoal é político’ ” (Mies, 2002, p. 73).

Definir como objeto desta investigação a análise da trajetória política das mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis (até 2016) e a contribuição de seus mandatos parlamentares para as questões de gênero demandou desta pesquisadora um “olhar situado”, e ao fazermos esta escolha, assumimos um “ato político”. Não há receio em inscrever-se no terreno da subjetividade, distante de uma suposta neutralidade, pois detemos uma visão, conforme já anunciado, de quem participa da vida político-partidária em campanhas eleitorais e assessoria parlamentar. Portanto, entendendo essa perspectiva atuante como uma visão, um aprendizado diferente de uma mera investigação convencional, concordamos que esta pesquisa se situa no campo da “história-militante”, como diz Joana Maria Pedro, para quem o feminismo e os movimentos de mulheres contribuem significativamente

“para que as reflexões sobre gênero sejam implementadas de forma interdisciplinar” (2011, p. 270).

Pesquisar e militar são ações inscritas no corpo desta que escreve e não podem ser passíveis de separação! Compreende-se que o espaço acadêmico também se configura como um dos lugares estratégicos para as lutas das mulheres. Estar na condição de pesquisadora e militante há cerca de 20 anos tem me respaldado em uma postura de “pesquisadora situada”, a partir da perspectiva parcial e do ponto de vista feminista, como esclarece Sandra Harding:

Reconhecer a importância das experiências femininas como recurso para a análise social tem implicações evidentes para a estruturação das instituições sociais (...), para a estruturação da vida social em sua totalidade. Por isso, deve enfatizar-se que são as mulheres quem devem revelar primeiramente quais são e tem sido as experiências femininas (HARDING, 2002, p. 21).

São diversos os tipos de pesquisa qualitativa feminista²¹. O que se tem em comum entre elas é a existência de múltiplos métodos em articulação. Nesta seara encontramos a perspectiva parcial dos saberes localizados, de Donna Haraway (1995) e a resposta do ponto de vista feminista de Sandra Harding (1996) como epistemologias feministas plurais, diversas, que comportam posições parciais, mutáveis, múltiplas e complementares, sem perder o rigor científico da investigação.

Ambas dialogam entre si quando se trata de apresentar e defender as vertentes das teorias perspectivistas ou do ponto de vista feminista. O central em Donna Haraway gira em torno da noção de objetividade na ciência, que legitima alguns conhecimentos em detrimento de outros. Em consonância com esta posição, Sandra Harding denuncia as distorções produzidas pelo androcentrismo, racismo, eurocentrismo e heterossexismo e propõe a inclusão do ponto de vista dos dominados, a partir de suas experiências, que nunca foram reconhecidas. Faz frente, deste modo, aos pressupostos metodológicos da ciência tradicional.

²¹ No artigo “Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio” de Virginia Olsen (2005) pode-se encontrar uma reflexão em torno de alguns tipos de pesquisa qualitativa.

A investigação via perspectiva parcial, defendida por Haraway²², considera que todo o contexto da própria construção social de quem pesquisa está implicado na problemática, lançando sobre o objeto pesquisado um determinado olhar situado, de tal forma que a análise vai revelar as marcas de sua trajetória. A perspectiva parcial potencializa a compreensão da realidade social interseccionada pelas dimensões de gênero, classe, raça/etnia, geracional, entre outras, vindo a compor os sujeitos cognoscentes a partir de suas experiências com uma visão contextualizada, não limitada ao recorte individual. Haraway (1995) argumenta que a clareza de todo este contexto remete à objetividade mais profunda. Para ela,

a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades. A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva (...). A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprender a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Ou seja, segundo Haraway a objetividade feminista está exatamente na perspectiva parcial dos conhecimentos localizados do sujeito cognoscente. Para a autora, o objeto do conhecimento é o agente central e não somente o recurso. No entanto, Maria Cecilia Mac Dowel dos Santos (1995)²³, critica o “distanciamento apaixonado” de Haraway,

²² Estas considerações se baseiam na versão traduzida para o português, disponível no Cadernos Pagu n. 5 (1995), p. 01-47, do artigo *Situated Knowledges*, de Donna Haraway, originalmente publicado em 1988 na revista *Feminist Studies*.

²³ Para acessar na íntegra as considerações críticas que a autora tece sobre *Os saberes localizados* de Haraway, sugerimos o seu artigo “Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não inocente” com Donna Haraway”, publicado em Cadernos Pagu (5), 1995, p. 43-72.

sem o qual não seriam possíveis diálogos ou conversas racionais nem mesmo a produção de um conhecimento crítico. Conforme Santos,

podemos situar-nos objetivamente quando estamos próximas de nossas raízes históricas e posições sociais. A distância não nos dá necessariamente uma perspectiva de visão mais objetiva. Dá-nos uma perspectiva e um foco apenas diferentes dos que teríamos numa situação de proximidade. [E] ainda que aceitemos uma prática de ‘distanciamento apaixonado’, é necessário que fique claro *do quê e de quem* pregamos tal distância (SANTOS, 1995, p. 67).

O importante é prevenir-se do isolamento e distanciamento daquilo que consideramos nosso lócus de atuação, nossa origem e onde nos identificamos politicamente, adverte Santos (1995). Tais críticas, contudo, não invalidam a perceptiva parcial dos saberes localizados como defendido por Haraway, compreendendo que é através do posicionamento crítico que se produz a objetividade na pesquisa feminista. Segundo sua afirmação (1995, p. 31-32), “o feminismo tem a ver com uma visão crítica, consequente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial” e os conhecimentos situados estão implicados na incorporação dos saberes em diferentes contextos. Dentre as “vantagens” da perspectiva parcial, pode-se dizer que:

Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece (...). A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada. Suas imagens não são produtos da escapatória ou da transcendência de limites, isto é, visões de cima, mas sim (...), visões de algum lugar (HARAWAY, 1995, p. 35).

Enfim, para esta autora, a ciência feminista recusa explicações totalizantes e busca a compreensão parcial, a partir não de um feminismo singular, já que “não há um ponto de vista feminista único” (p. 32) - uma vez que os sujeitos são múltiplos e múltiplas são suas

experiências -, mas partindo de conhecimentos que incorporam saberes diversos localizados histórica e socialmente.

Compartindo com a perspectiva parcial da colega sinalizando que a epistemologia feminista é um campo conceitual em elaboração, Sandra Harding (1996) indica três tipos de respostas, ou seja, três tendências teóricas possíveis na construção do conhecimento: o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo feminista. Convém lembrar que o valor epistemológico outorgado a essas três tendências é justamente o caráter situado das pesquisadoras, com destaque para a experiência das mulheres.

O empirismo feminista evidencia que o posicionamento do sujeito cognoscente introduz vieses na atividade científica e em seus resultados, gerando desta forma uma “boa ciência” ou uma “má ciência”. A primeira ocorre quando uma investigação é feita com rigor científico, e a segunda se produz quando as obliquidades decorrentes de valores ou pré-noções se antepõem ao procedimento.

A partir dessas premissas, Martha Salgado (2008) define os seguintes postulados para essa tendência: a) as mulheres e os homens podem fazer “boa ciência” se adotarem propostas feministas para eliminar noções preconceituosas em relação ao gênero nas investigações; b) o sujeito cognoscente pode ser um indivíduo, uma rede de indivíduos ou uma comunidade científica; c) pode-se garantir a objetividade científica na medida em que se submete a investigação ao escrutínio rigoroso da comunidade científica.

Para Salgado (2008), o empirismo feminista evidencia que a virada epistêmica da ciência radica em fazer ciência como uma feminista, em consonância com o que afirma Sandra Harding:

O empirismo sustenta que o método científico é suficiente para explicar os incrementos históricos da objetividade do panorama do mundo que apresenta a ciência, podemos afirmar que a história mostra outra coisa muito diferente (...). O feminismo trata de transformar o que se percebe como má ciência, chamando nossa atenção sobre umas profundas incoerências lógicas e sobre o que, paradoxalmente, podemos chamar de imprecisões empíricas das epistemologias empiristas (HARDING, 1996, p. 24).

Para Harding, as epistemologias feministas devem ir além da mera constatação da marginalização das mulheres no campo acadêmico, pois o conhecimento feminista traz questionamentos à neutralidade e imparcialidade, apresentando à ciência problemáticas que são teóricas, epistemológicas e políticas concomitantemente, o que torna evidente a importância das influências culturais e das experiências do universo de quem pesquisa. Para solucionar a baixa representação feminina nas ciências, o empirismo feminista propõe, segundo a autora, medidas de ações afirmativas e formas de atrair jovens estudantes para os estudos feministas.

A vertente do **ponto de vista feminista** (ou *standpoint*) busca defender uma perspectiva crítica em relação às epistemologias convencionais. Questiona a separação entre sujeito e objeto e reivindica o privilégio epistêmico que possuem as mulheres para compreender uma realidade que as tem negado e invisibilizado.

Defende que as mulheres estão situadas em posições estratégicas que lhes permitem uma melhor perspectiva em relação a produzir conhecimentos livres de valores sexistas ou androcêntricos. O ponto de vista feminista sustenta que “a posição de subjugada das mulheres abre a possibilidade de um conhecimento mais completo e menos perverso” (Harding, 1996, p. 24) e, é justamente por ter estado, ao longo da história, neste espaço de subalternidade, que a ciência deve se abrir para conhecer a visão de mundo das mulheres.

Corroborando com a reflexão de Sandra Harding, Martha Salgado (2008) afirma que esta tendência considera que as mulheres possuem um privilégio epistêmico devido a sua posição de subordinação, o que lhes permite comportar-se ao mesmo tempo como “próprias” e “estranhas” (*insiders* e *outsiders*) com respeito aos grupos a que pertencem e aqueles que as dominam. Neste sentido, são capazes de ter uma “dupla mirada” sobre tudo o que as afeta.

Com base na suposta marginalidade na qual vivem muitas mulheres, esta tendência propõe um giro epistemológico: tirar as mulheres da periferia e trazê-las para o centro da investigação científica. As autoras identificadas com essa tendência optam por elaborações teóricas construtivistas e valorizam a relação entre ciência e política, dando força ao caráter político da primeira. Desta maneira, para Martha Salgado (2008) o conhecimento será, além de esclarecedor, liberador!

É necessário reconhecer o caráter pioneiro da vertente do ponto de vista, como mostra Martha Salgado (2008, s/p citando Carmé Adán, 2006, p. 158):

Reconhecer o mérito de haver sido capaz de oferecer uma expressão teórica para as reivindicações dos movimentos de mulheres (...), noções como a necessária visibilidade das mulheres, a revisão histórica dos saberes e práticas esquecidas, a reconceitualização do feminino e sua expressão social (...). O ponto de vista, empregado como uma poderosa lente para amplificar imagens difusas, tem sido desenvolvido com êxito notável nas revisões históricas da presença e da participação das mulheres na ciência.

Por sua vez, Sandra Harding (1996, p. 24) aponta possível como limitação da vertente do ponto de vista feminista o risco de re-essencializar as mulheres, atribuindo-lhes qualidades de gênero positivas a partir da ideia de que são as mulheres pesquisadoras por excelência e com sabedoria para produzir conhecimento sobre mulheres na ciência.

A terceira vertente é a do **pós-modernismo feminista**, cujas representantes refutam o conceito “mulher” para reivindicar a pluralidade das “mulheres”. Realça os conhecimentos localizados em que a ideia de totalidade dá lugar à fragmentação e ruptura, criando um cenário alternativo ao universal e ao essencialismo.

A chave epistêmica desta tendência encontra-se na “ressignificação” das identidades e da política, centrando sua ênfase no “discurso”, na atuação (performance) e na agência. Problematisa as categorias gênero, raça, orientação sexual, e propõe investigar as identidades fragmentadas, a exemplo do feminismo negro, feminismo lésbico, entre outros.

Entre as principais críticas de Sandra Harding (1996) a esta possibilidade de resposta do feminismo está o excesso de relativismo na desconstrução de categorias que balizaram e ainda são importantes em muitos contextos sociais, como por exemplo o sujeito central do feminismo, as mulheres.

Para Harding, nenhuma dessas três críticas feministas à ciência é suficientemente livre de controvérsias. A autora as caracteriza como

“epistemologias em transição”, que mantém uma constante tensão entre si e com a ciência. Advoga, porém, que a epistemologia feminista sai fortalecida ao dialogar com essas três tendências, pela complementação existente entre elas.

Consideramos que na pesquisa aqui apresentada ocorreu um significativo envolvimento entre a experiência da pesquisadora enquanto militante feminista e a produção do conhecimento que resultou nesta tese. Desse modo, o conhecimento também foi sendo adquirido no processo, através das experiências vividas e marcadas pelo contexto do qual a pesquisadora é parte. Assumir a condição de agente em uma pesquisa feminista é primordial, considerando que o campo da ação feminista não se limita a um enfoque da vida humana, mas perpassa inúmeros contextos, extrapolando, como vimos com Haraway e Harding, os ditames da objetividade e neutralidade científicas, deixando-nos afetar.

Ao argumentar sobre o fato de uma investigadora permitir “ser afetada” pelas questões da pesquisa, Jeanne Favrett-Saada (2005) defende que é possível entrar com profundidade em diálogo com informantes, a fim de diminuir a possibilidade de respostas ensaiadas, construídas, de modo que as situações de comunicação involuntárias e não intencionais podem ser muito mais produtivas do que numa pesquisa convencional. “Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assumo o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada” (p. 160), de tal forma que durante o processo de pesquisa conseguimos nos questionar sobre muitas questões sobre as quais pensávamos que já tínhamos as respostas.

Assim, a experiência e conhecimento adquiridos como militante possibilitaram, conforme Favrett-Saada, aquela comunicação involuntária e não intencional, criando uma interação direta com as sujeitas da pesquisa em torno do contexto que estava sendo problematizado, indo além da ideia de empatia cuja aceção vem “experimentar de uma forma indireta as sensações, percepções e pensamentos do outro” (Favrett-Saada, 2005, p. 159). Entendemos que permitir-se afetar não implica necessariamente compartilhar as mesmas opiniões de quem se pesquisa, mas se propor a estabelecer um nível de interação entre pesquisadora e sujeito pesquisado muito maior do que em contextos que requerem a imparcialidade e objetividade da ciência.

Temos claro que a perspectiva do sujeito cognoscente afeta a abordagem da investigação e seus resultados; o eixo articulador dessa abordagem são as relações intersubjetivas como expressão das condições sociais em que se realiza a investigação, cuja potência radica no consenso e não na hegemonia de um ponto de vista sobre o outro. Estas relações introduzem o reconhecimento da diversidade como outra linha de coerência entre a vida social e a vida científica, compreendendo que no mundo contemporâneo, marcado por fluxos, mobilidade, globalização e multiculturalismo, emergem sujeitos marcados por ampla diversidade.

Em consonância a esta relação entre pesquisadora e universo pesquisado, Maria Mies (2002, p. 76), adverte que: “substituir a investigação de espectador contemplativo pela participação ativa nos movimentos e ações de emancipação, assim como pela incorporação da investigação a tais movimentos e ações”, envolve um comprometimento da aproximação máxima entre práxis e teoria. Essa articulação entre pesquisa e ativismo é parte da ciência feminista, que não tem perdido de vista o objetivo político de construir “uma visão em que os fenômenos apareçam como históricos, contraditórios, vinculados entre si e suscetíveis de modificação” (Idem, p. 69).

Ao falar sobre a contribuição dos estudos feministas para a ciência, Maria Mies (1991) ressalta que não existe somente uma “maneira científica” de acessar o conhecimento. Para a autora, as formas que nós investigadoras feministas fomos descobrindo incluem: a) o resgate do conhecimento prático e dos saberes populares; b) o conhecimento político; c) as estratégias e habilidades utilizadas pelos sujeitos de nossas pesquisas; d) o auto-reconhecimento, ou seja, a compreensão das nossas próprias capacidades e limitações.

Desenvolver uma investigação pautada na experiência de mulheres é desafiante, pois através disso se pode tornar evidente o que Joan Scott (2001) chama de “mecanismos repressivos”. No entanto, a autora instiga a aprofundar a questão: “sabemos que a diferença existe, mas não entendemos como se constitui relacionalmente. Para isso necessitamos dirigir nossa atenção aos processos históricos que, através do discurso posicionam os sujeitos e produzem suas experiências” (Scott, 1992, p. 49).

Com as mulheres entrevistadas nesta pesquisa não foi diferente. A pluralidade das falas, ideias, críticas, contou com a forma própria de cada uma relatar a experiência vivida e explicitar dificuldades, êxitos ou

reflexões que pontuaram situações contextuais, tanto sobre a participação das mulheres na política, como das reivindicações por direitos específicos. Analisando as experiências das entrevistadas podemos compreender, a partir do que nos traz Maria Mies (2002, p. 72), que nas relações em pequena escala, onde “experimentamos a exploração e a opressão (ou a libertação), encontramos nelas vinculadas as relações materiais e históricas (e não somente ideológicas) ‘em grande escala’”.

Essas mulheres, que passaram pela experiência de serem vereadoras, têm uma história a contar a partir de sua vivência, daquilo que marcou o cotidiano durante os anos que desempenharam a atividade parlamentar. Essas e outras mulheres, como coletivo social, possuem uma experiência a ser compartilhada e analisada enquanto sujeitos do feminismo.

Reconhece-se, na epistemologia feminista, a possibilidade de produzir conhecimento e, ao mesmo tempo, construir práticas políticas a partir de um conjunto de fatores que estão implicados nas investigações e que desafiam e contribuem para a transformação do campo científico, até pouco tempo atrás fechado na objetividade e imparcialidade. Com essa intencionalidade construímos este estudo.

2.3 FEMINISMO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO - A INFLUÊNCIA DO GÊNERO NAS PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO

O que refletimos até o presente momento carrega consigo um entendimento da categoria gênero, cujo conceito questiona a naturalização da diferença sexual. É a partir deste questionamento profundo e desconstruído que a investigação feminista torna-se interdisciplinar; a perspectiva de gênero propõe um novo olhar para a construção do conhecimento, a partir da própria realidade social das mulheres, para as mulheres e com as mulheres. Desfaz a separação entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível; o sujeito cognoscente é um sujeito “generalizado”; e esta condição de gênero de quem investiga se converte em bagagem cultural e política que refletirá diretamente na produção do conhecimento científico.

Por sua vez, os estudos feministas não pretendem afirmar que “as mulheres vão fazer uma outra ciência”, mas sim defender que os indivíduos são sujeitos (pessoas) historicamente corporificados cuja

perspectiva é uma consequência daquilo que são e de como vivem – formação, valores, pontos de vista, entre outros.

Esse permanente processo de desconstruir-se e reconstruir-se tem sido marcado por intensos debates, tanto na militância feminista como na academia. Abrindo caminho, nas décadas de 1960-70 a categoria “mulher” ou “mulheres” foi trabalhada a fim de evidenciar os sistemas históricos de diferenciação entre os sexos, associada à leitura do patriarcado para compreender a origem da opressão masculina sobre o universo feminino, sendo as mulheres o sujeito principal do feminismo.

A categoria “mulher” foi questionada como essencialista, determinada pelo sexo biológico, e problematizada enquanto política identitária. Para Piscitelli, “O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na ideia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a ‘identidade’ entre as mulheres torna-se primária” (2002, p. 04).

Da mesma forma, a teoria do patriarcado foi sendo criticada pelas feministas, uma vez que não abarca outros contextos das relações que oprimem, discriminam e violentam, como é o caso do racismo e da homofobia. Além disso, há críticas de que seja essencializadora, uma vez que compreende como universal a dominação dos homens sobre as mulheres, baseando-se em aspectos físicos e fundados em um sistema político cujo propósito seria a manutenção do poder unicamente para os homens e a opressão exclusivamente para as mulheres. Apesar disso Adriana Piscitelli chama a atenção para o fato de que

é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e causas da subordinação feminina, tinha o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la. As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero (PISCITELLI, 2002, p. 07).

Uma de nossas entrevistadas, Clair Castilhos, faz questão de utilizar a categoria patriarcado em suas palestras. Oportunamente, por ocasião da entrevista realizada para fins deste estudo, indagamos sobre sua compreensão em torno dessa expressão, ao que argumenta:

Em minha opinião dizer que a linha teórica do patriarcado está superada é o mesmo que dizer que a teoria do marxismo foi superada. O marxismo é a teoria da economia política da crítica ao capitalismo e o sistema capitalista não está superado, logo o marxismo não foi superado. O patriarcado moldou o comportamento e o pensamento da sociedade humana e se mantém no presente. O debate de gênero é mais uma forma de discutir a questão do patriarcado e buscar alternativas de superá-lo. Posso ser considerada atrasada, mas penso que gênero dilui a luta feminista, é uma categoria que começou com boa intenção e tem qualidade política, porém o central no feminismo é superar o patriarcado. Quando se usa a categoria gênero se relativiza as relações entre homens–mulheres, abre espaço para atenuar a luta feminista e surge o que agora falam de homens sensíveis, libertação do homem ou lutar por direitos específicos deles. Do ponto de vista tático e estratégico é mortal ao feminismo! Começamos a ter certa visibilidade, mas ainda somos discriminadas, sofremos violências e estamos excluídas de vários lugares. Por ter uma visibilidade parece que nos libertamos e então agora vamos cuidar dos homens de novo. E retomamos nossa situação de mães da humanidade! É uma armadilha. A radicalidade do feminismo está no enfrentamento ao patriarcado. E ninguém venha me dizer que o patriarcado está superado, veja o tratamento das mulheres na TV, rádio, jornal, até em campanha política a mídia elege a ‘candidata musa’, no Congresso Nacional ‘elegen’ a deputada musa, se tenta desqualificar as mulheres em todos os espaços. Circulamos nas ruas com cuidado, em determinados locais não andamos, em certas horas nos recolhemos, há muito de ‘perigoso’ a nós. Vão me dizer que o

patriarcado tá superado? É uma falácia! Temos que ter muito cuidado para não cair nessas armadilhas.

Constata-se no depoimento de Clair que, para ela, o enfrentamento ao patriarcado deve continuar sendo o eixo estruturante dos estudos feministas. Apesar de considerar que a categoria gênero “dilui a luta feminista” e “relativiza as relações”, enfatiza que a utilização da mesma é mais uma forma de enfrentar o patriarcado. A compreensão de Clair Castilhos aproxima-se do que Célia Amorós, subsidiando-se em Heidi Hartmann, entende por patriarcado: trata-se de um conjunto de relações sociais acordadas entre homens a partir de “uma base material e que, além de serem hierárquicas, estabelecem e criam uma interdependência e solidariedade entre os homens que lhes permitem dominar as mulheres” (Amorós, 2008, p.40).

Complementando essa linha de análise, Luisa Posada Kubissa (1995) assinala que o patriarcado pode ser definido como um emaranhado de pactos que põe o controle da sociedade nas mãos masculinas. Esse poder de controlar a sociedade localiza-se em núcleos que comandam as relações políticas e econômicas, de modo que, neste sistema patriarcal, as mulheres ficam excluídas dos âmbitos de decisões das sociedades em que elas também são parte. Tal exclusão não necessariamente ocorre de forma aberta, pois nenhum ordenamento jurídico impede as mulheres de ocuparem qualquer cargo, contudo os pactos sociais entre os homens, velada e estruturalmente constituídos, dificultam a entrada e permanência das mulheres nos espaços de poder. Este cenário é percebido facilmente no Brasil em relação à presença das mulheres na política formal, pois, apesar delas constituírem mais de 51% do eleitorado nacional, não ultrapassam os 10% na ocupação dos cargos eletivos.

Maria da Glória Gohn (2007) faz uma análise semelhante a de Clair Castilhos, avaliando que a categoria gênero trouxe ganhos qualitativos, mas também dificuldades para as mulheres:

Ganhos porque, de um lado, desnaturalizou o tema das diferenças, introduziu o masculino ao lado do feminino, para discutir as diferenças históricas e culturalmente construídas e ampliou o debate colocando novos sujeitos oprimidos em cena, igualmente ignorados e invisíveis até então

na sociedade – os gays, lésbicas, transexuais etc., apontado para as inúmeras formas de discriminação. (...) Dificuldades porque houve uma certa diluição das mulheres na temática de gênero e a invisibilidade da maioria delas continuou nos movimentos sociais não-feministas (GOHN, 2007, p. 55).

Concordamos com Saffioti (2004, p. 119) quando afirma que “o patriarcado é um caso específico das relações de gênero” e, neste sentido, consideramos importante que ambas categorias continuem estabelecendo um diálogo crítico, uma vez que o conceito de gênero aproxima-se do patriarcado, conforme esclarece Pinheiro:

Um aspecto remete à ideia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, que são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. O outro aspecto refere-se à noção de um poder que é desigualmente distribuído entre os sexos. Se esse poder coloca as mulheres em posição de subalternidade, o conceito de gênero aproxima-se ao de patriarcado, pois acaba-se por constituir um sistema de dominação das mulheres pelos homens (PINHEIRO, 2007, p. 35).

Em complementação, para Joan Scott (1995) as relações entre homens e mulheres baseadas em uma hierarquia de poder provém de representações simbólicas sobre a diferença sexual e operam a partir de processos sociais elementares. Conseqüentemente, possíveis mudanças nas relações sociais estão associadas a mudanças também nas representações de poder. Diante disso a autora questiona a lógica das relações de gênero e a situação de subordinação das mulheres como sujeitos históricos e políticos.

Em relação à construção de sujeitos, Mary Garcia Castro (1992, p. 57) argumenta que nós mulheres, como sujeitos, possuímos identidades múltiplas, não fixas, que se entrelaçam num processo alquímico, onde os constructos vão se fazendo de um modo que não podem mais ser separados, moldados pelas relações sociais em sistemas estruturantes que determinam o comportamento humano. Nesse sentido,

a noção de gênero é parte da alquimia das categorias que compõem um entrelaçador das discriminações e opressões.

Portanto, no debate acadêmico, a emergência da categoria gênero possui um caminho repleto de tensões, o que não é propriamente uma situação estranha na epistemologia feminista, como esclarece Teresa Kleba Lisboa (2003, p. 20):

Gênero é mais que uma categoria, é uma teoria ampla que abrange hipóteses, interpretações, categorias e conhecimentos relativos ao conjunto de fenômenos históricos construídos em torno do sexo. (...) Por sua vez o sexo e o gênero não estão condicionados um ao outro de forma reducionista; a própria sexualidade é uma diferença construída social, histórica e culturalmente.

Reduzir o conceito de gênero tão somente a diferença sexual seria incorrer em limitações. Como explica Teresa de Lauretis (1994), esse reducionismo foi defendido por feministas nos anos de 1960 e 1970 e gerou espaços “gêndrados” e marcados pelas especificidades de gênero, dificultando ou impossibilitando “articular as diferenças entre mulheres e Mulher, restringindo o pensamento feminista ao arcabouço conceitual de oposição universal ao sexo” (p. 207). Além disso, “tende a reacomodar ou recuperar o potencial epistemológico radical do pensamento feminista sem sair dos limites da casa patriarcal”. Para a autora, esse potencial epistemológico radical concebe

o sujeito social e as relações de subjetividade com a socialidade de uma outra forma: um sujeito construído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual; e sim por um meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito ‘engêndrado’ não só na experiência de relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (LAURETIS, 1994, p. 208).

Para Lauretis o gênero representa uma relação social e algo que não é restrito à diferença sexual; a autora conclui que masculino e

feminino em sua dualidade, são categorias que, ao mesmo tempo em que são complementares, também...

se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados e formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade (idem, p. 211).

Pode-se de fato perceber com nitidez o quão intenso tem sido, desde os anos de 1970, os debates em torno dos “estudos sobre mulher” e dos “estudos de gênero”. Há inclusive discussões contemporâneas em torno da ideia da volta ou “recriação da categoria mulher”, como defende Adriana Piscitelli (2002), que também crítica o uso da terminologia “gênero” se propagando como sinônimo de mulher, prevalecendo uma ótica binária.

Este movimento não se daria como um “retorno” à categoria “mulher” tal qual fundada nos preceitos biológicos ou do sexo, mas historicizada nos novos contextos e arranjos das experiências vividas e dos desafios ainda persistentes nos meios acadêmicos. Sobretudo, o próprio conceito de gênero, como vimos, tem sido reformulado, e ao mesmo tempo que forneceu “ferramentas substantivas para um dos objetivos centrais do pensamento feminista (desessencializar a subordinação da mulher), esse desenvolvimento e reformulação tiveram efeitos significativos na teoria social” (Piscitelli, 2002, p. 22).

Uma forte crítica a sobreposição do termo “gênero” ao “feminismo” no meio acadêmico é lançada por Ana Maria de la Escalera (2013), para a qual é estratégico continuar priorizando o feminismo enquanto categoria de análise, pois nomeia um fenômeno histórico de mobilização e organização das mulheres, além de evidenciar uma parcialidade e uma tomada de posição política e cultural a favor de uma das partes do tecido social considerada hierarquicamente inferior – as mulheres. Além disso, o uso do vocábulo feminismo posiciona os sujeitos no debate e torna visíveis os adversários (por vezes ocultados pelo discurso do gênero), cobrando desses um posicionamento explícito.

A autora ressalta que “o vocabulário estratégico do feminismo contém noções como contrarresistências estratégicas, ocasião e oportunidade ofensiva, micropolíticas e corporalidades solidárias, que refazem os debates contemporâneos sobre a experiência das mulheres em busca de justiça” (Escalera, 2013, s/p).

Ana Maria de la Escalera nos convoca a reconhecer que o feminismo tem despontado na cena política como um dever/denúncia: há uma crescente percepção, por parte do movimento de mulheres (Conferências Mundiais, Marcha Mundial de Mulheres) sobre a incorporação da equidade de gênero nas políticas e a necessidade de transcender o modelo industrial orientado para o consumo; exige-se respeito ao corpo das mulheres (Marcha das Vadias); reivindica-se a descriminalização da interrupção voluntária da gravidez; há indignação contra a impunidade em relação aos altos índices de violência e com a homofobia; exige-se a responsabilização por parte dos meios de comunicação ao difundirem imagens da mulher como objeto sexual, entre outras.

E como nos adverte Maria Luiza Femenías, nossos discursos alternativos – latino-americanas que somos - devem favorecer uma ruptura político-epistemológica dos contextos naturalizados, dar voz própria às múltiplas forças étnicas, sexuais econômicas e culturais. Nós, mulheres latino-americanas, somos “as outras” dos discursos hegemônicos; temos que trazer à tona nossa história de deslocamentos, reacomodações, resistências, traduções culturais, enunciação cultural, identidades mestiças (Femenías, 2007).

Em meio a este tenso e contínuo processo, inscrito no território de um permanente refazer-se, as pesquisas feministas bem como os estudos de gênero, contribuem e potencializam a visibilização da participação das mulheres nos mais diversos espaços. Por mais que persistam as discriminações, também encontramos a persistência de pesquisadoras/es feministas que consideram a subjetividade e as experiências vividas como campos de pesquisa e ação consistentes. Ressaltamos que “o campo da teoria feminista e dos estudos de gênero é, desde sua emergência, um campo híbrido de produção de conhecimento, que produz práticas políticas e que é por sua vez informado e transformado por essas práticas” (Mello, Fernandes, Grossi, 2013, p. 11).

Subsidiadas pelo arcabouço das epistemologias feministas, na sequência deste trabalho buscaremos fazer um resgate da reivindicação

das mulheres pelo direito ao sufrágio, passando pelas conquistas na Constituição Federal de 1988, chegando às mais recentes atualizações na legislação eleitoral. Refletiremos sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participarem da política partidária e as interferências de uma cultura política que retém a participação feminina nos espaços de poder.

3 DÉFICIT DEMOCRÁTICO DE GÊNERO NA POLÍTICA – POCAS MULHERES

Neste capítulo faremos uma breve contextualização histórica sobre as reivindicações das mulheres pelo direito a participação política no Brasil - inicialmente com as organizações pelo sufrágio -, bem como uma síntese do protagonismo das mulheres ao longo do século XX. Em suas primeiras décadas, as reivindicações se concentraram no direito ao voto, que foi conquistado em 1932 e regulamentado como universal na Constituinte de 1934, num contexto de Primeira Onda do feminismo. E ao findar deste século, inúmeros países, dentre eles o Brasil, aprovaram leis de cotas para estimular ou garantir as candidaturas de mulheres nas disputas eleitorais aos espaços parlamentares durante a década de 1990. Contudo, apesar de nosso país ter sido um dos precursores em nível mundial na garantia legal do direito ao voto às mulheres, passados 84 anos desta conquista a proporção de brasileiras não alcançou nem 10% nos espaços legislativos. Tamanha desigualdade de gênero coloca o país na 156ª posição, dentre 188 nações investigadas pela União Interparlamentar (IPU - *Inter-Parliamentary Union*), conforme pesquisa divulgada em 1º de setembro de 2013²⁴. Neste capítulo vamos refletir acerca da questão da democracia e déficit de gênero nos espaços de poder de decisão política.

A partir da contribuição de diversas autoras e da análise de conteúdo das falas obtidas nas entrevistas com as mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis, problematizaremos as questões culturais num cenário em que se entrelaçam grandes dificuldades para a entrada e permanência das mulheres na política partidária e disputas eleitorais. Tendo como subsídios a produção teórica sobre a participação das mulheres na política, as colocações feitas pelas entrevistadas nesta pesquisa e também minha experiência como militante de partido político e participante dos processos eleitorais desde 1995, buscaremos refletir em torno de possibilidades de mudanças e melhores cenários para enfrentar o déficit de gênero no parlamento brasileiro.

Destacamos as seguintes autoras(es) que, com suas contribuições sobre o tema da participação das mulheres na política, sustentam essa fundamentação teórica: Clara Araújo (1998, 2001, 2005, 2012), Marlise Matos (2011, 2013), Jussara Reis Prá (2013), Eneida Canêdo Guimarães

²⁴ Procuradoria Especial da Mulher, Senado Federal, publicação “Mais Mulher na Política – Mulher, tome partido!”, 2013, p. 19 e 46.

dos Santos (2012), Joana Maria Pedro (2012), Rachel Soihet (2012), José Eustáquio Diniz Alves (2012), Lucia Avelar (2001, 2013), Susan Okin (2008), Luana Simões Pinheiro (2007), Judith Astelerra (2003), Anne Phillips (1996), dentre outras.

Deste modo, iniciaremos o presente capítulo percorrendo as lutas das mulheres a partir da conquista do sufrágio universal - que consolidou formalmente a entrada das mulheres no espaço público e político-institucional - até as conquistas mais recentes. Em seguida teremos uma reflexão em torno da construção cultural e política em relação ao lugar e papel das mulheres historicamente pensado.

Por meio dos depoimentos colhidos nas entrevistas desta pesquisa, veremos as questões que perpassam a decisão das mulheres de se candidatarem e as especificidades de suas campanhas eleitorais. E, por fim, refletiremos sobre o espaço político como *locus* de poder, conflitos e antagonismos, onde as mulheres, após terem sido legitimamente eleitas, ainda se vêem compelidas a provar suas competências na política, apesar de serem mulheres.

3.1 AS LUTAS DAS MULHERES PELA CONQUISTA DE DIREITOS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: O SUFRÁGIO FEMININO, A CONSTITUINTE DE 1988 E AS BANDEIRAS ESPECÍFICAS

Primeiramente cabe-nos ponderar que as mulheres, em diferentes épocas e com variadas formas de contestação ou reivindicação, a depender do período histórico vivido, foram criando estratégias para superar opressões, desigualdades e violências que experimentaram ao longo dos tempos. Podemos citar algumas dessas mulheres²⁵. Consta que Madalena Caramuru, índia que vivia no Brasil antes do conquista portuguesa, foi a primeira mulher letrada do país e usava seu conhecimento para escrever e denunciar os negociantes negreiros e os maus tratos com as crianças escravas. Em 1534 Ana Pimentel assumiu a capitania de São Vicente devido à viagem do marido à corte, quando tomou uma atitude precursora e foi responsável pela introdução do cultivo da laranja, do arroz, trigo e criação de gado na região, geograficamente localizada onde hoje é o estado de São Paulo. Brites de Albuquerque assumiu o governo de Pernambuco após a morte do

²⁵ Para mais conhecimentos sobre esses dados, consultar o artigo completo com comentários acerca de cada uma dessas mulheres em Santos, 2012, p. 29-40.

marido (1554.) governando por 30 anos consecutivos. Consta que dinamizou a produção rural no local.

Heroínas brasileiras que se embrenharam em guerras pela independência e contra invasões são registradas nas mais diversas épocas, como a índia potiguar Clara Felipa Camarão, que, conforme nos traz Eneida Canêdo Guimarães dos Santos (2012, p. 31), lutou na invasão holandesa (século XVII), ou Maria de Jesus Quitéria (1792-1853) que entrou na batalha pela independência do Brasil. Durante o Império duas mulheres chefiaram o estado: Maria Leopoldina Josefa Carolina, casada com Pedro 1º, defendia a soberania do Brasil, e Princesa Isabel, durante uma das viagens do pai Pedro 2º, assinou a Lei Áurea (1888). Anita Garibaldi combateu na Revolução Farroupilha (1835-1845), rompeu um casamento forçado e foi viver com Giuseppe Garibaldi. Envolveu-se em batalhas também na Itália, sendo hoje chamada de “Heroína de dois mundos”. O outra marcante presença feminina foi de Nísia Floresta (1810-1954), que, já em 1831, publicava textos em jornais em defesa dos direitos das mulheres, dos índios e escravos, dirigiu um colégio para meninas no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro e é referenciada como “a primeira feminista brasileira”, a partir da publicação “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, lançado no Brasil em 1832.

Foi em 1827 que as brasileiras conquistaram o direito à instrução de primeiro grau em salas separadas, mas as pioneiras em cursos superiores são oriundas de famílias da elite nacional e de proprietários comerciantes, como é o caso de Maria Augusta Generoso Estrela (Rio de Janeiro, 1860-1946), que veio a se tornar a primeira médica do Brasil. Segundo Santos (2012, p. 31), somente em 1879, através do Decreto n. 7.247 de 19 de abril de 1879, foi estendido às mulheres o direito a cursos superiores e, em 1881, Ambrosina Magalhães, Augusta Castelões e Rita Lobato Lopes também se matriculam em cursos de medicina em território brasileiro.

No ano de 1852, Violante Bivar e Velasco, na Bahia, cria o Jornal das Senhoras, que buscava levar informações diversificadas às mulheres para melhorar sua condição na sociedade. Inês Sabino ficou conhecida como abolicionista e feminista já no século XIX, incorporou a Sociedade Pernambucana Ave Liberta, composta somente por mulheres, escreveu vários livros e em 1899 publicou “Mulheres Ilustres do Brasil”. Chiquinha Gonzaga (1847-1935), forçada a casar com 16 anos e presa em cativo, conseguiu fugir de casa, escandalizando os costumes da

época, tornando-se símbolo da inquietação feminina, consagrando-se como compositora, pianista, abolicionista e, em 1913, lançando a campanha pelo direito autoral de compositores e teatrólogos. Em São Paulo, no ano de 1917 é organizada pela pintora Anita Malfatti uma exposição de quadros impressionistas que veio a se constituir no alicerce para a Semana de Arte Moderna que aconteceu em 1922. Em 1934, na primeira eleição em que as mulheres puderam se candidatar, Antonieta de Barros (1901-1952)²⁶, jornalista e educadora, é eleita deputada estadual em Santa Catarina, sendo a primeira mulher negra no Brasil a exercer este cargo e a primeira mulher catarinense a ser parlamentar.

Portanto, fica evidente com esses sucintos exemplos que em todas as épocas houve mulheres que contestaram padrões, inovaram costumes e estimularam outras mulheres a reivindicarem o direito de viver em melhores condições. O exercício da esfera pública não se deu, nem se dá, apenas no circuito do espaço político partidário, e mesmo considerando sua grande importância, a impressão que se tem é que reflexos dos momentos históricos rebatem e fazem avançar, em certa medida, a abertura para determinadas questões, a exemplo do que aconteceu a partir da grande empreitada que foi o movimento sufragista, sobre o qual passaremos a discorrer brevemente.

Conforme nos traz Luana Simões Pinheiro (2007), já no processo da Revolução Francesa, no século XVIII, encontramos registros de mulheres que lutavam por cidadania e vida pública. No Reino Unido surgiu o movimento sufragista questionando o fato de as mulheres não terem o direito de votar e serem votadas, uma vez que já haviam conquistado no final do século XIX o direito de comporem o corpo diretivo de escolas e serem educadoras, vistos como importantes espaços na sociedade inglesa. Esse movimento se espalhou pelo mundo e caracterizou como a primeira fase do feminismo. No Brasil, em 1850, Nísia Floresta protestava diante da situação de dependência das mulheres em relação aos homens defendendo o direito à cidadania.

²⁶ Mais informações biográficas sobre Antonieta de Barros podem ser buscadas na dissertação do mestrado em História (UFSC) de Karla Leonora Dahse Nunes, intitulada “Antonieta de Barros: uma história”, 2001, disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81514>>, bem como no blog “História Licenciatura”, em: <<http://hid0141.blogspot.com.br/2011/02/antonieta-de-barros-1901-1952.html>>. Acesso em 23 mar. 2014.

Durante a formulação da primeira Constituição republicana brasileira, em 1890, os deputados federais Cesar Zama e Almeida Nogueira (não foram encontradas menções sobre suas tendências políticas) defenderam publicamente o sufrágio universal, argumentando que não havia qualquer disposição legal que impedisse as mulheres de participarem de eleições. Porém, a Constituição de 1891 não mencionou em seu texto que esse direito se estendia às mulheres e, a partir desta falta de menção explícita poderia se entender que as mulheres não eram indivíduos dotados de direitos, portanto, sequer foram mencionadas. Contudo, a partir desse “esquecimento” inúmeras “mulheres solicitaram alistamento eleitoral ao longo do período em que vigorou a Constituição de 1891, não tendo, no entanto, obtido sucesso” (Pinheiro, 2007, p. 61), pois seus pedidos eram rejeitados com a argumentação de que assim estaria se preservando a moral da mulher e sua nobilíssima função maior que era a família.

No ano de 1910, Leolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino e convence o senador Justo Chermont a apresentar o primeiro projeto de lei, em 1919, em favor do sufrágio feminino. A partir daí o direito ao voto teve sua luta conquistando mais espaços no Brasil e se prolongando até 1932, mas foi de fato regulamentado somente em 1934, quando se tornou universal²⁷.

Segundo Lúcia Avelar (2001, p. 19), de um modo geral os movimentos ligados ao sufrágio para as mulheres, nas décadas de 1920 e 1930, “não implicariam alterar a estrutura da sociedade e da família. Frutos da ação de mulheres de classe alta, os movimentos reiteravam a política conservadora da época”. Afirma Avelar que, em geral, essas mulheres já eram naquela época “médicas, dentistas, advogadas, escritoras, esculturas, poetisas, pintoras (...) parentes de políticos da alta elite, o que facilitava as reivindicações do grupo como grupo de elite e independente de qualquer movimento social ou partido político” (idem, *ibidem*).

Neste mesmo sentido, Pinheiro (2007, p. 63) levanta que diversas autoras criticam o movimento sufragista por ter limitado a “luta à

²⁷ O decreto 21.076, de 24/02/1932, estabeleceu o voto secreto e o direito das mulheres de votarem e serem votadas. Porém só poderiam votar: mulheres casadas com autorização do marido, viúvas ou solteiras proprietárias de terras, comércio ou bens. O voto se tornou universal com a Constituição de 1934, sendo obrigatório somente aos homens. A obrigatoriedade do voto para as mulheres se deu na revisão eleitoral de 1946.

extensão dos direitos políticos e, mais tarde, trabalhistas, sem, em nenhum momento, questionar a ideologia patriarcal reinante e os papéis atribuídos às mulheres”. E, para exemplificar, cita uma fala da própria Bertha Lutz, em que diz:

Os direitos políticos da mulher não significarão um rompimento com a família, com o seu papel tradicional de esposa e mãe. (...) Sendo o lar o local tipicamente feminino, nem por isso deve a mulher limitar seus horizontes a ele (...) Ser feminista não é, de nenhum modo, abdicar dos belos atributos morais, da sensibilidade e delicadeza afetiva, não é desvirtuar a finalidade sublime da mulher na terra: filha, noiva, esposa e mãe (PINHEIRO, 2007, p. 63)²⁸.

No entanto esse conservadorismo do movimento sufragista, assim visto por grande parte da literatura, não significava a inexistência de outras linhas do feminismo emergente no início do século XX que já se caracterizava por uma diversidade ideológica nas organizações de mulheres a nível mundial, tornando evidente que se tratava de uma questão política e tendo como balizadores os feminismos liberal, socialista e radical:

O feminismo liberal pregava reformas progressivas que levariam à igualdade entre os sexos. Segundo essa visão, a socialização diferenciada seria a responsável pelo status mais baixo das mulheres (...). O feminismo socialista construiu teorias complexas sobre a exploração da mulher, afirmando que as mulheres constituíam o principal exército de reserva de mão-de-obra e que o trabalho não pago na família é exploração como consumidoras e como objetos sexuais. A corrente do feminismo radical próxima à do feminismo socialista também enfatizava o papel da mulher na família como base de toda a opressão (...). Concentrava-se na necessidade de

²⁸ A autora se referencia no artigo de Branca Moreira Alves, intitulado “Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil”, p. 102, Apud BORBA, Angela. Legislando para as mulheres. In: Borba, 1998, p. 173.

organizar pequenos grupos de contra-cultura, claramente hostis e separatistas (AVELAR, 2001, p. 21).

Em meio à efervescência internacional dessas correntes feministas se sobressai gradualmente a conquista do voto das mulheres. Conforme reflete Jussara Reis Prá (2013, p. 16), “mesmo que submetidas a valores e práticas enraizados em uma cultura patriarcal e excluídas do espaço público”, houve mulheres que no início do século XIX ousaram criar um movimento determinante para o sufrágio universal. Segundo a autora,

Não por acaso a luta por esse direito foi longa e marcada por avanços e retrocessos. Para exemplificar, o Brasil se tornou um dos primeiros países da América Latina a reconhecer o direito ao voto feminino (1932), depois do Equador (1929), do Chile e do Uruguai, ambos reconhecendo esse direito em 1931. Não obstante, naquele momento somente o último deles adotou o voto sem restrições. Assim, muitas vezes com mais de cem anos de atraso, o sufrágio feminino liberou o ingresso das mulheres nas estruturas político-eleitorais, porém representou apenas a primeira etapa para o exercício desse direito (PRÁ, 2013, p. 16-17).

Dentre os países precursores no acesso das mulheres ao voto estão: Nova Zelândia em 1893, Austrália em 1902, Finlândia em 1906, Noruega em 1913, Dinamarca e Islândia em 1915, Rússia e Holanda em 1917, Suécia, Alemanha e Inglaterra em 1918, Estados Unidos em 1920, Irlanda em 1922, Áustria, Polônia e Tchecoslováquia em 1923. Na América do Sul foi reconhecido o direito ao voto das mulheres primeiramente no Equador em 1929, Chile e Uruguai em 1931, Brasil em 1932. Já em Cuba somente a partir de 1934, na França em 1944, Argentina em 1947, México em 1953, Paraguai em 1961, Suíça em 1971 e Portugal em 1976. Como sabemos, no Brasil, foram muitas as mulheres que se empenharam nesta conquista, dentre as quais destacam-se como ícones e pioneiras Leolinda Daltro, Bertha Lutz e Nathércia Silveira.

Leolinda Daltro, professora alfabetizadora e indigenista, fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de defender o direito ao voto das mulheres, sua emancipação e independência, além de levantar o problema da exploração sexual. Ressalta-se que se tratava de

um partido político formado por pessoas sem direitos políticos e cuja possibilidade de atuação teria de se dar, portanto, fora da ordem estabelecida. Em 1917, Leolinda lidera uma passeata pelas ruas do centro do Rio de Janeiro exigindo a extensão do voto às mulheres, com enorme repercussão na elite política (PINHEIRO, 2007, p. 62).

Bertha Maria Júlia Lutz, bióloga e pesquisadora do Museu Nacional, foi uma expressiva liderança das campanhas sufragistas e fundou organizações para congregar mulheres em torno de lutas que iriam além do direito ao voto, defendendo melhores condições de trabalho e a redução de jornada, incorporando as reivindicações das mulheres das classes trabalhadoras. Em 1922, após regressar da Primeira Conferência Interamericana de Mulheres (realizada em Baltimore), Bertha Lutz funda a Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF, que organiza seu primeiro congresso nacional neste mesmo ano e orienta a constituição de núcleos/filiais da FBPF em diversos estados do país, com o principal propósito de aumentar a pressão pelo direito ao voto das mulheres. Em 1934 Bertha Lutz é uma das delegadas que participa do debate que elaborou a constituinte, onde finalmente o direito das mulheres a votar e serem votadas foi regulamentado²⁹.

Nathércia da Silveria, que até 1930 integrou a FBPF juntamente com Bertha Lutz, funda outra instituição, a Aliança Nacional de Mulheres – ANM, a partir de seu envolvimento na campanha de Getúlio Vargas. Sediada em Minas Gerais, a ANM ligava-se às mulheres operárias em busca de melhores condições de trabalho e educação. A instituição realizou um congresso feminista em 1931, impulsionou as reivindicações pelo sufrágio no Brasil e permaneceu ativa até 1937. Nathércia também foi delegada constituinte em 1934.

Porém, é importante registrar que antes disso, em 1927, o governo do Rio Grande do Norte havia antecipado o direito ao voto

²⁹ Rachel Soihet (2012).

feminino, onde a primeira eleitora brasileira solicitou o alistamento eleitoral baseada na previsão do texto constitucional: o direito ao voto seria exercido “sem distinção de sexo”. Este mesmo estado teve a primeira prefeita do país, Alzira Soriano, no município de Lages (RN) ainda em 1929. No entanto, como sua eleição se deu pela legalidade de uma lei estadual, o conservadorismo da época questionou e levou o debate para o Congresso Nacional, que assistiu a grande mobilização das mulheres e acabou respaldando a eleição de Alzira Soriano como prefeita. A partir de então, nos mais diversos estados brasileiros a FBPF, junto com uma grande mobilização das mulheres, solicitou alistamento eleitoral, garantindo o seu direito de votar na prática. Este processo culminou com a aprovação pelo Congresso Nacional do direito ao voto em 1932, regulamentado com a promulgação da Constituição de 1934.

Em 1933, a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a ser eleita deputada federal. Ela participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte entre 1934 e 1935. Bertha Lutz, líder na defesa dos direitos jurídicos da mulher, foi convidada pela deputada Carlota a trabalharem em conjunto na Constituinte. Em 1934 Carlota foi reeleita. Na nova legislatura, tomou posse a segunda deputada brasileira, Bertha Lutz³⁰ (PEREIRA, DANIEL, 2009, p. 05).

Mesmo tendo apenas duas mulheres como deputadas federais naquela legislatura, o significado foi de grande magnitude, repercutindo na vida prática e oficializando a entrada das mulheres, em definitivo, para o mundo da política eleitoral no Brasil. Com a nítida prioridade pautada pela reivindicação do direito ao voto, as mulheres sufragistas criaram um corpo coletivo, passando de exemplos individuais de mulheres contestadoras para formadoras das primeiras organizações femininas do país. Porém, apesar de ter como prioridade o sufrágio, a FBPF, juntamente com outros coletivos de mulheres daquele tempo, envolveu-se em variados aspectos da vida pública:

³⁰ Na eleição de 1933, Bertha Lutz obteve 39.008 votos e ficou na suplência de deputada federal., assumindo somente em 1936 a titularidade do seu mandato, após a morte de outro deputado. Durante seu mandato atuou destacadamente pelos direitos das mulheres (Soihet, 2012).

Partilhavam das ideias reformistas postuladas pela vanguarda da época a favor da implantação do Estado de bem-estar social e do regime democrático a partir de 1930. Quiseram modificar a condição feminina, mas também o país – e, nesse sentido, acreditavam na interação entre a ascensão feminina e o progresso da nação. Assim, é incontestável a validade de sua obra. A partir de 1920, assistimos ao avanço das mulheres em áreas como o trabalho extradoméstico, a educação e participação na vida pública (SOIHET, 2012, p. 235).

A sociedade daquele tempo, em geral, ridicularizava a luta pelo direito ao voto das mulheres e publicava na imprensa seus argumentos: “as mulheres queriam trocar de lugar com os homens ou deixariam de bem cumprir suas funções domésticas e seu papel de mãe” (Idem, p. 227).

Este período, que teve como principal vitória a conquista do voto feminino, ficou conhecido como a “Primeira Onda” do feminismo no Brasil. Segundo Joana Pedro (2012, p. 256), esta etapa “reivindicava para as mulheres direitos políticos (de votar e ser eleita), direito à educação com currículos iguais aos dos homens e direito ao trabalho remunerado com salário igual por trabalho igual”. Portanto, funda as principais pautas coletivas de um tempo histórico e, a partir de então, de uma forma ou de outra as mulheres prosseguiram encontrando formas de se reunir e apresentar suas demandas, não mais de modo individual, mas sempre se apoiando em grupos.

Com a dissolução do Congresso Nacional em 1937 e a ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, os movimentos então existentes não podiam mais se organizar e se expressar livremente como antes, impactando também as atividades feministas. Mesmo assim, as mulheres formaram comitês, conforme Soihet (2012, p. 229-232), com objetivos variados: arrecadavam roupas de lã para os soldados brasileiros que estavam na guerra, denunciavam a elevação do custo de vida e se posicionavam contrárias ao nazi-facismo. Segundo a autora, a partir da retomada democrática em 1946, grande parte das mulheres que integravam os movimentos de esquerda pelo fim da ditadura fazia parte de partidos políticos de esquerda, destacadamente o Partido Comunista do Brasil (PCB) e aconteceu um recuo de feministas, a exemplo da

própria Bertha Lutz, que não concordava com algumas bandeiras, como a da reforma agrária. Fundou-se neste período o Instituto Feminino para o Serviço Construtivo (IFSC) em 1946, que em 1949 passou a se chamar Federação de Mulheres do Brasil (FMB). A FBPF continuava existindo. Alice Tibiriçá representou o Brasil em encontros feministas internacionais em Praga, na reunião da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), e em Paris, nas comemorações do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Esta data foi comemorada no Brasil pela primeira vez no ano de 1946. Do final da década de 40 até os primeiros anos da década de 60, as mulheres no Brasil viviam um momento de encontros e debates em torno da necessidade de se organizarem nacionalmente e se articularem com os grupos, associações e coletivos regionais/locais que iam surgindo. Suas pautas comuns referiam-se as questões nacionalistas e sociais,

como a luta contra o alto custo de vida e proteção à infância e à família, entre outras (...). Entretanto foram tachadas pelos opositores de ‘comunistas’, o que, além de uma forma de discriminação era também uma maneira de legitimar o arbítrio e a violência policial que procuravam reprimir os movimentos sociais no país, em especial a partir de 1947, quando o Partido Comunista Brasileiro foi mais uma vez considerado ilegal (SOIHET, 2012, p. 231).

Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, ocorreu um forte recrudescimento de todos os movimentos sociais que foram colocados na ilegalidade juntamente com os partidos políticos. Novamente o Congresso Nacional é fechado e o país enfrenta longos 21 anos de ditadura. Instaurou-se o medo, a repressão, a tortura e o exílio de modo geral, atingindo também milhares de mulheres brasileiras que tinham alguma ligação com movimentos ou organizações de esquerda.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto (2003)³¹, o cenário de ditadura que se vivia no Brasil e a experiência das exiladas, ou de quem viajava a estudo, potencializaram ou deram início a questionamentos em torno de

³¹ O livro “Uma História do Feminismo no Brasil”, desta autora, é uma importante obra que sintetiza o percurso histórico do feminismo brasileiro.

questões próprias ao cotidiano das mulheres, conforme observa a própria autora:

o encontro do feminismo à moda do Primeiro Mundo com a realidade brasileira daquela época promoveu situações tão complicadas quanto criativas: as mulheres de classe média, intelectualizadas, que estiveram nos Estados Unidos ou na Europa como exiladas, estudantes ou simples viajantes em busca de novas experiências, voltavam para o Brasil trazendo uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa, não servia mais (PINTO, 2003, p. 65).

A realidade que essas mulheres encontravam ao retornarem ao país era dramática e conflitava com a urgência da redemocratização como luta central, sem a qual a vida das pessoas nada mais era do que objeto à mercê das vontades dos militares, que julgavam, torturavam e matavam. Deste modo, essas mulheres encontraram um Brasil

dominado por uma ditadura militar sangrenta, na qual todas as frestas de expressão que sobraram deviam ser ocupadas pela luta pró-democratização, pelo fim da censura, pela anistia aos presos políticos e exilados. Somava-se a isso uma tradição marxista ortodoxa muito arraigada, que via esse tipo de luta como um desvio em relação à luta fundamental do proletariado contra a burguesia (PINTO, 2003, p. 65).

Diante deste contexto, Pinto (2003, p. 64) afirma que “o feminismo era mal visto” pelos militares, pela esquerda e “por uma sociedade atrasada e sexista que se expressava tanto entre os generais de plantão como em uma esquerda intelectualizada” que vulgarizava o tratamento as mulheres, ridicularizava e menosprezava o que se ligava ao feminismo.

Contudo, foram as mulheres que criaram, em 1975, o primeiro movimento pela Anistia política às vítimas da repressão: o Movimento Feminino pela Anistia, fundado por Terezinha Zerbini. No ano seguinte já existiam comitês pela Anistia formados por intelectuais, artistas,

sindicalistas, partidos, movimentos de todo tipo espalhados por todo o Brasil, vindo a se constituir num grande movimento nacional unificado contra a ditadura militar e pela reabertura democrática.

Além disso, de acordo com Joana Pedro (2012), durante a década de 1960 tivemos um importante marco para a vida das mulheres: a chegada e o uso da pílula anticoncepcional, numa grande escalada da indústria farmacêutica, mas que permitiu às mulheres o início do exercício de uma sexualidade mais livre e auto controlada, conseguindo ter autonomia para decidir sobre a quantidade de filhas(os) conforme sua vontade preponderante. Neste período, o movimento feminista internacional ganhava impulso e a ONU – Organização das Nações Unidas, declarou 1975 como o Ano Internacional das Mulheres e organizou a primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México, potencializando e reconhecendo as reivindicações específicas por direitos das mulheres. Nesta Conferência se reconheceu oficialmente, pela primeira vez, o direito da mulher à integridade física, à autonomia de decisão sobre o próprio corpo e o direito à maternidade opcional. Foi também declarada a “Década da Mulher”, de 1976 a 1986.

Ainda em meio à ditadura, durante a década de 70, começaram a existir grupos de reflexão constituídos somente por mulheres (Pedro, 2012, p. 241) que se reuniam nas casas, cafés e bibliotecas para discutir questões específicas. Inclusive a literatura pertinente indica que a sexualidade e a vida privada eram os principais temas debatidos nesses grupos de reflexão. “Essas mulheres consideravam que a vida privada era fruto da sociedade. Abraçaram então o *slogan* feminista difundido internacionalmente: ‘O pessoal é político’ (idem, p. 244).

Em meio a todo este cenário, a “Segunda Onda” do feminismo no Brasil constituiu-se num contexto em que o conjunto da sociedade vive a fase ditatorial mais cruel, em que as mulheres se envolvem nas lutas gerais, sem deixar de dar início a uma vivência sexual com mais liberdade e debater as questões que aconteciam na vida privada como questões políticas. Um marco do período foi a publicação do livro de Betty Friedan “A mística feminina”. Ao longo dos anos 70 e começo dos anos 80 surgiram marcantes periódicos feministas como o jornal Brasil Mulher (1975-1980), o Nós Mulheres (1976-1978), o Mulherio (1981-1987), dentre outros que tiveram circulação por pouco tempo.

Portanto, naquele período as reivindicações específicas por direitos das mulheres deixaram de protagonizar as reivindicações feministas, porém não se pode afirmar que saíram totalmente de cena.

Ao mesmo tempo em que os partidos de esquerda tinham como central a bandeira da luta de classes, e os movimentos sociais concentravam seus esforços pelo fim da ditadura, é inegável que os movimentos de mulheres e a militância feminista³², ao longo da década de 1970, conseguiram levantar suas bandeiras específicas ao lado dessas lutas gerais. No entanto, o antifeminismo também era forte nos anos 70/80 e não foram poucas as críticas desferidas contra as feministas. Muitas delas, militantes de partidos de esquerda, eram acusadas por companheiros dos próprios partidos de semear a divisão interna e trazerem assuntos irrelevantes frente à realidade da classe trabalhadora. Diante deste contexto político,

no Brasil, a questão do trabalho e os problemas da mulher trabalhadora tiveram inicialmente prioridade sobre tantas outras pautas feministas da ‘Segunda Onda’. Porém, em pouco tempo, as demais reivindicações ganharam força, com destaque para os assuntos ligados a sexualidade e corpo e à violência contra a mulher, por exemplo (PEDRO, 2012, p. 240).

Isso foi evidenciado nos protestos posteriores ao assassinato de Angela Diniz (em 1976), cometido pelo marido, o empresário Doca Street (Raul “Doca” Fernandes do Amaral Street), que cunharam o *slogan* “Quem ama não mata”. Posteriormente, imediatamente após o fim do regime ditatorial, na reabertura democrática em 1985, é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e, neste mesmo ano, são abertas as duas primeiras Delegacias de Defesa da Mulher (em São Paulo/SP e em Florianópolis/SC), num inédito pioneirismo mundial junto à área da segurança pública. Ainda anterior a isso, em 1983, a partir das reivindicações feministas foi lançado pelo Ministério da Saúde o Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher – PAISM, constituindo-se num referencial a nível mundial já que visava atender a

³² Segundo Joana Pedro (2012, p. 257) quando a maioria que compõe um coletivo é formado por mulheres, “o movimento social é chamado de ‘movimento de mulheres’. O feminismo é um tipo específico de movimento de mulheres”. Para a autora o movimento feminista “desenvolve lutas contra a opressão específica das mulheres e reivindica direitos para elas (...) e afirma que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, mas sim fruto da cultura e, portanto, passíveis de transformação” (p. 241).

saúde das mulheres, de forma integral, e não com ações isoladas de planejamento familiar. Para galgar tais conquistas, sabe-se que foi necessária a articulação, debate e entendimento prévio entre os movimentos de mulheres e feministas, o que denota o empenho dessas mulheres no cenário político daquele período.

Como sabemos, desde o final dos anos 70 e ao longo da década de 1980, tivemos a marcante articulação de feministas universitárias – professoras, pesquisadoras e estudantes – que garantiram a institucionalização dos estudos sobre a mulher, legitimando este campo de estudos entre os saberes acadêmicos. Foram criados núcleos de estudos e pesquisas e organizados congressos, seminários, colóquios e encontros entre pesquisadoras de diversas universidades, a fim de provocar a troca de experiências acadêmicas. Na virada dos anos 80 para 90 os estudos de gênero são incorporados pelos núcleos universitários no campo acadêmico, consolidando essa área de conhecimento que prosseguiu em ascensão no país.

Com a abertura democrática ocorreu a retomada e reorganização dos movimentos sociais, refletindo também na mobilização das mulheres. E novamente ganha protagonismo a luta no Congresso Nacional com o processo Constituinte de 1987-1988, que debateu e elaborou a Constituição Federal promulgada em 1988 e vigente até hoje. Durante a Constituinte, a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, composta por 25 mulheres³³ (não tivemos nenhuma senadora de 1982 a 1989), juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), aglutinou os movimentos feministas e realizou a mais destacada articulação por garantia de direitos para um segmento populacional. Criaram assim o “lobby do batom”, que, a despeito das diferenças partidárias, reuniu todas as parlamentares em torno de demandas reivindicadas pelos movimentos de mulheres e feministas à época. A Bancada Feminina, a partir das campanhas “Constituinte sem os direitos das mulheres é Constituinte pela metade” e “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher”, apresentou 34 emendas coletivas para o texto constitucional, que de um modo geral abordavam

³³ Apesar de terem sido eleitas, em 1986, 26 mulheres para o processo Constituinte, a deputada federal Bete Mendes se licenciou no início de 1987 para assumir a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, sem ter apresentado nenhuma emenda ao texto constitucional proposto. Por isso a bancada feminina que contribuiu com a elaboração da Constituição de 1988 contou com 25 parlamentares.

a necessidade de igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres. Tais emendas incluíam, por exemplo, as demandas de licença-maternidade, combate à violência doméstica e sexual, igualdade de obrigações domésticas entre o casal, equiparação das atividades domésticas às demais atividades econômicas, direito ao título de propriedade e de domínio às mulheres com mais de 18 anos independente do estado civil, concessão do direito às mulheres apenas de ficarem com suas crianças no período de amamentação, proteção do Estado à saúde da mulher, demanda por creche e educação, dentre muitas outras que foram apresentadas pelas deputadas constituintes.³⁴

Registra-se que, talvez, a mais impactante derrota da bancada feminina tenha sido não conseguir incluir a categoria das trabalhadoras domésticas no rol de garantias trabalhistas das demais profissões, o que só veio a ser conquistado recentemente, em 2013, através da Emenda Constitucional n. 72. Outra questão que não avançou foi a expansão das possibilidades de interrupção legal da gestação, o tão reivindicado direito ao aborto, que não conseguiu consenso na Bancada Feminina da Constituinte e, segundo Iáris Ramalho Cortês (2012, p. 276), nem mesmo na revisão do Código Penal brasileiro que ocorreu em 2009. Somente em abril de 2012, por meio de julgamento no Supremo Tribunal Federal (ou seja, instância do judiciário e não do legislativo), acrescentou-se o direito a interrupção de gestações de fetos anencéfalos, que só se tornou possível a partir de 30 de abril de 2013, após a publicação do acórdão da decisão do julgamento.

O texto da Constituição Federal de 1988 representou o cenário político do período histórico: poderia ter avançado significativamente mais em termos dos direitos sociais e garantias fundamentais para a população brasileira, contudo, a correlação de forças que compunha o Congresso Nacional naquela legislatura permitiu alguns avanços, mas também colocou uma série de limitações. Em relação às conquistas das

³⁴ Indica-se a leitura de artigo publicado no portal do Senado Federal, de Marcius F.B. de Souza: “A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988”, que traz detalhes do processo de articulação da Bancada Feminina e suas peculiaridades, bem como faz uma avaliação em torno da importância histórica das conquistas das mulheres nesta Constituição. Disponível em: <http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volu_____me-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboraacao-da-constituicao-de-1988>. Acesso em 29 mar. 2014.

mulheres, cabe destacar a importância da participação dos movimentos de mulheres e feministas articulados em torno do já existente Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, assim como da unidade da Bancada Feminina. Em relação a essa estratégia da Bancada Feminina de deputadas, Marcius Souza considera que,

apesar de sua heterogeneidade, a bancada feminina teve sucesso na identificação de pontos de interesse em comum e apresentou uma série de emendas que unificavam a posição daquele grupo de deputadas em relação não apenas a questões especificamente femininas, mas também a outros temas de natureza social. Essa unidade de propósito foi fundamental para a aprovação de várias das propostas apresentadas pelas mulheres, que certamente não obteriam o mesmo sucesso caso tivessem envidado esforços de forma isolada e descoordenada (SOUZA, 2006, p. 13).

Muitas das reivindicações feministas se tornaram políticas públicas a partir da Constituição de 1988 e isso impulsionou as pautas dos movimentos de mulheres e feministas para outro patamar de intervenção na sociedade. Na esteira da década de 1990, esses movimentos passam a lutar pela regulamentação e implementação das leis aprovadas e um novo *slogan* incorpora as manifestações feministas: “direito na lei e na vida”. As organizações dos movimentos se institucionalizaram e passaram a aderir à eferescente proliferação das Organizações Não Governamentais – ONGs, novos núcleos universitários de pesquisas foram criados e começaram a circular as primeiras revistas científicas/acadêmicas que publicam as produções teóricas do campo dos estudos de gênero³⁵. Muitos conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres foram criados e passou a ser praticamente unânime o entendimento de que o Estado é o responsável por garantir e implementar políticas públicas específicas para atender as demandas das mulheres. Ocorreu a criação de redes nacionais que aglutinavam diferentes instituições dos movimentos de mulheres, a exemplo da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e

³⁵ Como exemplo de revistas acadêmicas que reúnem as publicações dos estudos de gênero até hoje, citamos a Revista Estudos Feministas criada em 1992 e os Cadernos Pagu, revista criada em 1993.

Direitos Reprodutivos (1991), além de várias conferências internacionais com significativa participação das brasileiras. Esse conjunto de características dos movimentos de mulheres e feministas, do final dos anos 80 ao longo da década de 90, é caracterizado como a “Terceira Onda” do feminismo no Brasil.

A coesão da Bancada Feminina no Congresso Nacional foi fundamental para garantir a manutenção dos direitos conquistados pelas mulheres e importante porta de entrada ao debate feminista. Em 1993, na Revisão Constitucional, surge o lema “Nenhum Direito a Menos”, frente à ameaça conservadora de retrocesso de direitos das mulheres. O Senado teve suas primeiras senadoras eleitas em 1990: Júnia Marise (MG) e Marluce Gomes (RO). Antes disso, Eunice Michles assumiu o mandato de seu marido em 1979. Em 1986, Iolanda Fleming era vice-governadora e assumiu como governadora do Acre após renúncia do então governador eleito. Apenas em 1994 tivemos a primeira governadora eleita no Brasil: Roseana Sarney, no estado do Maranhão.

O debate sobre as dificuldades para as mulheres serem candidatas e se elegerem para os cargos legislativos, bem como a discrepância da presença feminina no parlamento, é impulsionado nos anos 90 em torno na questão das cotas de gênero nas disputas eleitorais. No Brasil, em 1995, é aprovada a primeira Lei de Cotas para mulheres na política, prevendo o mínimo de 20% de cada gênero e, em seguida, em 1997 uma nova versão desta lei entra em vigor passando para 30% a cota mínima. Em relação à política afirmativa de cotas, Jussara Reis Prá argumenta que,

apesar da normativa favorável (...), o sistema de cotas raramente interferiu nos processos eleitorais a ponto de distribuir o poder e a representação de forma equitativa entre os gêneros. Equivale dizer que a estratégia das cotas não incidiu sobre o patriarcado político. À conta disso, a agenda feminista, antes endereçada ao reconhecimento do direito de voto, voltou-se para as ações afirmativas (cotas) e hoje direciona sua pauta à democracia paritária (PRÁ, 2013, p. 17).³⁶

³⁶ Nos deteremos mais longamente na reflexão sobre a questão da políticas de cotas para mulheres ou cotas de gênero na política no próximo capítulo.

Segundo Delaine Martins Costa (2001, p. 214), neste período, mais precisamente em 1996, foi lançada pela Bancada Feminina no Congresso Nacional a campanha “Mulheres sem Medo do Poder”, com caráter suprapartidário, desenvolvendo “uma rede de articulações com ONGs, Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Mulher, núcleos universitários e movimentos de mulheres” com o objetivo de ir além da Lei de Cotas recém aprovada. Assim, foram realizadas outras ações como “incentivar a filiação de mulheres aos partidos políticos; influenciar as convenções partidárias, para que a cota mínima de 20% fosse atingida; e implementar estratégias de apoio e capacitação para as mulheres candidatas” (Costa, 2001, p. 214).

Conforme nos indica Eneida Santos (2012, p. 36), no início do novo milênio ganha repercussão a Marcha Mundial de Mulheres e esta organização, existente também no Brasil, sob o lema “2000 Boas Razões para Marchar” leva às ruas em todo o país, no dia 08 de março de 2000, as reivindicações pelo fim da violência sexista, reforma agrária, combate a pobreza, direito das trabalhadoras e participação política, tendo tais bandeiras importância singular para as mulheres brasileiras. Em 17 de outubro deste mesmo ano, a Marcha Mundial de Mulheres concentrou-se em Nova Iorque, protestando no Dia Internacional de Combate à Pobreza e problematizando a feminização da pobreza, já que as mulheres compõem a maior parcela das pessoas empobrecidas no mundo (Santos, 2012). Em 2001 os movimentos de mulheres e feministas participaram de forma articulada no I Fórum Social Mundial que aconteceu em Porto Alegre/RS reunindo lá 117 países com a defesa de que “Um outro mundo é possível”, cuja unidade se dava na resistência ativa ao neoliberalismo mundial.

Em 2002 é eleito presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, retirante nordestino, metalúrgico, sindicalista, sem graduação, fundador e militante do Partido dos Trabalhadores. Esse novo presidente, além de toda a simbologia que o envolve pelas suas características distantes do “padrão” para se chegar à presidência de um país, recém-empossado cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada a Presidência da República (SPM-PR)³⁷, com o objetivo de articular,

³⁷ Anterior à SPM existia Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher (SEDIM), criada no último ano de governo Fernando Henrique Cardoso pela Medida Provisória nº 37, de 08 de maio de 2002, que estabelecia em seu artigo 1º: “Fica criada, na estrutura do Ministério da Justiça, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher”. No ano de 2003, após a posse do novo presidente da

formular e implementar, a partir do espaço executivo federal, políticas públicas específicas para as mulheres sob a ótica de gênero. A criação deste órgão executivo representou um marco das reivindicações feministas, que foram fortalecidas com a I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. A Conferência, chamada pela SPM e CNDM em julho de 2004, mobilizou em torno de 12 mil mulheres por todo o Brasil e reuniu em Brasília cerca de duas mil delegadas que debateram e formularam o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) tornando o que até então eram apenas bandeiras de lutas em orientações de políticas públicas para que o Estado as implementasse.

Durante a primeira década do novo milênio, uma série de revisões legais no Código Civil e no Código Penal garantiram às mulheres novas conquistas. Por exemplo, somente em 2005 a prática do adultério deixou de ser considerada crime e apenas em 2010 foram retiradas todas as condicionalidades da lei do divórcio. Em 2006 é promulgada a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06), que visa prevenir, coibir e punir a violência doméstica contra a mulher. Tal lei é fruto da mobilização feminista pelo fim da violência contra as mulheres e da articulação que fizeram a partir do caso específico da professora Maria da Penha, que por mais de 20 anos lutou para que seu ex-marido e agressor fosse punido pelas duas tentativas de assassinato contra ela. Numa denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA – Organização dos Estados Americanos, o Brasil foi condenado a

República, Luiz Inácio Lula da Silva, criou-se a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), com status de ministério, vinculada à estrutura da Presidência da República. A SPM foi reestruturada na reforma ministerial que ocorreu em outubro de 2015, no segundo governo de Dilma Rousseff, passando a compor o “Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos”. Finalmente, a última mudança que ocorreu, até a conclusão deste estudo, foi em 13 de maio de 2016, com o afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff em razão do processo de impeachment, quando o vice presidente Michel Temer, ao assumir interinamente a Presidência da República, extinguiu vários ministérios, dentre eles o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que foi desmembrado em secretarias do Ministério de Justiça e Cidadania. Mais informações disponíveis em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/_/noticias/politica/noticia/2016/05/ministerio-da-cultura-e-outras-pastas-sao-extintas-em-reforma-ministerial-de-temer-5800482.html>. Acesso em 16 maio 2016.

formular uma legislação e políticas específicas de combate à violência contra as mulheres.³⁸

Em 2009 foram aprovadas algumas alterações na legislação eleitoral no Brasil. Destacamos a mudança significativa na Lei de Cotas de gênero para as disputas eleitorais, que substituiu a palavra “reserva” de vagas por “preenchimento” de vagas, tornando obrigatório o percentual mínimo de 30% e máximo de 70% por gênero, além de outras questões que trabalharemos no próximo capítulo.

Em 2010, pela primeira vez na história brasileira uma mulher é eleita presidenta do país. Sua origem, tal qual de seu antecessor Lula, também é peculiar: Dilma Rousseff era ativista da resistência ao regime militar, atuou em organizações de esquerda ao longo de sua vida, por três anos ficou presa e foi torturada no período ditatorial. Com a abertura democrática seguiu sua militância sendo gestora em governos populares. Nunca tinha concorrido a nenhuma outra eleição antes de ser candidata à presidência do Brasil. Apesar de não ter militância em movimentos feministas, seu discurso de posse demonstrou compromisso no enfrentamento às desigualdade de gênero na política, pois assim proferiu a nova presidenta, naquele 1º de Janeiro de 2011: “Venho abrir portas para que muitas outras mulheres também possam, no futuro, ser presidentas; e para que – no dia de hoje – todas as mulheres brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher. (...) Meu compromisso supremo, eu reitero, é honrar as mulheres, proteger os mais frágeis e governar para todos!”.

Em 2014, Dilma foi reeleita presidenta do Brasil e, desde então, vem sofrendo violentamente um processo de desgaste de seu governo, patrocinado pelos grupos opositores em razão de uma conjugação de fatores, dentre os quais destacamos: uma forte crise econômica mundial do capitalismo, que também afeta nosso país; a crise política nacional impulsionada pelos espetáculos midiáticos a partir das necessárias investigações da polícia federal, que apenas recentemente trabalha com autonomia para investigar crimes de corrupção nas estruturas políticas do país; e - outra questão que não podemos deixar de frisar - o inconformismo dos setores opositores de viés conservador e ultraconservador, que não aceitaram o êxito eleitoral de governos com feições progressistas e com personalidades ligadas ao sindicalismo, luta

³⁸ Iáris Ramalho Cortês traz detalhes do avanço na legislação brasileira, focando nas conquistas das mulheres desde a primeira constituição (de 1824), em seu artigo “A Trilha Legislativa da Mulher” (2012, p. 260-285).

de classe e enfrentamento ao regime ditatorial, como foi a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, sua reeleição em 2006, a vitória de sua sucessora Dilma Rousseff em 2010 e sua reeleição em 2014. Finalmente, com a posse dos novos parlamentares federais foi possível compor, a partir de 2015, um Congresso Nacional com perfil majoritário de uma direita conservadora e que conseguiu rapidamente se articular para imobilizar e gerar um crescente desgaste ao governo da atual presidenta.

Contudo, as críticas não se limitaram a avaliar o governo e suas ações políticas. Dilma Rousseff tem sido frequentemente alvejada por matérias jornalísticas (a exemplo da Revista Época em agosto de 2015 ou Revista IstoÉ em abril de 2016) machistas ou por campanhas misóginas como a do adesivo para ser colocado no tanque de combustível dos veículos que, ao abastecer, figurava a penetração sexual na vagina da presidenta. No texto "Dilma e o Sexo", publicado na Revista Época, é desenrolada uma análise que "relaciona a ação política e a habilidade de governo ao erotismo e à sexualidade (...). O motivo da insatisfação popular (com Dilma) é sua incapacidade de criar uma comunicação erótica com o povo", afirma Maíra Nunes (2015).

Já a matéria de capa publicada na Revista IstoÉ, analisada por Thayz Athayde (2016), afirmava que "As explosões nervosas da presidente", desencadeavam "surto de descontrole com a iminência de seu afastamento". Deste modo sentenciam que "completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais". De fato estamos diante de uma grave crise política. No entanto, essa situação afetaria, inclusive emocionalmente, qualquer governante, mas dificilmente teríamos uma capa com julgamento de valor igual se o presidente fosse um homem, ao invés de uma mulher. Por esse motivo, ao analisar o conteúdo da matéria de capa da referida revista, o entendimento que se tenta passar é que "ela nunca vai conseguir governar de forma serena e tranqüila como um homem governaria, segundo eles. Para essa revista, mulheres não conseguem lidar com uma forte pressão", diz Thayz Athayde.

A leitura que feministas fazem da forma machista e misógina como tem sido tratada a primeira mulher a chegar no mais alto posto de comando político da Nação é importante, e certamente diversos estudos acadêmicos devem estar sendo produzidos em torno desta questão. Inclusive se avalia que o processo de impeachment por ela sofrido

relaciona-se também pelo fato de ser mulher, já que o suposto crime pelo qual Dilma é julgada não passou de um ato ordinário, realizado repetidamente por ex-presidentes como Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva sem que sequer fosse cogitado algum equívoco por buscarem empréstimo de bancos federais para suprir déficit em outros fundos governamentais. A exemplo dos ex-presidentes, nenhum ato ilícito, crime de responsabilidade ou infração constitucional foi cometido por Dilma que justifique seu impeachment. Porém, em um cenário político conservador, constituído por uma oposição misógina e avessa à pauta dos direitos humanos, a presidenta tende a perder seu mandato, fruto do voto direto da maioria do eleitorado do país.

Para Catarina Corrêa (2015) tamanha sanha em retirá-la do mais alto posto de poder político do Brasil também está associada à questão de Dilma não ter assumido

uma postura tradicionalmente associada ao estereótipo feminino, voltado à sensibilidade e à maternidade (ou mesmo à sensualidade), questões que inclusive foram alvo de críticas durante a sua primeira campanha. (...) Não é só a entrada, nem a permanência, não é a bizarra cobertura midiática sobre o vestido bege, mas os constantes estereótipos e obstáculos, as constantes e cada vez maiores resistências, que uma mulher, mesmo quando se apropriando de um estereótipo tradicionalmente masculino, e, portanto, tecnicamente pertencente ao campo, sofre como presidenta (CORREA, 2015, s/p).

Esta breve análise acerca do machismo que incide sobre Dilma Rousseff reforça o entendimento de que as mulheres ainda são tratadas como intrusas e desvalorizadas na esfera da política eleitoral. Algumas vezes isso se expressa as claras e outras vezes de modo subliminar. Tampouco o fato inédito de a população brasileira ter eleito e reeleito a primeira mulher para o maior posto de comando político da nação fez com que fosse alterada a proporção de mulheres com participação política nos espaços parlamentares do país. Conforme tão oportunamente assinala Prá (2013), a conquista do direito de votar e ser votada foi, para as mulheres, apenas o primeiro passo e,

a busca pela equidade política de gênero passou a requerer o fomento à igualdade de oportunidades (cotas), tendo como alvo a igualdade de resultados (paridade). Para tanto, se faz imperativa a incidência das mulheres nas várias fases de um processo político, iniciando pela conformação de listas eleitorais, passando pela tomada de decisões e chegando ao exercício e controle do poder político. Mas o efetivo posicionamento das mulheres nas esferas de poder também requer a modificação de atitudes tradicionais (PRÁ, 2013, p. 31).

As mudanças culturais são, certamente, as mais desafiantes dentre todas as barreiras enfrentadas pelas feministas em busca de melhores condições de vida e equidades para as mulheres. É, pois, sobre a cultura política e os papéis de gênero que passaremos a trabalhar no próximo item.

3.2 CULTURA POLÍTICA E PRESENÇA DE MULHERES NOS ESPAÇOS DE PODER - JUSTIÇA E IGUALDADE

A crescente incorporação de mulheres nos espaços de representação política tem suscitado expectativas, tanto sobre o desempenho das mesmas na esfera pública, quanto sobre as consequências disso para o cenário político no que diz respeito aos interesses das mulheres.

Paira uma grande esperança em torno de possíveis mudanças na cultura política predominante, que sempre atribuiu o espaço da esfera pública ao masculino. Inúmeras razões podem ser apontadas para o escasso número de mulheres eleitas em postos de representação política, tendo como principais barreiras: o sistema eleitoral, que só recentemente definiu cotas para mulheres; a dificuldade na escolha de candidatas no interior dos partidos, que quase sempre privilegiam homens em razão do capital político que majoritariamente acumulam; a falta de recursos orçamentários para as campanhas eleitorais; e a pouca motivação das mulheres para enfrentar o mundo competitivo da política, cujo espaço tem sido reservado prioritariamente aos homens, entre outros.

A reivindicação da incorporação de mais mulheres na política se justifica pela busca de mais igualdade frente ao desequilíbrio existente entre homens e mulheres como cidadãos e sua participação em

núcleos de decisão política. Justifica-se também pelo fato das mulheres, como cidadãs e sujeitos políticos, possuírem capacidade de falar com voz própria. Neste sentido, Marta González (2007, p. 18) lança as seguintes questões para refletirmos: “É possível falar de uma contribuição distinta das mulheres na política? Existem atitudes e valores na política próprios de mulheres?”

Historicamente a política se faz no âmbito público, este espaço construído como território masculino e que hoje conta com a presença de algumas mulheres. Excluídas inicialmente do status de cidadãs, juntamente com a população negra, as mulheres foram as últimas a serem aceitas como sujeitos políticos, depois do empenho das sufragistas em diferentes locais do mundo. De acordo com Astelarra (2003), o fato de as mulheres não serem consideradas cidadãs por 20 séculos advém da tradição da democracia grega:

Para os gregos o que dava as pessoas o acesso à cidadania era sua liberdade das ‘amarras produtivas e reprodutivas’. Esta liberdade os convertia em pessoas que podiam fazer as coisas acontecerem por que não estavam delimitados pelas necessidades sociais. Por isso tinham a capacidade de intervir e produzir projetos coletivos políticos. Já as mulheres e os escravos se dedicavam a trabalhar na satisfação das necessidades sociais da natureza: reproduzir e comer, e por isso eram dependentes e não podiam ser livres. A falta de liberdade lhes excluía da *Ágora*, o espaço da política (ASTELARRA, 2003, p. 30).

O advento do Cristianismo não alterou a situação das mulheres. Pelo contrário, talvez tenha até piorado consideravelmente, uma vez que as retratava como pecadoras e culpadas pelo fim do paraíso. Segundo Tânia Pinafi (2007), a partir desse entendimento elas deviam portar-se com passividade, obediência e submissão aos homens para que conseguissem sua salvação. Ou seja, os homens eram retratados pela cultura judaico-cristã como “seres de grande iluminação capazes de dominar os instintos irrefreáveis das mulheres (...). Assim a religião judaico-cristã foi delineando as condutas e a ‘natureza’ das mulheres e incutindo uma consciência de culpa que permitiu a manutenção da relação de subserviência e dependência” (Pinafi, 2007, p. 18).

A democracia moderna em seu início, por volta século XVII, retomou o entendimento grego e, fundamentando-se nos conhecimentos da biologia, reafirmou que as mulheres estavam destinadas a serem mães, a reproduzir e a se ocupar com o espaço privado – *Oikos* –, sendo estas funções incompatíveis com a cidadania. Deste modo, um homem não livre até poderia chegar a sê-lo com a aquisição da propriedade de terras, mas a mulher “não conseguia alterar sua natureza biológica” (Astelarra, 2003, p. 30). Essa natureza biológica que poderia ser um grande diferencial de poder para as mulheres se vista positivamente como uma qualidade, se tornou uma limitação.

A igualdade, enquanto uma meta das sociedades democráticas, afirma Marta Torres Falcón (2012), desde sua formulação, em meados do século XVIII, está calcada sob muitas exclusões, tanto que o sujeito central da democracia

é o homem adulto, branco, cristão, ilustrado, heterossexual, sadio, proprietário. Essa construção tão limitada tem diversas consequências tanto na definição de cidadania como na prática. Além disso, o principio de igualdade está vinculado estreitamente com o de universalidade; se considerarmos a variante gênero, a reformulação seria: todos os homens tem todos os direitos (FALCÓN, 2012, p. 93).

Desta forma, primeiramente as mulheres eram completamente excluídas, não tinham nem direito ao voto, seus interesses e necessidades não eram consideradas legítimos. Falcón (2012) destaca que as primeiras conquistas foram os direitos políticos básicos como votar e ser votada. Depois os direitos civis, dentre os quais estão o casamento por sua vontade e a herança. Finalmente, os direitos sociais e econômicos como o acesso a educação, trabalho, moradia, dentre outros. No entanto, afirma a autora, ainda “persiste a ausência de mulheres em cargos de tomada de decisões em diferentes poderes e em órgãos de representação. Considerando nisso um componente quantitativo e outro qualitativo” (Idem, p. 94).

Hannah Arendt (2009) defende que a razão de ser da política é a liberdade e seu domínio de experiência é a ação. Por consequência, a

liberdade do espaço íntimo não teria significação política (p. 190-192). Sendo assim, assinala que liberdade, na origem de sua acepção pelo latim, liga-se ao entendimento de “iniciar/agir” (p. 214), e o reino da ação e do movimento histórico está na vida política (p. 217). Como consequência, a liberdade ou dominação só se concretizam através das inter-relações, na esfera pública, e não na interioridade da vida privada.

Essa reflexão de Arendt, que vê a esfera pública radicalmente separada da vida privada, é criticada por uma quantidade significativa de autoras que defendem a existência de relações e inter-relações políticas. Conforme afirma Anne Phillips (1996, p. 39), Hannah Arendt não contribuiu, com esse entendimento, para dissolver a separação entre público e privado. Pelo contrário, terminou por colocar ainda mais as questões do privado ao mundo oculto da esfera doméstica – o lugar das mulheres - e, sem sequer chegar ao debate de gênero, dos papéis de homens e mulheres em cada esfera, argumenta que no âmbito público estão a política e o social em ação, enquanto no âmbito privado estão as relações “não políticas”.

No final do século XX, segundo Anne Phillips, as feministas contemporâneas estão colocando à prova pontos de vista ortodoxos que distinguem os âmbitos público e o privado, uma vez que, “excluídas primeiro francamente e depois mais sutilmente das fileiras dos cidadãos plenos, as mulheres têm insistido em suas demandas não só como um problema de justiça, senão em nome de uma visão que transforma o mundo” (Phillips, 1996, p. 15).

Neste sentido, para Phillips (1996), democratizar os espaços políticos não significa apenas ter mais mulheres na política, mas também “a oportunidade de transformar o terreno político” (p. 16). Estudos têm demonstrado que, quanto maior a quantidade de mulheres nos espaços de tomada de decisões da política, mais conquistas do ponto de vista legislativo elas estão obtendo, pois se evidencia que os interesses das mulheres têm sido articulados e considerados pela maioria das parlamentares mulheres. Isso nos levando a considerar que “existe uma maior tendência de que as mulheres pressionem em favor de agendas que contenham temas que são de interesse para as mesmas” (González, 2007, p. 26).

No entanto, ainda é bastante deficitária a participação feminina nos espaços políticos, considerando os séculos de exclusão, pois somente ao longo do século XX, com os movimentos sufragistas, as mulheres conseguem alcançar o status de cidadãs no contexto do espaço

público, ampliando suas chances de exercer outras atividades fora do mundo privado da família³⁹. Conforme Astelarra,

Quando as sufragistas ganharam a batalha do voto para as mulheres garantindo-lhes acesso a condição de cidadania, colocaram por terra séculos de contra posição entre as mulher e *Ágora*. Quando por fim se converteram em sujeitos políticos, a envergadura da ruptura foi enorme (ASTELARRA, 2003, p. 30).

E mesmo passadas décadas da conquista do voto, persiste uma grande disparidade na participação de homens e mulheres no espaço da política. Aparentemente paira a ideia de que as mulheres estão em todos os lugares, trabalham em diferentes postos, são independentes financeiramente e “chefes” de famílias, podem ser líderes comunitárias ou ícones de sucesso, mas o mundo da política parece continuar sendo o limite. Este ainda é um local para homens e não para mulheres. Diz-se que “exige muita dedicação de tempo, e as mulheres tem crianças, a família, como prioridade, é difícil compatibilizar” (Astelarra, 2003), de maneira que o âmbito da vida privada, o *Oikos*, desde a democracia grega, prossegue sobre os ombros femininos, e o espaço da vida política, na *Ágora*, é o local de participação masculina. Para Susan Okin (2008) as feministas...

revelaram e analisaram as conexões múltiplas entre os papéis domésticos das mulheres e a desigualdade e segregação a que estão submetidas nos ambientes de trabalho, e a conexão entre sua socialização em famílias generificadas e os aspectos psicológicos de sua subordinação. Desse modo, a família se tornou, e vem se mantendo desde então, central à política do feminismo e um foco prioritário da teoria feminista (OKIN, 2008, p. 313).

³⁹ Sabemos, no entanto, que as mulheres negras, diferentemente da maioria das mulheres brancas, trabalham há muito mais tempo fora de suas casas. Essas mulheres trabalhavam tanto em atividades domésticas em outras casas que não as suas próprias ou juntamente com os homens negros em trabalhos pesados na lavoura e outros espaços.

Conforme entende Okin, “‘o pessoal é político’ está na raiz das críticas feministas à convencional dicotomia liberal público/doméstico” (2008, p. 312), pois os acontecimentos e a dinâmica na vida doméstica, nas relações no interior da família, estão permeados por relações de poder estruturadas socialmente, que não podem ser interpretadas isoladas do contexto das relações que se tem no espaço da vida pública propriamente. Segundo a autora,

as feministas afirmam que a distinção liberal existente entre público e doméstico é ideológica no sentido de que apresenta a sociedade a partir de uma perspectiva masculina tradicional baseada em pressupostos sobre diferentes naturezas e diferentes papéis naturais de homens e mulheres, e que, como concebida atualmente, não pode servir como um conceito central a uma teoria política que irá, pela primeira vez, incluir todas nós. (...) As pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas, e portanto questões de relevância política (OKIN, 2008, p. 315).

As esferas pública e privada, afirma Susan Okin, foram genericadas, ou seja, ambas com papéis construídos para o domínio e supremacia masculina e para a submissão e exploração feminina. A autora lança as seguintes questões: como seria o parlamento se tivesse sido pensado por ocupantes que dessem a luz e que fossem responsáveis pelos cuidados da vida doméstica? Será que as políticas públicas teriam os mesmos resultados se aqueles que decidem por elas também fossem pessoas com responsabilidades cotidianas de cuidado dos outros? Porém, com larga vantagem, quem ocupa os parlamentos e define as políticas são as pessoas que, em toda a sociedade, menos vivem essas experiências: os homens.

Marta González (2007) reflete que as mulheres possuem uma identidade distintiva que lhes aproxima enquanto grupo social, a partir de interesses comuns que variam desde a defesa da família, igualdade de oportunidades no trabalho, acesso a educação, até as questões da violência doméstica e direitos reprodutivos. Essa constatação de aproximação de interesses entre mulheres

não deve conduzir a outras de caráter essencialista a respeito da identidade das mulheres. Os homens e as mulheres se encontram atravessados por distintas identidades, cada uma das quais pode converter-se em dominante durante um tempo (...). Não obstante, a variedade de identidades das mulheres não invalida o fato de que parte de seus interesses venham marcados pelo sexo. O argumento dos interesses não se estabelece, portanto, de acordo com uns interesses unificados das mulheres, mas sobretudo, pelas diferenças entre os interesses das mulheres e os interesses dos homens (GONZÁLEZ, 2007, p. 23).

Nas sociedades modernas, argumenta María García Gossio (2012), apesar de serem minorias e ainda não exercerem plenamente sua cidadania, as mulheres estão compondo a cena política. Contudo esta justa reivindicação de acesso, permanência e ascensão aos espaços de tomada de decisões na política “implica assumir fatores identitários masculinos” (p. 152). Assim, por exemplo, cobra-se das mulheres que acessam postos de tomada de decisões um nível de competência desproporcional com aquele cobrado dos homens que estão nesses mesmos lugares. Muitas se vêem compelidas a não expressar suas emoções ou gestos afetuosos para não confundirem tais gestos a sinais de fragilidade. São traços associados diretamente aos papéis de gênero socialmente construídos no nível comportamental para as esferas pública e privada.

Não se pode partir de simplificações para encontrar justificativas que demonstrem, nos marcos de sociedades democráticas contemporâneas, a tão baixa presença das mulheres nos espaços de tomadas de decisões políticas. A complexa teia que envolve essas relações entre homens e mulheres, e interfere na participação delas no cenário político, segundo Astelarra,

não permite explicar a desigualdade entre os sexos nas instituições políticas, sem fazer referências ao sistema de dominação global que exercem os homens. Se trata de uma forma de domínio que utiliza mecanismos específicos que regula as condições da presença ou ausência feminina no

mundo público. Como consequência, se produz a aceitação ou o rechaço das mulheres nas organizações, nas instituições e nos cargos políticos (ASTELARRA, 1987, p. 161).

Portanto é um equívoco abordar separadamente as atribuições diferenciadas para homens e mulheres nos espaços da vida privada e da vida pública, bem como a desigual presença de ambos, pois o sistema de gênero afeta as relações em todas as esferas. A expressão dessas desigualdades generificadas ocorre das mais variadas formas, indo, por exemplo, desde os sutis boicotes partidários para o êxito eleitoral das candidatas mulheres nas disputas por vagas no parlamento, até evidentes limitações encontradas pelas mulheres mães que se veem compelidas a assumir uma carga de responsabilidade muito maior no cuidado com as crianças.

Neste sentido, há outro entendimento equivocado nas relações dos espaços público e privado e que está relacionado à questão da privacidade inabalável da vida doméstica, conforme Okin nos traz:

A natureza patriarcal das noções liberais de privacidade doméstica tem sido significativamente desafiada pela defesa crescente, feita por feministas e defensoras dos direitos das crianças, no sentido de que os indivíduos, no interior das famílias, tenham direito à privacidade que muitas vezes precisam ser protegidos da própria unidade familiar. (...) O lar, com toda sua privacidade, pode ser o mais perigoso dos lugares (OKIN, 2008, p. 322).

Sabemos o quão necessário é não perder de vista o fato de existirem mulheres e crianças que precisam ser protegidas do perigo que correm estando em suas próprias famílias. E, portanto, a defesa liberal da privacidade e total ausência de qualquer regulação do Estado sob a vida privada, segundo Okin (2008) pode ser um sério risco para as pessoas que ainda vivem em condições de subalternidade – mulheres e crianças - nesse lugar. Passados séculos desde o início da democracia moderna no século XVII, a figura da mulher ainda perdura como referência de responsabilidade nas tarefas da esfera doméstica, sem, contudo, que essas atividades sejam consideradas trabalho. Busca-se

sempre desacreditar qualquer vinculação enquanto cenário de relações políticas que ali se estabelecem, minimizando o exercício da cidadania.

Não se trata de espaços com funções claramente diferenciadas e existências paralelas. Há uma lógica que os articula de maneira precisa. O âmbito público, onde se exerce cabalmente a cidadania, descansa em uma construção determinada de espaço privado. Na medida em que cada homem tem esse lugar de domínio absoluto, pode comparecer no outro espaço: das observações, da concorrência, do reconhecimento, da repartição de bens. O espaço privado iguala os homens no público (FALCÓN, 2012, p. 98).

Por consequência, as atribuições do espaço privado enquanto responsabilidade unicamente das mulheres retira delas as potencialidades para que estejam exercitando sua cidadania também na esfera pública. É necessário que mudanças culturais aconteçam para que uma nova e democrática composição se torne realidade, de forma que,

as instituições e práticas de gênero terão de ser muito alteradas para que as mulheres tenham oportunidades iguais as dos homens, seja para participarem das esferas não-domésticas do trabalho, do mercado e da política, seja para se beneficiarem das vantagens que a privacidade tem a oferecer (OKIN, 2008, p. 327).

Apesar dessas constatações assertivas, chamamos a atenção para o fato de que têm havido mudanças comportamentais progressivas, mesmo que lentamente, com parcela dos homens, que passam a assumir mais encargos no âmbito privado, enquanto as mulheres de vários estratos sociais investem em suas carreiras profissionais. Apesar de ainda não ser uma prática recorrente na sociedade, é importante que consideremos a existência desse fator, cada vez mais comum nas famílias, sem deixar de lado a persistente reivindicação dos movimentos de mulheres para que realmente cheguemos à igualdade na responsabilização da divisão dos trabalhos domésticos entre as pessoas jovens e adultas da família, independente do gênero.

Foi a partir da década de 1970 que, marcadamente, os movimentos feministas no Brasil passaram a reivindicar o cenário privado, das relações íntimas, como um espaço político. Sob o lema “O pessoal é político”, enfrentaram coletivamente as violências sofridas no ambiente doméstico, inclusive os assassinatos “em legítima defesa da honra”, bastante comuns para a época, e deflagraram por todo o país um debate que problematizou a privacidade de questões que afetam a vida de um amplo contingente de mulheres, retirando-as das quatro partes para externalizá-las publicamente.

É, pois, nos anos de 1980 que essas e uma série de outras questões começam a ser mais debatidas no cenário legislativo brasileiro, como vimos, coincidindo com o processo eleitoral pós-ditadura e a eleição de algumas mulheres parlamentares em diversos estados - inclusive com a primeira vereadora titular em Florianópolis. No próximo item abordaremos o processo pelo qual passou cada uma das entrevistadas desta pesquisa para decidir se candidatar na disputa eleitoral a uma vaga na Câmara Municipal de Vereadores.

3.3 ENFRENTANDO OS DESAFIOS DE UMA CULTURA MACHISTA SECULAR

Em geral, como veremos neste item, a decisão das mulheres de participarem de uma campanha eleitoral envolve diversos fatores, dentre os quais se destacam: a construção anterior de um capital político que possibilite sua entrada na disputa partidária para ser indicada como candidata do seu partido; as dificuldades estruturais e financeiras enfrentadas durante a campanha; as atribuições familiares que maciçamente ainda são tidas como responsabilidade basilar das mulheres; entre outras. Não foi diferente com as mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis quando tomaram a decisão de se candidatarem à disputa de uma vaga na Câmara de Vereadores do município, segundo depoimento das entrevistadas sobre como foi o processo de suas campanhas e as dificuldades que enfrentaram.

Clair Castilhos nos contou que fazia parte do grupo de esquerda no interior do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que mais tarde veio a se constituir no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), onde ela e o marido se tornaram militantes e estiveram em disputas de direção partidária e de processos eleitorais.

Em uma discussão que buscava um nome deste grupo para participar do pleito eleitoral que se aproximava, em 1982, relata:

precisava de alguém que tivesse bom trânsito em vários lugares, e começaram a falar que seria bom que fosse referência na universidade, que fosse de esquerda, da área da saúde. Aí chegaram no nome do Alcides ou no meu. Preferencialmente o Alcides, porque claro, já tínhamos três filhas, e se hoje as pessoas estranham mulher disputando eleição, muito mais naquela época. O máximo que se fazia além de cuidar das crianças e da família era trabalhar fora, ainda não é tão diferente. O Alcides não aceitou, disse que não tinha perfil e defendeu o meu nome. Falou: ‘isso é coisa pra Caia’, que é meu apelido. Discutimos no grupo, foi aprovado meu nome e eu aceitei. Fui candidata numa campanha com muita gente envolvida, bem interessante e engraçada. Fui a primeira mulher a ser eleita vereadora titular em Florianópolis, na disputa eleitoral de 1982 para legislatura que começou em 1983.

É importante destacar a reação de Alcides, o marido, que, contrariamente ao que se previa, fez questão que Clair saísse como candidata. Ela reflete que o grupo político cogitou o nome dele antes do seu por uma questão cultural ainda bastante comum: a sociedade em geral avalia o fato de que, numa família com crianças, as mulheres devem dar prioridade aos cuidados da prole e do ambiente doméstico. Esse pensamento, segundo Maria Janilma Pereira Nogueira (2012, p. 21), “está ancorado em uma cultura (política) que exclui e é sexista. Nascer mulher ‘significava’ estar destinada para o lar, os filhos, o marido, enfim, a instituição familiar”.

Apesar de estar casada e com três filhas ainda pequenas, Clair demonstrou empolgação e não escondeu o desejo que tinha de ser candidata, conforme escreveu em uma de suas publicações que versa sobre a experiência que teve desde sua candidatura ao parlamento municipal: “É claro que, imediatamente, aceitei a indicação do grupo. Até porque tinha certeza que era este o meu desejo e a minha vocação (se é que se pode chamar assim às coisas que fazemos com o mais

absoluto prazer e motivação!), visceral para a atividade política” (Castilhos, 2013, p. 09).

A atitude de aceitar candidatar-se em 1982 lhe impulsionou para ser a primeira mulher eleita vereadora titular em Florianópolis e a única até hoje a exercer 10 anos de vereança neste município. Estar filiada a um partido político, ter disputado espaços de direção neste partido, fazer parte de um grupo político e aceitar o desafio de ser candidata deslocou Clair de suas atividades habituais para o espaço da disputa eleitoral e o exercício parlamentar, despertando-a para o feminismo e uma participação partidária que se prolonga até os dias de hoje.

Já para Jalila El Alchkar o interesse pela participação política eleitoral e partidária partiu de uma sugestão do seu irmão Cecim. Ela conta:

tinha terminado a pós-graduação no IBAM-RJ com foco no planejamento urbano e fiz um trabalho na prefeitura de Pirai do Sul (PR). Voltei para Florianópolis e passei no concurso público para o IPUF. Penso que o planejamento urbano é a menina dos olhos de qualquer município, mas a equipe técnica do IPUF não era ouvida, valorizada. Fiquei uns meses e pedi exoneração. Eu e uma colega estávamos com um escritório de arquitetura e o Cecim, meu irmão, veio me falar: ‘mana, quer ser candidata a vereadora?’ Ele era muito conversador, tinha vários grupos de amigos. Não foi fácil decidir, mas avaliei que poderia ser bacana e que era possível fazer um trabalho interessante na área do planejamento urbano. Então fui procurar e escolher um partido político para me filiar. Na época, em 1988, o PV (Partido Verde) estava se formando em Florianópolis e em Santa Catarina, tinha uma proposta de mudanças ligada ao meio ambiente, me filiei. Para o PV, a minha eleição foi um fato histórico, pois fui a primeira e única parlamentar do Partido em Florianópolis. Depois da minha eleição não elegeram mais ninguém aqui.

Notamos que também não partiu de Jalila a ideia de sua candidatura. Como ela própria relata, seu irmão sugeriu e a partir disso essa possibilidade começou a ser construída. Sequer era filiada a partido

político e não passava por sua mente, até então, ser vereadora. Seu êxito eleitoral foi uma grande surpresa naquela eleição, já que Jalila não se destacava como uma liderança em nenhuma esfera do movimento social, partidário ou político, tampouco tinha familiares envolvidos em atividades políticas. Talvez o irmão, que lhe sugeriu ser candidata, contava com redes de relações estruturadas na cidade, sendo ele médico pediatra já estabelecido. Porém não há registros nesse sentido e nem mesmo há qualquer menção na fala de Jalila sobre a incorporação deste setor (área da saúde/medicina) como um diferencial em sua campanha eleitoral. Trata-se de uma verdadeira exceção à regra, pois sem nenhum acúmulo de capital político, seja de movimento social ou partidário, raramente as candidaturas obtêm êxito eleitoral, conforme veremos mais adiante.

Em relação à candidatura de Angela Amin, como vimos anteriormente, estava filiada em partidos políticos desde 1980, coincidindo sempre com a mesma agremiação do esposo, Esperidião Amin. Consta no documento “Perfil de Angela Amin”, disponibilizado pelo site da Câmara Federal por ocasião do seu exercício parlamentar, que suas atividades com cargos políticos se iniciaram quando seu marido foi governador de SC (de 1983 a 1987),

em 1983 como Presidente da Fundação de Assistência Social do Estado. À época desenvolveu um projeto de assistência às crianças, denominado PROCRIANÇA⁴⁰ que repercutiu no Estado de Santa Catarina até hoje. Em função disso, foi candidata à vereadora em 1988.⁴¹

Quando foi candidata a um cargo eletivo pela primeira vez (1988), obteve um expressivo resultado, conquistando 7.771 votos e a maior votação da história, não superada – até agora - por nenhum candidato a vereador na cidade. No período de 1989 a 1990, presidiu a

⁴⁰ O Programa Pró-Criança estava voltado para ações com foco no “desenvolvimento psicossocial da criança de zero a seis anos, num trabalho associado à educação, saúde, cultura e comunicação, entre outros”, conforme consta biografia dos deputados federais no período 2007-2011.

⁴¹ Perfil de Angela Amin, documento disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdu/seminarios-e-outros-eventos/participantes-xiii-conferencia-das-cidades/angela-amin-1>. Acesso em 06 set. 2015.

Associação Florianopolitana de Voluntários - AFLOV, quando seu marido era prefeito de Florianópolis e ela estava na vereança. E, entre os anos de 1987-1990 integrou, como membro titular, o Conselho Estadual de Educação em SC.

Como não conseguimos obter informações diretamente de Angela Amin, acreditamos que o fato de ter se casado, em 1979, com um proeminente político local, que, inclusive, com apenas 27 anos de idade já tinha sido prefeito em Florianópolis (1975-1979), tenha influenciado decisivamente sua inserção na esfera da política partidária. A decisão de ser candidata a vereadora em 1988 também não é detalhada nos documentos que conseguimos ter acesso. Consta em um documento que apresenta algumas informações de seu “perfil” quando deputada federal (2007-2011) que sua candidatura a vereadora em 1988 decorreu do trabalho que liderou à frente de um órgão do governo do estado como primeira dama, principalmente do programa Pró-Criança⁴².

Zuleika Lenzi por sua vez, conta que se filiou no PMDB ainda durante a ditadura militar, em 1976, que atuava mais nas questões ligadas à área da cultura e trabalhava na UFSC dando aulas. Em função de sua vivência partidária, no final da década de 1980, assumiu a Secretaria Estadual de Cultura e Esporte no Governo de Pedro Ivo Campos. Segundo diz, essa experiência no executivo lhe proporcionou grande conhecimento do funcionamento da máquina pública. Quando começaram as discussões sobre as eleições municipais que se aproximavam, em 1992, Zuleika reflete:

Dentro do partido se dá importância diferenciada para militante e para liderança eleita. Você milita e ajuda outros a se eleger, mas se quiser implementar o que você pensa e defende, é preciso participar do processo político de disputa do poder. Eu já tinha uma participação política importante como secretária de estado da cultura e do esporte. Nesse tempo vivi com todos os atores

⁴² Mais informações sobre o Programa Pró-Criança podem ser encontradas no artigo de Marilda Merência Rodrigues (2000) “Pró-criança: uma política pública para a infância catarinense?”, disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81724>>. Acesso em 25 out. 2015.

políticos do estado, fiquei quatro anos nesta Secretaria e vi que a gente pode mudar a vida das pessoas de maneira correta: abrimos bibliotecas, construímos ginásios de esporte, criamos os joguinhos abertos para crianças, o programa recriar, colocamos nossos teatros no circuito nacional e internacional. Aquela fase foi de grande embasamento político, percebi como as forças sociais e políticas se inter-relacionam. Quando professora eu trabalhei muito, me dediquei e dirigi o departamento de cultura da UFSC. Mas na Secretaria de estado fui executora de políticas públicas e nesse lugar tive um grupo de pessoas que foram se aproximando em torno da liderança que eu exercia. Ao começar a discussão para o pleito eleitoral de 1992 no PMDB, esse pessoal cogitou que eu disputasse as eleições. A partir disso, começamos a pensar e organizar o que seria uma campanha. Decidi ser candidata quase um ano antes de iniciar o processo eleitoral. Com esse grupo mapeamos a cidade, buscamos apoios de lideranças, foi um processo bem sistematizado. Conseguimos cabos eleitorais – apoiadores - por toda a cidade. Quando a campanha teve início oficialmente já tínhamos tudo organizado, foi só sair atrás de votos.

Constata-se que Zuleika, diferentemente das demais, decidiu com bastante antecedência que seria candidata, com um grupo de apoio estruturou sua campanha e apresentou o próprio nome para o partido, já dispondo de um capital político acumulado por ter sido secretária de estado da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer e também militante, desde 1976, do partido político pelo qual se elegeu vereadora em 1992. Na Secretaria de Estado, assim como Angela Amin - apesar de ser em outro contexto - adquiriu experiência na estrutura do executivo e ficou mais conhecida pela sociedade em geral, fator que contribuiu para se apresentar, no partido, como candidata. Zuleika conta que já tinha se envolvido em várias outras campanhas, porém, à frente da Secretaria, notou que estar no poder significa ter a possibilidade de realmente implementar suas ideias de políticas públicas.

Lia Kleine se filiou ao PCdoB em meados de 1985 e só veio a ser candidata a vereadora em Florianópolis nas eleições de 1996. Ao longo

desses mais de dez anos entre sua filiação e eleição como vereadora titular, foi sindicalista e dirigente partidária de nível municipal e estadual, além de ter sido candidata a deputada federal. Tudo isso lhe rendeu uma importante experiência política, conforme fica evidenciado em sua fala:

Antes de ser candidata nasceu minha filha Helena, em setembro de 1989, durante o processo eleitoral de disputa entre Collor e Lula! Foi um dos momentos políticos de consolidação de minhas ideologias. Sempre gostei de participar de campanhas eleitorais, sendo ou não candidata. Me jogava nas eleições, me divertia, trabalhava bastante, mas era prazeroso, é uma rica experiência. Nas vezes que fui candidata a deputada federal viajei o estado e aprendi muito sobre a realidade rural. Até hoje guardo com carinho o ensinamento de pessoas que foram fundamentais nesse processo. Fui bem votada quando me candidatei a deputada federal. Não fui eleita, mas comecei a ficar mais conhecida e também comecei a conhecer como era ser candidata.

Sendo candidata, Lia foi conquistando popularidade e, ao mesmo tempo, conhecimento sobre a realidade das mais diversas questões da população catarinense. Desta forma, adquiriu capital político, foi preparada e conscientemente preparando-se para disputar com viabilidade eleitoral uma cadeira na Câmara de Vereadores de Florianópolis. Segundo nos conta,

ser candidata a vereadora foi uma decisão do conjunto partidário. Nada aconteceu de um dia para o outro, foi um processo amadurecido. Na época o partido notou que era interessante colocar uma mulher. Não tinha lei de cotas obrigatórias, mas se discutia a participação das mulheres na política, não tão elaborado como hoje. E havia no PCdoB uma força na militância das comunistas para que uma mulher fosse candidata e não tinha resistência dos dirigentes homens nesse sentido. Se via que a sociedade era receptiva à ideia de

mais mulheres na política. Eu tinha potencial eleitoral, não havia discurso contrário ao meu nome dentro do partido, eu estava bem preparada e queria ser candidata. Então aconteceu minha candidatura. Houve concentração e todo o partido fez campanha para mim. Eu não tinha bens materiais para vender e investir na campanha e todo recurso financeiro foi arrecadado com apoiadores, de modo muito simples, com grande esforço e dedicação de centenas de pessoas que se envolveram de diferentes modos na campanha. Foi um sucesso eleitoral, até me pegou de surpresa. Sabíamos que estávamos entre as boas possibilidades, mas fiquei entre as cinco candidaturas mais bem votadas, fizemos votos em todos os cantos. Foi muito trabalhoso, mas também foi muita alegria.

Lia menciona que se percebia a boa recepção da sociedade para as mulheres na política e seu partido impulsionou a sua candidatura. Em consonância a este entendimento, conforme argumenta Marta González (2007), existem fatores de “oferta e demanda” para se eleger em disputas eleitorais e esses fatores atuam conjuntamente: é necessário que se tenha quem queira se candidatar e é necessário calcular a receptividade e chances desta pessoa ser eleita. Neste sentido, dentre os obstáculos mais comuns para as mulheres que querem disputar cargos políticos encontram-se:

aqueles relacionados à visão estreita dos papéis de gênero, as doutrinas religiosas, as condições socioeconômicas discriminatórias, as resistências masculinas ao reconhecimento das mulheres como iguais dentro dos partidos e os fatores institucionais, como determinados sistemas eleitorais (GONZÁLEZ, 2007, p. 30).

Deste modo, por mais que uma série de fatores, associados às questões de gênero dificultassem o êxito eleitoral de Lia Kleine, o apoio recebido de seu partido político foi definidor para ela.

Angela Albino conta que tinha atuação como sindicalista antes de se filiar ao PCdoB, e que a decisão de ser candidata partiu tanto de uma decisão coletiva, no partido, e também de uma vontade sua:

Eu já era dirigente sindical há alguns anos e tinha participado perifericamente das campanhas eleitorais de 2000 e 2002, sem protagonismo, só ajudando outras candidaturas. Foram as minhas primeiras participações partidárias, apesar de só ter me filiado em 2002. Em 2004, foi a primeira vez que estive dentro de uma campanha eleitoral e já era candidata! Isso teve um lado ruim, que era a inexperiência.; e não sabia como fazer as coisas. Mas teve um lado bom e importante em minha formação: a total confiança na direção partidária. Foi assim que me criei politicamente no partido e estruturei minha visão de que deve ser o Partido quem dirige o processo, e não o indivíduo; e que cada partido tem suas ideologias, e são essas ideologias que as candidaturas de cada partido representam.

Angela, assim como Lia Kleine, também foi a única a disputar as eleições por seu partido em 2004. Novamente percebe-se o investimento partidário concentrado na estruturação de sua campanha eleitoral, garantindo o êxito e uma expressiva votação. Mas, diferentemente de Lia, Angela não tinha experiência em disputas eleitorais anteriores, a não ser como apoiadora de outras candidaturas. Apesar de ter tido êxito eleitoral e o envolvimento do conjunto partidário, ela não deixa de fazer críticas ao seu partido em razão do pouco espaço para o protagonismo das mulheres, a partir de sua vivência nas instâncias de decisão:

Quando decidi me filiar ao PCdoB, já tinha uma aproximação com pessoas do partido. Em 2000 ajudei na campanha eleitoral do Nildão, meu colega de trabalho e de movimento sindical. Me filei em 2002 e fui candidata em 2004. Tanto no sindicalismo como no partido, eu percebia a dificuldade de protagonismo das mulheres. Estávamos na militância, mas como dirigentes e parlamentares éramos poucas, ainda somos na política em geral. Me aproximei das mulheres do PCdoB, formamos um núcleo - chamávamos de 'fração de mulheres' - onde debatíamos as dificuldades e estratégias para buscar

protagonismo. Quando começou o debate para candidaturas em 2004, meu nome foi levantado, apesar de nunca ter sido candidata a nada antes na política partidária. Eu não disse que não queria, e as mulheres do partido se entusiasmaram com as chances de ter novamente uma mulher comunista na Câmara - depois da Lia não tinha tido mais vereadora. Fui candidata e o PCdoB manteve a estratégia de concentração: uma candidatura e toda militância se envolve na campanha. Foi um ótimo resultado, ficamos entre os mais votados, passamos de 4 mil votos. Desde então participei como candidata em todos os processos eleitorais e sempre mantive alinhamento com as questões feministas.

É fato que tanto as instituições dos movimentos sociais como os partidos políticos que disputam os espaços de poder, segundo Rodrigues (2005) compõem as sociedades democráticas. Contudo, movimentos sociais e partidos políticos precisam ser aperfeiçoados e estabelecer formas equitativas para ampliar a participação das mulheres, pois, conforme assinalou a entrevistada, as mulheres são maioria em grande parte da base da militância sindical e partidária, inclusive nos movimentos comunitários, mas a cúpula das direções dessas organizações continuam maciçamente nas mãos de homens.

Outro fator interessante a ser observado na fala de Angela Albino foi sua estratégia de se “enturmar” no partido ao qual recém se filiava: aproximou-se das mulheres militantes e formaram um grupo que debatia dificuldades e alternativas para potencializar o protagonismo delas dentro do próprio partido. Segundo conta, como veremos adiante, isso lhe possibilitou conhecer as reivindicações feministas e o feminismo.

Realizar debates feministas no interior dos partidos políticos certamente é um trabalho árduo, pois implica tanto desafiar a maioria masculina que comanda essas instituições, exigindo que esses homens reconheçam a opressão patriarcal que historicamente recai sobre as mulheres e as implicações sociais que isso gerou e gera, quanto exigir que os partidos implementem mudanças concretas, como a adoção das cotas de participação de mulheres nas instâncias de direção e decisão partidária, buscando alterar a estrutura de poder dos partidos políticos.

3.4 CAMPANHAS ELEITORAIS DE MULHERES: CRIATIVIDADE E BAIXO CUSTO FINANCEIRO

Após terem seus nomes aprovados nas convenções eleitorais de seus partidos políticos, nossas entrevistadas passaram pela experiência da campanha eleitoral. Geralmente as campanhas eleitorais envolvem grupos de lideranças e áreas temáticas afetas ao perfil e identificação política que já possuem as candidaturas. Isso fica evidente nos depoimentos colhidos pelas entrevistas que realizamos e que veremos a seguir, iniciando com a fala de Clair Castilhos sobre sua experiência:

A campanha foi muito interessante, fui eleita a partir de um trabalho coletivo de um grande grupo de pessoas que formavam o meu comitê eleitoral. Recebi apoio do pessoal do PCdoB, de Prestistas, colegas da universidade, feministas, estudantes, pessoas do INPS, sanitaristas, mulheres negras da Associação Antonieta de Barros, o pessoal ligado a comida natural, ecologia, acupuntura, fitoterapia, juventude, até mulheres da igreja, era amplo e suprapartidário. Eu era uma pessoa de esquerda mas sem vínculo fechado com um dos partidos clandestinos, então o pessoal independente do MDB me apoiava. Destaco que o trabalho dessa militância era totalmente voluntário e todas as propostas e defesas que tínhamos eram construídas pelo conjunto. Era o que pensávamos e defendíamos enquanto grupo.

Clair ressalta o engajamento dessas pessoas que apoiavam sua candidatura como uma representante de ideias, com sustentação ideológica. Segundo ela:

Eu, como candidata, representava as aspirações e expectativas políticas daquele grupo. E isso era dito em todos os momentos, deixando claro o caráter coletivo da candidatura. Uma candidatura em torno de ideias políticas nitidamente à esquerda e radicalmente contemporâneas. (...) Era dito que a política acontecia no dia-a-dia, que ver aumentar o preço do pão, do leite, da água, da luz e não reagir, também era fazer política. Uma

política da subserviência e da alienação. Todas essas ideias incluídas em um incisivo discurso contra a ditadura militar que iniciava a abertura do material de propaganda: ‘Pela convocação de uma assembleia nacional constituinte, livre, soberana e precedida da queda do regime militar’. Essa frase continha a palavra de ordem da esquerda, dentre os diferentes matizes da oposição ao regime militar, e delimitava o campo de atuação da candidatura (CASTILHOS, 2013, p. 10).

É oportuno trazer, a partir da colocação de Clair, a diferença entre “o político” e a “política”. No entendimento de Chantal Mouffe (2005, p. 20), “o político” é onde os conflitos e enfrentamentos acontecem numa disputa entre “inimigos”, junto a dimensão de antagonismos inerentes às relações humanas e sociais. Enquanto que a política se caracteriza como a unidade de conflitos, influenciada por antagonismos, visando superá-los em busca de nós/eles de modo compatível com a democracia - já que superar a oposição nós/eles é inviável, conforme argumenta a autora. Na política se faz presente o agonismo, onde os enfrentamentos acontecem numa arena conflituosa entre adversários que nutrem entre si um respeito mútuo e consideram legítimas as ideias do outro. O direito de defender essas ideias não é questionado, é legitimado.

As questões propriamente políticas, para Mouffe (2009, p. 87), exigem tomar decisões que obrigam a optar entre alternativas incompatíveis. Em sua análise, a autora avalia que na política sempre estará em jogo um “nós” oposto a um “eles” e, “esta é a razão porque não se pode eliminar o antagonismo” (idem, p. 89). Sendo assim,

é uma ilusão acreditar no advento de uma sociedade na qual o antagonismo tenha sido erradicado. O antagonismo é uma possibilidade sempre presente. O político pertence a nossa condição ontológica e isto é algo que deve ser levado em conta quando consideramos o espaço público (MOUFFE, 2009, p. 90).

Portanto, este “eles” não deve ser compreendido como inimigos a serem eliminados, tampouco considerar que suas ideias ou demandas devam ser erradicadas ou que não sejam legítimas, pois é na relação

nós/eles que se constroem as identidades coletivas/políticas. Deste modo, apesar da existência do antagonismo, a relação não é antagonônica entre inimigos. Ou seja: se trata de uma relação de agonismo, onde o antagonismo dos conflitos existem, porém num contexto em que as partes e suas ideias/demandas são consideradas legítimas e se estabelece uma relação de adversários (não inimigos) em conflito.

O que se encontra em jogo na luta agonística é a configuração mesma das relações de poder em torno das quais se estrutura uma sociedade determinada. Se trata de uma luta entre projetos hegemônicos opostos que nunca poderão se conciliar racionalmente. A dimensão antagonônica está sempre presente; é uma confrontação real, mas que se desenvolve em condições reguladas por um conjunto de procedimentos democráticos aceitos pelos adversários (MOUFFE, 2009, p. 92-93).

Clair Castilhos defendia suas ideias com muita propriedade, buscava mostrar à população que a política acontece no dia a dia, com os diversos lados que compõem o cenário, fazendo a apresentação, o enfrentamento e a defesa das ideias. E um dos desafios que esta entrevistada relata, a partir de sua experiência na primeira disputa eleitoral, em 1982, era a forma de se apresentar as propostas de sua candidatura para o grande eleitorado:

Como muitos de nós nunca tínhamos participado de campanha eleitoral, a candidata inclusive, foi uma rica experimentação e um exercício constante de novas e excitantes vivências. (Nosso) discurso era impregnado de vieses partidários, conceituais e teóricos, nitidamente de classe média universitária, muitas vezes incompreensível aos eleitores, dificultando a adesão à candidatura. Para melhorá-lo e torná-lo acessível para o povo, sem perder o conteúdo e sem passar por simplificações que o tornassem pobre de análise, pedimos ajuda a Eglê Malheiros (...). Ela, então, transformou aquela linguagem, cheia de palavras e jargões da militância e da teoria revolucionária (...). A esse texto passamos a chamar de ‘discurso

padrão’ e o utilizávamos nas diferentes situações da campanha. O efeito foi surpreendente, inclusive para nós que passamos também a ter uma fala mais comunicativa, simples, direta e com conteúdo (CASTILHOS, 2013, p. 10).

A estratégia adotada pela candidatura de Clair foi criativa ao buscar apoio para transformar o que se defendia ideológica e teoricamente, por meio de textos densos e aprofundados, em “panfleto” de campanha que dialogasse com a população em geral. Desta forma, ao mesmo tempo que não se restringia à classe média universitária, também não abria mão de princípios ideológicos do agrupamento que buscava votos para aquela candidata em 1982.

Contar com um grande e tão heterogêneo grupo de pessoas apoiando sua candidatura desencadeou uma vertente criativa, conforme destaca a própria Clair durante a entrevista:

Era uma campanha altamente criativa. Por exemplo, nos comícios uma boneca imensa carregava um cartaz escrito ‘Maricota vota em Clair’, dois homens bem fortes do nosso grupo carregavam, o Marco Darós e o Pedrão. Íamos na casa de apoiadores que reuniam familiares para eu conversar, principalmente nos finais de semana, de manhã na família de um, de tarde de outro e a noite ainda tinha mais um encontro desses. Íamos nos bairros com uma Variant, que tinha caixa de som em cima. As pessoas distribuíam panfleto e eu discursava no microfone do carro (risos). Eu e Margarete íamos nas feiras com uma enorme placa de madeira que carregávamos para denunciar que com o salário mínimo teria que comprar tantos quilos de carne, cenoura, batata, pagar o aluguel, roupas, cuidar das crianças, e ‘tem que ser o valor tal e você ganha só isso’, o povo surtava quando se dava conta (risos). Tinha um panfleto com o título ‘É essa a mulher da oposição’, em alusão ao fato de ser uma das raras mulheres na disputa e com viés ideológico de enfrentamento aos militares. Outro panfleto tinha o título ‘A gorda contra o regime da fome’, com dupla interpretação: o meu tipo físico e a crítica

ao regime militar, opressor, que gerava fome, sofrimento e toda forma de miséria que o povo sofre.

Evidencia-se que a forma bem humorada de se comunicar com o eleitorado não perdia o caráter contestatário e de esquerda da candidatura de Clair. Destaca-se que o fato de ser uma das poucas mulheres naquela disputa eleitoral foi positivamente considerado pelo agrupamento, que elaborou panfletos com títulos como “É essa a mulher da oposição” e “A gorda contra o regime da fome”. A atitude, desafiadora para o período, fazia alusão ao sobrepeso da candidata como um ato de rebeldia contra as imposições da magreza e, com astúcia, conseguia vincular a defesa pelo fim da ditadura militar. A imensa Maricota que votaria em Clair, as visitas e conversas nas casas das famílias, sua passagem pelos bairros fazendo discurso pelo som do carro e as idas em feiras levantando o que se poderia comprar com o salário mínimo foram ações criativas e de baixo custo financeiro que contribuíram para seu êxito eleitoral.

Além disso, as formas de arrecadar recursos financeiros, segundo Clair, eram muito simples naquele tempo:

as campanhas não tinham um alto custo como hoje. Se arrecadava dinheiro entre apoiadores e algum recurso da família, tudo era muito simples. Por exemplo: nossa turma criativa resolveu fazer a rifa de um porco assado, foi um sucesso. O porco ficava à mostra na parte interna de um Fiat-147 e os números foram feitos à mão em folhas de ofício distribuídas para mais de cem pessoas, que vendiam a um valor simbólico. Deu super certo, arrecadamos uma grana, a candidatura foi mais divulgada e popularizada com muita gente comprando a rifa. Por sorte um vegetariano ganhou e doou o porco para o comitê. Fizemos uma festança, assamos o porco e todo mundo comeu. Com certeza isso não ia pegar bem hoje em dia (risos). E tínhamos uns caras do nosso grupo que saíam à noite, com luva cirúrgica e moto, para detonar as placas da turma da ARENA: a gente furava casquinha de ovo e injetava tinta preta, eles saíam jogando isso nas

placas da direita que defendia a ditadura. A campanha era bárbara, mega subversiva (risos).

Neste relato visualizamos, como em uma fotografia, a festa que foi o desfecho da “rifa do porco”. Até hoje Clair se coloca como uma pessoa subversiva em suas palestras, geralmente voltadas para o público da área da saúde e movimentos de mulheres ou feministas. Sua menção à criatividade para a arrecadação financeira nos faz refletir que isso já era um desafio às candidaturas naquela época, mas ficou cada vez mais complexo ao longo desses últimos 30 anos.

De fato, fazendo uma comparação simples em relação aos custos de campanha, possibilidades legais de arrecadação financeira, prestação de contas e divulgação de candidaturas, chegaremos a conclusão que tudo ficou muito mais caro, complexo, disputado e limitado do início da década de 1980 para o contexto atual. Hoje contamos com uma legislação eleitoral que proíbe e/ou limita desde eventos como comícios ou festas até panfletagens em determinadas ruas ou espaços públicos. Certamente houve avanços em relação ao regramento da prestação de contas e origem da arrecadação financeira. Por outro lado, popularmente se sabe que tais normatizações são, com frequência, burladas e quem mais lança mão dessas estratégias, na maior parte das vezes, são exatamente as candidaturas mais experientes, já com estrutura de mandato parlamentar, reelegendo-se eleição após eleição, perpetuando a desigual correlação de forças e a iniquidade na presença de mulheres, jovens e pessoas negras/índigenas no cenário político-eleitoral.

Se, no contexto atual, para os homens arrecadarem dinheiro e viabilizarem suas candidaturas é complicado, a questão torna-se ainda mais complexa para a maioria das mulheres que disputam as eleições. Buscar apoiadores que doem somas significativas para estruturar uma campanha eleitoral, que segundo dados do TRE-SC chega a custar mais de meio milhão de reais para disputar como vereador em Florianópolis, é complicadíssimo para as mulheres, já que elas, na maioria das vezes, não contam com experiência para tal tarefa e tampouco apoio de seu partido. Exatamente por isso fica patente que as campanhas com menos recursos financeiros declarados ao TER, em maciça maioria, são as de mulheres. Enquanto as mais vultosas despesas financeiras aparecem em candidaturas masculinas, financiadas destacadamente por empresários.

De tal modo que, atualmente, para se candidatar, duas questões são cruciais: a popularidade/liderança em alguma área ou segmento social e o poder de financeiro, viabilizado pela arrecadação de doações,

investimento partidário e disponibilidade própria de recursos financeiros de quem se candidata. Bastante diferente do cenário que recorda Clair de sua campanha popular, em que se conversava com as pessoas para convencer e ganhar o voto para um projeto político:

A campanha não era mecânica e cara como é agora, era conceitual, tratava das dificuldades do povo, discriminações das mulheres e lutas pela sobrevivência. Por isso, nos panfletos de campanha, tínhamos quatro propostas principais: - a defesa da saúde pública, porque já estávamos no debate que culminou com o SUS na Constituição de 88, e o Alcides foi o primeiro presidente do CEBS em SC; - a linha de propostas ligadas a defesa do meio ambiente e ecologia; - a libertação das mulheres e com referência para as negras como triplamente exploradas por serem mulheres, negras e pobres; e – se apontava para questões conjunturais como a importância do preço do pão para a vida das famílias.

Percebe-se a coerência dos grupos sociais envolvidos na campanha eleitoral de Clair com as principais bandeiras defendidas nos materiais de propaganda de sua candidatura, bem como com o perfil da própria candidata. Curiosamente, aos 37 anos de idade, Clair diz que não era feminista, mas começava a refletir sobre a questão das mulheres, e hoje tornou-se uma das mais expressivas lideranças feministas do país. Será que se ela não tivesse sido candidata e eleita vereadora, teria se tornado feminista? Adiante retomaremos esta reflexão.

Mas Clair também enfrentou dificuldades na disputa eleitoral de 1982, segundo nos conta,

as principais (dificuldades), para citar algumas, por exemplo, era encontrar lugares para reunir bastante gente naquela época. É que as empresas que procurávamos para fazer os encontros festivos, os eventos, tinham medo de contrariar o poder das oligarquias, bem truculentas e opressivas, e se recusavam a prestar serviços. Algumas vezes fomos detidos pela polícia federal por panfletagens em lugares proibidos, como a Rua Felipe Schmidt, no centro da capital, além de

uma infundável boataria a respeito da candidatura, ameaças veladas ao posicionamento ideológico, à pseudo-agressividade dos militantes, à sexualidade da candidata (...). Mas, por incrível que pareça, ao compararmos as limitações pelas quais passamos e as agruras das candidaturas populares nos dias de hoje, é possível verificar a perversa diferença entre poder explícito e truculento da ditadura militar e o poder velado da ditadura do capital, que cria empecilhos e dificuldades e os legítima através da máquina do estado burguês, do judiciário e da mídia (CASTILHOS, 2013, p. 11).

Quando menciona em sua fala “o poder velado da ditadura do capital”, Clair se refere a atual e restritiva legislação eleitoral que tem dificultado a divulgação de candidaturas com menor estruturação profissional, conseqüentemente afetando diretamente as campanhas da maioria das candidatas mulheres. A entrevistada associa os poderes da esfera do estado, do mercado e do judiciário, ajustados para potencializar candidaturas conservadoras e com maior capacidade financeira para contratar o aparato necessário.

Corroborando a fala de Clair, Jalila conta que sua campanha também era feita de modo bastante modesto:

Trabalhávamos na campanha com nossos próprios carros, de amigos, do meu irmão. Hoje é bem diferente. Na época mandamos fazer placas de madeira, colocamos em cima dos carros com cartazes colados e saímos com esses carros distribuindo panfletos com as principais propostas da nossa campanha. Tínhamos vários grupos, a maioria ligados ao meio ambiente. Havia o movimento ecológico, debatíamos muito a questão do tratamento e separação do lixo e a situação dos mangues, isso foi o mais forte em minha campanha. À medida que a candidatura crescia, chegavam mais pessoas, diziam que queriam estar na campanha e contribuíam de várias formas: pegavam panfletos para distribuir nos seus bairros e locais de trabalho, colavam cartazes nas suas casas. Foi desse jeito que fiz

voto em toda a cidade, praticamente em todas as urnas. Uma campanha muito bonita e com pouquíssimo recurso, com o que cada um podia somar, inclusive minha família.

Jalila também pondera que atualmente mudou bastante, pois na época de sua campanha eleitoral pôde contar com a adesão espontânea de pessoas que se encarregaram de divulgar sua candidatura nas regiões de todo o município. O custo financeiro que tinha era o da confecção de materiais gráficos.

Nos dias de hoje, a viabilidade eleitoral é tanto mais real quanto maior o “profissionalismo” da campanha, ou seja a adesão espontânea de pessoas envolvidas tem sido radicalmente substituída por pessoas contratadas. Existem inclusive empresas especializadas na prestação desse serviço: profissionais em busca de votos. O/a candidato/a contrata a empresa e esta dispõe das pessoas para fazer toda a campanha: desde a produção dos materiais gráficos, a panfletagem e divulgação, até a arrecadação financeira, tudo devidamente previsto em contrato de prestação de serviços. As candidaturas precisam contar com pessoas especializadas em prestação de contas, bem como assessoria jurídica para eventuais transtornos durante o processo de campanha eleitoral - cada vez mais frequentes tendo em vista as restrições na legislação específica. Dito de outra forma, nas palavras de Clair: uma verdadeira “ditadura do capital” nas disputas eleitorais.

Cenário muito diferente viveu Zuleika Lenzi, quando disputou pela única vez uma eleição em 1992, pois, como nos disse, teve o apoio de pessoas que trabalhavam com ela quando foi secretária estadual de cultura e esporte, além de familiares e conhecidos da UFSC, onde era professora:

O pessoal que trabalhava comigo na Secretaria de Estado foi quem me estimulou e pensou toda a campanha eleitoral. Entramos pra valer na disputa. Pedi minha aposentadora na universidade e gastei todo o meu fundo de garantia na campanha (risos). Porque não tinha financiamento e diziam ‘você classe media alta, tem dinheiro’, mas eu não ia pedir para Carlos Alberto colocar dinheiro na campanha. Com o nosso grupo começamos a elaborar propostas e organizar tudo com um ano de antecedência, detalhadamente como seria,

quando fazia o trabalho de campo, como faríamos as pesquisas. Começamos a fazer os telefonemas - não gravado como hoje, eram ligações para dialogar mesmo com as pessoas. Estudei como era o legislativo e fui me preparando com antecedência. Professores da UFSC que trabalhavam comigo se envolveram na campanha. Minha família contribuiu e não colocou obstáculos. Mas o apoio maciço e determinante veio mesmo do pessoal que estava comigo na Secretaria Estadual de Cultura e Esporte. O custo financeiro foi bancado por mim, teve algumas doações de pessoas mais próximas, mas nada tão significativo.

De modo que Zuleika, tal qual Clair e Jalila, conseguiu contar com um agrupamento de pessoas que apoiaram sua candidatura em torno de propostas e ideias com as quais a candidata já tinha identificação. Diferente de Clair, que teve um leque de apoio amplo, Zuleika pôde contar com o suporte principalmente de colegas de trabalho, que se envolveram diretamente na organização antecipada de sua campanha eleitoral - fator decisivo para seu êxito, conforme pode ser evidenciado em suas falas. Contudo, o “profissionalismo” ainda não estava tão presente no contexto destas três entrevistadas: Clair, Zuleika e Jalila.

A campanha de Lia Kleine teve o envolvimento direto de toda estrutura de seu partido, contando portanto com o *pacto intergênero*, que trabalharemos oportunamente mais adiante. Diferentemente dos partidos das vereadoras anteriores, o PCdoB adotou, por um período, a estratégia de concentração eleitoral, lançando somente uma pessoa na disputa quando de suas campanhas eleitorais. Assim toda a militância, nas mais diversas frentes de atuação, voltava seu apoio para essa candidatura tida como prioritária. Foi um entendimento que prevaleceu durante a década de 1990 até meados dos anos 2000, quando o partido se reestruturava após a retomada da legalidade suprimida com a ditadura militar. Com esta estratégia, o PCdoB conquistou pela primeira vez uma cadeira de titular na Câmara de Vereadores de Florianópolis, elegendo Liacarmen Kleine, que nos conta:

Na minha campanha de vereadora existiam várias frentes de atuação, pois eu já era militante do

PCdoB há mais de dez anos, tinha sido funcionária da prefeitura de Florianópolis, sindicalista e era professora do curso de nutrição da UFSC. Então os grupos de apoio estavam relacionados ao partido, ao sindicalismo e à educação. Porém duas outras frentes se somaram e foram determinantes na campanha: juventude e mulheres! A juventude tinha toda aquela irreverência, paixão, ideais, carregava a flor símbolo da campanha (a margarida). E as mulheres, nossa! Começou com algumas militantes do partido e amigas pessoais, mas tomou conta de um jeito que eu já não conseguia estar em todas as atividades organizadas pela frente de mulheres. Essa mulherada organizava chás, cafés, encontros nas casas delas em todos os bairros da cidade e elas próprias custeavam as comidas, faziam bolos, salgados e andavam com garrafas térmicas de um lado para outro (risos). Teve uma hora que eu já não conseguia dar conta de tantos encontros e tinha que ir mulheres me representando.

Apesar de chamar a atenção para a importância que tiveram os grupos específicos de mulheres em sua campanha eleitoral - que abordaremos em outro capítulo por ocasião da reflexão que faremos em torno dos pactos intragênero e intergêneros -, Lia destaca o envolvimento de outras áreas temáticas, como os estudantes e colegas de trabalho na UFSC, o funcionalismo público da prefeitura de Florianópolis e o sindicalismo em geral, mesclando a participação tanto dos tradicionais quanto dos novos movimentos sociais.

A campanha eleitoral de Angela Albino traz várias semelhanças com a de Lia quanto à sua estruturação e grupos de apoio. Ambas foram eleitas vereadoras pelo PCdoB, com igual estratégia: candidatura única do partido. Angela conta que, a partir do momento que foi decidido que seria candidata, iniciou-se um processo de reuniões para organização, antes mesmo da campanha eleitoral oficial:

desde o início de 2004 começamos a fazer debates temáticos por frentes e organizar uma plataforma com as bandeiras que defendíamos. Como o partido adotou novamente a estratégia da

concentração em uma única candidatura, toda a militância do partido contribuía, a partir de sua área. Formamos Grupos Temáticos, com coordenações que organizavam atividades: reuniões, panfletagens, chás, cafés, festas, distribuição de materiais, caminhadas, colocação de faixas e placas. Todo o partido estava envolvido e começou a aglutinar muita gente. Tínhamos bem estruturadas as frentes dos trabalhadores - unificando os sindicalistas que nos apoiavam -, das mulheres, do movimento negro e da área LGBT, todo esse campo dos direitos humanos que está até hoje pautado em meus mandatos.

Seu relato enfatiza a estratégia de concentração em uma única candidatura, que ainda foi adotada em 2004 para eleições de vereadores. Evidencia-se que, quando há sustentação partidária, as campanhas eleitorais têm muito mais possibilidades de serem exitosas. Neste sentido, o apoio do partido é fundamental para as mulheres, que, na maioria das vezes, são estreates principalmente quando estão pleiteando a vereança, e geralmente não contam com a estrutura de um mandato parlamentar para se reeleger.

Tanto Angela quanto Lia Kleine contaram com o apoio do sindicalismo, que segundo Maria da Glória Gohn (2010), enquanto movimento social,

vinha perdendo a relevância que teve no passado – dadas as mudanças operadas na economia, desregulamentação dos processos de trabalho, principalmente industrial, reengenharia no mundo das organizações e corporações, enxugamento dos e nos postos de trabalho e a diminuição do número de sindicalizados etc (GOHN, 2010, p. 131).

Contudo, o cenário de frequentes crises econômicas vividas na década de 1990 e primeiros anos no novo milênio, “recolocou os sindicatos na ordem do dia, seja pela resistência à onda das demissões, com negociações de acordos e flexibilizações, seja para organizar protestos”, afirma Gohn (idem, p. 131). Conforme reflete a autora, no Brasil a composição dos movimentos sociais conta com a presença

desde os chamados novos movimentos sociais, ou identitários - como aqueles organizados em torno das mulheres, da juventude dos movimentos negros, idosos, indígenas ou de orientação sexual, dentre outros - até o tradicional sindicalismo. Para Gohn (2010, p. 27) os antigos movimentos sociais, que mudaram para se adaptar à nova conjuntura econômica e política, e os novos “ativistas/mobilizadores” compartilham na atualidade “a cena da sociedade civil organizada”, muito embora se perceba que nos últimos anos tem havido uma hegemonia dos movimentos identitários. O apoio de um campo diversificado de movimentos sociais foi ressaltado em vários momentos das falas de Lia Kleine, Angela Albino e Clair Castilhos.

Segundo Angela Albino, sua candidatura partiu de um debate coletivo e, portanto durante toda campanha pôde contar com esse coletivo de pessoas que contribuíram e minimizaram o impacto das dificuldades sentidas por ela:

Não era uma candidatura minha, um desejo só meu, individual. Aconteceu um debate coletivo. A partir do momento que a campanha começou, tomou uma proporção que seria mesmo impossível eu controlar. Ainda bem que tinha todo o partido e pessoas com experiência que estavam à frente do processo comigo e me ajudaram, pois eu não sabia nada do funcionamento de uma campanha. É importante dizer que na legislatura de 2000-2004 não teve nenhuma mulher vereadora, então havia uma expectativa para suprir essa lacuna. Era um desafio para nós corrigir o fato de não ter nenhuma mulher na Câmara. Outro desafio era a dificuldade financeira, eu não tinha recursos além de meu salário, não tinha bens e estava com dois filhos adolescentes para sustentar. Só podia contar com doações modestas, com o apoio do partido e com meu endividamento (risos).

Angela menciona as dificuldades financeiras que enfrentou, num período em que já se contava com relativo grau de profissionalização das campanhas eleitorais. Ainda que com menor impacto nas disputas para vereador, já havia a necessidade de contratação de parte das pessoas para fazer algumas atividades - como panfletagens, distribuição

de material gráfico “casa-a-casa” pelos bairros ou “bandeirões” – realizadas em dias/horários de trabalho da grande parte dos apoiadores. Esse processo de profissionalização das campanhas eleitorais foi se intensificando eleição após eleição, necessitando atualmente de um alto poder de investimento financeiro em qualquer candidatura que pense em ter êxito eleitoral.

Para Angela Albino o envolvimento partidário foi importante, já que “não sabia nada do funcionamento de uma campanha” e teve forte investimento em sua candidatura para manter o mandato parlamentar do PCdoB na Câmara de Vereadores. O partido elegeu assim, pela terceira vez consecutiva, a titularidade de uma cadeira naquele espaço legislativo (Lia Kleine em 1996, Nildão em 2000 e Angela em 2004), utilizando todas as vezes a estratégia de candidatura única. A estratégia só foi alterada nas eleições de 2008, quando o partido lançou mais de 20 candidatos(as), elegendo como titular Ricardo Vieira e como suplente Janete Teixeira. Processo semelhante aconteceu na disputa eleitoral de 2012, quando Ricardo Vieira foi reeleito vereador pelo PCdoB e novamente uma mulher deste partido - Beatriz Kauduinski - ficou na primeira suplência. Como falamos anteriormente, desde a saída de Angela Albino (final de 2008) nenhuma outra mulher foi eleita vereadora titular em Florianópolis.

As candidaturas de Angela Albino e Lia Kleine, evidenciam o envolvimento da militância partidária, organizada em frentes de atuação, que deu organicidade e um sentido coletivo para suas campanhas. Pelos depoimentos das entrevistadas se percebe que, para Lia, esse fator lhe deu sustentação para conseguir superar a enorme quantidade de atividades, e para Angela, o suporte de dirigentes do partido supriu sua inexperiência política partidária e em disputas eleitorais diante da proporção que tomou sua campanha em 2004.

Ressalta-se, por meio dessas entrevistas e da literatura nacional sobre a participação das mulheres na política, que a disputa de uma vaga na câmara municipal é, na maior parte dos casos, a estreia das candidaturas. Este fator justifica a falta de experiência e protagonismo em campanhas eleitorais que constatamos em cinco das seis mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis. Entre elas, apenas Liacarmen Kleine já tinha sido candidata a deputada federal duas vezes antes de pleitear a vereança, mas estas disputas tinham como objetivo central torná-la conhecida e “preparada” para concorrer a vereança em Florianópolis. Zuleika Lenzi contrasta das demais entrevistadas por ter

exercido o cargo de secretária de estado, além da militância partidária de mais de uma década.

É possível perceber, em diversos trechos dos depoimentos colhidos nas entrevistas, que as dificuldades para as mulheres participarem e permanecerem na vida política via cargos eletivos associam-se às noções de *habitus*, campo e capital simbólico/político de Pierre Bourdieu (1989). Para este autor, o *habitus* se constitui a partir das reiteradas práticas que são introjetadas nos indivíduos ao longo de sua criação em sociedade e passam a ser vistas como algo da própria natureza. Quando questionada alguma dessas práticas, encontra-se resistência da mudança do *habitus*. Tais práticas se dão em um “Campo” em que vigora um sistema de relações sociais, onde os agentes participam e assimilam o conjunto de regras que ali vigora.

Deste modo, em uma sociedade inegavelmente patriarcal, em que os relacionamentos entre homens e mulheres são baseados no exercício do poder como forma de dominação, a maioria das mulheres ocupam funções sociais marcadas por traços de subalternidade. A sociedade se encarrega de introjetar nas pessoas, desde crianças, as compreensões e atitudes comportamentais por meio das diversas formas de linguagem. Assim se constroem percepções que se assentam na personalidade, no corpo e nas ações de cada pessoa, vindo a tornar-se algo como que inato, natural. Constituem-se de fato em sistemas de disposições duráveis e funcionam como engrenagens de estruturas estruturantes (Bourdieu, 1989). Ressalta-se, deste maneira, o entrelaçamento da noção de *habitus* interferindo na participação política das mulheres como algo social e culturalmente construído e introjetado.

Da mesma forma, percebemos por meio dos depoimentos de nossas entrevistadas a importância que adquire o acúmulo de capital simbólico e capital político para o êxito eleitoral. Tanto capital simbólico como capital político operam para que uma verdadeira e necessária carreira seja edificada no interior dos partidos políticos, a fim de obter o sucesso de cada um e cada uma que se empenha para se eleger e manter-se no cenário político.

Capital simbólico associa-se ao reconhecimento de que determinada pessoa ou grupo possui legitimidade, autoridade e, portanto, exerce poder sobre outras pessoas ou grupos (Bourdieu, 1989). Desta maneira o capital simbólico traz consigo uma forma de violência peculiar: os dominados, em razão do desconhecimento que possuem e de pensarem não conseguirem portar as supostas qualidades dos

dominantes, concedem reconhecimento aos dominantes. Como exemplo mais comum podemos citar a autoridade exercida por professores em sala de aula. Ou as relações de poder que ainda exerce o homem (pai, marido, irmão) no interior das famílias. Ou até mesmo as cúpulas das direções partidárias, majoritariamente masculinas.

E o capital político é nada mais do que uma espécie de capital simbólico, dirigido para o exercício da política, bastante evidente na trajetória política de Zuleika e Lia Kleine, conforme temos percebido por meio de seus relatos. Neste sentido, segundo Luís Felipe Miguel, o capital político

baseia-se em porções de capital cultural (treinamento cognitivo para a ação política), capital social (redes de relações estabelecidas) e capital econômico (...). Como toda forma de capital, o capital político está desigualmente distribuído na sociedade. Na base da pirâmide temos os simples eleitores, que podem apenas optar por uma entre as alternativas propostas, sem praticamente nenhuma voz ativa na vida política; no topo, os líderes que são os autores das alternativas em jogo e que são reconhecidos como representantes dos diversos segmentos sociais (MIGUEL, 2003, p. 121).

No lugar do “topo” é onde estão presentes de forma concentrada os homens, líderes partidários, evidenciando o quão patriarcal ainda é a sociedade brasileira, como carece de democracia de gênero, já que na “base” mais de 52% do eleitorado do país é composto por mulheres. A partir da obra *O Poder Simbólico*, de Bourdieu (2003), pode-se chegar em uma tríplice divisão do capital político, qual seja: a) **capital delegado**, em que os partidos políticos controlam quem será escolhido para representar este partido nos diversos locais, de modo que o partido é que acumulou capital suficiente entre seus quadros e militantes, detendo um capital simbólico de reconhecimento e fidelidade. Também poderia se pensar, como aponta Pinheiro (2007, p. 44-45), no caso brasileiro, na instituição família, que tanto tem elegido candidaturas por meio da herança político-familiar e tornado uma grande parcela de parlamentares e gestores oriundos dos “clãs familiares”; b) **capital convertido**, onde a popularidade ou notoriedade em áreas profissionais anteriores à vida política acabam se convertendo em catalizadores de

votos e essas pessoas (artistas, intelectuais, sindicalistas, lideranças comunitárias, etc) utilizam desse histórico pessoal para convencer os partidos políticos a investirem em seus nomes para disputar uma vaga em algum espaço político; e, c) **capital heroico**, ou profético, é um subtipo do capital convertido, com o diferencial de que se concretiza a partir de um ato inaugural, uma situação de crise e que, geralmente, é resultado de uma acumulação lenta e contínua. Para a realidade brasileira, Miguel (2003) propõe que se trabalhe com os dois primeiros tipos.

No contexto de nossa pesquisa podemos perceber que a candidatura de Angela Amin partiu de um capital delegado, ligando-se na época ao poder político do marido e iniciando seu acúmulo de capital convertido por meio da vivência em projetos sociais educacionais nos governos de Esperidião Amin. Já Clair, Zuleika, Lia e Angela Albino, possuíam um capital convertido inicial junto aos movimentos sociais, apoiadas por seus locais de trabalho e, no caso de Zuleika, experiência na administração pública. Jalila, como mencionamos anteriormente, obteve êxito eleitoral de modo raro, não possuindo de antemão capital político - inclusive não era tida como viável eleitoralmente por seu partido.

Capital político e carreira política encontram-se, segundo Miguel (2003, p. 115), em uma relação dialética onde se faz necessário capital político para ascender na carreira política, e a ocupação de cargos importantes na hierarquia do campo político representa a ampliação deste capital. Como já ficou evidente, a carreira política para as mulheres se vê prejudicada, conforme lembra Pinheiro,

porque o campo político, assim como qualquer outro campo, pressupõe que os agentes ali inseridos disputam o acesso às posições de poder e de maior prestígio, buscando valorizar seus atributos em detrimento dos de seus concorrentes. As posições de maior poder e prestígio têm sido, tradicionalmente, ocupadas por homens e referem-se a áreas de atuação que remetem ao masculino. Ocupar tais posições é ainda mais importante para mulheres, pois possibilita o acúmulo de maior capital político, a ampliação de seu reconhecimento tanto interna como externamente ao parlamento e, conseqüentemente, permite a entrada em outros espaços ou posições que até

então estavam fechados às parlamentares (PINHEIRO, 2007, p. 57-58).

3.5 O ESPAÇO POLÍTICO COMO ESPAÇO DE PODER, CONFLITOS E ANTAGONISMOS: O EXERCÍCIO DO MANDATO DAS PARLAMENTARES EM FLORIANÓPOLIS

Hannah Arendt apresenta, em *A Condição Humana*, a configuração das esferas pública e privada, tal como vivenciadas pelos gregos, a fim de elaborar uma crítica contundente ao que ela identificou, no mundo moderno, como a “ascensão do social”. Na Grécia antiga, vigorava uma rígida e nítida separação entre o espaço privado e o espaço público, distinção essa que garantia a dignidade da política, a qual ficava circunscrita à esfera pública. O espaço privado se caracterizava, segundo a descrição de Hannah Arendt, como o local de satisfação das necessidades básicas, fisiológicas, do homem. Ou seja, a esfera privada era a esfera das necessidades da vida e nela o chefe de família imperava com poderes incontestes, subjugando mulheres, escravos e crianças, que, de uma forma ou de outra, garantiam a satisfação de suas necessidades vitais.

Mas, como vimos anteriormente, essa separação entre as esferas pública e privada é contestada pelas teóricas feministas, dentre as quais destacamos Susan Okin (2008), Anne Phillips (1996) e Chantal Mouffe (2005, 2009). O terreno deste debate é repleto de tensões intrínsecas ao campo das discussões sobre democracia e participação política.

Contudo, as questões se tornam ainda mais complexas quando se debate a partir das experiências concretas das mulheres que entraram na política partidária e disputaram eleições. Nem todas são eleitas, mas, para aquelas que obtêm êxito eleitoral e passam a exercer seus mandatos parlamentares, uma série de novos desafios surgem, principalmente pela inexperiência da vivência política e por ser o espaço da câmara municipal, na maioria das vezes, a estreia em disputa eleitoral.

As entrevistadas nesta pesquisa confirmam essa percepção, como se constata nos depoimentos, a começar pelo de Clair Castilhos:

Eram vinte homens e uma mulher – eu (entre 1983-1988). Não tinha muita conversa, o PMDB era minoria e o PDS maioria. Fizeram todos os acordos para escolher o presidente e a mesa diretora da Câmara e eu nem fui consultada, nem

para tomar conhecimento. Mas quando iniciaram as sessões e comecei a falar, fazer pronunciamentos, me colocar nas votações, eles viram que eu era boa de debate e os projetos, requerimentos, indicações que eu encaminhava eram muito qualificadas e sempre voltados para três frentes: meio ambiente, saúde e mulheres. Então isso foi marcando minha atuação na Câmara.

Este depoimento de Clair vem ao encontro da “lógica de gênero” que perpassa a cultura política na Câmara de Vereadores e, conforme argumenta Astelarra (1987), se relaciona aos processos e fatores que regulam e organizam a sociedade, de modo que as pessoas, identificadas ao gênero masculino ou feminino, estejam nos lugares onde se espera que estejam, nas áreas sociais em que cada qual deve estar, desempenhem tarefas tidas como próprias e se considerem diferentes umas das outras em suas competências. Assim sendo, “a política forma parte do sistema de gênero. Suas atividades e suas organizações não estão à margem da divisão sexual do trabalho, que determina as formas de participação diferenciada que terão mulheres e homens” (Astelarra, 1987, p. 159), portanto, o fato de os vereadores homens desconsiderarem a presença de Clair Castilhos, a vereadora mulher, foi uma atitude coerente ao sistema de gênero que opera na sociedade.

Quando Jalila foi eleita vereadora, em 1989, também Angela Amin e Clair Castilhos estavam no parlamento. Jalila relembra que

foram eleitas três mulheres, sendo eu e Clair de esquerda. Da direita se elegeu Angela Amin, com um número de votos impressionante para época. Ela ajudou a eleger vários homens com sua votação. Tínhamos uma bancada de seis vereadores da esquerda. Não conseguíamos barrar o que a ‘maioria’ decidia que tinha que ser aprovado a qualquer custo, votávamos contra, nos articulávamos, denunciávamos, mas éramos minoria. Para muita coisa eu não era nem consultada. Mas fizemos uma coisa inédita para época que foi levar os debates para rua, mostrar à população o que acontecia dentro da Câmara de Vereadores. Isso foi muito bom.

Uma vez sendo parte de uma bancada de esquerda minoritária, Jalila buscou valorizar a esfera pública, levando para diferentes locais os temas polêmicos que eram debatidos dentro da Câmara de Vereadores, dos quais discordava mas não tinha força política suficiente para “barrar”, conforme nos disse. Tal qual defende Chantal Mouffe (2009, p. 93), “o espaço público é o campo de batalha onde se enfrentam diferentes projetos hegemônicos sem possibilidades de reconciliação final”, porém com a presença constante do debate contra-hegemônico, como foi para Jalila, juntamente com a bancada de seis parlamentares de esquerda.

A qualificada presença de Clair e Jalila lhes assegurou espaço de destaque na cidade, apesar da inexperiência de ambas na esfera legislativa, conforme vemos a seguir em suas falas:

Eu não tinha nenhuma experiência e agia como se estivesse ainda na clandestinidade, ao invés de solicitar as coisas pela via oficial. Por exemplo, eu não sabia solicitar uma audiência pública, ou quando queria alguma informação ia atrás de algum amigo que trabalhasse com alguém ou tivesse conhecidos que poderiam conseguir um documento ou informação importante. Mas o que eu deveria fazer era solicitar essas informações via requerimento aprovado no plenário da Câmara por todos os vereadores (risos).

Essa questão da experiência na política também marcou Jalila no início do mandato parlamentar, como ela nos conta ao se sentir discriminada por esse fator:

Eu não sabia como as coisas funcionavam. Me colocaram numa sala muito pequena, escondida, quando eu entrei era jovem e tola (risos). Para chegar na minha sala tinha que subir uma escadinha toda torta, uma sala baixa, sem janelas, naquele prédio rosa da antiga Câmara de Vereadoras da Praça XV. Falei que não queria aquele lugar, comecei a brigar, porque as pessoas tinham que me encontrar em algum lugar e naquela sala não dava. Eu queria que as pessoas fossem no meu gabinete, porque a imagem da

Câmara era de pessoas que não trabalhavam, de funcionários fantasmas. Como não tínhamos um grupo de assessoria, contratei duas funcionárias e pagava de meu próprio salário. Uma pessoa formada em direito trabalhava as questões jurídicas, os projetos de lei e regimento. E outra que era jornalista, que tinha vínculo com a comunidade e fazia os jornais de prestação de contas das ações do mandato. Meu salário sobrava pouco, porque eram duas pessoas de nível superior com dedicação exclusiva que eu pagava. Precisava disso. Hoje tudo está mais acessível, disponível em internet para estudar, ver exemplo, até os vereadores mais toscos que queiram saber o que será discutidos no parlamento conseguem acessar. Mas em 1990 não era assim, tínhamos que garimpar documentos e informações, nada era de fácil acesso.

Há, pois, como vimos anteriormente neste estudo, uma defasagem histórica da entrada das mulheres na vida pública e política. Neste sentido, enquanto a maioria dos homens parlamentares vem acumulando experiência nas esferas de tomadas de decisões, as mulheres começaram a viver essas possibilidades apenas muito recentemente. Na grande parte das vezes ainda falamos em “precursoras”, nas “primeiras”, tanto que a primeira vereadora titular de Florianópolis hoje está com 70 anos e nos concedeu entrevista! Além de termos a primeira presidenta da República, a exemplo da maioria dos países que também contam com suas primeiras mulheres presidentas nos últimos anos. Conforme afirma Lúcia Avelar (2001, p. 13) “a conquista da igualdade formal é diferente da igualdade real” e isso fica evidente nas discriminações sentidas por Jalila ao relatar o episódio de sua sala escondida, a falta de estrutura pessoal para potencializar sua atuação parlamentar e a dificuldade em acessar informações no interior da própria Câmara de Vereadores em que legislava.

Lia Kleine diz que durante seu mandato de vereadora precisou dedicar muito tempo para estudar questões importantes para a cidade, como a previdência dos servidores públicos do município e a lei de concessão do transporte público, dentre tantas outras. Conforme relatou:

Foi bem difícil até compreender o funcionamento da engrenagem legislativa, tive que estudar muito essa área. Nosso mandato tinha uma forte atuação de fiscalização do executivo; aliás, essa é uma das atividades principais da vereança. Eram dias e noites analisando projetos. Tínhamos credibilidade porque conseguíamos fiscalizar o que o executivo estava querendo fazer com a cidade, era uma marca forte do mandato do PCdoB. Pegávamos questões cruciais e conseguimos barrar coisas do arco da velha, mas muita coisa não foi possível segurar, apesar de nosso esforço. Éramos oposição numa bancada de esquerda em minoria, perdíamos quase tudo nas votações. Mas chamávamos CPIs, audiências públicas, denúncias, havia intensa comunicação com a população. Isso tudo exigia muito empenho, não só meu, mas da equipe de assessoria que eu tinha.

Novamente aparecem as dificuldades próprias da inexperiência legislativa e a questão de estar numa bancada minoritária de vereadores, bem como o esforço em se apropriar com profundidade para exercer o mandato parlamentar com qualidade. E, assim como Jalila mencionava, Lia Kleine também buscava estratégias para se comunicar com a população via audiências públicas e denúncias.

O mesmo aconteceu com Angela Albino. Tal como nos depoimentos anteriores, conta que a falta de conhecimento sobre as práticas institucionalizadas da política foi marcante ao ser eleita vereadora, junto a especificidade de gênero que compunha o parlamento:

Tudo era novo, em minha família ninguém tinha tido participação partidária ou eleitoral, não tive amigos parlamentares, não tinha essa vivência. O fato de ser mulher tornava isso mais novo ainda, eu era a única ali como vereadora, tinha uma expectativa grande em relação a isso e logo percebi que, pelo fato de ser mulher, precisava provar que era competente o suficiente. Eles não precisavam ser perfeitos, mas uma mulher vereadora não poderia cometer nenhum deslize, isso pairava no ar, eu sentia.

Angela Albino acrescenta outro aspecto dificultador bastante frequente, em conformidade com a bibliografia sobre o tema, para as mulheres na política: ter que provar sua competência e não poder errar. Como veremos mais detidamente no próximo item, esse peso que repousa sobre as mulheres impõe a elas um grau de tensão não experimentado pelos homens em nível similar, exigindo das mulheres um estado de atenção permanente, uma imersão completa e concentração total. Isto resulta em um exercício político muito mais estressante no plano subjetivo para elas, que, embora não seja possível mensurar estatisticamente, foi relatado por todas as nossas entrevistadas em algum momento da entrevista.

Consideramos que isso ocorre pelo fato de o espaço da política estar constituído hegemonicamente por homens e ser visto como o lócus de atuação deles por excelência. Desta forma, como foram estabelecidos papéis sociais de gênero diferenciados, as poucas mulheres que conseguem chegar nesses espaços “masculinizados” não podem errar. Segundo Judith Astelarra,

a política é um dos âmbitos do sistema de gênero. A sociedade moderna dicotomizou os âmbitos sociais mais além do que havia feito a sociedade pré industrial. Se diferenciou entre as atividades que se desenvolviam no âmbito social público, as econômicas, políticas e culturais, das que se desempenhavam no âmbito privado, vinculado a família. As primeiras foram consideradas atividades masculinas enquanto que as segundas se convertiam em atividades femininas (ASTELARRA, 2003 p. 29).

Assim, aquelas mulheres que ousam estar nos espaços de tomadas de decisões políticas, invariavelmente são encaradas como intrusas nesses ambientes e são colocadas à prova. Certamente isso não ocorre de modo explícito, contudo o fato de aparecer na fala de muitas mulheres que vivem ou vieram experiências na política eleitoral é um sinal do poder da exigência implícita, não formal, de que elas precisam ser mais competentes do que os homens para ocuparem uma cadeira que seria, a priori, de um homem.

A experiência no parlamento também rendeu à Clair Castilhos algumas situações inusitadas que ela faz questão de destacar, relacionadas a sua aparência física e ao modo de vestir-se, já que o Regimento Interno da CMF mencionava tão somente os trajes que homens deveriam usar durante as sessões e o exercício parlamentar:

Eu oscilava em dois movimentos: - de uma parlamentar que se comportava dentro do padrão de vestimenta e, às vezes – de transgredir conscientemente a isso, já que eu era uma parlamentar dos movimentos sociais. De vez em quando ia para a sessão de chinelo ou alpargatas, com camiseta de algum movimento de greve ou manifestação que estava acontecendo e eles ficavam hor-ro-ri-za-dos. Mas no Regimento não estava escrito que a mulher não podia ir de chinelo, só dizia que os vereadores, homens é claro, tinham que usar terno, calças e sapato fechado, mas uma vereadora não ia aparecer de terno né (risos). E se o Regimento era omissivo em relação à vestimenta das mulheres, eu aproveitava, pintava e bordava. Só que tinha falatórios a meu respeito: que eu era molambenta, não sabia me vestir, era desleixada. Diziam que eu era lésbica e isso gerou um episódio interessante com a RBS, que veio aqui em casa me entrevistar e entraram com aquela parafernália toda de tv e as meninas pequenas, curiosas, pularam na sala e azucrinaram o tempo inteiro da entrevista, e apareceram na televisão junto comigo. Aí a cidade toda ficou sabendo que eu era até casada, tinha três filhas e não era sapatão (risos). Foi notícia na época, porque pelo meu jeito, quem não me conhecia, não acreditava que eu podia ter filhas e ser casada. Claro que a gente vai tirando isso de letra e hoje acha graça de tudo, mas quando se está enfrentando essas situações, acaba sendo desgastante.

A exigência de padrões estéticos e comportamentais é outra questão que afeta em maior grau as mulheres que são parlamentares, quando a sociedade deveria preocupar-se com posturas relacionadas a

atuação no campo da ética, lisura política e o trabalho em si que se espera de pessoas que assumem mandatos eletivos. Exemplos dessa forma de discriminação não nos faltam: quando parlamentares, prefeitas, governadoras, presidentas estão "acima do peso aconselhável", são "festeiras" ou possuem um comportamento "pouco dócil", ao contrário do que supostamente se espera das mulheres em geral, são ridicularizadas. O mesmo raramente ocorre com homens que ocupam esses cargos e estão acima do peso ou frequentam os lugares que querem, nem sequer há alguma sugestão da mídia para que "se cuidem mais, já que são figuras públicas". Além do que, podem exercer sua agressividade com toda legitimidade, pois são homens!

Pelo levantamento documental que fizemos de Angela Amin, percebemos que ela já vivia, em seu cotidiano, o ambiente da política, frequentando as atividades partidárias, participando das campanhas eleitorais como apoiadora do marido e assumindo funções em cargos políticos associados ao "primeiro damismo" na década 1980. Esperidião Amin, antes de 1988, quando ela foi eleita vereadora, já tinha sido deputado federal, prefeito de Florianópolis, secretário de Estado e governador de Santa Catarina⁴³. Apesar de ser estreante no ambiente legislativo, Angela Amin acumulou experiência na gestão pública ao presidir a Fundação de Assistência Social do Estado (de 1983 a 1986) quando Esperidião era governador, onde coordenou a criação do Programa Pró Criança.

Para Clair, as dificuldades estruturais também estavam presentes, e o fato de ser uma parlamentar vinculada aos movimentos sociais e a única mulher em seu primeiro mandato gerava sobrecarga. Conforme relata:

Ficava sobrecarregada com as demandas dos movimentos sociais em geral e com a pauta das mulheres de todos os cantos e setores do município, o que dificultava conciliar o trabalho legislativo com o trabalho político mais amplo. Não conseguia estar presente em todas as reuniões

⁴³ Esperidião Amin foi "Prefeito da capital desde quando tinha 27 anos de idade (1975/1978), é eleito deputado federal em 1978, assume o comando da secretaria estadual dos transportes em 1979 e se elege governador de Santa Catarina aos 34 (1983/1986)", conforme cita sua biografia. Disponível em: <<http://www.esperidiaoamin.net.br/biografia-2/>>. Acesso em: 06 set. 2015.

que tinha que estar, não havia pessoal para acompanhar, não tinha vários assessores para o mandato como se tem hoje. Era só um funcionário da Câmara e aí quem quisesse que contratasse por conta própria. Eu sempre contratei mais uma ou duas lideranças dos movimentos sociais. Primeiro foi a Branda que ficou anos no mandato, era indicada pelo PCdoB, moradora do Morro do Maciço, integrante de movimentos populares, ligada a escola de samba, estava sempre junto com a galera negra. No segundo mandato contratei a Vera Ferminiano, também moradora do Morro, negra e feminista. Ficaram elas duas por um bom tempo. Mais tarde vieram as indicações da Polaca, da Magda e da Margarete. Todas eram fantásticas. Era eu e mais uma ou duas pessoas com uma demanda imensa, ficávamos sobrecarregadas, enlouquecidas.

Além disso, os diferentes papéis sociais atribuídos aos gêneros, operam de forma prática e simbólica sobre a vida das mulheres que estão na política, pois, como vemos na percepção de Clair Castilhos, sua dedicação com as filhas não se assemelhava à dedicação de seus pares com suas famílias. Segundo nos conta:

Quando uma das minhas filhas ficava doente, eu não conseguia me concentrar, só queria estar junto delas acompanhando a recuperação, por mais que o Alcides fosse médico e estivesse presente. Eu largava tudo, e isso não era uma exigência direta, uma imposição, era uma escolha minha. Mas os vereadores homens não faziam essa escolha. Eles não me criticavam por eu faltar sessão ou reunião de comissão porque eu estava cuidando das minhas filhas. Só que faltar sessão fazia uma grande diferença política e eles não faltavam sessão para dar atenção aos filhos deles.

Por mais que ressalte não ter se sentido pressionada pela família ou pelos pares vereadores, Clair menciona que sua decisão de faltar ao trabalho legislativo quando as crianças adoeciam não acontecia entre os parlamentares homens. Eles não a criticavam, pois era perfeitamente

compreensível que ela, como mulher e mãe, tivesse essas ausências. Mas os vereadores não faltavam a sessões ou reuniões para acompanhar a recuperação de suas crianças. Conforme argumenta Anne Phillips, “a igualdade política entre mulheres e homens deve incluir mudanças substanciais na esfera doméstica” (1996, p. 101), como a co-responsabilização do trabalho doméstico e o cuidado com as crianças, a ruptura dos moldes que dividem homens e mulheres desigualmente no trabalho privado e público, comprometendo o tempo livre das mulheres ou lhes deixando sem nenhum tempo livre.

Culturalmente foi nos delegada essa atribuição e, por mais que muitas de nós possamos viver essa escolha, na maioria das vezes, inclusive para as mulheres que estão em espaços de poder de decisão, o cuidado com as crianças e o âmbito doméstico ainda são tarefas a serem cumpridas como sua responsabilidade. Por esse motivo não havia estranhamento ou cobranças pela ausência de Clair Castilhos no parlamento, pois estranho seria se essa mulher não fosse ficar com suas filhas adoentadas. Faltar ao trabalho legislativo, neste caso, estava justificado, uma vez que ela se ausentou para cumprir sua tarefa: cuidar das filhas. A equânime divisão do trabalho no âmbito doméstico é condição chave se de fato estivermos em busca de seres humanos dispostos de igualdade política.

Dificuldades em relação a essa questão também foram mencionadas por Jalila uma vez que passou por duas gestações, partos e puerpério durante o exercício parlamentar. Viver essa experiência foi marcante, enquanto vereadora, conforme relata:

A primeira mulher que engravidou e teve bebê na vereança fui eu. Quando minha filha tinha 20 dias voltei para a Câmara porque não tinha licença-maternidade. Os dias que fiquei em casa foi com atestado médico como se eu estivesse doente. Na época estava em votação a Lei Orgânica Municipal. Me lembro de estar com os peitos cheios de leite e a Clair sugeriu uma emenda na Lei Orgânica prevendo o direito da Licença-Maternidade para mulheres vereadoras. A Angela Amin disse algo mais ou menos assim ‘a mulher vereadora não deve ter direito a licença-maternidade porque não deve engravidar durante o mandato’. Isso me deixou chocada, eu estava sensível e não faltava sessão por nada, sempre

considerarei o momento mais importante da presença parlamentar, pois é ali que se vota as questões cruciais para cidade no legislativo. Se eu tivesse me licenciado, o suplente teria assumido normalmente, como acontece com outras licenças⁴⁴. Se teve dificuldades? Teve e foram muitas!

Jalila recebeu com alegria as gestações, mas para que pudesse ter o direito legal da licença-maternidade enquanto parlamentar - que não estava previsto no Regimento Interno ou Lei Orgânica Municipal -, não contou com a compreensão de seus colegas, nem mesmo de uma das mulheres vereadoras na época, conforme quis enfatizar. As mulheres poderiam (e podem) dispensar a licença-maternidade, se assim o desejarem, e retomar suas atividades laborais a qualquer tempo, caso se sintam bem física e mentalmente após o nascimento ou adoção de uma criança. Mas privar as mulheres que estão no exercício de um mandato eletivo desse direito é mais uma das discriminações específicas pelas quais passou Jalila por ser mulher. Inclusive trata-se de um tema – a gestação, parto e puerpério no exercício parlamentar – pouco explorado pela literatura que aborda a participação das mulheres na política.

A partir da análise de Maria Gossio (2012) podemos refletir que Jalila, ao engravidar e ter filhas durante seu mandato de vereadora, rompeu com o ideário esperado para uma mulher que ocupava tal função, o que tendencialmente só aumentará, tendo em vista as conquistas dos feminismos. Clair Castilhos, que nesta legislatura (1989-1992) já tinha razoável leitura e atuação feminista, propôs que se prevísse na Lei Orgânica do município o direito à licença-maternidade para mulheres vereadoras. Por outro lado, Angela Amin, ao se posicionar contra essa possibilidade e escolha, colocando-se inclusive contrária à proposta de tornar legal a licença-maternidade para mulheres no exercício da vereança, agiu conforme espera-se de uma mulher que

⁴⁴ Na época foi possível chegar ao consenso de uma “licença gestação” remunerada às vereadoras, no exercício do mandato parlamentar, de no máximo 60 dias, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Florianópolis em seu Art. 45, parágrafo 2º: “A Vereadora terá direito a licença-gestante, não superior a 60 (sessenta) dias, sem perda da remuneração.” O Art. 46 enfatiza que nos casos de licença que excedam essa quantia de dias “far-se-á convocação do suplente pelo Presidente da Câmara”.

está num lugar onde supostamente se exige comportamentos tidos como masculinos. A autora pontua que

o imaginário feminino da domesticidade, e com ele sua reclusão e pertinência ao âmbito da casa, começam a ver-se interrompidos frente a crescente influência dos feminismos e incorporará, além dos domésticos, elementos da identidade social e pública (...). A pressão social é tal que parte das mulheres políticas buscam se masculinizar, mas sem deixar de aparentar ‘ser mulher’ (GOSSIO, 2012, p. 159-160).

O poder de voto exercido por Angela Amin neste contexto seguiu uma lógica patriarcal. Compreende-se o patriarcado como uma visão de mundo sustentada na desigualdade de condições e oportunidades entre homens e mulheres, com o domínio deles em todas as esferas, sendo “a família a instituição central da sociedade patriarcal. Mas a subordinação feminina não existe só na família, senão que se manifesta também em outras esferas de participação social” (Astelarra, 1987, p. 161). E, neste sentido, o “controle do mundo público é uma base importante das relações patriarcais modernas” (idem, p. 163).

As discriminações de gênero também aparecem entre as dificuldades enfrentadas por Angela Albino em seu mandato de vereadora, segundo diz:

a principal dificuldade foi convencer os colegas vereadores que eu também estava ali para exercer plenamente o mandato e não era por ser mulher, mesmo sendo a única, que eu não poderia discutir, opinar e estar envolvida em todas as questões que se debatia no parlamento. Subjetivamente ser uma bancada sozinha foi difícil. O que me ajudou nesse contexto foi a trajetória de mandatos do PCdoB, e esse acúmulo foi compartilhado comigo. Pude compôr minha equipe de assessoria com pessoas que estavam assessorando parlamentares do partido em outros mandatos. O fato de meu mandato ser continuidade da cadeira do PCdoB na Câmara foi uma vantagem para mim.

Se por um lado Angela Albino pôde contar com o suporte de pessoas que já trabalhavam nos mandatos parlamentares do PCdoB, facilitando sua familiarização no legislativo municipal, por outro lado via-se compelida a “convencer” seus pares de suas condições políticas, em igualdade com eles, diante das decisões importantes do parlamento. Neste sentido, refere-se ao fato de ser uma “bancada sozinha”, única mulher eleita naquela legislatura, sem poder contar com a troca de ideias e parcerias de outras parlamentares numa possível “bancada feminina”, como vemos na Assembleia Legislativa ou na Câmara Federal.

Tal contexto de tão poucas mulheres na política e a desvalorização de sua presença nesse espaço, no entendimento de Luana Simões Pinheiro, está associado a um fenômeno ainda em construção, em que as mulheres

tiveram acesso a esse espaço mais tarde que os homens (...) e enfrentam uma sociedade permeada por concepções preconceituosas, segundo as quais a população feminina não está preparada para assumir espaços e cargos com efetiva possibilidade de exercício do poder (PINHEIRO, 2007, p. 73).

Lia Kleine menciona que as dificuldades enfrentadas quando vereadora estavam mais associadas a duas questões: o cenário político do período e a grande demanda de trabalho. Em relação ao cenário político ela conta:

Era um contexto difícilimo. Para se ter uma ideia: Angela Amin era prefeita (pelo PPB na época), “Fernando Henrique Cardoso (PSDB) era presidente e Espiridião Amin o governador (PPB). Era o período de intensa aplicação das agendas neoliberais, com privatizações e desmantelamento dos serviços públicos. Na Câmara de Vereadores estávamos em quatro parlamentares de oposição, sendo eu do PCdoB e mais três do PT. Havia o campo do PMDB, que conseguíamos dialogar em alguns debates. Éramos uma oposição extremamente minoritária, lutando e muitas vezes morrendo na praia depois de tanto lutar. Quase não se conseguia aprovar o que apresentávamos, éramos engolidos pela máquina avassaladora da

maioria. Fazíamos a fiscalização e denúncias de ações do executivo e isso nos consumia em termos de apresentar projetos de lei, era muita força contra nós: os políticos tradicionais da direita, a área empresarial do comércio e da especulação imobiliária. Este cenário político dificultou bastante fazer um mandato com vários projetos de lei aprovados, mas conseguimos fazer intensos debates.

A sobrecarga de demandas em seu mandato parlamentar surge várias vezes nas falas de Lia Kleine. Contudo, ela associa esta sobrecarga ao fato da bancada de oposição ligada aos movimentos sociais ser pequena e também ao fato de ter sido eleita como porta voz de muitas áreas:

Eu nem sei como conseguia dar conta. Era tanto trabalho que não dava para parar, só ia tocando, acordava e já tinha coisas a fazer e dormia deixando coisas por fazer. Essa é uma parte que não faço questão de lembrar, tem que ir apagando o que nos faz sofrer. O dia começava às cinco da manhã e terminava perto da meia noite, de segunda a segunda. As sessões eram a partir das 19 horas, e depois que acabavam, por volta das 22 horas, quase sempre tinha reuniões. Isso era direto, eu não descansava, e não era só eu, toda a equipe do mandato era super envolvida e dedicada, sempre pude contar com essa equipe, com a militância e dirigentes do Partido. Mas a exposição, a porta-voz de todas as demandas, acaba sendo a parlamentar.

Percebe-se neste trecho um cansaço físico e mental ainda muito presente na memória de Lia, registrado não só em palavras mas também em gestos durante a entrevista, com suspiros profundos, olhos fechados e despencar de ombros. O cenário político adverso, a situação de minoria enquanto esquerda no espaço legislativo e sua interlocução com diversas frentes temáticas e movimentos sociais potencializaram a sobrecarga de demandas no parlamento, geraram um esgotamento que lhe fez sofrer, por isso afirma que não gosta de lembrar. Em vários momentos ela relata as alegrias vividas e o aprendizado que acumulou,

mas ficou evidente, ao longo especialmente da entrevista de Lia Kleine, que o exercício parlamentar lhe causou também sofrimento.

Neste sentido, materializam-se as críticas feministas frente à definição de política de Hannah Arendt, que, conforme argumenta Anne Phillips (1996, p. 115), “em termos da busca da felicidade pública ou do gosto pela liberdade pública, emprega uma terminologia quase oposta a adotada dentro do movimento de mulheres”. Isto porque, ainda que existam mulheres que tenham experimentado as supostas maravilhas dos compromissos políticos, Phillips define da seguinte forma o que significa para uma mulher participar da política:

O impulso que nos conduz a uma interminável rodada de reuniões, manifestações e grupos de discussões, deve ser algo mais que o imperativo da necessidade material, com exceção para os casos em que a política se converte numa carreira, que se encaixa de certo modo com o gosto pela ‘liberdade pública’ (PHILLIPS, 1996, p. 115).

No trabalho parlamentar, Lia Kleine menciona que contou com um grupo de militantes do partido em sua assessoria direta, pois foi nesta época (1997-2000) que começou melhorar a estrutura de recursos humanos para cada gabinete da Câmara de Vereadores de Florianópolis. Deste modo, Lia já dispunha de pelo menos quatro pessoas contratadas pela CMF⁴⁵, a partir de sua indicação, para compôr a assessoria:

Eram quatro pessoas que podíamos indicar e conseguimos uma vaga de estágio. Então tínhamos a Janete, que cumpria a função de chefe de gabinete e entendia bem das demandas feministas e de mulheres, tinha uma escuta bem qualificada nessa área; toda temática de gênero era recebida por ela. O Líbero foi nosso assessor para assuntos jurídicos, tramitação de projetos de lei, ordem do dia nas sessões; me acompanhava nas comissões que eu fazia parte. O Peterson fazia a interlocução com as questões da juventude e

⁴⁵ Essa alteração ocorreu em meados da legislatura de 1993-1996, conforme nos relatou Zuleika Lenzi durante a entrevista, quando se aumentou a verba para contratação de assessoria, sendo possível que cada parlamentar indicasse pessoas, que seriam contratadas pela CMF para trabalharem em seus gabinetes.

educação. O Luiz era nosso articulador político com partidos, sindicatos e pautas que envolvim trabalhadores. Quando conseguimos a vaga de estágio, entrou a Patrícia que fazia a recepção das demandas e encaminhava para cada área da assessoria. Essas pessoas trabalhavam integralmente comigo no mandato. Mas tinha muito mais gente contribuindo, de todos os movimentos sociais: sindicatos, estudantil, comunitário, mulheres, negras e negros, era uma loucura aquele gabinete (risos). A UNEGRO participou intensamente do mandato.

A indicação de pessoas com tarefas específicas por frentes prioritárias de atuação do mandato parlamentar⁴⁶ rendeu, segundo a própria Lia, uma receptividade muito boa com os movimentos sociais, que depois de pouco tempo já procuravam a pessoa certa para apresentar suas reivindicações, não necessitando sempre estar propriamente com a vereadora. Ademais, demonstra a preocupação da mandatária em dar fluidez e atenção a suas principais bandeiras de campanha eleitoral.

Clair ressalta que sua qualidade nas argumentações e ações parlamentares lhe diferenciava da grande parte dos vereadores:

Para mim as críticas, enfrentamentos, discussões e situações de fortes embates se davam no plano de ideias políticas de demonstrações do autoritarismo da ditadura, da falta de direitos humanos, dos desmandos administrativos, da impunidade (com prefeito biônico, nomeado e não eleito), enfim, essas teses tão necessárias e tão denunciadas pelas posições à esquerda. Aí, veio uma segunda

⁴⁶ Destaca-se que estão entre as atribuições parlamentares do legislativo municipal a normatização por meio da discussão e aprovação de todas as leis que incidem no âmbito local. Além disso, possui a função de controle e fiscalização sobre o poder executivo e a função de julgar prefeito(a), vice ou colegas da vereança que incorram em condutas ilegais no exercício de seus mandatos eletivos, conforme publicação no site da Câmara Municipal de Florianópolis, disponível em: <<http://www.cmf.sc.gov.br/conheca-a-camara>>. Acesso em 03 fev. 2016.

constatação, é que eu havia entrado na Câmara com fama de ‘briguenta’ (...), uma figura a ser vista com cuidado. Nas discussões eu não personalizava as críticas que, em geral, eram direcionadas ao sistema e às diferentes conjunturas, específicas para cada situação. Isso causava desconforto, mas não era compreendido como agressivo. Certo dia, o presidente da Câmara disse-me que esperava atitudes muito mais ofensivas e que, no entanto, eu era ‘tão meiga’! Acho que não preciso dizer do meu espanto (CASTILHOS, 2013, p. 12).

Novamente surge a discussão em torno da importância do fazer política pautando-se pela consideração de que se trata de um campo onde o debate deve perfilar a visão do agonismo, em que adversários debatem e defendem suas ideias valorizando a legitimidade das ideias do campo político oposto, diferente do que presenciou Clair na Câmara Municipal. Para ela foi surpreendente perceber como seu discurso e atuação qualificada contrastavam com a forma com que eram feitas as argumentações de seus pares. Segundo diz:

O que eles faziam e consideravam ‘ser combativo’ ficava no plano dos xingamentos, se chamava o outro de ladrão, que tinha prova, aí puxava um canhoto de supermercado e dizia ‘tá aqui o documento’. E o outro replicava: ‘ladrão é o senhor que vi fazendo tal coisa’ (risos), se xingavam horrores. Quando veio o debate do Plano Diretor, eles passaram a me odiar. Eu já tinha propostas ligadas à defesa ambiental e vieram arquitetos e o pessoal do IPUF conversar comigo sobre as barbaridades que estavam naquele projeto de Plano Diretor. Até então eu pouco entendia disso, mas começaram a me orientar e fui estudar. Eu não era relatora do Plano Diretor⁴⁷, mas como parlamentar comecei a

⁴⁷ Clair Castilhos nos explica, na entrevista, o que é Plano Diretor: “é uma lei municipal que estabelece o plano de ordenamento do uso do território no âmbito do município, elaborado pela Câmara Municipal de vereadores e tem que ser debatido com a sociedade em audiências públicas, aprovado no parlamento e

questionar, pedir vistas, propor emendas, substitutivos e criava caso, tudo com as dicas dos ambientalistas. Nas audiências públicas e reuniões de comissão eu dava parecer em separado com a orientação de ambientalistas. Queriam permitir a construção de prédios de 12 andares nas praias e eu não deixava. Foi uma batalha, dei vários ataques histéricos (risos), ia no rádio e dizia que estavam se corrompendo pelas empreiteiras e mercado imobiliário. Acabou que saiu uma nota conjunta de todos os vereadores, até do PMDB, que era o meu partido, dando paulada em mim porque eu falava mal deles e não deixava que Florianópolis tivesse progresso.

A dedicação em estudar para conhecer mais detidamente os temas por elas considerados importantes, como plano diretor, previdência pública, contratação e licitações, dentre outros, é uma forte característica das mulheres vereadoras entrevistadas neste estudo, pois tinham consciência de que eram as primeiras mulheres a estarem ocupando este lugar e de que somente seis foram eleitas titulares. Portanto, conforme nos traz Pinheiro (2007, p. 167) essa “ideia de ruptura” com a ocupação de um espaço eminentemente masculino as levava a “romper as barreiras tradicionalmente colocadas para a participação das mulheres na esfera política institucional e, de certo modo, subverteram aquilo que, até então, era tradicional”.

Tanto Jalila quanto Clair dizem que não tinham receio de ir para o embate na defesa de suas ideias, ambas tinham restrições ao Plano Diretor que se queria aprovar - e que foi aprovado - e partilhavam do respaldo de movimentos ambientalistas e do suporte técnico de pessoas dessa área.

Segundo Jalila, à época ainda era relativamente novo se falar em “preservação do meio ambiente” e se buscava tornar vontade coletiva “o progresso nas cidades”. Mas mesmo diante das dificuldades de aceitação popular naquele momento, ela diz que não desistia de fazer esses

sancionado pelo prefeito. No Plano Diretor estão definidas questões viárias, de esgoto e abastecimento de água, de construções comerciais e residenciais”.

debates, que considerava da mais alta importância para a vida das pessoas:

Fizemos uma aproximação da questão ambiental com a educação. Criamos um projeto que se chamava 'Patrulheiros Mirins' com as escolas municipais, que chamavam alunos que queriam participar e se tornar patrulheiros do meio ambiente na escola, na sua rua, em casa ou bairro. Se fazia debates nas escolas e as crianças adquiriam um olhar atento para uma espécie de fiscalização, recebiam um crachá de patrulheiro mirim e uma pastinha. Recentemente recebi a ligação de uma professora da escola do bairro Rio Tavares, disse que receberia da nossa Câmara de Vereadores uma homenagem pelo seu trabalho na educação ambiental com as crianças da sua escola. Ela me convidou para eu ir na homenagem porque ela tinha sido uma patrulheira mirim e aquele projeto tinha despertado nela todo o entendimento que com o tempo ela foi adquirindo. A escola dela foi premiada agora por ela fazer esse debate ambiental em suas aulas. Fiquei muito emocionada, foi uma sementinha que nós plantamos, que germinou e está dando frutos. Deve ter muito mais por aí e nem ficamos sabendo. Isso era um diferencial de nosso mandato. Hoje essa professora, que foi uma patrulheira, ensina quantas crianças? Quantas turmas passam por ela? Isso é transformação. E olha que só faltava meus colegas vereadores me chamar de idiota quando iniciei esse projeto, a maioria deles me olhavam de um jeito, como se eu fosse uma boboca no parlamento. Teve outro projeto nosso que incentivava a separação de lixo nas escolas, isso no início da década de 90. Agora se fala em separação de lixo, resíduos, mas naquele tempo... fui ridicularizada! Mas eu estava feliz e tranquila com essas ações voltadas para a questão do meio ambiente nas escolas, juntava meio ambiente e educação, era uma forma de alargar as ações do parlamento e transformar a vida das pessoas.

Percebe-se em diversos momentos da entrevista a preocupação de Jalila com a “transformação”, geralmente associada às questões ambientais e, por vezes, também com a religiosidade. Ela entende que seu mandato parlamentar fazia sentido e estava correspondendo às propostas pelas quais foi eleita ao se empenhar na defesa ambiental e estabelecer constante interlocução direta com a sociedade em geral.

Outro desafio bastante mencionado por Lia Kleine, em vários momentos da entrevista, era dar conta de assuntos que não dominava, exigindo que estudasse muito:

Fui presidenta da Comissão de Trabalho e o movimento sindical sempre esteve muito presente no mandato, trazia demandas. Em greves dos motoristas de ônibus estávamos lá às 4 horas da manhã fazendo piquete junto, enquanto meus colegas vereadores fugiam desse debate, por se tratar da concessão do município para as empresas de ônibus. Integrei várias comissões. Também presidi a Comissão de Educação, então todas as questões educacionais passavam pelo meu mandato. Tinha que estudar muito as leis de concessões, lei de licitações, leis previdenciárias, varava madrugadas lendo esses materiais em casa. Essa parte da previdência do funcionalismo público passou naquela época, tentamos melhorar o conteúdo, mas no essencial fomos derrotados. Era trabalho que não acabava nunca, as noites eram curtas para conseguir estudar e dormir.

Ressaltamos que a qualidade da atuação parlamentar dessas vereadoras, aqui entrevistadas deve-se grandemente ao empenho de cada uma em se aprofundar nas questões mais polêmicas que passavam pela Câmara de Vereadores. Coincidentemente, um traço presente no perfil de todas elas é que possuíam nível superior completo, o que não é exigido de ninguém para se candidatar a qualquer cargo eletivo, já que, por lei, estabeleceu-se que basta comprovar não estar na condição de analfabetismo, não ter débitos com o judiciário e ter uma idade mínima, a depender do cargo disputado - no caso para a vereança precisa ter 18 anos completos.

É inegável o empenho e dedicação que essas mulheres depreenderam durante a vereança, provavelmente isso era parte da personalidade que cada uma construiu ao longo de sua vida. Contudo o que lhes surpreendeu foi a necessidade de terem que provar que eram competentes, como já levantamos brevemente e vamos debater mais no próximo item.

3.6 O DESAFIO DE SE COMPROVAR A COMPETÊNCIA “APESAR DE SER MULHER”

Estava muito presente nas falas de absolutamente todas as entrevistadas a preocupação com um mandato de qualidade, comprometido com as bandeiras que defenderam nas campanhas eleitorais em que foram eleitas vereadoras titulares. Das seis ex-vereadoras, quatro compuseram bancadas de oposição e minorias, fator que dificultava a aprovação de seus projetos de lei e que pode ter gerado mais desgastes nessas mulheres, indiretamente desmotivando algumas a disputarem novas eleições.

Angela Albino também menciona o seu esforço enquanto vereadora em se preparar muito bem para cada debate. A necessidade de comprovar sua competência “apesar” de ser mulher lhe desgastava, conforme relata:

Eu estudava bastante, porque não tinha conhecimento do funcionamento da máquina em si. E havia uma questão que me incomodava: logo percebi que eu estava me esforçando para provar que merecia estar ali, que merecia estar como protagonista, que eu tinha o direito de ter poder de decidir e opinar. Foi uma luta cotidiana provar que ‘apesar de ser mulher’ eu também estava eleita, tinha competência e devia ser respeitada como qualquer outro vereador. Eu estudava muito para cada debate, audiência pública, projeto que seria pautado.

Acerca desta cultura política, Judith Astelarra (1987, p. 163) afirma que “o controle do mundo público é uma base importante das relações patriarcais modernas, pois os homens regulam as condições nas quais permitem às mulheres ascender a ele”. Neste sentido, não se pode deixar de considerar que na política, tal como em qualquer outro lugar,

as pessoas têm uma vida cotidiana que torna as coisas mais fáceis ou mais difíceis. Angela Albino, tal qual as demais entrevistadas, sentiu que, por ser uma mulher naquele espaço, tinha que provar cotidianamente sua competência perante os demais colegas vereadores.

Dentre as dificuldades que enfrentou, ela menciona ainda que existia uma disputa de poder no campo político, novamente associada ao fato de ser da bancada de oposição, minoria e, ao mesmo tempo, por ser mulher:

quando eu trabalhava com as questões dos direitos humanos – defesa das mulheres, das pessoas LGBTs e negras, tudo ia muito bem, meio que ‘me deixavam’ fazer isso, uma extensão do trabalho de cuidadora que culturalmente se delegou como papel das mulheres. Se eu ficasse com isso não teria problemas, desde que não ofuscasse algum outro vereador interessado em alguma dessas temáticas. Ficava subentendido que assim eu não incomodava com outras questões. Mas eu queria e era meu dever me ocupar de outras questões que se relacionavam à fiscalização dos atos do executivo e áreas que envolviam disputas empresariais e especulação imobiliária. Comecei a ter enfrentamentos quando quis entrar em áreas consideradas de poder, como presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde todos os projetos têm que passar antes de serem votados em plenário. Tinha comissões tão disputadas, onde definiam ‘negócios da cidade’, como a Comissão de Viação, que eu nem conseguia entrar por correlação de forças, por ser minoria. Na segunda metade do mandato eu já tinha conseguido construir um diálogo com parte dos parlamentares e consegui me eleger presidenta da CCJ muito em função da articulação que fizemos com outros vereadores da oposição.

Na fala de Angela Albino, percebe-se nitidamente o problema enfrentado pela maioria das mulheres parlamentares: seu “destino” na política é percebido pelos homens como ligado às “áreas sociais”, da educação e creches, das garantias dos direitos fundamentais, das questões ligadas a família e manutenção do bem estar das pessoas.

Veem como aceitável que mulheres parlamentares se engajem nas questões dos direitos humanos e contra as discriminações, desde que não ofusquem algum parlamentar homem interessado nessas temáticas, como frisou Angela Albino, pois, se houver esse interesse por parte deles se considera que “chegaram primeiro”.

Nos subsidiando novamente nas reflexões de Astelarra (1987), temos que “das mulheres se exige que sejam doces e amáveis, em um mundo como o da política, onde a competência é especialmente forte e dura” (p. 163). Além disso, indubitavelmente se estende a questão do cuidado e preocupação com o bem estar das pessoas para a esfera política no parlamento, e assim, segundo a autora, “a determinação de sexo para áreas sociais e suas atividades (o público é masculino, o privado é feminino) faz com que se estructurem de tal modo que seja difícil para as mulheres participar nas masculinas e vice versa”. Com isso as mulheres se veem compelidas a uma área da política considerada por muitos como de “segundo escalão”: a área social e dos direitos humanos, em detrimento da esfera econômica, financeira e de fiscalização.

Os partidos políticos são as únicas instituições para o acesso a cargos eletivos nas esferas legislativas e executivas da política no Brasil, ou seja, somente pela filiação partidária alguém pode se candidatar nas disputas eleitorais. Em relação à participação e apoio que o partido político dedicou em suas campanhas, Clair Castilhos e Zuleika Lenzi tecem considerações que se aproximam, pois ambas enfatizam a autonomia que tiveram na busca de apoios para disputarem as campanhas eleitorais e se elegerem. Apesar da literatura em geral apontar que os partidos políticos não apoiam as candidaturas femininas, essa característica não apareceu nos relatos das ex-vereadoras, pois elas afirmam ter exercido autonomia (Clair e Zuleika) ou ter recebido forte apoio partidário (Lia e Angela Albino). Certamente Angela Amin, que não foi entrevistada, pôde contar com o respaldo de seu partido político, uma vez que sempre se apresentou para as disputas eleitorais como uma das mais fortes candidaturas. A exceção ficou com Jalila, que conta ter vivido anos de muitas tensões com o seu partido:

Não fui escolhida pelo meu partido para ser eleita. Mas fui a eleita. Desde que me elegi o partido tentou me expulsar. Precisei ficar me explicando à direção do partido reunião após reunião. O partido escolheu o Pedrão para ser eleito, as demais

candidaturas deveriam apenas somar votos e elege o Pedrão. Mas de repente a Jalila é eleita! Não se conformavam e começou a se espalhar um boato que eu era aliada ao prefeito, na época o Espiridião Amin. Tentaram me expulsar, me chamavam a dar explicações. Foi muito desgastante, porque além de levar um mandato nas costas, eu tinha que ficar provando que era competente – como o Pedrão seria – e que aqueles boatos não tinham fundamento - bastava que olhassem o andamento dos projetos, como eu votava e como as coisas aconteciam. Presidi a Comissão de Meio Ambiente num ano e a Angela Amin no outro, mas a maioria da comissão era composta por vereadores ligados a Angela, e em muitos projetos meu voto e parecer eram contrários, mas o dela e do grupo dela na comissão eram favoráveis, ela sempre tinha maioria. E o que ia para votação no plenário nas sessões era que a comissão tinha emitido parecer favorável aos projetos, mesmo que eu tivesse feito parecer contrário e perdido na votação. O voto perdedor não vai para o plenário, vai só o da maioria. Eu dizia isso no meu partido, mas eles não entendiam ou que não queriam entender.

Em diversos momentos da entrevista, Jalila se referiu às dificuldades de ter que provar competência e ser merecedora da confiança dos dirigentes partidários, evidenciando um comportamento patriarcal de seu partido, que não aceitava o fato de que dentre suas candidaturas uma mulher foi eleita ao invés do homem que tinha sido escolhido como prioritário. Segundo Maria Gossio, isso significa que ela invadiu um espaço que não seria dela no entendimento da direção do partido. Para a autora:

pensar em uma mulher política é associá-la com a invasão de um espaço por excelência masculino, por isso, ou será expulsa como exemplo do que pode acontecer a qualquer outra mulher que tente fazê-lo e sua situação será instável, ou terá que masculinizar-se para finalmente ser medianamente aceita (GOSSIO, 2012, p. 153).

Se para Lia o maior sofrimento advinha da sobrecarga e cansaço diante da demanda parlamentar, para Jalila as cobranças e desconfianças de seu próprio partido foram as grandes angústias e desgastes durante o mandato parlamentar. Como vimos, Jalila não pensava em ser candidata. Quando seu irmão cogitou isso ela procurou amigos e num determinado momento percebeu essa possibilidade como uma “missão”. Decidida em se candidatar, procurou um partido político que, muito provavelmente, não viu nela uma liderança expressiva com potencial de ser eleita. Tinham como projeto eleger outro candidato. Mas Jalila surpreendeu e foi eleita, segundo ela, para a surpresa de todos no partido. Não lograva a confiança da direção partidária e sofreu ao longo do mandato. Conforme nos relatou, “foi muito desgastante” ter que se explicar e comprovar competência cotidianamente.

Cenário bem diferente do enfrentado por Jalila com seu partido foi explicitado por Lia Kleine e Angela Albino em relação ao apoio partidário. Ambas relatam que sempre contaram com forte apoio do PCdoB, tanto em suas campanhas, como candidatas únicas, como depois durante o mandato parlamentar. Lia diz que

não havia brigas de baixo nível. Às vezes tínhamos debates intensos, mas eu não chamaria de embates, eram discussões que acontecem nos lugares onde tem várias pessoas pensando política. Inevitavelmente teremos opiniões diferentes e defenderemos nossas ideias. Tinha uma forte sinergia entre eu, o partido e a militância, e isso se refletia em minha campanha eleitoral e depois em meu mandato. Não tenho mágoas de nenhum dirigente ou militante, sempre fui muito respeitada em minhas opiniões. Os debates eram feitos e eu era parte das tomadas de decisões, então mesmo que eu não tivesse tido a minha proposta acatada pela maioria, eu estava por dentro do contexto em que as decisões eram tomadas. O partido estava cotidianamente no mandato e nas ações, isso era muito evidente, talvez em 1997-2000 faltasse ter mais mulheres como dirigentes do PCdoB. Hoje vejo que tem muitas. Ainda não se falava em espaço de recreação para crianças nas reuniões do Partido, o que facilitou a participação das mulheres mais

recentemente. No geral, minha relação com o partido antes e durante todo o mandato foi bem tranquila, de muito respeito, nunca me senti escanteada, deixada de lado. As dificuldades maiores se davam no ambiente da Câmara, com os colegas vereadores, que pairava no ar aquela sensação de que, por ser mulher, eu não seria tão competente como eles para estar ali. Mas com esforço isso foi sendo superado e não era nada assim, ofensivo, direto, tenho a impressão que até hoje as mulheres em geral enfrentam isso nos parlamentos.

Ao mesmo tempo que destaca o apoio do partido, Lia Kleine menciona o sentimento que também teve sobre a comprovação de que detinha legitimidade e competência para exercer o mandato de vereadora. Corroborando com a avaliação de Lia, também Angela Albino afirma ter contado o apoio de seu partido:

A vitória eleitoral de minha candidatura foi o resultado de uma construção coletiva que eu fazia parte, foi um processo em que todo o partido e a militância se envolveram, fui candidatura única do partido. Então teve investimento total na minha eleição e sempre pude ter total confiança da direção partidária em minha atuação. Como te falei, entre os vereadores é que tive dificuldades, principalmente no começo, de ter que me mostrar capaz para eles. Mas aí, logo depois de eleita, comecei a integrar as direções municipal e estadual e ter maior protagonismo como dirigente partidária, participar das articulações com as forças políticas do município e isso também foi me respaldando no dia a dia da Câmara. Na verdade, é impossível dissociar o sucesso que teve o mandato de vereadora do apoio que sempre tive de meu partido. Embora também haja uma luta interna cotidiana, assim como se trava na sociedade em geral, do papel das mulheres, do significado das lutas pelo fim das discriminações que se entrelaçam com o feminismo, as lutas anti-racista, do combate a homofobia e do sexismo. Esse é um debate constante que fazemos dentro do

partido também, todas essas discriminações estão na sociedade e, infelizmente, se reflete no interior partidário.

Resgatamos aqui a experiência da pesquisadora, militante feminista e de partido político, como já apontamos no início deste trabalho. É sincero afirmar que existe no PCdoB, a nível nacional, um investimento na formação de lideranças mulheres para as disputas eleitorais e que isso tem trazido bons resultados também para este partido. Portanto, estamos falando de êxito eleitoral de via dupla: a obrigatoriedade das cotas, a legislação que determina o aporte financeiro para o impulso das mulheres na política, e a qualidade das mulheres que se dispõem a entrar numa disputa eleitoral, têm feito com que o PCdoB adote, visivelmente, todas as estratégias levantadas por Loveduski e Norris (1993), conforme nos traz Marta González:

Os partidos políticos podem adotar diferentes medidas internas para aumentar a presença das mulheres: 1) estratégias retóricas, que são aquelas que supõem a difusão das reivindicações das mulheres nos documentos do partido e as referências de dirigentes do partido para a importância da incorporação das mulheres na política; 2) estratégias de ação positiva, que consistem em programas de formação para filiadas ou para candidatas, a criação de secretarias de mulheres, seja em paralelo ou dentro das estruturas do partido, e campanhas para a igualdade política das mulheres realizadas a partir dessas instâncias, e, por último, 3) estratégias de discriminação positiva, que supõem a criação de espaços reservados para mulheres nos postos de decisão política ou nas listas eleitorais (GONZÁLEZ, 2000, p. 34-35).

São diversas e muito frequentes as publicações de mulheres que integram o PCdoB no principal veículo de comunicação criado por este partido, um portal de internet⁴⁸, perfazendo a estratégia de retórica.

⁴⁸ Nos referimos ao Portal Vermelho: www.vermelho.org.br

Além disso, outros documentos como notas, deliberações de reuniões, estatuto nacional e regimentos estaduais e pronunciamentos públicos feitos por dirigentes do partido estabelecem questões ligadas às reivindicações feministas a serem seguidas pela militância partidária. Em relação à estratégia positiva, o PCdoB conta com secretarias de mulheres e adotou as cotas de mulheres nas instâncias partidárias nacional, estadual e municipal, determinando um mínimo 30% de mulheres, sempre uma a mais nunca uma a menos, rumo à paridade de gênero nas direções do partido. E, neste sentido, a terceira estratégia é alcançada por estar determinado, em estatuto partidário, que as cotas de no mínimo 30% de mulheres devem ser aplicadas em todas as instâncias de direção do partido, ou seja: nas executivas (o que comumente chamamos de “cúpula”, onde poucas pessoas estão), nas comissões políticas (uma espécie de “cúpula ampliada” e que conta com a participação de mais pessoas) e no pleno das direções nacional, estaduais e municipais. E, em relação às listas, infelizmente no Brasil, não há como colocar em melhores posições as candidaturas, já que as listas são abertas e não fechadas. O que se percebe é um real investimento do PCdoB na formação de lideranças mulheres, repercutindo inclusive no Congresso Nacional como o partido da maior bancada proporcional de mulheres: de 12 parlamentares, 6 são mulheres.

No que tange ao tratamento e possíveis discriminações de colegas vereadores, Zuleika e Jalila se contradizem ao longo da entrevista como constatamos nos trechos dos depoimentos que seguem. Zuleika afirma:

Não sei se era pela minha idade ou pelo bom nível de conhecimento, sempre fui muito respeitada. Talvez fosse isso, de eu ser de classe média, não ser uma pessoa jovem, ter um alto nível cultural, de um gabarito político mais elevado por já ter sido secretária de estado... creio que isso inibia atitudes preconceituosas em relação ao fato de eu ser mulher.

Mas em outro momento da entrevista, Zuleika relata um fato inusitado que aconteceu com a bancada de vereadores eleitos em seu partido naquele pleito eleitoral:

Elegemos vários vereadores do PMDB, eu era a única mulher e fui a mais votada do partido, fiz

uma quantidade de votos sozinha que garantia a aquela cadeira, não precisava da soma de outros candidatos. Após o resultado, todos os eleitos foram chamados para um churrasco. Era para discutir quem seria o líder da bancada, e normalmente o líder da bancada é quem fez a maior votação. Mas aí vieram com uma conversa que eu nunca tinha sido vereadora, que não tinha experiência e por isso não deveria ser eu a líder da bancada. Me posicionei e disse que não! A votação era minha, quisessem eles ou não, e eu seria a líder da bancada, que sempre tinha sido uma questão de quantidade de votos que definia isso. Tiveram que aceitar. Este foi o primeiro entrave que tive que vencer.

Em relação a essa questão Jalila disse: “de relevante para mim, eu penso que não. A discriminação que acontecia com a gente lá, na minha visão, não era por sermos mulher, mas pelo lado que estávamos”. Assim se contradisse em relação ao que relatou sobre as vezes que afirmou ter sido ridicularizada por seus pares ao apresentar projetos de lei de educação ambiental ou sobre ter que comprovar sua competência, além das desconfianças que enfrentou no partido ao longo de seu mandato parlamentar.

Se, de um lado, existem as discriminações mais fortes, como as enfrentadas por Jalila junto à direção partidária que tentava expulsá-la e desconfiava de suas ações, por outro muitas discriminações de gênero podem ser sutis ao cotidiano, com comportamentos que se revestem de “cavalheirismo” - como por exemplo querer poupar as parlamentares mulheres de questões mais polêmicas. Existem ainda as nítidas práticas machistas, uma vez que, invariavelmente, as mulheres parlamentares encontram dificuldades para compôr comissões como aquelas de Constituição e Justiça (onde todos os projetos de lei precisam tramitar) ou ligadas as questões econômicas. Ressalvadas a preferência das parlamentares por comissões em áreas que tenham suas afinidades, é destacado na literatura sobre o tema que as mulheres têm grande dificuldade em participar de determinadas comissões legislativas por boicote e disputa entre seus pares.

Em relação a este contexto, Estela Serret, baseando-se nas reflexões do livro “O Contrato Sexual” de Carole Pateman (1988)⁴⁹, afirma que “a conformação da política democrática da modernidade é estruturalmente androcática”, pois informalmente cria pactos “que dão corpo a sociedade burguesa (e) são necessariamente patriarcais, tanto que se estabelecem entre homens” (2012, p. 02).

Para Marta Torres Falcón (2012, p. 110), o papéis atribuídos às mulheres na sociedade impactam nos espaços “reservados” para elas também no legislativo e, portanto, enquanto o imaginário social ainda perceber as mulheres como as responsáveis pelas atribuições dos cuidados na vida doméstica, a sociedade em geral “seguirá vindo com estranheza sua participação na esfera pública”.

Angela Albino relatou que, em seu entendimento, passou por um processo de empoderamento em sua trajetória e que sentiu-se discriminada em diferentes contextos:

A discriminação que sinto por ser mulher é a do campo do poder político mesmo, onde se decidem as coisas. Esse foi o lugar em que mais demorei para chegar. O sucesso eleitoral chegou antes do que o empoderamento interno no partido, demorou mais tempo para que minha opiniões fossem consideradas e tivessem relevância.

Apesar de a maioria delas afirmar não ter sofrido discriminação direta contra sua pessoa, Clair por exemplo - além de mencionar a situação de deboches em relação a sua vestimenta e de o Regimento Interno da CMF prever que “os vereadores deveriam usar terno e sapatos durante as sessões”, omitindo qualquer referência a vestimenta de vereadoras – teve que ouvir algumas frases desrespeitosas como a de um colega vereador:

‘Não sei o que vossa excelência ainda tá fazendo aqui (no PMDB), porque a senhora não foi com

⁴⁹ Estela Serret pontua que, apesar de ter havido críticas à teoria do contrato sexual de Pateman, considerando-a essencialista, seu texto de 1988 segue sendo fundamental para compreender diversas questões acerca da teoria do contrato social pactuado pela sociedade e fortemente contestado pela autora, considerando o pacto sexual que se estabeleceu com o advento do estado civil (Serret, 2012).

seu marido pra banda dos comunistas?’ (risos). Isso foi algo acintoso do ponto de vista feminista, mas na época eu achei aquilo uma bobagem. Não se metiam a besta comigo porque eu fazia bons projetos e tinha defesas consistentes, além disso me tiravam para bicho de zoológico, sendo eu a única mulher na Câmara, a primeira vereadora titular na história de Florianópolis, eles se orgulhavam de me mostrar ao mundo como ‘óh, tá aqui a mulher que representa as mulheres’.

Jalila é outro exemplo desse paradoxo ao afirmar num momento não ter sentido a discriminação por ser mulher, mas em outra altura da entrevista desabafa:

O Partido Verde foi desumano comigo! Tive a sensação que isso acontecia porque eu não era a pessoa que eles queriam que tivesse sido eleita, não tinham planejado que fosse eu. Os caras ficaram em cima o tempo todo ‘porque ouviram falar’. Não me perdoaram por ter sido eleita. Via direção nacional, estadual, tentavam encontrar uma forma de me expulsar do partido. Não conseguiram, mas tentaram. E eu vou te dizer... não teve ninguém tão imbuído em estar do lado da população nas votações como eu. Meu mandato fez um trabalho sensacional.

Muitas parlamentares mulheres enfrentam dificuldades junto a dirigentes de seu partido, tal qual ocorreu com Jalila. Segundo Pinheiro (2007, p. 182), “a questão de gênero perpassa a competição política ao criar elementos, posturas e representações que dificultam o pleno exercício de suas atividades diárias”.

Encontramos um depoimento de Angela Amin, em uma entrevista ao jornal Diário Catarinense⁵⁰, referindo-se às discriminações sentidas quando concorria pela segunda vez ao cargo de governadora do estado, no pleito eleitoral de 2010. Ela afirma:

⁵⁰ “Angela Amin: o mesmo sonho, 16 anos depois”. Entrevista concedida ao jornal Diário Catarinense, em 20/07/2010. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/noticia/2010/07/angela-amin-o-mesmo-sonho-16-anos-depois-2976392.html>>. Acesso em 12 maio 2015.

Quero dizer que eu sonho muito em ser governadora. Sonhei isso em 1994 e por muito pouquinho não cheguei. A partir dali comecei a construir um processo. Fui chamada de incompetente, aquilo doeu muito em 1994. Na Prefeitura procurei mostrar que é possível fazer. Que não era o Esperidião que ia mandar na Prefeitura. Consegui firmar uma posição. Com muita dedicação, muito amor a cidade, que me deu a oportunidade de assumir pela segunda vez. E foram oito anos levantando cedo, dormindo tarde e muito trabalho (Diário Catarinense, 2010).

Lia Kleine afirma, assim como as demais, que não se sentiu diretamente discriminada ao longo de sua atuação como parlamentar, e avalia que sua boa votação, sua fundamentação nas argumentações e a presença constante do partido como suporte nos enfrentamentos aos projetos mais polêmicos para a cidade inibiam possíveis violências morais de gênero contra sua pessoa. Contudo, não deixa de chamar a atenção para um fato que a cansava muito:

Me exauria ter que estar de cara fechada o tempo todo, por ter 20 homens e só eu de vereadora. Percebi que lá eu não era eu mesma, não podia ser simpática, sorridente, zerei minha doçura naquele lugar, para não confundirem meu comportamento carinhoso com fragilidade. Todo mundo sabe o quanto sou tranquila e gosto de pegar na mão das pessoas, abraço até quem eu não conheço (risos). Mas ali era visto como fraqueza, se estivesse sorrindo era porque estava fácil de lidar comigo. Agora vejo isso como um constrangimento a que me submeti, um sofrimento que passei e que tornou os dias de intenso trabalho ainda mais pesados. Eu estava num contexto de minoria política, minoria de gênero e jovem, com apenas 34 anos. Não acreditavam na minha capacidade como igual, tinha que provar ser uma parlamentar competente. Eles não precisavam provar nada, já eu não podia errar nenhuma vírgula. Isso me exauria e sei que

deve pesar muito sobre outras mulheres que estão nos espaços da política.

A ideia de disfarçar sua espontaneidade e o constrangimento relatado por esta mulher que foi parlamentar demonstram que não vivemos em uma sociedade plenamente democrática, pois, segundo Anne Phillips,

uma sociedade plenamente democrática seria aquela onde as pessoas se apoiam umas as outras em respeito mútuo e em que todas as relações, sem importar o quão pequeno ou íntimo fosse o contexto, estariam permeadas pelo princípio de que cada pessoa tem uma importância igual (PHILLIPS, 1996, p. 157).

A entrada das mulheres no espaço da política partidária e parlamentar ainda não foi amplamente aceita pela sociedade. Elas ainda são vistas como ocupantes de um lugar destinado aos homens, e para transformar este cenário é necessário pensar, como disse Marta González (2007, p. 40), em “alterar o modelo masculino de vida política”, já que a forma valorizada e naturalizada para desenvolver as atividades nos parlamentos se baseia nos padrões comportamentais agressivos, frios e pragmáticos, tidos como típicos de um *ethos* masculino. Assim, reflete Estela Serret:

quando uma mulher – ou, pior ainda, um grupo de mulheres – atua contra o que as regras de costumes definem como paradigmático da feminilidade, os homens sentem questionada sua própria masculinidade. A definição delas como femininas, é o que permite a eles definirem-se como homens (SERRET, 2012, p. 16).

Aventamos que, aumentando a presença numérica de mulheres no parlamento, tendencialmente surgirão mais demandas específicas e, quiçá, a construção de espaços onde o respeito mútuo seja a regra e não a exceção.

Angela Albino relembra que não dispunha de banheiro exclusivo para vereadoras - conforme observaram também Clair, Zuleika e Lia -, mas diz que isso não a incomodava e que usava o banheiro feminino

público. Porém, os vereadores homens dispunham de banheiro exclusivo. Mas Angela Albino, tal qual Lia, considerou a questão de ter que se empenhar muito mais do que os homens ao longo de sua trajetória política uma das dificuldades enfrentadas por ela:

Lembro que cenas muito fortes, algumas tinham a ver especificamente com minha condição de mulher e outras com o próprio campo político, em que o mandato se colocou que era o do embate com as forças conservadores e tradicionais que governavam a cidade e o estado. Como mulher tentavam me infantilizar, com umas gentilezas do tipo 'querida, tu tão jovem, tão bonita, não se incomode com isso, deixa que a gente resolve'. Todos os dias tinha que provar ter competência, se dedicar mais, buscar o diálogo. Diferente do que via com outros vereadores, por serem homens se colocavam como donos do campinho e da bola.

Constata-se, a partir das falas das entrevistadas, que a discriminação de gênero aparece como algo abstrato, que acontece no geral, e que pairava também sobre elas quando no exercício parlamentar. Por um lado, essa forma de ver e se expressar pode ser uma defesa para descarregar menos energias com a discriminação de gênero, tendo em vista outros embates mais desgastantes que viviam. E, por outro lado, no dia a dia passam até mesmo despercebidos, uma vez que são naturalizados. Ainda, em diversas ocasiões, podem ser encarados como uma deferência, uma gentileza, dos colegas vereadores, como quando solicitavam que Zuleika Lenzi se retirasse da sala em meio a uma discussão. A grande parte das mulheres que entram em disputas eleitorais, com o cuidado de não cairmos em generalizações, experimentam uma dualidade de exigências conforme argumenta Luana Simões Pinheiro, pois se exige delas

Uma postura que renove a política, que seja sensível, que introduza novos temas na agenda do parlamento, mas essas mesmas características não são ali valorizadas, sendo atribuídas às suas funções políticas qualidades que se supõe não serem típicas das mulheres, como agressividade e objetividade (PINHEIRO, p. 185).

Jalila frisou que enfrentava grandes dificuldades para aprovar seus projetos de lei pelo fato de estar no campo da oposição minoritária, de modo que centrava-se muito mais em levar os debates para fora das paredes da Câmara de Vereadores do que aprovar suas propostas legislativas. Contudo, ressalta experiências de retaliação e discriminação vividas por ela no parlamento, como constatamos no seguinte relato:

O que mais dificultou minha vida como parlamentar foi enfrentar as pessoas que não queriam que a gente fizesse aquelas aberturas dos debates, levando para a rua as questões que estavam sendo debatidas na Câmara de Vereadores. Como eu era da bancada minoritária, de oposição, meus projetos de lei não eram aprovados. Mas sempre me coloquei ao lado dos interesses da população, das associações de moradores, dos ambientalistas. Foi difícil enfrentar todos os dias essa ‘des-sintonia’ com a maioria da Câmara. Quando comecei levar os debates para fora, sofri retaliações estruturais que atrapalhavam o cotidiano do andamento das tarefas do mandato.

Ser minoria nos espaços legislativos dificulta sobremaneira a aprovação de projetos de lei, sejam eles de mulheres ou de homens. Integrar a bancada parlamentar minoritária é literalmente remar contra a maré e Jalila percebeu isso. Porém sua ligação com lideranças e movimentos ambientalistas a colocou na linha de frente do enfrentamento aos interesses da especulação imobiliária na ilha de Florianópolis. Publicizar questões polêmicas que afetavam a vida da população, fazendo o diálogo mais direto possível com as pessoas, nas ruas, como ela própria evidencia, foi a maneira que Jalila encontrou para não ver seu mandato parlamentar tornar-se inócuo, já que havia poucas possibilidades de aprovação de seus projetos de lei. Segundo Pinheiro (2007, p. 173), em muitas situações, partilhar os acontecimentos com “grupos que vivenciam processos fortes de exclusão, especialmente no campo político” - como é o caso das bancadas minoritárias de parlamentares ligados aos movimentos sociais ou de mulheres que se veem isoladas politicamente na esfera legislativa -, potencializa a aproximação “daqueles grupos que vivenciam tal situação a partir de

outro ponto no espaço social”. Deste modo, Jalila recorria a panfletos xerocados e as ruas para dialogar e encontrar sentido à sua atuação parlamentar pautada na defesa das causas ambientais.

Além disso, Jalila afirma que percebia machismo quando fazia seus pronunciamentos na tribuna da Câmara:

Sentia um machismo no ar. Nada agressivo, às claras, mas eu percebia que quando o Vítor ou o João iam para tribuna eram mais ouvidos do que eu, apesar de sermos todos da oposição e da minoria. Digamos que havia menos desdém com eles, talvez isso porque fossem homens e porque eu era mulher e bem jovem, com 28 anos. Era um tipo de coisa que me chateava no dia a dia do trabalho no mandato.

Luana Simões Pinheiro (2007, p. 172) confirma em seu estudo que “a dominação masculina, no âmbito da política, manifesta-se de diversas formas, desde a adoção de posturas masculinizadas, até as dificuldades para acesso à palavra” por parte das mulheres que estão nesses lugares. E era isso que acontecia com Jalila, pois percebia a desatenção dos vereadores quando ela ocupava a tribuna para falar e notava que não ofereciam a ela o mesmo nível de respeito que davam aos demais parlamentares homens, mesmo que eles fossem do campo minoritário no qual Jalila também fazia parte.

Zuleika Lenzi afirma que não sentiu grandes dificuldades no exercício parlamentar, o que também pode estar associado a sua experiência anterior, ao seu capital político. Segundo disse,

não tinha dificuldades para exercer a função de vereadora. As pessoas iam bastante lá, conversamos, havia troca de ideias, estudos para os projetos. As vezes se entrava em conflito em alguma votação, mas pesquisávamos muito, nos correspondíamos com outros mandatos, via carta naquele tempo, para pensar iniciativas parlamentares bacanas para nossa cidade. Não tive dificuldades maiores.

Para Zuleika, que preparou-se politicamente com razoável antecedência para a disputa eleitoral - diferente do que aconteceu com

Jalila, por exemplo -, o impacto dos enfrentamentos talvez não tenha sido tão fortemente sentido. Além disso, sua experiência anterior como secretária de estado também pode ter influenciado para que ela lançasse mão de uma postura de não enfrentamento, e sim mais conciliatória no exercício da atuação parlamentar. Ademais, nos adverte Pinheiro (2007, p. 172), “não se pode ignorar que o capital político remete ao reconhecimento da legitimidade para agir no campo” da política e isso foi fundamental para Zuleika, pelo que constatamos na análise que fizemos de seu mandato de vereadora.

Outros destaques feitos por Lia, eleita no final do mandato de Zuleika (1996), em relação às dificuldades pelas quais passou no parlamento foram o esforço da bancada de oposição minoritária, da qual ela era parte, e a comum desvalorização das demandas femininas:

Outro dificultador era o fato de sermos minoria política na Câmara, uma bancada de quatro vereadores de oposição que perdia quase tudo o que apresentava ou defendia. E mais uma questão que avalio era que as demandas das mulheres, como creche em tempo integral ou casa abrigo para mulher, não eram valorizadas. Os projetos de lei não passavam nem pela aprovação nas comissões e por isso nem chegavam a ir para votação em sessão dentro da Câmara, só se conseguia fazer debates em audiências públicas sobre essas questões.

É nítido que as demandas específicas para as mulheres não têm sido valorizadas. Isso não significa que não haja esforço e articulação das parlamentares para apresentarem proposições e até conquistarem, junto com os movimentos de mulheres, êxitos nessa área. Para Lucia Avelar (2001, p. 132) a atuação parlamentar, especialmente das mulheres, tem politizado novos temas e levado para o legislativo e executivo o reconhecimento de que “diferentes grupos têm necessidades diferentes, enquanto a ideia de interesses universais corresponde aos interesses dos grupos que dominam a representação política”. A autora argumenta que na maioria dos casos, independente do partido, “as mulheres tendem a dar mais atenção e prioridade às políticas dos direitos da mulher e às políticas públicas relacionadas com questões familiares, tais como condição de vida para as crianças, saúde, reprodução” (Idem, p. 133). Apesar disso, como veremos mais adiante,

há uma grande diferença entre os mandatos parlamentares de mulheres identificadas com as reivindicações feministas e daquelas que não tiveram nenhuma aproximação com esse debate sobre as demandas de políticas públicas específicas para as mulheres.

No próximo capítulo discutiremos, a partir da percepção das entrevistadas, a política de cotas, as diferentes possibilidades de uma lei de cotas, sua importância e os obstáculos enfrentados pelas mulheres considerando um conjunto de fatores tais como: o sistema eleitoral, o sistema político e as especificidades da lei de gênero.

4 A POLÍTICA DE COTAS DE GÊNERO: ESPECIFICIDADES DO SISTEMA POLÍTICO-ELEITORAL NO BRASIL, AVANÇOS E DESAFIOS

A literatura nacional específica acerca do debate sobre a política de cotas da participação política eleitoral é extensa e tem se intensificado nas últimas duas décadas, principalmente. Para a elaboração deste item serão substancialmente referenciadas as produções teóricas de Clara Araújo (1998, 2001, 2005, 2012), Luana Simões Pinheiro (2007), Marlise Matos (2011, 2013), Esperanza Palma (2012), José Eustáquio Diniz Alves (2012), Lucia Avelar (2001, 2013), entre outras. Será também importante minha militância partidária e feminista de 20 anos, participando tanto de debates em torno do feminismo como de campanhas eleitorais e direções partidárias, que proporcionou um conhecimento empírico e que, inevitavelmente, será utilizado na argumentação também deste capítulo.

Lamentavelmente o fato de termos a primeira mulher na presidência do cargo político mais importante e com maior poder no Brasil não refletiu no aumento do percentual feminino nos espaços legislativos no Congresso Nacional, Senado ou assembleias legislativas estaduais, pois o resultado das eleições gerais de 2010 elegeu apenas 9% de mulheres como deputadas federais, 13% como senadoras e 12% de governadoras. Em 2012, depois de 80 anos da conquista do direito ao voto feminino no Brasil, as mulheres alcançaram apenas 13,3% das cadeiras de vereadoras no país e 12% foram eleitas prefeitas. Se compararmos os resultados eleitorais de 1989 - a primeira eleição após o processo constituinte -, na qual constatamos que foram eleitas 29 deputadas federais e 02 senadoras, com o resultado de eleitoral de 2014, em que foram eleitas 51 deputadas federais (9,9%) e no senado 11 senadoras (13,6%), percebemos que ainda temos um imenso déficit democrático de gênero. E comparando, a nível de municípios, os resultados das eleições de 1992 - em que foram eleitas 3.952 vereadoras (7,4%) ao lado de 171 prefeitas (3,4%) -, com as eleitas de 2012 para vereança 7.634 (13,3%) e prefeitas eleitas foram 591 (10,95%), podemos concluir que, apesar da quantidade ter aumentado, esse aumento não chegou nem próximo do que se tem como cota mínima nas disputas eleitorais de 30%, ficando portanto, muito longe da paridade de gênero na política. Ressalta-se que as mulheres representam atualmente, segundo dados do IBGE, 51,5% da população brasileira, perfazem

41,9% da população economicamente ativa e garantem o sustento de 38% das famílias no país.⁵¹

Segundo pesquisa da União Interparlamentar (IPU), publicada em setembro de 2013, dentre 188 países pesquisados, o Brasil figura na posição 156, com 8,6% de mulheres ocupando cadeiras nos parlamentos. A publicação “Mais Mulher na Política – Mulher, tome partido!”, da Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal (2013), ao avaliar o percentual de mulheres nos espaços parlamentares, no Continente Americano, ressalta que elas chegam a 24%, segundo dados da IPU. Dentre os 34 países pesquisados na América Latina, o Brasil ocupa o 30º lugar, ficando à frente somente de países como Panamá (8,5%), São Cristóvão e Névis (6,6%), Haiti (4,2%) e Belize (0). Os dez países com maiores percentuais em participação de mulheres no parlamento na América Latina e Caribe são: Cuba (48,9%), Equador (38,7%), Costa Rica (38,6%), Argentina (36,8%), México⁵² (36,0%), Granada (33,3%), Guiana (31,3%), Trinidad e Tobago (28,6%), El Salvador (26,2%) e Bolívia (25,4%).

Diante desses percentuais, mulheres que participam das disputas eleitorais, parlamentares, militantes dos movimentos de mulheres e feministas, pesquisadoras(es) que se dedicam aos estudos acadêmicos se perguntam: por quais motivos o Brasil, um país que fica entre os precursores na garantia do voto feminino, tem ficado tão atrasado no número de mulheres eleitas nas disputas eleitorais?

Não há respostas simples e nem uma única causa desta situação. Segundo Clara Araújo,

⁵¹ Conjunto de dados obtidos a partir das fontes: Alves (2012); Procuradoria Especial da Mulher, Senado Federal, publicação “Mais Mulher na Política – Mulher, tome partido!” (2013); e site do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFMEA, dados estatísticos do resultado eleitoral de várias eleições disponíveis no link “Poder e Política”, em: <http://www.cfmea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2844&Itemid=131>. Acesso em 29 mar. 2014.

⁵² Em 02 de fevereiro de 2014 foi promulgada no México a lei que estabelece a paridade de gênero nas candidaturas proporcionais, assim cada partido/coligação deverá apresentar, a partir das eleições de 2015, 50% de cada sexo em suas listas de candidaturas, conforme divulgado pelo portal ONU Mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/?noticias=02-02-14-mexico-transforma-em-lei-a-paridade-de-genero-nas-candidaturas-ao-congresso>>. Acesso em 25 mar. 2014.

o problema da representação das mulheres envolve dimensões analíticas distintas, que vão desde antecedentes comuns de exclusão histórica, passando pelas suas trajetórias sociais marcadas pela condição de gênero e por aspectos relacionados com as condições socioeconômicas, até aspectos do sistema político tais como a cultura política e os sistemas partidário e eleitoral (ARAÚJO, 2001, p. 239).

Deste modo, compreende-se que são diversos os condicionantes que contribuem para o cenário da sub-representação feminina nos cargos eletivos do parlamento e do executivo no Brasil. No sentido de colaborar, forjando uma análise que subsidie a construção de uma perspectiva mais aprofundada sobre os motivos desse déficit democrático de gênero na política de nosso país, apresentaremos nos próximos itens a avaliação das entrevistadas desta pesquisa, como mulheres que efetivamente participaram ou participam da política partidária e têm uma expertise para expor o que pensam sobre as cotas nas disputas eleitorais. Na sequência, vamos refletir a partir de uma sucinta análise comparativa dos contextos mexicano e brasileiro em relação à participação das mulheres nos espaços parlamentares desses. Desenvolvemos este breve estudo durante um semestre de estágio doutoral na Cidade do México, onde, em menos de 20 anos - desde a aprovação da primeira lei de cotas em 1996 - o percentual de mulheres eleitas mais que dobrou, passando de 14% para 37% das deputadas federais, mantendo ou até superando esse índice em espaços eleitorais locais. E como isso se deu? Quais estratégias foram utilizadas? Será que o sistema eleitoral e partidário daquele país contribui para esse avanço? Vamos refletir um pouco a partir da conquista do direito ao voto das mexicanas e o gradativo aumento de sua presença na política, para em seguida, retomarmos o cenário brasileiro.

4.1 COTAS - AS PERCEPÇÕES DAS EX-VEREADORAS TITULARES EM FLORIANÓPOLIS

Neste primeiro item traremos a percepção das nossas entrevistadas acerca da importância das cotas em suas variações na política. Na sequência, ainda neste capítulo, problematizaremos as múltiplas determinações que envolvem a participação das mulheres na

esfera da política eleitoral, já com a leitura previa dos depoimentos das entrevistadas, por meio de uma análise comparativa sobre as especificidades de México e Brasil nas disputas parlamentares para as mulheres, num diálogo com a literatura especializada sobre a temática das cotas de gênero.

Clair Castilhos avalia que as leis de cotas brasileiras, por si só, são insuficientes para garantir a eleição de mais mulheres, por se tratar de cotas para candidaturas e não de vagas nos parlamentos. Além disso, afirma que as cotas de gênero

não substituem a sustentação partidária que as mulheres teriam que ter e não têm de seus partidos políticos em geral. A lei de cotas brasileira é só para ter um mínimo de candidatas mulheres (30%). Acho importante ter a lei de cotas obrigatória, pois ao menos uma quantidade de mulheres serão candidatas e muitas, mesmo não conseguindo se eleger de imediato, vão querer se candidatar novamente, vão aumentar sua liderança nos movimentos e espaços da sociedade, vão construir articulações nos seus partidos e assim vão se constituindo lideranças. Temos que ver como um processo, não será algo imediato. Se houvesse uma reforma política, com lista fechada e alternância de gênero, certamente avançaríamos mais rapidamente do que com essa lei atual. Não sou otimista com a aprovação da reforma política e ainda menos com o financiamento público de campanhas, o que também iria beneficiar as mulheres por serem as mais afetadas pelo poderio econômico nas disputas eleitorais, já que, como em outras questões, ainda nos falta articulação para isso e o empresariado que investe em campanhas políticas prefere investir nos homens da política tradicional.

A entrevistada avalia o fato de que a obrigatoriedade de um mínimo de 30% de mulheres candidatas (alcançado pela primeira vez na disputa eleitoral do ano de 2014) já potencializa a entrada de muito mais mulheres nas disputas eleitorais. Tendencialmente muitas delas vão permanecer e essa é a grande importância da atual lei de cotas para Clair Castilhos. Contudo, destaca a importância de se pensar numa reforma na

legislação eleitoral que considere mudar o sistema de candidaturas ao parlamento, hoje no formato de listas abertas, para listas fechadas, além do financiamento público de campanhas eleitorais para frear os altos custos de uma disputa eleitoral, o que prejudica sobremaneira o êxito de mulheres candidatas, como veremos em análise mais adiante neste capítulo.

Jalila não discorre longamente sobre a questão das cotas para mulheres nas disputas eleitorais, porém ressalta:

Eu acho que as cotas são importantes tanto para as mulheres como para os homens, em se pensando na mudança da sociedade. As cotas podem dar um respiro, uma garantia para as mulheres, como se abríssimos uma janela e, quem sabe a longo prazo, daqui uns vinte anos, não precisemos mais ter cotas. Mas hoje é necessário que sejam inclusive obrigatórias, senão os partidos nem cumprem. No futuro, com uma sociedade mais esclarecida, talvez nem precisemos mais de cotas para mulheres na política.

Por sua vez, Lia Kleine também defende que as cotas de gênero na política eleitoral são importantes tanto para o debate como para a maior participação das mulheres enquanto candidatas. Mas sem investimento partidário essas mulheres não passarão de meras candidatas e o que nós precisamos é de mulheres eleitas, conforme argumenta:

Acho as cotas importantes porque no mínimo levantam a discussão. Ao surgir uma lei se enseja o debate, visibiliza a questão, muda opiniões, o tema é discutido. Depois, se vai pegar ou não é outra briga. Mas as cotas precisam de instrumentos políticos para serem bem sucedidas, não se muda uma cultura por decreto. Muitos partidos ainda colocam nomes frios para cumprir a cota mínima, não tem mulheres suficientes que queiram ser candidatas porque não investiram na formação de lideranças femininas. Mas a cada eleição cresce o número de candidatas e isso é importantíssimo. As cotas são necessárias para forjar mais mulheres na política partidária, até

porque os partidos estão sendo obrigados a abrir os olhos para isso. Portanto, as cotas já estão cumprindo um papel fundamental. A lista fechada ajuda a eleição de mulheres, é o que as experiências têm mostrado, e o financiamento público de campanha eleitoral seria outro mecanismo importante na eleição de mais mulheres, porque o empresariado investe mais nos homens, e as campanhas eleitorais estão caríssimas. Só que não estou eufórica com a reforma política no Brasil.

Percebemos que Lia e Clair se aproximam na defesa que fazem da importância das cotas como um fator impulsionador de mais candidatas mulheres, de visibilidade pública do debate em torno das desvantagens para as mulheres nessas disputas e da busca dos partidos políticos por essas candidaturas. Um passo adiante seria o investimento partidário na formação política e financiamento das candidaturas delas para torná-las viáveis nas disputas eleitorais. Ambas não são otimistas em relação a uma reforma política no cenário brasileiro que altere as regras eleitorais favorecendo as mulheres com listas fechadas, alternância de gênero e financiamento público de campanhas – este último bastante importante, já que o financiamento privado via grandes empresas, que hoje constituem os principais financiadores das disputas eleitorais, preferem logicamente doar dinheiro para viabilizar a eleição de candidatos homens e vinculados a política tradicional.

Destaca-se a questão da necessidade da reserva de vagas nos parlamentos, popularmente conhecida como “cotas de cadeiras”, já mencionada por Clair e Lia, e também enfatizada por Angela Albino, que afirma:

Tenho convicção que as cotas são positivas. Toda política de discriminação afirmativa se faz necessária. Considero que as cotas precisam ser superadas, para se chegar num patamar de igualdade de condições, mas historicamente há desvantagens para mulheres e população negra, por isso as cotas. Apesar disso, acho que as cotas de gênero na política teriam que ser de vagas, de cadeiras no parlamento, e não apenas de candidaturas, isso evitaria as candidaturas laranjas. As cotas de cadeiras no parlamento

garantiriam a eleição das mulheres e os homens nem entram na disputa dessas vagas. Outra possibilidade é a reforma política com lista fechada e alternância de gênero e, para minha alegria, meu partido defende também o financiamento público de campanha.

Zuleika não destoa das opiniões já trazidas acima em relação à importância e contribuição das cotas hoje existentes. Além disso também critica a insuficiência e ressalta a importância de se avançar para a reserva de cadeiras nos espaços parlamentares. Segundo ela,

enquanto não se tiver cotas de cadeiras não funciona, porque ainda temos uma presença forte de candidatas que não disputam de verdade, sendo que muitas vezes essas mulheres nem percebem que estão ali como laranjas e até pensam que são boas candidatas mas não recebem qualquer estrutura ou apoio do partido, não possuem trajetória política partidária, são cooptadas e seduzidas em cima da hora. Porém numa eleição é preciso que a candidatura tenha capital político e estrutura. Os partidos estão cumprindo formalmente as cotas, mas não investem politicamente e financeiramente, simplesmente cumprem a legislação. Se fosse cotas na reserva de cadeiras, de vagas no parlamento, 30% que fosse ocupada só por mulheres, então os partidos investiriam.

Observamos que Zuleika, bem como as demais entrevistadas, faz uma avaliação crítica sobre a efetividade das leis de cotas de gênero no cenário brasileiro. Certamente a cota na reserva de cadeiras mostra muito mais resultados para a eleição de mulheres nos espaços parlamentares, uma vez que as cotas de candidaturas nas disputas eleitorais não asseguram a eleição das mulheres ou segmentos historicamente excluídos da esfera pública da política, a não ser as primeiras vagas em listas fechadas (que não é o caso do sistema político vigente no Brasil). No ano de 2015 foi aprovada pelo Senado Federal uma alteração na legislação eleitoral prevendo a reserva de cadeiras para mulheres nos parlamentos brasileiros em câmaras de vereadores, assembleias legislativas e câmara federal. Inicialmente a cota mínima de

reserva de cadeiras seria de 10% para o pleito eleitoral a ser disputado em 2016, passando para 12% em 2018 e 16% a partir de 2020. Caso o percentual mínimo não fosse atingido, as cadeiras (10, 12 e 16%) seriam preenchidas pelas candidatas com maior votação nominal individual entre os partidos, sem com isso alterar a outra cota mínima de 30% para as candidaturas para cada gênero.

A primeira vista poderíamos pensar que se trata de um retrocesso e que deveríamos ter no mínimo 30% de cadeiras preenchidas por mulheres. No entanto, a correlação de forças no Senado Federal não permitiu um texto mais avançado. Consideramos que a garantia de um mínimo de 10, 12 e 16% das cadeiras, em absolutamente todos os espaços parlamentares, sendo ocupadas por mulheres implicaria que Florianópolis, por exemplo, ou qualquer outro município, não repetisse o vergonhoso feito de não ter nenhuma mulher vereadora durante uma legislatura. Atualmente com 21 vereadores na Câmara Municipal de Florianópolis, uma vez estabelecida essa cota de reserva de cadeiras teríamos minimamente duas mulheres vereadoras titulares, enquanto algumas de nossas entrevistadas ventilam a unidade dos movimentos feministas para eleger ao menos uma mulher.

Contudo, essa alteração na legislação eleitoral, aprovada no Senado Federal, ainda precisa passar pela Câmara dos Deputados, onde o cenário atual altamente conservador não nos deixa muitas esperanças.

Para subsidiar a análise da importância das leis de cotas para mulheres na política, bem como os sistemas político-partidário e eleitoral que interferem nas disputas por uma vaga no parlamento, consideramos pertinente trazer referências teóricas sobre o contexto mexicano e brasileiro acerca da participação das mulheres neste espaço de poder onde são tomadas decisões que impactam na vida da sociedade.

4.2 NO MÉXICO – O SUFRÁGIO, A LEI DE COTAS DE GÊNERO E O SISTEMA ELEITORAL

No México, as reivindicações feministas no final do século XIX e primeiras décadas do século XX não foram diferentes de outros países ocidentais: as mulheres lutavam pelo direito de estudar e pelo sufrágio universal. Em 1887 se formou uma sociedade literária de mulheres chamada “Violetas de Anáhuac”, fundada por Laureana Wright e Mateana Murguía, que buscava o direito a educação para mulheres,

assim como a igualdade política e jurídica (Coutiño, 2013). Em 1915 conquistaram o direito a educação secundária em salas mistas, no entanto, a educação superior se manteve restrita somente aos homens. Essa situação foi objeto de muitos debates durante o ano de 1916, a fim de obter melhores condições de vida para as mulheres e seu acesso ao ensino universitário (Coutiño, 2013, p. 25-26).

É importante mencionar que neste país, no começo do século passado aconteceu uma revolução com enfrentamento armado – que teve início em 1910 prolongando-se pelos anos seguintes⁵³ - e milhares de mexicanas participaram ativamente e de diferentes formas naquele processo. Elas proporcionavam todo tipo de apoio aos soldados, em geral seus maridos, pais, irmãos ou filhos. Mas também participaram como “soldadas”, inclusive comandando agrupamentos compostos em sua totalidade por mulheres.

Uma das consequências da Revolução Mexicana foi o processo constituinte que culminou com a aprovação da Constituição de 1917. Nesta Constituição foi negado as mulheres o direito ao voto justificando que não interessava a elas participar da política e seu papel na sociedade se limitava ao cuidado da casa e da família, ainda que algumas delas tivessem “certa vocação excepcional para a política” a concessão deste direito implicaria no risco de se “romper com a unidade familiar” (Pablos, 2006, p. 23), mesmo sendo uma forte demanda delas que já aparecia politicamente no espaço público.

O ano de 1916 foi emblemático para as mulheres mexicanas, pois aconteceu o Primeiro Congresso Feminista em Yucatán, onde foi discutida a demanda pelo direito das mulheres de votar. Tal Congresso

⁵³ Não há propriamente um consenso sobre o término do processo revolucionário mexicano. Algumas fontes afirmam que foi em 1917 com a proclamação da Constituição do México, outras dizem ser em 1920 com a eleição de Adolfo de la Huerta ou em 1924, quando Plutarco Elías Calles foi empossado presidente do país. Outros estudos apontam que esse processo revolucionário se prolongou até os anos de 1940, conforme afirma Eduardo González em sua publicação “La Revolución Mexicana concluyó en los años 40: Alan Knight”, publicado em outubro/2009 e acessado em 28/09/2014, disponível no link <http://www1.lajornadaguerrero.com.mx/2009/10/18/index.php?section=politica&article=003n1pol> ou “Revolución Mexicana”, sem data de publicação, acessado em 28/09/2014 e disponível no link <http://www1.lajornadaguerrero.com.mx/2009/10/18/index.php?section=politica&article=003n1pol>

também discutiu outros temas, inclusive de modo mais incisivo do que o sufrágio, como o acesso das mulheres a educação, jornadas de trabalho pagas e responsabilidades com a família e o lar.⁵⁴

A partir de 1916, a busca pelo direito ao voto universal no México seria parte constante dos debates e das articulações com todos os presidentes e candidatos presidenciais. Enriqueta Tuñon Pablos (2006) e Cabriela Cano (2013) apresentaram de modo detalhado o percurso deste processo da conquista do voto feminino para as mexicanas. Em 1934 se funda a Frente de Mulheres Mexicanas durante a campanha presidencial do General Lázaro Cárdenas que, uma vez eleito em 1937, enviou ao Congresso Nacional a iniciativa para reformar o artigo 34 da Constituição do país. Tudo prosseguiu a contento no espaço parlamentar e a mudança deste artigo foi aprovada. Porém, conforme nos traz Cano (2013), o compromisso não foi cumprido e a reforma não foi sancionada pelo então presidente. As mulheres prosseguiram em busca de mudanças na legislação ao longo dos anos quarenta e em 1946 a Câmara de Deputados aprovou uma adição no artigo 115 da Constituição, proposta pelo presidente Miguel Alemán, onde se estabeleceu que as eleições municipais do ano seguinte contariam com a participação das mulheres em igualdade de condições com os homens. Desde então as mulheres começaram a ocupar cargos eletivos, mas apenas no âmbito municipal.

Durante a campanha presidencial de Adolfo Ruiz Cortines em 1952, as sufragistas obtiveram o compromisso de terem o direito de participar das eleições sem restrições. Uma vez eleito, Cortines cumpriu com o acordo e em 1953 o sufrágio foi ampliado às mulheres mexicanas. Elas votaram pela primeira vez em 1955 para eleger deputados e em 1958 para eleger o novo presidente do país.

Sem dúvida, com o irrestrito direito legal das mulheres de participar da vida política, de votar e serem votadas, pôde-se avançar no processo de democratização da sociedade mexicana. Mas, mesmo considerando tudo isso, Pablos chama a atenção de modo crítico para o fato de que

ao outorgar os direitos políticos para as mulheres se atraiu um maior número de votantes e, desta

⁵⁴ Este Congresso foi organizado e financiado pelo governo de Salvador Alvarado e se tornou referência nas décadas seguintes para os debates em torno das questões específicas dos direitos das mulheres.

maneira, o governo criou uma plataforma de apoio para a consolidação do sistema e legitimação de seu poder. As mulheres, agradecidas, poderiam converter-se em incondicionais apoiadoras do regime, o que era importante, já que nas eleições de 1952 a oposição havia alcançado um alto percentual de votos (PABLOS, 2006, p. 41).

Inclusive há uma controvérsia entre as pesquisadoras sobre a conquista do sufrágio universal no México: parte considera que o direito ao sufrágio foi uma concessão do então presidente, outras dizem ter sido uma conquista resultante da luta feminista da época. Contudo, acreditamos que o direito ao voto feminino não deve ser visto como uma simples concessão, pois inúmeras mulheres que desde a década de 1910, ou até antes, denunciavam a falta de direitos políticos e eram ativistas em diversos movimentos pelo sufrágio contribuíram para alcançar o êxito em 1953.

É inegável que a conquista do direito ao voto para as mexicanas ocorreu em um ambiente paradoxal. Cano (2013) enfatiza que “teve sobretudo um peso simbólico, mas mudou pouco a vida das maiorias femininas do país”. Além disso, afirma a autora, a quantidade de mulheres eleitas era pequena e foi um processo lento. Somente na legislatura de 1985-1988 se alcançou 10% de mulheres na Câmara Federal e, num avanço gradual, em 1994-1997 o percentual passou para 14% e na legislatura de 2012-2015 chegou a 37%. Observamos que este importante incremento numérico coincide com a adoção de cotas de gênero e diversas reformas do sistema eleitoral no país.

A reforma eleitoral de 1996 trouxe avanços consideráveis como “o financiamento público dos partidos políticos que incrementou significativamente, limitando-se o (financiamento) de tipo privado”. Além disso, estabeleceu que os partidos políticos nacionais considerem que “as candidaturas a deputados e senadores não excedam 70% para um mesmo gênero” (Vidal, 2008: 66), e assim ficou estabelecido pelo então Instituto Federal Eleitoral (IFE), atualmente nominado Instituto Nacional Eleitoral (INE), em seu Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais (COFIPE).

No entanto não se teria, em 1996, a obrigação de se cumprir com esta cota, tampouco se exigia que as mulheres fossem indicadas como candidatas titulares do mandato. Consequentemente, muitas eram apenas

candidatas suplentes⁵⁵. Diante disso, realizou-se uma nova mudança na lei de cotas em 2002, modificando os incisos A, B e C do artigo 175 do COFIPE.

A partir de 2002, como apresenta Fernanda Vidal (2008), o texto do inciso A obrigou os partidos ou coligações a limitar em 70% o máximo de candidaturas titulares de um mesmo gênero. No sistema eleitoral mexicano há listas fechadas de candidaturas proporcionais, de maneira que o artigo 115, inciso B, estabeleceu que as listas de representação proporcional “se integram por segmentos de três candidaturas. Em cada um dos três primeiros segmentos de cada lista haverá uma candidatura de gênero distinto” (Vidal, 2008, p. 68-69). Antes desta reforma, as mulheres não tinham garantido um bom lugar nas listas fechadas. E, a modificação no inciso C estabelece que o INE não aceitará o registro da lista de candidatos em caso de não cumprimento com os requisitos nos incisos A e B do artigo 115 do referido Código eleitoral.

Em 2007 acontece outra reforma eleitoral e, como nos mostra Josefina Hernández Téllez (2013), a principal modificação desta vez é que o percentual da cota de gênero mudou de 70-30% para 60-40%. Todas as demais garantias de cumprimento obrigatório de cotas, alternância de gênero e sanção por não cumprimento se mantiveram. A partir de então, as listas de candidaturas contariam com no mínimo 40% de gênero distinto nas disputas eleitorais no México.

Contudo, detectou-se que muitas das candidatas apresentadas nas listas para as disputas eleitorais eram, na verdade, “juanitas” (ou laranjas, usando uma expressão brasileira), ou seja, havia candidatas figurando como titulares, mas tinham homens como seus suplentes e, depois de eleitas, pediam licenças, quando então os suplentes-homens assumiam em seu lugar, evidenciando que eles eram os reais candidatos. Os movimentos de mulheres começaram a requerer outra emenda na legislação eleitoral para evitar essa estratégia formulada pelos partidos políticos.

Tal reivindicação obteve êxito em 2011, com mais uma revisão na lei eleitoral, que ficou conhecida como Juízo Cidadão número 12624/2011 (Téllez, 2013, p. 60), onde determinou-se que as candidaturas de mulheres titulares, como se estabelece na lei de cotas de gênero, na lista fechada, devem ter como suplentes somente pessoas do

⁵⁵ No México, para cada candidatura há uma pessoa titular e outra suplente, mecanismo inexistente no Brasil, onde há apenas candidaturas titulares.

mesmo gênero. Deste modo, no caso da deputada titular eleita solicitar afastamento temporário ou definitivo, outra mulher irá assumir o mandato. Assim, mais uma barreira foi removida para melhorar o índice de participação política das mulheres no espaço do parlamento mexicano.

Em outubro de 2013, o país celebrou os 60 anos do voto feminino e o presidente Enrique Peña Nieto anunciou que enviaria ao Congresso Nacional outra reforma do COFIPE para que a cota de gênero passe a ser de 50% nas candidaturas a Câmara de Deputados, Senado e assembleias legislativas estaduais. De fato esta reforma foi apresentada em janeiro de 2014 e aprovada em fevereiro daquele mesmo ano, entrando em vigor a chamada “lei de paridade” nos processos eleitorais do parlamento do México. Todos os avanços anteriores na legislação de cotas de gênero se mantiveram.

Cada uma dessas reformas e mudanças na lei de cotas propiciou debates, controvérsias e disputas no espaço público da política. Desde a primeira versão da lei de cotas mexicana (em 1996) até a última eleição (em 2012) o percentual de mulheres deputadas federais eleitas passou de 14 para 37%, como já mencionamos. Certamente devemos ter em conta o fato de que todas essas reformas eleitorais seguidas de intensos debates foram de suma importância para o avanço quantitativo de mulheres eleitas.

Existem muitos estudos comparativos de leis de cotas e suas aplicações que avaliam as diferenças no mundo e os graus de impacto para o avanço da mulher no espaço da política partidária⁵⁶. Segundo Esperanza Palma (2012, p. 125)⁵⁷ “as cotas reforçam a representação descritiva; a maior presença numérica da mulher traz maior visibilidade pública e, muito provavelmente, as empodere socialmente”.

⁵⁶ Entre eles temos os trabalhos de Pippa Norris (2006), Nelida Archenti e María Inés Tula (2008), e María del Rosario Varela Zúñiga (2013).

⁵⁷ A representação descritiva se associa com a quantidade numérica, muito importante do ponto de vista da democracia de gênero. Já a representação substantiva se relaciona com o comportamento legislativo das pessoas eleitas em se posicionar na defesa de determinados segmentos da sociedade, conforme encontramos em Palma, 2012.

4.2.1 Sistema Político-Eleitoral e Partidário no México

Para María del Rosario Zúñiga (2013), as cotas de gênero representam um importante mecanismo para o avanço da mulher, são uma questão de democracia, incluindo a participação em relação com a representação descritiva, e afirma: “não há um desenho adotado universalmente, pois este depende das características dos sistemas eleitorais de cada país (Zúñiga, 2013, p. 133).

Desta forma, os estudos que analisam os diferentes sistemas eleitorais e as leis de cotas de gênero ou sexo comprovam que as cotas obrigatórias associadas a listas fechadas com alternância de gênero e sistema eleitoral representativo são os tipos mais favoráveis para o avanço da presença de mulheres nos espaços parlamentares.

Tal qual no Brasil, o presidencialismo é o regime político adotado no México⁵⁸, mas naquele país há um sistema eleitoral muito diferenciado para a composição do poder legislativo que é de tipo misto com dois princípios como explica Esperanza Palma (2012, p. 129): o princípio de maioria relativa (que elege 60% dos deputados, 300 pessoas) e o princípio de representação proporcional (que elege 40% dos deputados, sendo 200 pessoas) que contam com listas fechadas, alternância e paridade de gênero nas referidas listas. No entanto, ainda não há previsão de cotas no parlamento para as disputas eleitorais via o princípio de maioria relativa e este é um dos desafios para melhorar a presença feminina na política mexicana e alcançar igualdade de condições em todos os cenários das disputas eleitorais.

⁵⁸ A República Mexicana se integra por três poderes: executivo, legislativo e judiciário, e é composta por 31 estados livres e soberanos. A governança do país e dos estados cabe a um presidente ou governador, sempre eleitos por maioria relativa e que governa por um período de 6 anos sem possibilidade de reeleição. O poder legislativo recai sobre um Congresso unicameral cuja composição é determinada na constituição de cada estado, mas deve incluir tanto representantes uninominais como plurinominais. Cada estado tem seu próprio código civil, penal e corpo jurídico. Os estados são independentes e autônomos, além de contarem com uma forma republicana de governo baseada em um sistema congressional, conforme estabelece suas respectivas constituições. Todos os estados tem municípios, a menor entidade política autônoma do país, que são governados por uma prefeitura regida por um presidente municipal com o apoio de vereadoras e “síndicos”. Disponível em: <http://www.ine.mx/archivos3/portal/historico/contenido/COFIPE_promocion_voto/>. Acesso em agosto 2014.

No México, as mulheres compõem mais de 51% da população total do país e 52% do eleitorado, constituem 35% da força de trabalho, 25% delas são chefes de família e já avançaram muito no acesso a anos de estudo, trabalho remunerado, assim como no âmbito público em geral, segundo afirma Josefina Hernández Téllez (2013). No entanto, mais amplamente se reconhece que ainda prevalecem muitos obstáculos na vida das mulheres e que, para avançar mais, requer-se o compromisso pela equidade nos partidos e uma grande mudança na cultura patriarcal.

Para os partidos políticos, como parte integral das estruturas sociais em geral - e não é diferente no Brasil ou no México -, a inclusão das mulheres implica dividir o poder entre pessoas que até pouco tempo não tinham este direito. María Luisa Tarrés afirma que “a produção das estruturas que discriminam as mulheres está arraigada nos partidos políticos” (2006, p. 428), já que elas constituem a grande parcela da militância de base dos partidos e estão em minoria nos postos de comando das direções partidárias. A entrada de mais mulheres nos espaços de disputas políticas e o mecanismo das cotas de gênero “geraram tensões dentro dos partidos, e a resistência é mais forte naqueles com maior trajetória e carreira política” (Palma, 2012, p. 127). Ademais, quando as mulheres exercem seus mandatos parlamentares, encontram dificuldades para presidir comissões, comitês e mesas diretivas dos espaços legislativos, evidenciando que:

a classe política que hoje aceita o pluralismo e a competência eleitoral não se diferencia da anterior ao privilegiar a reprodução de seus membros e seus discursos, e mostra-se resistente para renovar seus quadros, diversificar sua agenda e integrar de forma igualitária os diferentes, como as mulheres (TARRÉS, 2008, p. 118).

Os partidos políticos mexicanos fazem uso de uma estratégia criticada pelas mulheres que estudam a legislação eleitoral do país: uma vez que é obrigatório o cumprimento das cotas, os partidos fazem com que grande parte das candidaturas de mulheres fiquem restritas aos locais (distritos) mais problemáticos para o êxito eleitoral de cada partido, ou como diz Palma “em distritos perdedores”. Neste sentido, argumenta a autora, “colocar candidatas em distritos perdedores é indicativo de que o partido as está discriminando, seja de maneira passiva ou ativa, de modo que as excluem por contar com menos

trajetória e visibilidade pública ou por serem mulheres” (Palma, 2012, p. 133). Assim a via eleitoral por distritos uninominais não favorece as mulheres porque os partidos tendem a nominar as candidatas mulheres em distritos ou com disputas acirradas além do habitual nas disputas eleitorais. No entanto, com a paridade de gênero nas listas fechadas a partir da eleição de 2015, a tendência é minimizar mais essa estratégia até então utilizada pelos partidos políticos.

Outra questão apontada pelas investigadoras deste tema no México é que os partidos políticos valorizam em grande medida a experiência política anterior ao incentivar ou destinar recursos financeiros para as candidaturas em campanhas eleitorais. Em Palma (2012, p. 135) temos que “os dados também mostram que em todos os partidos os homens deputados tem maior trajetória legislativa que as mulheres”. Tendo em conta esta questão, sem dúvida as mulheres são prejudicadas por sua tardia entrada na política em comparação com os homens, assim como sua histórica sobrecarga nas tarefas domésticas e familiares.

As mulheres mexicanas continuam exigindo melhores condições e maior equidade nas disputas eleitorais, além de acesso a cargos de poder de decisão. As constantes mudanças na lei eleitoral em benefício da lei de cotas, com o fim de garantir seu comprimento e o avanço da presença numérica das mulheres nos espaços parlamentares, nos levam a crer que em alguns anos teremos novas mudanças no COFIPE. Esta é a expectativa dos movimentos de mulheres que mantêm os questionamentos em relação aos padrões e normas sócio-culturais arraigados, em constante espírito de denúncia frente às tentativas dos partidos políticos de burlar a legislação a cada eleição dificultando a disputa para as mulheres.

Tais movimentos por parte dos partidos têm a ver com a afirmação de María Luisa Tarrés de que “a representação política sem dúvida, se conquista, não se outorga” (2006, p. 416). Por isso é preciso considerar uma série de fatores que encontramos durante os períodos históricos, inclusive para o paradoxal progresso numérico das mulheres no âmbito do legislativo mexicano e o pouco avanço nas condições de vida que afetam a população feminina em geral.

O incremento quantitativo não se tem traduzido em ações e propostas a favor dos principais problemas que afetam neste momento as mulheres, por exemplo, nos casos mais graves: a

violência, tema concreto do feminicídio na Cidade de Juárez, (...) no Estado do México e o próprio Distrito Federal, e as reformas dos códigos penais em 17 estados em matéria de despenalização do aborto (TÉLLEZ, 2013, p. 59).

Esta situação exige uma leitura adicional, incluindo o tema da representação descritiva e substantiva. O fato é que nem todas as mulheres que conseguem ser eleitas são feministas, possuem consciência da histórica opressão patriarcal ou conhecem os debates sobre a igualdade/equidade de gênero. Apesar de que por si só a eleição de mulheres representa um grande avanço do ponto de vista da democracia de gênero, é importante impulsionar ações dirigidas aos parlamentos que atualizem as demandas feministas em torno das discriminações e violências de gênero que ainda afetam a vida das mulheres em geral e de modo particular.

No México é inegável o avanço quanto à representação descritiva das mulheres na política parlamentar em comparação com o Brasil. Certamente os debates em torno de constantes mudanças na legislação eleitoral mexicana, seguidos de debates na arena pública, contribuíram em grande medida para o sucesso feminino nas disputas eleitorais e hoje as mulheres chegam a 37% das cadeiras na Câmara Federal e 33% no Senado mexicano, enquanto que no Brasil elas não chegam a 10% das cadeiras na Câmara Federal e alcançam apenas 13% no Senado.

4.3 - NO BRASIL – A LEI DE COTAS DE GÊNERO E O SISTEMA ELEITORAL: ÊXITOS E DESAFIOS PARA A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO ÂMBITO PARLAMENTAR

Sem a pretensão de esgotar o debate, o que se fará aqui é lançar um olhar situado sobre o contexto sócio-histórico das condições das mulheres na política brasileira, abarcando a lei de cotas, o sistema político partidário e eleitoral e as questões culturais como fatores definidores para a realidade que enfrentamos no país.

Os debates em torno das cotas de gênero na política, segundo Jussara Reis Prá (2013, p. 27), são levantados já na “primeira Conferência Mundial sobre Mulheres (1075), passando a integrar artigo

específico da CEDAW e os objetos do Plano de Ação de Beijing” em 1995⁵⁹.

Sabemos que a primeira versão brasileira da lei de cotas é de 1995, válida somente para as eleições municipais, no nível parlamentar. No ano seguinte foram eleitas 11,1% de vereadoras e 3,4% prefeitas. Destaca-se que as leis de cotas de 1997 e 2009 referem-se aos percentuais de gênero exclusivamente para disputas eleitorais nos parlamentos da Câmara dos Deputados, assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais de vereadores, ficando de fora o espaço parlamentar do Senado Federal, além de todas as esferas executivas (prefeituras, governos dos estados e presidência da república).

A Lei de Cotas de 1995 (Lei n. 9.100/95) estabelecia que 20% das vagas nas disputas eleitorais por partidos ou coligações deveria ser “reservada” às mulheres, sem prever nenhuma sanção em caso de descumprimento. Esta lei se mostrou inócua, conforme aponta Clara Araújo (1998, 84-85), pois além de os partidos políticos não cumprirem a cota mínima prevista, os dirigentes dos partidos, majoritariamente homens, argumentavam que o não cumprimento da cota “era culpa das mulheres”. Segundo eles “as mulheres não tinham interesse em disputar eleições” e “não se apresentavam como candidatas”. Logo depois de reservada a vaga e não aparecendo candidata mulher, tal vaga era ocupada por um homem que reivindicava sua candidatura.

Em 1997 uma nova Lei de Cotas (Lei n. 9.504/97) é aprovada, prevendo que cada partido ou coligação “reserve” um mínimo de 30% e máximo de 70% de candidaturas para cada sexo nas disputas eleitorais para a Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e parlamentos municipais. Novamente não há obrigatoriedade do cumprimento da norma, já que manteve o termo “reserva”, e outra vez não previu medidas punitivas para as coligações ou partidos que descumprissem as cotas mínima/máxima. Deste modo, nos anos que se seguiram, os porta-vozes dos partidos políticos repetiam seus argumentos para justificar a ausência de mulheres como candidatas e lhes atribuíam a culpa por este problema.

Segundo Matos, tais argumentos expressos através da hipótese do “desinteresse das mulheres” se candidatarem no mínimo partem de pessoas que ignoram a forma como se deu a constituição da sociedade

⁵⁹ Jussara Reis Prá (2013) faz um interessante levantamento dos documentos internacionais que indicam às nações a adoção de cotas de gênero na política, bem como um debate em torno da Cidadania Política e Democracia Paritária.

brasileira ou, se conhecem, escondem as verdadeiras marcas da não participação feminina nos partidos políticos e processos eleitorais, pois além de não se incentivar que as mulheres ocupassem os espaços públicos, restringindo-as ao trabalho doméstico e familiar, elas também...

estiveram completamente excluídas, inclusive da possibilidade de fazer ciência e de contribuir para a produção de conhecimento científico ou filosófico durante séculos – as religiões e depois as próprias organizações científicas se incumbiram dessa opressão (MATOS, 2013, p. 321).

Quando começou a ser massiva a ocupação feminina no mercado de trabalho, restou às mulheres o acúmulo das jornadas de trabalho no espaço público e privado. Portanto, há de se compreender esse contexto para sabermos o quão difícil e desigual era e é para as mulheres estarem na militância partidária e candidatando-se à disputas eleitorais.

Somente em 2009 houve uma “mini reforma” política, que teve a formação de uma comissão tripartite⁶⁰ no Congresso Nacional, e se estabeleceu a obrigatoriedade do cumprimento da cota mínima tendo validade a partir do pleito eleitoral de 2012, em que teríamos eleições no âmbito municipal. Na lei 12.034/09, sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva, então presidente da República, em 29 de setembro de 2009, houve a troca da palavra “reservará” pela palavra “preencherá” o mínimo de 30% e do máximo de 70% para cada sexo nas disputas eleitorais, dispositivo que tornou obrigatório o seu cumprimento. Caso o partido ou coligação não apresente o percentual exigido, os Tribunais Regionais Eleitorais (TRE) vão impugnando as inscrições de candidaturas até atingir o percentual mínimo/máximo para cada sexo. O risco que se corre, neste contexto, são as já conhecidas “candidaturas laranjas” de mulheres, ou seja, militantes partidárias são solicitadas pelos seus

⁶⁰ Tal comissão era composta por mulheres que representavam movimentos feministas, representantes das deputadas federais e senadoras e ainda representantes do poder executivo. Essa comissão foi instituída pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM-PR) e funcionou por seis meses, tendo como resultado a apresentação de importantes pontos, que eram de interesse das mulheres para a ampliação da participação política no processo da mini reforma eleitoral de 2009.

partidos a “emprestarem” seus nomes para inscrição da chapa, mas em verdade não vão fazer campanha eleitoral para si, não é uma candidatura “pra valer” mas apenas para “cumprir a cota”.

Além da obrigatoriedade do percentual mínimo/máximo, de 30% - 70%, para cada sexo, a mini reforma na legislação eleitoral de 2009 ainda estabeleceu que os partidos políticos são obrigados a destinar 5% dos recursos do Fundo Partidário para a criação e manutenção de ações internas aos partidos que promovam a participação política das mulheres. Caso o partido não cumpra essa determinação, no ano seguinte deverá, a título de multa, repassar a mais 2,5% do Fundo Partidário para essas ações. E ainda ficou estabelecido que pelo menos 10% do tempo de propaganda partidária gratuita deve ser destinada à promoção e difusão da participação política feminina.

Consideramos significativos esses avanços, configurando-se uma ampla reformulação à Lei de Cotas (n. 9504/97) em 2009. No entanto, é fundamental que as mulheres participem mais da vida partidária e exijam de seus partidos políticos a implementação dessas ações, a fim de mudar a realidade da baixa presença das mulheres na política partidária e nas cadeiras dos espaços legislativos e executivos no Brasil.

Desde que tivemos a primeira lei de cotas no país, como podemos observar no estudo de José Eustáquio Alves (2012), passadas 4 eleições municipais de 1995 a 2012, a presença feminina nas câmaras de vereadores aumentou apenas 2,2% após 17 anos, pois em 1995 alcançaram 11,1% e em 2012, 13,3%. Outra situação que chama atenção é o fato de que em 2008 o total de candidatas mulheres foi 21,1% (antes da obrigatoriedade do cumprimento do percentual mínimo de 30%), enquanto em 2012 se alcançou o preconizado na lei, chegando a 30,9% de candidaturas femininas⁶¹. Esse aumento em mais de 10% deveria ser fundamental para garantir a eleição de um percentual maior de mulheres vereadoras, porém isso não se concretizou.

Ao analisarmos a quantidade de candidaturas disputando uma cadeira na Câmara Federal, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou que em 2014 este número cresceu significativamente em comparação o pleito eleitoral anterior: em 2010 apenas 22,43%, ou

⁶¹ Dados extraídos do artigo de José Eustáquio Diniz Alves: “O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero”, publicado em 11/11/2012. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198600&id_secao=1. Acesso em: 23 nov. 2012.

5.056 mulheres, se candidataram a deputada federal; enquanto que em 2014 se alcançou a cota mínima, chegando a 31% das vagas, totalizando 8.120 mulheres candidatas a deputada federal e aumentando em mais de 38% de uma eleição para outra. Esta foi visivelmente uma resultante da obrigatoriedade da lei de cotas e novamente essa proporção no aumento de candidaturas de mulheres não resultou em aumento do número de eleitas, que, como vimos anteriormente, era de 45 (8,8%) em 2010 e passou para 51 (9,9%) em 2014.

Essa lenta expansão da participação das mulheres no Brasil, tanto nas disputas de âmbito local como nacional, nos leva necessariamente a questionar a eficiência das leis de cotas, pois, se houve o cumprimento do percentual mínimo estabelecido em lei, pareceria normal que uma quantidade de mulheres próxima destes 30% fosse eleita. Mas por que isso não acontece?

Para Clara Araújo (2005, p. 209), “as cotas constituem hoje um dos principais emblemas de compromissos partidários com as mulheres”. E, dentre suas importantes contribuições, consta o fato de que

as cotas vêm-se transformando numa das estratégias privilegiadas na luta das mulheres por inserção nas esferas de poder, gerando impactos simbólicos importantes ao contribuir para alterar determinadas percepções sobre o lugar da mulher na política (ARAÚJO, 2001, p. 232).

Ou seja, mesmo que ainda não tenha servido para aumentar consideravelmente o número de mulheres eleitas, no cenário brasileiro o debate sobre a necessidade da existência da lei de cotas já contribuiu para visibilizar a exclusão da parcela feminina num dos mais importantes espaços do poder político: o parlamento. No entanto, a autora nos faz refletir com mais profundidade quando afirma que “a exclusão da mulher da cena pública não é sinônimo de sua ausência da cena social. Ao contrário, (...) há sua inclusão nessa cena como sustentáculo da política na esfera pública” (Araújo, 2012, p. 155). Segundo ela, para que os homens pudessem viver o espaço público da política e da cidadania foi fundamental que as mulheres contribuíssem como parte da comunidade dos indivíduos com papéis e atributos

próprios para elas, legitimando deste modo os lugares para homens e para mulheres na sociedade: eles na vida pública e elas na vida privada.

Essa dicotomia se estrutura e, de certa forma, subsiste como *habitus* (Bourdieu, 1989), incorporada nos atributos ou disposições como inerentes (...). Ao lado dessa tensão que transcende um único recorte e organiza a própria ideia de agente e sujeito, o constructo da cidadania foi, simultaneamente, um conjunto de dicotomias associadas ao gênero, fundamentais para justificar sua exclusão, mas estruturantes do princípio essencial (natural) de esfera pública democrática (ARAÚJO, 2012, p. 155).

Assim, o debate de cotas, impulsionado internacionalmente na década de 1990, potencializou antes de mais nada a reflexão sobre esses lugares construídos histórica e culturalmente, para serem ocupados por homens/por mulheres - público/privado, como vimos anteriormente.

Desta maneira, para o êxito das mulheres nas eleições, há que se elaborar estratégias específicas que problematizem o processo de uma campanha eleitoral e revelem a realidade diferenciada vivida pelas mulheres nestes processos, denunciando a falta de co-responsabilidade dos homens tanto no âmbito partidário como familiar. É parte do feminismo estratégico, segundo Ana María Martínez de la Escalera (2013), reativar falas de saberes submetidos e dessujeitar-se da dominação masculina e da apropriação de um discurso como verdade única.

4.3.1 Sistema Político-Eleitoral e Partidário no Brasil

Para Lúcia Avelar, se as mulheres, que compõem mais da metade da população brasileira, estão sub-representadas nos espaços de poder de decisão política, “temos aí a injustiça da desigualdade política que tende a reproduzir a desigualdade social” (2013, p. 296). A autora tece considerações sobre o fato de que, no Brasil, a literatura que aborda o tema da participação política avançou para a compreensão de que tal participação não se dá unicamente via partidos e disputas eleitorais, mas também pela inserção nos movimentos sociais e órgãos de participação da sociedade civil, como é o caso dos conselhos de direitos.

Os partidos políticos são o veículo mais comum para a representação de opiniões, sendo elas definidas como princípios, ideias e valores. Mas, uma vez que as pessoas diferentemente posicionadas têm experiências, histórias e compreensão do mundo particulares, isto leva às diferenças da perspectiva social (AVELAR, 2013, p. 296).

Contudo, é fundamental que as mulheres estejam nas instâncias de tomada de decisões no interior dos partidos políticos para construírem, nesses espaços, mais um lugar de atuação política. Para José Eustáquio Alves (2012, p. 10) ainda “são os homens que controlam os principais cargos dentro dos partidos e espaços públicos de poder. Controlam também os recursos financeiros e o processo de escolha de candidatos”. Este é mais um dos fatores que interfere negativamente nas campanhas eleitorais das mulheres.

Na opinião do autor, “para aumentar a participação feminina na política no Brasil é preciso alterar a participação das mulheres na estrutura de poder dos partidos políticos” (ALVES, 2012), já que não são obrigatórias as cotas de mulheres nas instâncias partidárias e nem a criação de órgãos internos como secretarias, comitês ou fóruns partidários de mulheres. Deste modo, cada sigla partidária nacional tem autonomia estatutária e regimental para criar ou não as cotas e órgãos internos referentes a participação das mulheres.

Outra questão fundamental a ser problematizada no debate sobre cotas vem associada ao sistema político-eleitoral de cada país. No Brasil vigora o sistema de representação proporcional⁶² para o legislativo - câmaras de deputados federal e estaduais e câmaras municipais de vereadores - em que os partidos apresentam uma lista aberta de candidaturas onde o(a) eleitor(a) escolhe apenas uma pessoa para votar e quem obtiver maior quantidade de votos se elege, numa proporção definida por diferentes coligações entre vários partidos. Araújo (1998, p. 88) avalia que o sistema de representação proporcional tem se mostrado mundialmente favorável ao êxito eleitoral das mulheres. Porém, a lista

⁶² Por meio do sistema de representação proporcional, as vagas (ou cadeiras) do parlamento em disputa - Câmara Federal ou Assembleia Legislativa ou Câmara de Vereadores - são distribuídas para cada partido ou coligação de acordo com a quantidade de votos obtidos.

aberta é um obstáculo para elas, sendo que os resultados são mais favoráveis em sistema de lista fechada, onde quem está votando escolhe um partido ou coligação para votar e são eleitas as candidaturas mais votadas.

Na lista fechada, a disputa acontece entre partidos/coligações diferentes que apresentam um “time” de candidaturas e, o “time” que conseguir mais votos elege mais pessoas. Neste formato, quem se candidata faz campanha com empenho para que o partido/coligação obtenha o maior número de votos possível e assim terá mais chances de se eleger também, o que gera um espírito coletivo e não uma disputa individual, já que os votos irão para uma “cesta” geral. Neste caso potencialmente serão eleitas as pessoas que estiverem colocadas nas primeiras posições da lista fechada.

Já na lista aberta ocorre a disputa entre pessoas de um mesmo partido/coligação, acontecendo uma verdadeira corrida para ver quem faz mais votos. Nessa corrida, a estrutura financeira, a carreira política já constituída com possíveis mandatos parlamentares anteriores, o tempo disponível para a campanha eleitoral, o conhecimento de como se faz uma campanha, o domínio da estrutura partidária e o entrosamento com a militância do partido são determinantes na disputa entre as pessoas que se candidataram por uma mesma coligação/partido. As mulheres, por historicamente terem menos experiência em toda essa vivência, conseqüentemente, saem perdendo.

Por isso nos países em que as eleições proporcionais para as esferas legislativas se dão via lista fechada e em que as mulheres obtêm maior sucesso eleitoral foi estabelecida a alternância de gênero nas posições da lista, a exemplo do caso mexicano que exploramos neste estudo. Deste modo a alternância pode tanto se dar por três homens e uma mulher, dois homens e uma mulher ou um homem e uma mulher, até o final da lista, a depender da cota de gênero nas listas fechadas de cada país. Ou seja, se a cota for de 30% de mulheres, após a apresentação de três nomes de homens na lista aparecerá o nome de uma mulher. Se houver cota de paridade na lista fechada esses nomes deverão vir com a alternância de uma mulher/um homem ou homem/uma mulher.

O sistema eleitoral com maior potencial de sucesso para mulheres, conforme apontam os estudos, tem sido este da lista fechada com alternância de gênero. A Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal (2013, p. 37) indica que, na América Latina, países

como Costa Rica e Argentina adotaram esse modelo de disputa eleitoral para o legislativo e, nas câmaras dos deputados federais o primeiro contava, em 2010, com 38,6% de mulheres e o segundo apresentava, em 2011, o percentual de 38,4% de mulheres deputadas federais (idem, p. 42). Para Avelar (2013, p. 301), “os sistema de cotas se atrela às regras da representação, favorecendo ou não a representação feminina”.

Assim, há um consenso entre as mulheres que hoje compõem a Bancada Feminina no Congresso Nacional em defender a lista fechada com alternância de gênero para as disputas eleitorais proporcionais no projeto de reforma eleitoral que tramita nas casas legislativas de Brasília. Marlise Matos reitera o posicionamento das feministas em relação à reforma eleitoral e argumenta:

A defesa pelas feministas da lista fechada se coloca na direção de uma maior democratização partidária. Contudo, como sabemos que os partidos também são instituições masculinas, só faz sentido a aprovação da lista fechada se vier acompanhada da alternância de sexo – e, de preferência, da observância de critérios étnico-raciais. Do contrário, tais ‘minorias sociais’, mais uma vez, ocuparão o final das listas e não conseguirão, mais uma vez, se eleger (MATOS, 2011, p. 47).

A ineficiência da lei de cotas no Brasil, portanto, não pode ser avaliada a partir de um único fator, mas sim com base em uma contextualização sócio--histórica da constituição da sociedade brasileira e do sistema político-eleitoral-partidário adotado no país, que não potencializa equitativamente o êxito eleitoral das mulheres.

Adotar a política de cotas para garantir vagas nos espaços legislativos é uma das ações afirmativas de suma importância para acelerar o processo de inserção das mulheres na esfera político-partidária. Para Alves (2012, p. 11), é fundamental que se pensem estratégias neste sentido, pois a partir de seu estudo sobre a quantidade de mulheres eleitas às câmaras municipais de vereadores de 1992 a 2012, constatou que “o avanço foi, em média, de 1% no percentual de eleitas a cada eleição. Neste ritmo, a paridade de gênero nos espaços de poder municipais vai demorar 148 anos no Brasil”.

Dentre os principais fatores que impedem e/ou limitam a participação das mulheres na política eleitoral brasileira - a partir das constatações na revisão bibliográfica sobre o tema, nas entrevistas que realizamos para fins desta investigação e na experiência da pesquisadora como sujeito cognoscente - podemos citar os seguintes: a) o sistema político-eleitoral no Brasil, com listas abertas de candidaturas, altamente desfavorável para as mulheres que disputam uma vaga; b) os partidos/coligações seguem indicando uma quantidade razoável de mulheres como “laranjas” apenas para compôr as listas, sem condições efetivas de êxito eleitoral; c) os partidos políticos, apesar de cumprirem a legislação eleitoral de cotas, não priorizam as candidaturas das mulheres, não buscam sua sustentabilidade financeira e estrutural durante o processo de eleições; d) as candidatas não contam com o apoio da sociedade em geral, que vota preferencialmente em quem tem mais chances de ser eleito, nesse caso, majoritariamente, os homens; e) aliada a essa falta de apoio, as mulheres enfrentam maiores dificuldades para conciliar compromissos familiares com campanhas eleitorais. Diferente do que acontece com maioria dos homens, que se dedicam exclusivamente à campanha, elas acumulam a jornada doméstica e de cuidados com as crianças; e, f) apenas recentemente (em 2012) as cotas se tornaram obrigatórias e só a partir de então começamos a ter mais mulheres como alternativa para se votar. Mesmo assim 70% das opções são homens. Obviamente não serão eleitas todas as candidaturas, sendo que já são apenas 30%, resultando no cenário atual.

Lúcia Avelar acrescenta ainda outra reflexão sobre os obstáculos para as mulheres ascenderem aos espaços de poder:

Vemos, claramente, um veto à entrada das mulheres, o que configura, no plano eleitoral, uma representação não democrática. O veto nos reporta ao conjunto de regras e normas do sistema eleitoral que preserva a continuidade da ‘velha elite’ ou oligarquias partidárias. A entrada de outros postulantes é vista como um conflito, uma competição entre grupos, mais uma entre as que já existem internamente aos partidos (AVELAR, 2013, p. 300-301).

A entrada das mulheres nos parlamentos não acontece automaticamente com a obrigatoriedade das cotas para as disputas

eleitorais em listas abertas. Requer um grande empenho por parte das mulheres e se transforma em uma necessidade coletiva que raramente contará com a parceria masculina, uma vez que “no caso da política há um número fixo de parlamentares; se queremos mais mulheres há homens que terão que deixar seu posto e, em geral, lhes custa bastante abandonar a sala” (Astelarra, 2003, p. 34). Imaginemos o caso das cotas que estabelecem a reserva de cadeiras no parlamento: em Florianópolis, os homens iriam perder 30% do seu espaço de poder na Câmara de Vereadores e, numa situação inédita, iriam vivenciar a troca de experiências legislativas com um grupo numericamente razoável de mulheres. Assim, ao invés de estarmos com um grupo formado por 22 homens vereadores, teríamos 6 mulheres vereadoras e 16 homens. Nessa proporção hipotética na Câmara Federal teríamos 154 mulheres deputadas federais (e não somente 51) e 359 homens, do total de 513 parlamentares; no Senado ao invés de termos apenas 11 mulheres, teríamos 24 senadoras e 57 senadores dentre os 81 parlamentares que compõem a chamada “Câmara Alta” do país.

4.3.2 Reforma Política e Desafios que Persistem

A possibilidade de uma reforma política que modifique a legislação eleitoral em vigor encontra grande resistência na atual composição do Congresso Nacional brasileiro, pois, dentre as mudanças mais importantes solicitadas tanto pelos partidos políticos de esquerda como por parte bancada feminina e movimentos de mulheres⁶³, está o financiamento público das campanhas eleitorais e a candidatura parlamentar por lista fechada preordenada com alternância de gênero. Tais mudanças seriam substanciais para potencializar o êxito eleitoral feminino nos espaços legislativos.

No ano de 2015, foi sancionada pela presidenta Dilma Rouseff uma nova configuração de financiamento privado de campanhas eleitorais, limitado o aporte de recursos financeiros somente por pessoas físicas. Portanto, a partir das eleições que acontecerão em 2016, não será mais possível receber ou doar qualquer tipo de apoio financeiro dado por empresas. Procura-se com isso coibir um absurdo *modus operandi*

⁶³ Ressaltamos que não há consenso na Bancada Feminina do Congresso Nacional sobre financiamento público de campanha eleitoral, pois prevaleceram as deliberações e interesses partidários em detrimento dos interesses das mulheres nesta questão.

que corrompeu grande parcela da política no país. Sendo assim, através do fundo partidário, oriundo de recursos do Orçamento da União e multas eleitorais, e do apoio individual de pessoas físicas, as candidaturas receberão recursos para suas disputas eleitorais. Certamente é necessário uma fiscalização intensa e a regulamentação do repasse equânime, por parte dos partidos, para não gerar aporte demasiado de recursos em uma ou outra candidatura, deixando as demais sem recursos.

Em relação à reforma política, Marlise Matos (2011, p. 44) é taxativa em sua opinião:

Entendo e defendo que o debate sobre reforma política atualmente se constitui em elemento-chave para a crítica – necessária e urgente – à forma como as relações sociais vem estruturando há séculos o sistema político brasileiro. Se desejamos um formato de Estado menos patriarcal, menos patrimonial e menos oligárquico, e também no qual as práticas experimentadas sejam de menos nepotismo, menos clientelismo, menos personalismo e menos corrupção, parece urgente que o maior número possível de cidadãos entre no debate e possa melhorar sua condição de sub-representação política. Predomina ainda no Brasil uma discussão sobre essa reforma, reduzindo-a a um sentido restrito do sistema político-eleitoral e político-partidário que envolve a representação política, esquecendo-nos de debatê-la em seu sentido amplo, envolvendo todas as práticas políticas.

A reforma política apresenta-se como crucial para aumentar o índice de mulheres tanto na esfera da participação política nos movimentos sociais como nos espaços parlamentares do Brasil. Isto nos remete a uma leitura contextualizada, pois, como mencionado anteriormente nos aspectos que dificultam a participação das mulheres no cenário político-eleitoral e partidário, um traço em comum nos chama a atenção: o protagonismo masculino como central para o baixo número de mulheres nos espaços de poder político no país.

Primeiramente, em rápida análise nas composições das direções partidárias, ficará nítida a constatação da hegemonia dos homens como

dirigentes destas instituições políticas. Pode até haver uma boa quantidade de mulheres filiadas, mas a grande maioria destas dedica-se às tarefas de “base” e não costuma exercer cargos de articulação e protagonismo político nos partidos, o que ainda demonstra a falta de sensibilidade para as questões de gênero.

Além disso, para cada mulher que for eleita vereadora (ou prefeita), um homem deixa de sê-lo, então por mais que se digam favoráveis à maior participação feminina na política, muitas vezes quando percebem que isso coloca em risco o seu posto de vereador/deputado recuam e já não são tão favoráveis assim, o que implica notar que há um limite em suas defesas da equidade de gênero no parlamento.

Um dos motivos que justifica a contradição entre o aumento de candidaturas de mulheres de um lado e, por outro lado, a estagnação no percentual de eleitas, é que se corrobora que sejam priorizadas (financeira e estruturalmente) campanhas de candidaturas mais fortes, com maior potencial de vitória, o que geralmente se materializa num, ou mais, candidatos masculinos, considerando a histórica participação dos homens nos espaços públicos como lideranças. Consequentemente, as mulheres haverão de ter abnegado entendimento de que este é o processo e de que talvez numa próxima eleição chegue a sua vez. Neste sentido Matos assevera: “A incompletude da cidadania feminina, mesmo que a maioria masculina não aceite ou pretenda ignorar esse fato, é a incompletude da cidadania humana, da experiência humana de direitos numa dimensão de emancipação e justiça” (2013, p. 232).

Por fim um dos mais fortes entraves que se apresenta para as mulheres tornarem-se lideranças públicas está na instituição família, que solicita sua dedicação, cobra os momentos de ausência e não perdoa as consequências de uma possível “desestruturação” familiar diante do fato da mulher ter optado por entrar no espaço da política. Quando candidatas, a maciça maioria não conta com o apoio do companheiro para os afazeres domésticos, as compras no supermercado, o vai e vem com a rotina das crianças; tudo isso soma-se às atividades de campanha política, dificultando enormemente sua dedicação exclusiva à própria eleição. Elas geralmente tampouco contam com o envolvimento de familiares em sua campanha, e é extremamente raro encontrar um marido fazendo campanha, distribuindo panfletos de divulgação da candidata e pedindo votos para a esposa. Já quando a candidatura é do homem/do pai/do marido, o que se vê é toda a família engajada no êxito

eleitoral dele, e este nada tem a preocupar-se a não ser a disputa eleitoral - dedica-se integralmente e é apoiado para tal empreitada.

Algumas autoras sugerem, a partir da análise da cultura política da sociedade, que os comportamentos masculinos de caráter machista constituem nítidos movimentos de boicote (Amorós, 2008) ou de veto (Avelar, 2013) às candidaturas de mulheres. De acordo com Célia Amorós, há uma espécie de “pacto entre varões” e a base material do patriarcado continua vigente - apesar de que academicamente, nas últimas décadas se consolidou o uso da categoria gênero como conceito relacional, conforme já vimos. Este pacto entre varões consiste num conjunto de relações de interdependência e solidariedade entre homens frente a determinados contextos ou espaços. Na opinião desta autora, a subordinação de classe a que parcelas dos homens estão submetidos uns aos outros não “chega a impedir que os varões, em seu conjunto, dominem o conjunto das mulheres. Os varões controlam a força de trabalho das mulheres” (Amorós, 2008, p. 40), interferindo conseqüentemente em todas as esferas de atuação das mulheres, inclusive na vida política e possíveis êxitos eleitorais.

O que nos faz falta, na perspectiva de um horizonte político, seria a concretização de um pacto entre as mulheres para que as candidatas obtenham mais apoio e solidariedade e para que mulheres votem maciçamente em mulheres com toda a confiança necessária. O pacto teria continuidade quando as eleitas se mantivessem comprometidas com as reivindicações em prol da defesa e a promoção dos direitos das mulheres, com vistas a políticas com equidades de gênero e impulso da cidadania real para as mulheres⁶⁴.

Diante dos obstáculos aqui levantados, que dificultam a participação e permanência das mulheres no mundo político-partidário-eleitoral, Marlise Matos (2013, p. 327) apresenta, a partir de sua experiência como pesquisadora, um esquema de barreiras ao acesso à política e êxito eleitoral de mulheres conforme reproduzo a seguir:

⁶⁴ Adiante debateremos mais detidamente a importância para as mulheres de se consolidar pactos intergêneros e intragêneros.

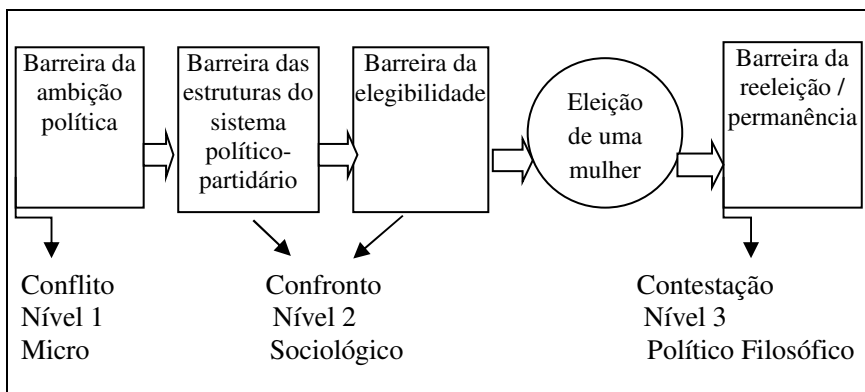


Figura 2 – Barreiras enfrentadas por mulheres no campo político-eleitoral

Fonte: MATOS, Marlise (2013, p. 327)

Portanto, ao analisar esse esquema de causalidades de Matos (2013), notamos que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para participarem da política partidária e eleitoral fazem parte de um complexo conjunto de obstáculos, que atuam de forma simultânea e imbricada, fazendo-se presentes em três grandes níveis: - **nível micro**, abarca os condicionantes subjetivos que constroem/não constroem a vontade e possibilidade de participar da cena política, envolvendo todos os determinantes da vida familiar e doméstica, além do desejo individual; - **nível sociológico**, envolve desde o conjunto de regras dos sistemas político-partidário e eleitoral vigentes até os problemas singulares que envolvem as campanhas das mulheres e o seu êxito/derrota eleitoral, tais como o financiamento e estruturação que o partido dedica à campanha de determinadas candidaturas em detrimento de outras, assim como a parceria familiar nos trabalhos domésticos para potencializar o tempo que a mulher destina à sua campanha, dentre inúmeros outros fatores. Por fim, tendo o êxito eleitoral, a nova barreira que se apresenta, é a do **nível político filosófico**, onde prosseguem operando os mecanismos de exclusão das mulheres nos momentos ou debates em que as decisões são mais importantes no campo político formal, o que faz com que elas geralmente fiquem em “nichos” de atuação de matizes femininos, como as áreas da seguridade social e família, saúde, direitos humanos, educação, dentre outras áreas politicamente menos valorizadas.

É recorrente entre as mulheres que participam da política partidária, as que são parlamentares e aquelas que atuam nos

movimentos feministas e de mulheres, a opinião de que temos ainda um cenário...

incompleto de efetivação da cidadania política das mulheres em nosso país. Não é mais possível negar os diversos e diferenciados processos e mecanismos de exclusão política das mulheres. Valores tradicionais e conservadores sobre as relações de gênero e a política são parte inerente desses mecanismos. Precisamos desconstruí-los e pavimentar um outro caminho para as mulheres candidatas e eleitas no Brasil (MATOS, 2013, p. 331).

Mesmo diante de um contexto tão adverso nos espaços de decisão política, os movimentos feministas alcançaram importantes vitórias no terreno da participação das mulheres na vida pública e da sua autonomia econômica, transformando ao longo do século XX, de modo incomensurável o comportamento feminino, de tal forma que a grande revolução deste século, segundo Perry Anderson, não é outra senão o feminismo⁶⁵.

Foi na segunda metade deste século que importantíssimos encontros internacionais foram realizados a fim de debater a necessária equidade de gênero, como nos trazem Prá e Epping (2012, p. 46), “nos quais os governos nacionais se comprometeram a promover a igualdade de gênero na formulação de políticas e programas públicos”. Para as autoras,

a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw, 1979), o Programa de Ação do Cairo (1994), a Plataforma de Ação de Pequim (1995) e as metas acordadas internacionalmente na Declaração do Milênio (2000), identificaram ‘a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher’ como condição vital para a consecução de todas as outras metas. Em nível regional, os mandatos mais pertinentes vêm da Convenção de Belém do Pará sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1994). No Brasil, o documento Estratégias da Igualdade (1997) e o I e o II Plano

⁶⁵ Citado por Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti (2005, p. 244).

Nacional de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007) oportunizaram a maximização dos conteúdos de instrumentos internacionais (mundiais, interamericanos e regionais) de reconhecimento e defesa dos direitos das mulheres (PRÁ e EPPING, 2012, p. 46-47).

Em que pesem as inegáveis conquistas para a vida das mulheres - tanto do ponto de vista legal como comportamental e cultural, a exemplo do acesso a educação -, ainda persistem muitos desafios, e novas estratégias precisam ser pensadas ou recriadas a fim de enfrentar as diversas formas de discriminação e de opressão que marcam o cotidiano feminino, das quais destacamos: a violência doméstica e sexual, a desigualdade salarial entre homens e mulheres para trabalho igual, o uso da imagem das mulheres pelas peças e propagandas comerciais para venda de produtos, a sobrecarga do trabalho com as tarefas do cuidado da casa e da família, o déficit da presença de mulheres nos espaços político-eleitorais e de poder, inclusive no judiciário, na iniciativa privada, dentre outros.

Talvez, essas discriminações estejam se dando de modo mais velado, menos perceptível, fazendo com que no imaginário coletivo prevaleça a ideia de que as mulheres podem fazer tudo o que quiserem, que o machismo acabou e que hoje se vive em condições de igualdade entre homens e mulheres, o que lamentavelmente não condiz com a realidade.

Porém, como sabemos, a sociedade brasileira ainda não superou as marcas culturais de sua construção sócio-histórica que separou na dicotomia público/privado os espaços de atuação de homens/mulheres, impingindo sobre elas uma situação estrutural de discriminações e opressões. Estas discriminações e opressões há décadas são contestadas pelos movimentos de mulheres e feministas, que propõem uma série de políticas públicas com equidades de gênero, a fim de contribuir para o rompimento desta lógica estruturante que faz perdurar o machismo na atualidade. Tais políticas públicas precisam ser pensadas e implementadas pela ótica da intersectorialidade (diferentes áreas/setores) e interseccionalidade (conexão entre variadas formas de opressões como

gênero, raça/etnia, classe, geração, orientação sexual...), conforme nos mostram algumas autoras que abordam especificamente essa temática.⁶⁶

Segundo Alves, os atuais percentuais de mulheres no cenário político-partidário no Brasil são discrepantes com sua marcante atuação em outros campos de atividades:

Elas são maioria da população, maioria do eleitorado, já ultrapassaram os homens em todos os níveis de educação e possuem uma esperança de vida mais elevada. As mulheres compõem a maior parte da População Economicamente Ativa (PEA) com mais de 11 anos de estudo e são maioria dos beneficiários da Previdência Social. Nas duas últimas Olimpíadas (Pequim e Londres) as mulheres brasileiras conquistaram duas das três medalhas de Ouro. Portanto, a exclusão feminina da política é a última fronteira a ser revertida, sendo que o déficit político de gênero em nível municipal não faz justiça à contribuição que as mulheres dão à sociedade brasileira (ALVES, 2012, p. 11).

Potencializar ações para a efetivação de políticas públicas que visem prevenir e coibir as discriminações é uma das estratégias, assim como são estratégicas as políticas de ações afirmativas, a exemplo das cotas, para forjar a construção de espaços de poder, de tomadas de decisões políticas, em que as mulheres estejam atuando em maior quantidade, quiçá em paridade com homens. Deste modo seria possível potencializar a edificação de novos padrões de comportamentos, reestruturando a assimilação cultural e aprendendo a valorizar os espaços públicos/privados longe da dicotomia, mas como espaços comuns para o conjunto das pessoas que compõem essa sociedade.

Cada uma das seis mulheres que exerceram o mandato de vereadoras titulares em Florianópolis tiveram diferentes graus de envolvimento com os movimentos de mulheres e o feminismo. Inclusive duas delas não estabeleceram aproximação com as questões feministas, como poderemos observar mais detidamente a seguir. O não envolvimento com as demandas feministas, desde já pontuamos nosso

⁶⁶ Dentre as quais destacamos: Mattos (2012), Lolatto e Lisboa (2012), Macedo (2008), Lisboa (2005), Piscitelli (2002).

entendimento, não implica necessariamente em uma atuação parlamentar de menor importância ou empenho; trata-se tão somente de uma peculiaridade que, em razão da temática deste estudo, é fundamental analisar. Sobre essas e outras questões é que refletiremos nas próximas páginas.

5 ATUAÇÃO PARLAMENTAR E APROXIMAÇÕES COM O FEMINISMO DAS EX-VEREADORAS TITULARES DE FLORIANÓPOLIS

Neste capítulo abordaremos inicialmente como as mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis se aproximaram (ou não) do feminismo, o que entendem por este movimento e o processo de empoderamento pelo qual passaram no interior dos partidos políticos e do legislativo municipal, bem como as implicações no compartilhamento das tarefas domésticas durante o exercício da vereança.

Em seguida analisaremos as contribuições dos mandatos dessas parlamentares para a visibilidade das questões de gênero, reivindicações feministas e os desafios para uma representação substantiva das mulheres. Também levantaremos as possíveis estratégias para a maior participação das mulheres nas esferas de poder político, trazendo para o debate a possibilidade de estabelecimentos de pactos intra e intergêneros. Essas reflexões serão apresentadas numa análise que considera as falas das entrevistadas, dialogando com a literatura sobre o tema e as observações da pesquisadora.

Por fim trataremos a percepção das entrevistadas sobre a avaliação que elas fazem de seus mandatos parlamentares e sua própria trajetória política, a que se dedicam atualmente e seus planos para o futuro.

5.1 APROXIMAÇÕES COM O FEMINISMO: CONCEPÇÕES E POSSÍVEIS IDENTIFICAÇÕES

É interessante observar, a partir dos depoimentos das entrevistadas, que aquelas que de alguma maneira se aproximaram do feminismo, o fizeram depois de já estarem filiadas aos seus partidos políticos, como veremos na sequência.

Clair Castilhos diz que em sua primeira campanha eleitoral (1982), a questão da “libertação das mulheres” já aparecia nos panfletos de divulgação da candidatura, como uma das bandeiras gerais que defenderia enquanto vereadora. Diz ainda que, como vimos anteriormente, entendia-se “as mulheres negras como triplamente exploradas por serem mulheres, pobres e negras” de modo que, mesmo sem sistematização acadêmica, pautavam a interseccionalidade das opressões. No entanto, segundo ela, essa e outras questões relacionadas

às demandas das mulheres ainda não estavam sendo vistas por ela própria como “feministas”, mas como “direitos iguais, de um modo genérico”. Sobre sua aproximação com o feminismo, Clair nos conta:

Quando fui eleita eu não era feminista propriamente, refletia mais nas diferenças sociais como um todo. Me tornei feminista consciente entre 03 e 05 de março de 1983, quando escrevi meu primeiro discurso sobre a luta e a realidade das mulheres. Esse discurso surgiu porque em fevereiro de 83, recém eleita, fui convidada para um encontro nacional, no Rio de Janeiro, que reuniu as parlamentares eleitas, organizado por feministas como Jacqueline Pitanguy, Branca Moreira Alves e Danda Prado, para debater aborto e contracepção. Estavam lá deputadas federais, estaduais, vereadoras e até a senadora Eunice Michelis. Para mim esse encontro foi maravilhoso: tive acesso a textos feministas que desconhecia, fiquei fascinada, me apresentaram um mundo novo de opressões e lutas. Voltei empolgada com as questões da saúde e sexualidade associada à história do corpo das mulheres, tudo fez mais sentido para mim. Foi quando ouvi falar em queima das bruxas e do peso da inquisição às mulheres, eu já tinha 38 anos. Ao retornar imediatamente fiz um requerimento de sessão em homenagem ao 08 de março, a primeira a ser realizada na Câmara aconteceu em 07 de março de 1983. Foi uma ‘sessão especial’ e, como fui a proponente, eu falaria em nome da bancada do PMDB. Então que escrevi “Mulheres em luta”⁶⁷, o primeiro discurso feminista de Florianópolis que se tem registro, falando sobre a opressão das mulheres. Quando terminei o discurso e levantei a cabeça, vi que eles estavam ‘cho-ca-dos’ (risos). O Rogério Queiroz (vereador do PMDB) ficou tão maravilhado que pediu a impressão do texto e 2 mil exemplares foram distribuídos em órgãos públicos da cidade. A

⁶⁷ O discurso completo pode ser encontrado na publicação de Clair Castilhos intitulada “Reflexões sobre Mulheres e Política” (2013).

partir daí virei a vereadora das mulheres, porque no discurso coloquei as principais bandeiras do feminismo e já me coloquei como feminista.

Desde então Clair Castilhos diz que se envolveu cada vez mais com os movimentos feministas, participava dos encontros nacionais e, junto com um grupo de mulheres que frequentava seu gabinete parlamentar, fundou a primeira organização feminista⁶⁸ de Santa Catarina:

Fui uma das fundadoras da Casa da Mulher Catarina em 1988-89. Apesar de ter iniciado a articulação via mandato sempre tivemos a preocupação e o cuidado de ser uma organização feminista sem vínculos partidários. As suas integrantes são ou não de quaisquer partidos políticos, mas a instituição jamais atuou em uma campanha. As pessoas, enquanto indivíduos, sempre tiveram liberdade de apoiar quem bem entendessem. Outra frente de mulheres que era presente em meu mandato foi o movimento das mulheres negras, principalmente com a Sociedade Cultural Antonieta de Barros. Estávamos juntas, nos fortalecíamos e eu pude aprender muito com essas mulheres negras. E assim foi com grupos de mulheres de várias entidades, porque meu mandato juntava essas áreas da saúde, do meio ambiente e das mulheres como as principais áreas de concentração.

Já Zuleika Lenzi teve seus primeiros contatos com os movimentos de mulheres via seu partido político – o PMDB - ainda na década de 1980, tendo Clair Castilhos como uma de suas referências, conforme relata:

A Clair conhece bem as histórias daqueles primeiros grupos de discussões. Inicialmente fazíamos as leituras, discussões, mais tarde

⁶⁸ Sobre a história e trajetória da Casa da Mulher Catarina indicamos os textos da revista impressa “Mulher Catarina”, dezembro/2004, ano 1, n. 1, p. 01-36, publicada por ocasião das comemorações dos 15 anos da instituição.

conseguimos formar o PMDB Mulher aqui em Santa Catarina, que é o movimento de mulheres do partido, e então comecei a conhecer o feminismo. É uma das áreas que sempre gostei muito de participar e me aproximei mais com o tema das relações de trabalho das mulheres, as questões relacionadas à pesquisa da remuneração do trabalho da mulher, os tipos de trabalhos, isso sempre me chamou a atenção e me levou a estudar mais sobre essa temática, tanto que criamos o ICESPE, tendo como um de seus focos as pesquisas nessa área.

É interessante observar que os estudos feministas analisam o mundo do trabalho sob a ótica da divisão sexual do trabalho, evidenciando as leituras críticas sobre o que a sociedade estabeleceu como trabalho produtivo ou trabalho doméstico não valorizado. Portanto para o conceito de trabalho, os movimentos feministas, a partir de meados da década de 1970, diz Maria Betânia Ávila (2013, p. 231), iniciaram um debate de reestrutura conceitual, a fim de ter essas duas esferas – do trabalho produtivo e trabalho doméstico – como “parte de um processo político e de uma prática de produção do conhecimento”.

Em meio a esse contexto, Zuleika se insere nos estudos do mundo do trabalho para as mulheres e até hoje continua se dedicando a essa área. Mantém-se como uma das coordenadoras do Instituto Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos – ICESPE, que, por sua vez, oferece cursos de formação política para mulheres, trazendo importantes nomes do feminismo nacional para proferir palestras e reunir mulheres em geral, com ou sem partidos políticos, debatendo diferentes temáticas, em várias regiões do estado de SC.

Lia Kleine diz que seu envolvimento com o feminismo se deu em paralelo a sua atuação partidária junto com as mulheres do PCdoB, que sempre estavam presentes em suas campanhas eleitorais e a subsidiavam nesses debates. Com o tempo, afirma ela, foi compreendendo o quanto as mulheres foram oprimidas e que isso fez nascer um sentimento de indignação. Antes mesmo de ser eleita já se identificava como feminista, pois já tinha vivido duas campanhas eleitorais e sabia das diferenças enfrentadas pelas mulheres enquanto candidatas. Mas depois de eleita vereadora ela conta que...

Me via como feminista sem dúvida e ajudei a fundar, em 1997, o núcleo da União Brasileira de Mulheres (UBM)⁶⁹ aqui em Santa Catarina. Essa organização foi um esteio para minha atuação enquanto vereadora feminista, porque muitas questões que eu não tinha acúmulo teórico para debater fui conhecendo ali, militando na UBM e trocando idéias com outras feministas que conheciam em profundidade temas como a questão do aborto como um direito da mulher, a violência doméstica ou a participação política das mulheres. Participei de vários encontros feministas nacionais, estudei, aprendi muito e tinha essa frente de atuação como uma das marcas de meu mandato de vereadora. Desde antes de ser eleita vereadora eu já era chamada a fazer palestras sobre as desigualdades e discriminações que as mulheres enfrentam e isso prosseguiu durante e depois do mandato por um bom tempo. A partir do momento que nos vemos como feministas enxergamos a realidade da vida das mulheres de um modo muito singular.

Angela Albino conta que teve aproximação com o feminismo logo após sua filiação partidária ao PCdoB. Assim como Lia Kleine, também ela se envolveu com as mulheres militantes do partido que faziam o debate de gênero:

Antes de ser candidata, quando me filiei ao PCdoB, em 2002, fui muito bem recebida pelas mulheres do partido e lembro que em nossas conversas pensávamos formas de ter mais protagonismo. Percebíamos que nos partidos políticos só homens mandavam e as mulheres ficavam ouvindo, ao ponto de um dia listarmos as cinco pessoas com maior poder de decisão dentro do PCdoB aqui do estado e nenhuma era mulher. Na época consideramos que a Dóris era a sexta

⁶⁹ Para saber mais sobre a UBM, sugerimos consultar o sítio eletrônico <http://www.ubmulheres.org.br/>, onde consta sua história e trajetória desde a fundação em 1988 e como se estrutura em coordenações regionais nos estados de todo o país.

peessoa mais influente nas decisões importantes. Foi quando formamos um grupo de mulheres, chamamos de 'fração de mulheres do PCdoB de Florianópolis'. Nos reuníamos para discutir desde atividades de rua com os movimentos de mulheres até questões do partido e votações que vinham pela frente. Um pouco mais adiante comecei a participar da UBM, porque muitas mulheres do PCdoB participavam dessa organização feminista, e aprendi bastante indo para vários encontros feministas nacionais. O movimento sindical, onde eu atuava naquele tempo, era muito masculino, entrei no partido e também era muito masculino. As mulheres nesses espaços não conseguem ainda ter voz ativa, então quis muito isso: junto com outras mulheres fomos cavando maior protagonismo. Assim fui me envolvendo com o feminismo, conhecendo e defendendo as reivindicações. Desde que fui eleita me senti responsável, e faço questão de colocar meus mandatos parlamentares como porta-voz dos movimentos feministas, da defesa dos direitos das mulheres, dos movimentos negros e LGBTs.

Em minha experiência de militante tive a oportunidade de acompanhar o amadurecimento de Angela Albino para as questões de gênero e a interseccionalidade das discriminações. Inicialmente sentia-se incomodada, assim como outras militantes, pela pouca valorização que tinham as mulheres nos espaços de decisão partidária, mas logo esse incômodo foi ganhando conotações de indignação para resultar em conhecimento dos processos discriminatórios e busca de estratégias para transformar. Mesmo que limitada ao âmbito local, Angela sempre buscou articular-se com as mulheres do partido e do movimento feminista para coletivamente conquistarem mais protagonismo interno. Quando foi eleita vereadora, em 2004, contou com grande apoio, tanto das militantes do partido como das integrantes dos movimentos de mulheres de Florianópolis. O seu compromisso com a causa das mulheres tornou-se uma marca na sua trajetória política, presente nos mais diversos espaços políticos em que atua, seja uma reunião do partido, uma atividade sindical, no cargo de Secretária de Estado onde esteve por poucos meses ou em seus mandatos parlamentares posteriores

à vereança - na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e na Câmara Federal.

Com exceção de Clair Castilhos, a entrada para o feminismo de Zuleika, Lia e Angela ocorreu pela via da militância partidária, anterior ao mandato de vereadoras. Zuleika relembra os famosos “grupos de estudos” presentes no Brasil nas primeiras décadas de organização feminista. Lia pontua que, na metade dos anos de 1990, ainda não havia uma pauta mais consistente sobre a participação das mulheres na política, mas os debates em torno do tema ‘violência contra as mulheres’ eram bastante difundidos e teve suporte do seu partido para lhe orientar politicamente nas questões de gênero durante seu mandato parlamentar. Enquanto que Angela Albino, já com uma fala mais elaborada em torno da necessidade do protagonismo das mulheres, relata que uma vez percebendo, junto com as militantes de seu partido, as dificuldades de protagonismo das mulheres nas direções partidárias e de sindicatos, passou a sentir-se responsável por potencializar mudanças. Desde que foi eleita pela primeira vez, seus mandatos parlamentares sempre priorizaram espaço para os movimentos de mulheres, população negra e LGBT.

Jalila El Alchkar referiu que durante a sua participação na ECO 92, acontecida no Rio de Janeiro, teve contato com grupos de mulheres, no entanto nunca teve um envolvimento mais específico com as demandas ou reivindicações feministas. Essa área não foi uma frente de atuação de seu mandato parlamentar, pois concentrou-se nas questões ambientais.

E o mesmo ocorreu com Ângela Amin, que publicamente se colocava como “feminina e não feminista”. Sua atuação no parlamento se direcionou e abrangeu outras questões importantes, relacionadas a educação, crianças, habitação e mobilidade urbana.

As temáticas priorizadas por Jalila – meio ambiente, e por Angela Amin - educação, mobilidade e habitação - certamente poderiam demandar uma transversalidade de gênero nas políticas públicas para enfrentamento dessas questões, porém, isso não desmerece o empenho que essas parlamentares tiveram em seus mandatos.

Depoimentos significativos foram dados sobre o entendimento do que seria ‘feminismo’ para nossas entrevistadas. Clair Castilhos insiste em mencionar a superação do pensamento patriarcal:

Para mim o feminismo é uma opção política, de luta pela emancipação do feminino, visa superar o

pensamento patriarcal de dominação da mulher como pessoa, em defesa de nossos direitos desde os mais amplos de cidadania até os direitos reprodutivos e sexuais, nossa participação na política e no mundo do trabalho. O feminismo se caracteriza por todo um movimento para que a mulher esteja participando da vida social e política em condições igualitárias, sendo respeitadas suas diferenças. Ou seja, o fato de ser mulher não significa ser inferior ao homem. Sou diferente em alguns aspectos e essas diferenças não podem ser consideradas inferioridades. Essa me parece ser a principal característica dos movimentos feministas. E o fato de mulheres e homens manifestarem suas emoções de modo diferente - como por exemplo a maioria das mulheres choram mais ou demonstram sua irritação, são mais afetivas, enquanto a grande parte dos homens são mais incisivos, frios, expressam menos afetividade ou demonstram as emoções de outros modos - são diferenças humanas no modo de se expressar, não significa que uma seja melhor que a outra. Mas ao longo do tempo, nessa sociedade patriarcal, o comportamento feminino e as atividades tidas como papel das mulheres foi sendo desvalorizado, menosprezado e inferiorizado. Desvalorizaram as manifestações das emoções das mulheres.

Para Zuleika Lenzi, o feminismo é uma prática cotidiana que assumimos em nossas ações. Destaca a crescente adesão de mulheres jovens ao movimento:

Feminismo é o que nós temos praticado, todas essas ações que vamos construindo em parceria entre os movimentos de mulheres, com o objetivo de construir um tipo de sociedade balizada em mais igualdade, justiça social e de transformação das relações opressoras. O feminismo me ensinou muito, embasou minhas atividades. Por meio desses ensinamentos construímos atividades de formação política, no ICESPE por exemplo, reunindo mulheres de todas as idades. Estou

contente porque, nas palestras que tenho ministrado ultimamente, vejo que tem aumentado a quantidade de mulheres jovens que se identificam como feministas. Isso não acontecia nos anos 90 e início de 2000, mas agora parece que cresce a presença das mulheres jovens, o que é bem importante ao pensarmos no feminismo como bandeira de luta pela igualdade de condições entre mulheres e homens.

Lia Kleine compreende o feminismo como um movimento social de transformação da sociedade em busca da igualdade de condições entre homens e mulheres. Ela nos diz:

Eu sou feminista há muito tempo, desde que comecei a ter uma consciência política mais consolidada. E acho que o movimento é importantíssimo, se não houvesse um movimento organizado nós mulheres estaríamos muito mais atrasadas em termos de conquistas e de comportamento social mesmo. E penso que o feminismo é bastante novo do ponto de vista histórico mas já alcançou importantes vitórias. Vai demorar para chegarmos num estágio de real igualdade, mas esse é o rumo, isso tem que nos guiar e temos que trabalhar para isso já, tanto no espaço pessoal como no espaço público. É o pessoal e o político juntos sempre.

Angela Albino avalia que o feminismo é uma luta essencial para a humanidade. Conforme nos relata, ser feminista para ela implica em

estar na luta para criar mais protagonismo para as mulheres, ou como nos ensinou Teresa Kleba: lutar para o empoderamento das mulheres. Pela característica típica do feminismo, não queremos trocar o mando do campinho; buscamos o fim do campinho porque essa história é muito chata. O movimento feminista é um movimento transformador, principalmente se pensarmos na questão comportamental. Eu, hoje mais madura, vejo o feminismo como uma luta essencial da humanidade, não como uma luta só das mulheres,

mas como uma das muitas lutas essenciais na sociedade, como é por educação, saúde, meio ambiente, pelo respeito a diversidade sexual e étnica. São lutas da humanidade. São questões que nos tornam de fato humanos. O feminismo com suas bandeiras, é uma dessas lutas essenciais para nos tornar pessoas mais livres e felizes.

Para a maior parte de nossas entrevistadas, o feminismo é um movimento que visa superar a situação de desigualdade entre homens e mulheres. Certamente, como enfatiza Maria da Glória Gohn (2007), somos “atrizes” em movimento, resistindo às opressões, lutando contra a exploração e a violência, tanto com ações coletivas como individuais.

Angela Albino destaca o “empoderamento das mulheres” para que se possa construir uma sociedade onde não se tenha um só “dono do campinho”. Para ela, o feminismo não é um movimento que busca inverter a ordem das opressões, mas é um “movimento transformador”, que visa superar as desigualdades de gênero numa sociedade em que os homens comandam as esferas de poder. Para Angela o feminismo não é uma luta tão somente das mulheres e sim uma luta de toda a humanidade. Relata que aprendeu com Teresa Kleba Lisboa, que o feminismo busca construir relações de igualdade entre os gêneros, debatendo o empoderamento para as mulheres que, segundo esta autora,

traz a tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas proporcionando um maior nível de ‘bem-estar’, maior grau de participação e acesso ao controle das políticas públicas que venham ao encontro de suas necessidades (LISBOA, 2007, p. 651).

Para Lúcia Avelar (2001, p. 24) o feminismo “é um conjunto estruturado de ideias que guia a ação política” e, com isso, constitui-se em elemento fundante de identidades políticas nas mulheres. A partir da consciência de que elas não possuem as mesmas condições dos homens, nas mais diversas áreas, nasce a convicção que esta situação resulta da

desigualdade estrutural das mulheres na sociedade, e do reconhecimento de que são necessárias soluções grupais, resultantes da ação coletiva, para a mudança em termos estruturais (...). Em suma, é um processo cognitivo, intelectual, construído socialmente, e não apenas uma visão de mundo (AVELAR, 2001, p. 24).

Constata-se nos depoimentos de Clair, Zuleika, Lia e Angela uma identificação com o feminismo e a compreensão de que este se constitui como um movimento sócio-cultural que vem lutando em prol da mudança de comportamentos, machistas e autoritários. O grande desafio é a busca pela igualdade de direitos e respeito às diferenças entre mulheres e homens. Neste sentido, para Clair, o feminismo luta em prol dos direitos que vão desde a “cidadania até os direitos reprodutivos e sexuais, nossa participação na política e no mundo do trabalho”. Fica claro o seu envolvimento com o tema da inserção da mulher na esfera pública, inclusive o seu posicionamento em prol da legalização e descriminalização do aborto é conhecido publicamente.

Ao destacar a entrada massiva de jovens mulheres no feminismo, Zuleika se refere a uma novidade dos últimos anos. Talvez esse fenômeno esteja relacionado com o surgimento da “Marcha das Vadias”, que emergiu em várias cidades no mundo, inclusive no Brasil, nos anos de 2012, 2013, 2014. Este Movimento tem se ampliado através das redes sociais, pelas quais foram chamadas diversas atividades, entre as quais citamos: o “Vamos juntas” - comunidades virtuais criadas em 2015, para organizar encontros de ‘mulheres juntas’, ou seja, em grupo, com o objetivo de sentirem-se mais seguras para irem a determinados lugares como praias, shows, viagens, preconizando dessa forma uma autoproteção. Ou ainda a “Primavera das Mulheres” que, via redes sociais, mobilizou milhares de mulheres por todo o país entre os meses de setembro a dezembro de 2015 pelo “Fora Cunha”. Eduardo Cunha, atualmente deputado federal, foi presidente da Câmara dos Deputados de 2015 a julho de 2016, é integrante da Bancada Evangélica do Congresso Nacional, apresentou um projeto de lei que visa dificultar o atendimento de mulheres vítimas de estupro e limitar o aborto legal no Sistema Único de Saúde, além de ser totalmente contrário a todo tipo de projetos de lei que versa sobre possíveis ampliações nos direitos reprodutivos e sexuais. Essas jovens feministas, indignadas e

irreverentes, geraram uma espécie de “retomada das ruas” pelo feminismo, desencadeando uma nova onda do movimento feminista.

Lia retoma que “o pessoal é político” e ressalta a persistência dos movimentos feministas em busca de melhores condições de vida para as mulheres, pois em sua opinião, para os partidos políticos e para os homens em geral, tão habituados à hierarquia nas instituições onde são protagonistas, ainda é difícil compartilhar espaços decisórios.

Para Jalila, que como vereadora priorizou as questões do meio ambiente, sua compreensão sobre o feminismo difere das demais entrevistadas. Ela diz:

Para mim o feminismo teria que ser tratado com a palavra amorosidade. Penso que o movimento feminista, qualquer movimento que trabalha com a questão de gênero, teria que trabalhar umbilicalmente com a amorosidade, essa é a questão transformadora. O que tem a mãe de diferente de um pai? A mãe é aquela mais amorosa, carinhosa, atenciosa, sem generalizar. Então essa palavrinha, as vezes eu sinto falta nos movimentos de mulheres, da delicadeza. Acho que isso seria o principal para o movimento.

Nem todas as mulheres que ocupam um cargo em espaços de poder terão necessariamente identificação com o feminismo, isso seria uma utopia nos marcos atuais da sociedade brasileira. Em relação a essa questão, Oralia Gómez-Ramírez e Luz Verônica Cruz (2008, p. 389), argumentam que, mesmo sendo inegáveis as conquistas alcançadas pelo feminismo para a vida cotidiana das mulheres, o estigma que carrega o vocábulo “feminista” obscurece e torna as pessoas “cegas” diante da “iniquidade existente entre homens e mulheres a luz do que outras feministas já conquistaram para nós, como o direito legal ao voto e a educação”.

Por outro lado também é possível avaliar que, além do estigma a que nos referimos, impera nas camadas sociais medianas uma suposta naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres pela sociedade, o que dificulta um senso questionador e crítico das discriminações que persistem, conforme podemos constatar também no depoimento de Jalila.

Em se tratando da questão sociocultural nos dias de hoje, Gómez-Ramírez e Cruz (2008) consideram que se sobressai um acentuado individualismo, ou seja, a noção de cada qual resolve o seu problema por conta própria, avolumando-se sentimentos de apatia em relação ao papel dos movimentos sociais e distanciando-se da participação política. Apesar das conquistas obtidas pelo feminismo, ainda sofremos uma série de discriminações sobre o “véu da igualdade”, visto também como um mito, portanto, “essa suposta igualdade entre homens e mulheres é usada como um dos argumentos mais frequentes para não envolver-se nem reivindicar-se feminista” (p. 390).

Nesse sentido, Oralia Gómez-Ramírez e Luz Verônica Cruz, refletem sobre o vocábulo ‘feminismo’ em suas pesquisas:

O vocábulo e, mais além, seu conteúdo, gera muita resistência. Os prejuízos e as desqualificações estão espalhados; não existe uma consciência clara sobre as razões do que e para que serve ser feminista. A concepção negativa das feministas é forte, e tudo isso se deve a enorme desinformação a respeito (...). O rumor indica que as feministas são anti homens, abortistas, libertinas, ameaçantes. Como o feminismo é equiparado com o machismo, se pensa naquele como um machismo ao inverso (GÓMEZ-RAMÍREZ e CRUZ, 2008, p. 392).

Diante deste contexto social e cultural adverso é compreensível que existam resistências em se identificar como feminista, uma vez que esse vocábulo mexe com a subjetividade das pessoas, principalmente de muitas mulheres que ainda não despertaram para uma tomada de consciência em relação às desigualdades de gênero tão presentes na nossa sociedade. Questões que vão desde o compartilhamento das tarefas domésticas até a participação nos cargos de poder e tomadas de decisões políticas exigem empenho e lutas coletivas.

Além disso, para muitas parlamentares, assumir-se feminista implica perder o apoio de seu eleitorado de origem, que pode ser conservador e avesso ao feminismo. Por esse motivo, Oralia Gómez-Ramírez e Luz Verônica Cruz advertem que ‘se ver e se aceitar feminista’ implica um lento e conflituoso processo,

já que o ambiente em que este se desenvolve é hostil. A reconstrução da identidade feminina é dolorosa, posto que implica a confrontação consigo mesma. As contradições se experimentam quando as jovens percebem que as coisas lhes marginalizam, lhes anulam, oprimem e excluem cotidianamente e, ao mesmo tempo, elas não possuem elementos para enfrentar o contexto. (...) Também se pode optar por uma postura de comodidade, em que não se confronte a família, o marido ou a realidade imperante. Por isso, muitas delas tomam consciência e se manifestam em desacordo, ou seja, tem uma resistência passiva e não se encaminham para a resistência ativa (GÓMEZ-RAMÍREZ e CRUZ, 2008, p. 394).

No entanto, conforme as falas de nossas entrevistadas, podemos avaliar que: a) não são apenas as jovens, mas as mulheres em geral que experimentam essas contradições ao terem que ‘se assumir’ como feministas ou cogitarem agir como feministas; b) aparentemente esse processo é mais dificultoso para mulheres candidatas que tenham tido uma criação religiosa conservadora, pois carregaram uma visão tradicional do papel da mulher na sociedade e sentiram receio do desafio ao se darem conta de que o eleitorado também é conservador em relação a essas temáticas; c) algumas delas, apesar de se identificarem com o feminismo há muitos anos e exercerem cargos públicos de relevância, como estar a frente de uma secretaria estadual, ainda encontraram resistências por parte do marido no compartilhamento das tarefas domésticas no decorrer de campanhas políticas e a restrição em fazer reuniões com apoiadores dentro de casa; d) constatamos que, para três das entrevistadas, assumir-se como feminista teve um sentido libertador e de completude das causas em que estavam envolvidas, uma vez que já defendiam pautas sobre direitos sociais e trabalhistas no processo de sua formação política. Presenciamos falas públicas destas parlamentares, que quando chamadas a responder se são feministas prontamente respondem que sim, explicando de um modo geral que “ser feminista” é ser comprometida com “a defesa dos direitos das mulheres, que ainda são discriminadas e sofrem muitas violências”.

A partir da visão das mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis e da reflexão que estabelecemos sobre aceitação, defesa e resistência ao feminismo podemos concluir que as mulheres comumente

experimentam diversas contradições internas ao assumirem-se feministas.

Como sugestão poderia se pautar atividades de formação direcionadas para mulheres que têm como proposta candidatarem-se a cargos políticos, possibilitando-as participar de discussões sobre temáticas que abordem a origem das opressões, o surgimento dos movimentos feministas, seu papel na conquista das principais reivindicações das mulheres; a divisão sexual (ou social) do trabalho, e sugerir iniciativas legislativas que visem melhorar as condições de vida das mulheres.

5.2 O PROCESSO DE EMPODERAMENTO NOS ESPAÇOS DE PODER

Para a grande parte das mulheres, viver a experiência de ser parlamentar implica certamente envolver-se num processo de empoderamento, compreendido por Magdalena León (2000, p. 192) como uma tomada de ações, por meio do qual “o sujeito se converta em agente ativo como resultado de um acionamento, que varia de acordo com cada situação concreta”.

Em vários momentos as falas de nossas entrevistadas evidenciam o processo de empoderamento pelo qual passaram e demonstram a complexidade do dia a dia nos espaços de decisões políticas. Angela Albino relatou que em sua trajetória sentiu-se discriminada em diferentes contextos por ser mulher:

Por mais que eu não tenha sentido uma discriminação direta a minha pessoa, eu percebia que era desconsiderada muitas vezes e isso acontecia por ser eu uma mulher que estava ali no campo do poder político, onde se decidem as coisas. Esse foi o lugar em que mais demorei para chegar. Por exemplo, o sucesso eleitoral chegou antes do que o empoderamento interno no partido. Mas no parlamento também vivenciei situações de discriminação por ser mulher, como quando não queriam abrir espaço para eu integrar comissões importantes como a CCJ e eu fazia questão de estar nessa comissão. Insisti, fiz conversas, articulações, briguei em determinadas horas precisei até me impor. Consegui ser integrante

desta comissão num primeiro momento e depois minha participação era tão qualificada que fui eleita presidenta da CCJ.

A crítica de Angela Albino relacionada às dificuldades de empoderamento no próprio partido têm sintonia com o que Lúcia Avelar (2001, p. 38) aponta em seu estudo de que “as mulheres que têm longa história de luta nos partidos relatam as enormes dificuldades de convivência preconceituosa com os seus parceiros”.

Lia também menciona um episódio ocorrido durante uma sessão e que lhe provocou reação imediata:

Tínhamos um embate muito forte com o secretário de finanças da prefeitura. Aconteceu uma renúncia fiscal e eu investiguei, tentei uma CPI e não consegui votos para instaurar, mas consegui convocá-lo para dar explicações à Câmara. Ele veio e ficou no plenário, eu fui para tribuna e comecei a levantar questões. No meio da minha fala ele me interrompe e diz ‘o Lia’, só que ele se referia aos parlamentares como ‘nobre vereador’ ou ‘senhor vereador’ e ele me diz ‘o Lia’, algo assim ‘sua guriazinha’. Você não sabe no que eu virei (risos). Ele me interrompe num tom de menosprezo! Parei a sessão, fiz um discurso e exigi que o presidente da Câmara fizesse ele se dirigir a mim com o mesmo respeito que ele teve a meus pares. Foi um constrangimento geral entre os vereadores e o secretário de finanças. Cheguei em casa depois da sessão e tomando banho eu ria tanto (risos). Daquele dia em diante jamais fui interrompida em minhas falas e só me chamavam de ‘senhora vereadora’. Esse fato me chamou a atenção sobre como os homens vêem as mulheres que estão nesses espaços de poder.

Por sua vez, Jalila destacou, durante a entrevista, várias situações de enfrentamento que teve com colegas parlamentares durante os quatro anos de seu mandato de vereadora. O depoimento abaixo é um exemplo, dentre tantos que a entrevistada trouxe e que relata mais uma situação de tensão que viveu:

Na mudança de zoneamento da Lagoa da Conceição, o presidente da Câmara chamou todos os vereadores líderes de partido para uma reunião no gabinete dele para fazer um acordo. A proposta inicial era de seis pavimentos mas ele propôs que aceitássemos quatro. Eu disse que não estava ali para fazer acordo, que eu era contra seis e contra quatro pavimentos, aí ele disse 'vereadora, chamei vocês para fazermos um acordo'. Respondi que eu que não faço acordo de gabinete e então ele pediu que me retirasse daquela reunião. Eu batia de frente o tempo todo. Os projetos que a Angela Amin apresentava já vinham com a determinação de votar e aprovar, não tinha conversa. Ser minoria e não conseguir aprovar projetos que a população queria foi o mais difícil de aguentar.

As mulheres que assumem esses espaços na política eleitoral e ocupam um espaço no parlamento muitas vezes são vistas como intrusas (Pinheiro, 2007), já que este não seria seu lugar. Precisam desenvolver um senso de coragem para cotidianamente estarem ali enfrentando as mais diversas formas de tensão - como vimos nos trechos acima, que escolhemos para exemplificar momentos de empoderamento de nossas entrevistadas.

As origens do conceito de empoderamento, conforme Cecília Iorio (2002), têm suas raízes nos movimentos negros e feministas, em um cenário político que remete aos Estados Unidos da década de 1960. Porém,

é na interseção com gênero que o conceito de empoderamento se desenvolve tanto em nível teórico como instrumento de intervenção na realidade. Nos anos 1970 e 1980, feministas e grupos de mulheres espalhadas pelo mundo desenvolveram um árduo trabalho de conceitualização e de implementação de estratégias de empoderamento, com o qual buscaram romper com as diferentes dinâmicas que condicionavam a existência e impediam a participação e a cidadania plena das mulheres (IORIO, 2002, p. 21).

Empoderamento, para Lisboa (2007, p. 642), apoiada em John Friedman (1996), envolve “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania”. No desenvolvimento de sua reflexão são levantados três tipos centrais de empoderamento para a esfera doméstica: social, político e psicológico.

O empoderamento social pressupõe o acesso a informações, técnicas, conhecimento, recursos financeiros e a participação social, diz respeito à garantia da sobrevivência e independência econômica. O político vai além do voto, significa ter o poder de voz e ação coletiva, implica maior participação na política, em espaços de representação e direção. E o poder psicológico se manifesta na autoconfiança e consciência individual, grande parte das vezes é o resultado de uma ação vitoriosa nos domínios do social ou político e também pode ser resultado do trabalho intersubjetivo, conforme sintetiza Lisboa (2007).

Estes três tipos de poder devem se integrar numa tríade. Quando esta tríade, centrada numa mulher ou numa unidade doméstica, está ligada a outras, o resultado é uma rede de relações de *empowering* que, devido ao esforço mútuo, tem um potencial extraordinário de mudança social. As mulheres que trabalham com outras mulheres (...) podem alcançar muito mais resultados que uma mulher trabalhando só (LISBOA, 2007, p. 642).

De um modo geral, as mulheres que assumem um mandato parlamentar passam (ou já passaram) por um processo de empoderamento social, psicológico e político. Tal processo envolve o desenvolvimento de capacidades, individuais e coletivas, para conseguir superar situações-problemas, sejam de ordem sócio-estruturais ou no micro espaço do cotidiano.

Há cinco momentos do processo de empoderamento, segundo Lisboa (2007), apoiada em Kieffer, caracterizando a passagem de uma situação de impotência para competência participativa: a) o contexto: a experiência de uma ruptura ou ameaça vital, a percepção da opressão, acompanhada por um sentimento de inconformismo, de “não aceitação, e, ao mesmo tempo de competência para a participação, ou seja, a pessoa passa a sentir que está apta para agir em prol de uma transformação” (Lisboa, 2007 p. 645); b) a motivação: percebe que não

está só, junta-se a outras pessoas que vivem situação similar e passa a ter uma visão crítica das estruturas de poder vigentes; c) engajamento e reivindicação: é a mobilização a partir da fase crítica, onde reações espontâneas evoluem para um engajamento estável produzindo vínculos duradouros numa dimensão coletiva e não mais individual; d) integração e ação: quando os conflitos são compartilhados com a participação em grupos diversos, originando o sentimento de pertencimento, trocas mútuas e redes de sociabilidade; e) a conscientização: a partir da perspectiva de Paulo Freire, “uma consciência política, ou seja, ‘sentir-se capaz’, ter o poder de ‘fazer’ algo como sujeitos ativos do processo de transformação na perspectiva de um outro tipo de desenvolvimento” (Idem, p. 646).

Ao demarcarmos a trajetória das mulheres que chegaram até a Câmara de Vereadores de Florianópolis, podemos fazer uma relação aos três níveis de empoderamento citados por Lisboa, geralmente necessários para que este se manifeste: o individual, o grupal e o estrutural. No primeiro nível, a pessoa consegue romper com situações de dominação que afetam a si diretamente e toma a condução de sua vida. No nível grupal esta pessoa envolve-se em grupos com a mesma proposta política e passa a integrar um coletivo e trocar a experiências. No terceiro nível, o estrutural, acontece uma adesão a organizações coletivas, inserção em movimentos sociais - no caso das vereadoras, em movimentos feministas - para se fazer o enfrentamento de uma estrutura que opera para manter um sistema de dominação. Neste sentido, para Lisboa (2008, p. 645, apoiando-se em Marcela Lagarde, 1996):

o empoderamento, implica na inversão dos mecanismos de poder patriarcais fundados na opressão e na mudança de normas, crenças, mentalidades, usos e costumes, práticas sociais e conquista dos direitos da mulher. Trata-se de um poder das mulheres conformado por um conjunto de suportes, recurso e condições vitais: ‘é o poder para viver sem o risco que hoje significa a vulnerabilidade de gênero; (...) poder para intervir com paridade em todas as decisões e assuntos do mundo; (...) poder de protagonizar cada uma a sua vida e de serem reconhecidas como gênero, como um sujeito histórico’ (...). Para que essa nova concepção de poder possa ser colocada em

prática, é necessário que aconteçam mudanças estruturais profundas (LISBOA, 2008, p. 644).

Analisando o empoderamento das mulheres na relação com as disparidades globais de gênero, a partir de um estudo solicitado pelo Fórum Econômico Mundial, Augusto Lopez-Claros e Saadia Zahidi (2005), ao avaliar padrões de desigualdades entre os gêneros, elencam cinco dimensões que devem ser levadas em consideração para um maior empoderamento das mulheres: 1. participação econômica, que diz respeito à remuneração e presença das mulheres no mercado de trabalho; 2. oportunidade econômica, que considera a qualidade do trabalho e avalia os guetos onde concentra-se a feminização da pobreza e do trabalho precário; 3. empoderamento político, que relaciona a representação de mulheres nas estruturas de tomada de decisões e seu direito de voz para formular políticas para a sociedade da qual fazem parte; 4. avanço educacional como dimensão fundamental para o empoderamento todas as esferas da sociedade; e, 5. a saúde e o bem-estar das mulheres, para além da ‘vida reprodutiva’, abarcando as situações de violências vividas pelas mulheres nos mais variados lugares de circulação. Essas cinco dimensões são importantes para avaliar o grau de desigualdade e empoderamento real das mulheres de um país, estado ou município.

Cabe ressaltar que, em relação ao cenário de participação política das mulheres, este estudo do Fórum Econômico Mundial enfatiza que:

A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa inevitavelmente que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses. (...) Para mudar prioridades de gasto e de desenvolvimento, torna-se fundamental a representação de uma massa crítica de mulheres que estão aprendendo, usando e mudando as regras do ‘jogo’ de tomada de decisão e, dessa forma, obtendo impacto no discurso e tomada de decisões em todos os níveis (LOPES-CLAROS, ZAHIDI, 2005, p. 11).

Destacamos que o processo de empoderamento vincula-se necessariamente a participação, contudo a grande maioria das mulheres necessita se empoderar primeiro na esfera doméstica, para ter condições de participar dos espaços públicos. Esta questão verificou-se também junto às mulheres entrevistadas, vereadoras titulares em Florianópolis, pois, como analisa Magdalena León (2000, p. 203), “o processo de empoderamento é, para as mulheres, um desafio para a ideologia patriarcal com vistas a transformar as estruturas que reforçam a discriminação de gênero e a desigualdade social”. Dentre essas estruturas ressaltamos a lógica da divisão sexual do trabalho, conforme problematizaremos a seguir.

5.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E O IMPACTO NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A divisão sexual do trabalho continua sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres, e se complexifica quando associamos a participação das mulheres aos espaços político eleitorais. Não foi diferente para a maior parte das mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis. Segundo relata Clair:

Era uma correria, uma função, porque sempre tivemos só um carro na família e sempre moramos no bairro. Saíamos de manhã, o Alcides me deixava na Câmara e depois ia para onde precisava. Não abrimos mão de almoçar em casa, meio-dia ele me buscava, comíamos com as filhas, encaminhava para o colégio e voltava ao trabalho até a hora que fosse. Quando me elegi pedi licença sem vencimento nos meus empregos, ambos de funcionária pública, e cumpri os mandatos com dedicação integral à vereança. Eu tentava compatibilizar, as vezes levava as gurias em atividades de rua ou ao trabalho na Câmara. A família sempre foi entusiasta de minha participação ativa na política, me incentivavam, mas minha única irmã, meu pai e minha mãe não moravam em Florianópolis. Me ajudavam mandando um pouco de dinheiro e na reta final das campanhas vinham para cá, acampavam aqui

em casa e se envolviam fazendo tudo o que fosse pedido. Diferente até de outras mulheres que enfrentam problemas na família, comigo ninguém segurava, se envolviam e contribuía bastante.

É importante ressaltar que todo tipo de apoio é fundamental para aliviar as demandas previstas em uma campanha eleitoral, pois o cotidiano das mulheres na esfera doméstica, aliado às dificuldades de enfrentamento e disputa com as demais candidaturas, torna-se uma batalha bem árdua. Segundo Lúcia Avelar (2001, p. 173) “nesse jogo, as mulheres não têm, historicamente, nem representação e nem conhecimento das práticas originárias da dominação masculina”.

Todos os membros da família de Lia Kleine foram apoiadores de suas campanhas eleitorais:

Nunca ninguém da minha família tentou me segurar, pelo contrário, sempre fui estimulada a participar cada vez mais. Apesar disso era uma correria sem fim, imagina se não tivesse o apoio da família. Meu pai e minha mãe transmitiam o sentimento dos agricultores da região oeste, me ajudavam financeiramente e organizavam comitês eleitorais, reuniões e visitas na região as duas vezes que me candidatei a deputada federal. Quando fui candidata a vereadora em Florianópolis morava comigo um irmão meu, minha filha (Helena) e o pai dela, na época meu marido. Os dois se envolveram de corpo e alma, estavam nas atividades de campanha, limpavam a casa, faziam compras em supermercado, padaria, cuidavam de tudo o que a Helena precisava.

Como vimos anteriormente, tanto na família de Lia como na de Clair circulavam informações e debates em torno do universo da política. Para além disso, as duas eram casadas com homens que também militavam no mesmo partido e tiveram a parceria destes nas tarefas domésticas, bem como no vai e vem demandado pelas crianças, durante o envolvimento nas atividades políticas.

Jalila também recebeu o apoio de familiares em sua campanha eleitoral, conforme nos diz:

Minha família entrou de cara e coração, me apoiaram, minhas irmãs que moravam aqui, o Cecim e toda a família dele, até os cunhados. Tínhamos pouquíssimo recurso e cada um somava como podia. Conteí com o apoio do meu namorado e de toda família dele, ele acreditava em mudanças, me apoiava muito. Depois de eleita, também continuei contando com o apoio familiar, sempre estiveram comigo.

No entanto há questões de ordem prática, e essas dizem respeito à divisão sexual do trabalho: ter que se preocupar em ir ao supermercado ou a feira; preparar as refeições; preocupar-se com a limpeza da casa ou a lavagem das roupas; ter que levar as crianças para escola, entre outras atividades que ainda permanecem, majoritariamente, a cargo das mulheres. Ter tempo total disponível para dedicar-se ao fazer político é o que a maciça maioria dos homens que estão no parlamento sempre tiveram, e a compacta maioria das mulheres não! Raramente as mulheres recebem apoio irrestrito dos maridos ou companheiros em suas campanhas eleitorais e até mesmo no cotidiano da vida política. O inverso é considerado óbvio e natural: as mulheres se envolverem nas atividades do marido, pai, irmãos. Geralmente eles não se envolvem, temendo ser motivo de chacotas, e muitas vezes sentem-se envergonhados pelo fato de uma mulher de sua família estar “se expondo” tanto.

Neste sentido, Judith Astelarra (1987, p. 165) ressalta a importância de revermos a questão da divisão sexual do trabalho quando se trata das mulheres que assumem cargos políticos, uma vez que a participação política “não depende só da vontade das mulheres aceitar ou rechaçar esta situação, pois como tem se assinalado, opera um sistema de poder que elas não controlam” e pelo qual são enredadas a também reproduzir este *habitus*.

Zuleika Lenzi quando decidiu candidatar-se a vereadora já tinha sua única filha em idade adulta e não foi impedida pela família, porém seu marido pediu para “não envolvê-lo”:

A Adriana, minha filha, me ajudou, fazia pós graduação em São Paulo, no período de campanha veio e se envolveu, até fazia sanduíches para o pessoal que trabalhava na campanha (risos). Meu marido só dizia assim: ‘eu não quero reunião

política dentro de casa'. Ele não obstaculizou, mas nunca gostou de se ver envolvido diretamente, nunca participou de partidos políticos. Ficou bem orgulhoso com o resultado eleitoral que eu tive, mas deixava claro: 'eu não quero saber de cabo eleitoral dentro de casa'. Jamais pediu para eu não ser candidata ou participar de partido ou movimento de mulheres, só que ele não se envolvia, ficava na dele. Minha mãe achou ótimo, e ajudava muito, pedia votos para as amigas, ia nas atividades que podia ir, colocou cartazes na casa dela. Meu irmão mais moço estava fazendo doutorado na Espanha e o mais velho, que gosta de política, é médico, de vez em quando indicava pessoas para me apresentar e ganhar o voto. E assim minha família me ajudava, participava e comemorava junto.

O marido de Zuleika não lhe impedia de participar da política eleitoral, contudo impunha uma exigência: que não acontecessem reuniões políticas dentro de sua casa e, como relatou em entrevista: ele "nunca gostou de se ver envolvido diretamente". Apesar de ter demonstrado orgulho com o êxito eleitoral da esposa, preocupava-se em manter a privacidade da família. Muito provavelmente, naquele período, para Zuleika já foi muito importante que o marido não tivesse lhe proibido de atuar intensamente na política partidária, portanto as limitações que ele exigia não foram sentidas por ela como obstáculos. No entanto podemos observar a ausência de um real pacto intergêneros entre o casal, o que implicaria num apoio mais consistente do marido em sua campanha e atividades políticas.

Angela Albino, proveniente de uma família que nunca teve envolvimento com partidos políticos, enfrentou duros desafios:

Minha família nunca gostou da ideia de eu me filiar a partido político. Quando decidi ser candidata também não gostaram. Eu nunca pedi autorização, já estava com mais de 30 anos, tinha conquistado autonomia e sabia disso. Quando souberam eu já era candidata, mas insistiram comigo no sentido de 'minha filha, tu tem um trabalho bom, ganha bem, não faz isso, cuida dos teus filhos'. Conversei sim com meus filhos, mas

eles eram adolescentes, não tinham amadurecimento para interferir de fato. O Leo estava com 14 e o Isaac com 12 anos quando fui eleita vereadora. E meu companheiro naquele tempo era militante do partido, ele ficou entusiasmado e era um dos coordenadores da minha primeira campanha eleitoral.

A entrevistada também afirmou que o fato de estar divorciada do pai de seus filhos foi determinante para sua entrada no sindicalismo e na política partidária, como vimos anteriormente. Ter autonomia para tomar decisões sobre os rumos da própria vida foi crucial, pois, se dependesse de seus familiares mais próximos não teria sido candidata, uma vez que era desestimulada por já ter “um trabalho bom” e que deveria “cuidar dos filhos”. Ter agarrado as rédeas de sua vida aos 24 anos de idade, com dois meninos de 02 e 03 anos, trabalhando e estudando, forjou Angela Albino como uma das mais expressivas lideranças políticas no estado de Santa Catarina, marcadamente identificada com o campo da esquerda e o feminismo, hoje deputada federal.

Quando Angela Amin foi candidata pela primeira vez (em 1988) já era casada, tinha o filho e as duas filhas, com 08, 05 e 02 anos, e seu marido contava com liderança consolidada na política, no âmbito local e nacional. Neste caso a esposa e o marido possuem uma trajetória de vida com intensas atividades políticas e, segundo ela diz, ao se referir a esta relação no cotidiano do casal: “o Esperidião sempre ajuda de qualquer forma (...). Acho que cada um tem o seu estilo, sua forma. Quero dizer, com toda lealdade, que nos complementamos e não temos nenhuma dificuldade de fazer (política) juntos” (Diário Catarinense, 2010).

Em uma entrevista anterior, publicada pela Isto É Gente Online no ano 2000, ressalta-se que na relação de Ângela com Esperidião

a união foi matrimonial e política. Apesar de pedir conselhos para o marido, mais experiente, Ângela imprimiu marca própria e tem resultados para mostrar. Na sua primeira administração (na prefeitura de Florianópolis), a mortalidade infantil caiu de 21 para 9 crianças mortas antes do primeiro ano de vida, para cada 1.000 nascimentos.

Ângela Amin, ao mesmo tempo em que pôde contar com um diferencial a seu favor nas disputas eleitorais - o incontestável apoio de seu marido, que publicamente se declara entusiasta da carreira política da esposa – também encarou um imenso desafio, próprio das mulheres que entram na vida política partidária/eleitoral depois do marido: ser ela a protagonista de seu mandato eletivo.

Constata-se que, majoritariamente, são os homens que “herdam” o capital político acumulado pela família na esfera da política eleitoral. Muitos homens já “passaram o bastão” para outros familiares na vida política, e isto é visto como normal na cultura política brasileira. Mas quando se trata de mulheres que se inserem nas disputas eleitorais por herança de capital político familiar, vemos com bastante frequência serem criticadas e deslegitimadas, como se não tivessem capacidade ou interesse real de estarem protagonizando uma vaga nos espaços político-partidários. Neste sentido, Pinheiro (2007, p. 91) afirma que a entrada das mulheres na política pela influência familiar muitas vezes ocorre pelo fato delas acompanharem e colaborarem nas campanhas dos maridos, de tal modo que isso “contribui para o rompimento de uma socialização que não incorpora o mundo político como parte do horizonte de possibilidades da mulher”.

Algumas das entrevistadas dispunham de estrutura para dar o suporte com as tarefas domésticas, sendo possível verificar a condição de classe média, que geralmente tem o privilégio de contar com uma outra mulher para dividir as tarefas. Clair nos relata que contava com

uma empregada doméstica, como temos até hoje a mesma que é a Maria. Ela limpa a casa e cozinha para nós desde 1981. Outra moça morava conosco e era a babá, cuidava das crianças - a Leticia tinha 8, a Isadora 5 e a Maíra 3 anos quando me elegi na primeira vez. E contratamos um motorista para levar as meninas onde fosse preciso, elas faziam aquelas coisas todas de crianças daquela idade: escola, ballet, natação, pintura. Isso tudo custava uma grana, ganhávamos razoavelmente bem com os nossos trabalhos, mas tínhamos um alto custo de vida para manter essa estrutura dentro de casa. E o Alcides administrava tudo isso, além de continuar nos dois empregos dele.

Destaca-se que Clair, sem dúvidas, se caracteriza como uma exceção à regra por dois motivos pontuais: dispor da parceria do marido, que “administrava” toda a rotina familiar com a contratação e distribuição de tarefas junto às pessoas que trabalhavam para a família ao longo dos mandatos de vereança da esposa; e, por não aparecer em suas falas, durante a entrevista, o sentimento de culpa pela escolha de participar da política eleitoral e não ficar mais tempo à disposição de suas filhas.

Se Clair contava com o apoio incontestado do marido, o mesmo não aconteceu com Zuleika Lenzi, que continuava responsável pelo cuidado com as atividades administrativas da casa no cotidiano familiar, assim como com a mãe idosa:

Minha filha já era adulta e minha mãe ainda estava muito bem de saúde no início de 1993, morava no centro e sempre teve empregada, eu passava para conversar e vê-la quase todos os dias, sempre cuidei dela. Em casa tínhamos empregada para limpar e cozinhar, mas eu tinha que dar conta de toda a parte administrativa, não tinha quem fizesse isso por mim. Fazia as compras e determinava as coisas em casa. E é assim com a maioria das mulheres, mesmo entre as que estão na política né... a mulher fica com as tarefas domésticas e com a correria de todas as atividades de mandato.

Não havia parceria do marido nos afazeres domésticos, mesmo que fossem apenas administrativos. De fato, Zuleika não vê isso com estranheza: “é assim com a maioria das mulheres, mesmo entre as que estão na política”. Sim, infelizmente, é assim.

Provavelmente Ângela Amin também contava com o apoio de pessoas contratadas para efetuar as tarefas no espaço doméstico, pois, na época em que foi eleita vereadora, suas crianças ainda eram pequenas e seu marido também tinha um cargo político: era prefeito de Florianópolis. Em uma entrevista publicada na Revista Isto É Gente Online⁷⁰ (2000), ressaltou: “Eu não abro mão de participar intensamente

⁷⁰ Entrevista concedida à reportagem da Isto É Gente Online (2000). Disponível em:

da vida dos meus filhos”. Nesta reportagem, quando Ângela acabara de ser reeleita prefeita de Florianópolis, no ano 2000, menciona-se que ela

teve que enfrentar um desafio doméstico: conciliar a administração da capital de Santa Catarina com o papel de mãe e dona de casa. Na família, é ela quem toma as decisões do cotidiano, administra a contabilidade e até distribui a mesada dos filhos (...). A educação da prole é encarada com zelo.

Sua postura séria e atenta é uma marca pública de suas campanhas e atuação na política, assim como é conhecida sua defesa do tradicional papel e responsabilidade da mulher junto às crianças e à família, frequentemente vista em debates ou entrevistas televisivas, a exemplo do trecho acima citado. Para María García Gossio (2012, p. 149) a distinção dos papéis de gênero “encarna em tipificações sociais que diferenciam os comportamentos esperados pela sociedade entre o que deve fazer um homem e o que deve fazer uma mulher”, tornando estereotipados os modos de agir nos mais diferentes espaços de vivência.

Jalila, depois de eleita vereadora, casada e com suas filhas, continuou contando com o apoio do marido e, em sua casa, também contrataram pessoas para dividir as tarefas domésticas e o cuidado com as crianças:

Meu marido sempre foi um super parceiro, uma pessoa de esquerda também, trabalhava muito, nutrimos uma admiração mútua. Estava sempre apoiando minhas iniciativas no mandato, nos eventos, nas atividades, vivia carregando as filhas e os carrinhos delas. Nunca tive nenhum impeditivo, cobrança ou queixa da parte dele. Em casa tínhamos duas cuidadoras para as meninas.

Apesar de dispor de estrutura e parceria do companheiro, Jalila não deixa de mencionar o frequente sentimento de culpa, comum entre mulheres que exercem atividades públicas:

<http://www.terra.com.br/instoegente/62/reportagem/rep_angela_amin.htm>.

Acesso em 22 jun. 2015.

Foi difícil conjugar as atividades do parlamento com as crianças, eu senti que falhei com elas nesses primeiros anos de suas vidas. Não me permitia aliviar na Câmara, tinha pouco tempo com minhas filhas, talvez como mulher eu exigisse de mim algo como... provar que era capaz, competente. Com todas as condições estruturais que eu tinha, com o pai todas as noites com elas, minha mãe e minha sogra ficavam bastante com as netas. E mesmo assim sinto uma culpa, sinto que ficou uma carência, principalmente nesses primeiros dois anos delas em que ficavam muito pouco comigo.

Ou seja, mesmo sabendo que suas filhas estavam sob cuidados de pessoas de confiança e recebendo carinho, Jalila continuava se sentindo culpada por ter como foco, naquele período, o trabalho como vereadora. Esse sentimento, segundo Lúcia Avelar (2011), deve-se grandemente a um processo de socialização diferenciado entre homens e mulheres, que impõe a elas uma atribuição, como se naturalizada, do amor e dedicação materna, de tal modo que,

com a maternidade, mais ainda, tempo e energia tornam-se cruciais na vida da mulher. As tarefas extra-família tornam-se cada vez mais seletivas. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida, razão pela qual os homens podem continuar desempenhando tarefas envolventes, como é o caso da política (AVELAR, 2001, p. 153).

Angela Albino também carrega este sentimento de culpa, apesar de acreditar que estava na política para transformar para melhor a sociedade em que seus filhos viverão, conforme vemos em sua fala:

Eu vivia com um misto de sentimentos com meus filhos. Por um lado sabia que estava na política para construir algo bacana, para o coletivo, contribuindo para transformar a sociedade para melhor, e por outro lado não conseguia curtir meus filhos como gostaria, estar mais com eles,

dar atenção para a adolescência deles. Agora se repete com o Vicente, não consigo ser aquela avó presente que consegue preparar um bolo para esperar o neto. Eu sei que esse é um sentimento muito mais presente nas mulheres que fazem política, isso não é tão problemático, acho que é um sentimento importante. A grande questão é: porque isso não aparece nas falas dos homens? Eles que também fazem política não dizem que sentem falta de estar mais com a família ou que se sentem culpados por não terem estado mais presentes na criação dos filhos.

Esse sentimento se evidencia também com outras de nossas entrevistadas. Lia Kleine, que afirma sempre ter tido o apoio da família nos afazeres domésticos e nos cuidados com a filha, deixa evidente em vários trechos da entrevista o sentimento de culpa que carrega pelos momentos que, segundo ela diz, foram de ausência com a filha:

O problema estava comigo, eu me culpava e sofria por não estar mais tempo com minha filha. Não que hoje isso seja um problema entre nós duas, agora ela tem trinta anos e rimos juntas do que eu fazia para driblar a correria. Por exemplo, quando eu conseguia chegar em casa antes dela dormir e ia coloca-la na cama, dizia ‘dorme filhinha, agora dorme, a mamãe tem muita coisa pra fazer ainda’ (risos). Eu fico pensando nas mulheres que são parlamentares e que têm crianças pequenas, como elas sofrem com isso, por uma questão cultural, porque não vejo os homens políticos falando sobre o pouco tempo que dedicam para os filhos. Enquanto que nós mulheres nos culpamos e não adianta teorias, quando a gente tá vivendo aquilo, não adianta saber teoricamente que não somos as únicas responsáveis. A gente se culpa. Depois me afastei da política partidária e ainda pude curtir a adolescência dela a partir de seus 12 anos. Isso não foi um problema de longo prazo, mas na época me fazia sofrer e eu me cobrava.

Lia, Jalila e Angela Albino trazem em suas falas o que a grande maioria das mulheres que trabalham fora de casa, ou exercem mandatos

eletivos, vivem em relação ao sentimento da culpa: sentem-se culpadas por não estarem ou não terem estado mais tempo com suas crianças. Angela e Lia chamam a atenção para o fato de que esse sentimento não é comum entre os homens que possuem filhos e também estão na vida política, concluindo elas próprias que essa é uma imposição cultural. Aprendemos isso desde crianças e, enquanto mulheres, carregamos esse sentimento para nossa vida.

O sentimento de culpa, tão frequente entre mulheres que trabalham fora, associa-se diretamente aos papéis de gênero socialmente construídos e que influenciam suas práticas cotidianas, conforme analisa Pinheiro (2007, p. 37): “com base nas representações que fazem de si mesmos e do mundo, homens e mulheres tornam-se capazes de explicar sua prática de acordo com suas próprias lógicas”. Sob o estabelecimento desses papéis de gênero, edificaram-se uma série de comportamentos, como é o caso das mulheres que conseguem adentrar nos espaços de poder, que por sua vez exigem um tempo de dedicação muito grande, e por isso passam a sentir-se culpadas por não conseguirem desempenhar seu papel de boa mãe e ficar mais tempo com suas crianças. “Numa sociedade patriarcal, tais lógicas acabam por resultar em um relacionamento entre os sexos no qual a mulher ocupa posição e função social de subalternidade” diz Pinheiro (2007, p. 37).

Angela Albino conta que não tinha ideia que a vida de parlamentar fosse mudar tão radicalmente seu cotidiano familiar e, mais uma vez, vemos surgir a questão da culpa e sobrecarga:

Eu não conhecia e não estava acostumada a viver tão cheia de compromissos como é a rotina parlamentar. Em casa eu era responsável por tudo, com a organização das coisas e com dois filhos adolescentes que moravam comigo. Foram três meses de campanha e três meses de luz cortada. Me sentia muito culpada porque meus filhos ficavam muito tempo sozinhos em casa e muitas vezes a geladeira estava vazia, por que eu não conseguia ir no supermercado fazer as compras da semana (se emociona). Eles ainda eram adolescentes e comecei a ficar bastante fora de casa, longe deles. Hoje eles dizem que foi importante para terem independência, mas na época eu sofria muito com isso. Até hoje sofro e me culpo.

Para além do sentimento de culpa, sobre o qual já refletimos acima e Angela Albino reforça também em sua fala, ela nos traz outros elementos sobre a responsabilidade que acumulava com os meninos e os afazeres domésticos: “foram três meses de campanha e três meses de luz cortada”, apesar de ter, nesta época, uma relação conjugal com um “companheiro”, ao perguntarmos pontualmente sobre a divisão de tarefas domésticas com este companheiro - pois moravam juntos e ele também era militante do partido, conforme ela havia mencionado -, relembra que...

Eu não podia contar com ele para coisas da casa, o vai e vem com as crianças, tanto que a luz foi cortada por falta de tempo de ir lá e pagar, nem foi por falta de dinheiro (risos). Eu tinha que me desdobrar com as crianças, se tinha comida ou não, levar pra um lugar ou outro, com a limpeza e a organização da casa, era tudo comigo. Me desdobrava em várias jornadas, como as mulheres em geral precisam fazer: trabalhar fora e cuidar da rotina doméstica. Nem responsabilizo ele por isso, na época eu fazia no automático e me sentia mal por não fazer tudo bem feito, não exigia que ele assumisse isso comigo. Com certeza hoje eu agiria diferente.

Constata-se a dificuldade em compartilhar a responsabilidade com o marido, tendo que “se desdobrar em várias jornadas”. Na verdade, isso significa para as mulheres ter uma exaustiva e única jornada de trabalho, iniciando ainda antes do nascer do sol e terminando tarde da noite. Muitas vezes opera nas estruturas uma espécie de “teto de cristal” que limita o acesso ou a permanência das mulheres no âmbito público, conforme nos diz María García Gossio:

um teto de cristal [...] é ‘uma superfície invisível na carreira de trabalho feminina que lhes impede de seguir avançando para ocupar os postos mais elevados nas hierarquias ocupacionais’. É invisível, pois não existem leis ou algum código explícito que assinale limitações para as mulheres crescerem a postos de tomada de decisões. Sobretudo é invisível por este teto estar

constituído sobre a base de outros traços imperceptíveis, simbólicos, a olho nu (GOSSIO, 2012, p. 163).

A partir da crítica feita por meio da alusão ao teto de cristal, estão presentes aspectos de uma socialização das mulheres educadas “como seres para outros, para ter medo de tomar decisões e, por outro lado, para obedecer, aprendem a ter medo do poder, não a exercê-lo” (Gossio, 2012, p. 164). Em relação a divisão de papéis na esfera privada, pode se constatar que, vagarosamente, uma mudança advinda das novas gerações começa a surgir. Muito bom saudar o crescimento quantitativo de mulheres agindo diferente consigo mesmas, emulando uma mudança comportamental junto ao trabalho doméstico com a coresponsabilização dos adultos da família. Tal fator pode estimular a maior participação das mulheres nos espaços políticos.

É sobre a atuação parlamentar de nossas entrevistadas, que passaremos a trabalhar na sequência e, a partir disso debateremos mais detidamente a questão da representação de interesses.

5.4 MULHERES PARLAMENTARES EM AÇÃO – VISIBILIDADE DAS REIVINDICAÇÕES FEMINISTAS

Vimos anteriormente que as mulheres compõem uma parcela minoritária no cenário da política eleitoral no Brasil. Inclusive temos presenciado um quadro conservador, no qual inúmeras reivindicações relacionadas aos direitos humanos correm risco de retrocessos. O conservadorismo, segundo Lúcia Avelar (2001, p. 89), tem um significado amplo, mais associado ao apoio do *status quo*, de subserviência aos ordenamentos e autoridades constituídas, mas que resumidamente pode ser entendido por meio de atitudes e comportamentos “que referendam a continuidade da ordem estabelecida, em contraponto àqueles voltados ou receptivos a mudanças”.

A falta de comprometimento com o avanço dos direitos das mulheres, bem como a defesa dos direitos humanos de grupos discriminados, tem ficado evidente no cenário nacional com a composição conservadora do atual Congresso Nacional, onde as bandeiras progressistas vêm sofrendo um trágico revés, com a perda de direitos e um discurso misógino, homo-lesbo-transfóbico, racista e de ódio, raramente visto com tanta intensidade nos últimos 50 anos daquele espaço parlamentar. Fala-se da bancada BBB – Bala, Boi e Bíblia – para

se referir aos grupos com os quais esses parlamentares, homens e mulheres, estão comprometidos: os defensores da militarização e posse de armas de forma indiscriminada (Bala), os grandes latifundiários brasileiros (Boi) e a bancada religiosa composta por evangélicos e católicos conservadores (Bíblia).

Em relação ao nosso estudo, voltado para a análise do contexto local, da trajetória política das seis mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis, podemos observar muitos traços, principalmente, de compromisso com os movimentos sociais progressistas, conforme constata-se nos relatos apresentados a seguir.

Uma vez identificada enquanto feminista, Clair Castilhos teve como principais ações de sua atuação parlamentar a criação do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres e a estruturação do Comitê Municipal de Mortalidade Materna. Além disso, sua gestão foi pautada por inúmeros discursos e atividades de rua, em parceria com movimentos de mulheres, dando visibilidade às reivindicações feministas:

Teve inúmeras audiências públicas, questões trazidas pelos movimentos de mulheres e que nós levávamos adiante, articulamos o movimento de mulheres do partido dando origem ao MDBMulher aqui em Florianópolis, fizemos 08 de Março na praça, muitas panfletagens nas ruas e em comunidades. Fizemos uma campanha própria das Diretas como núcleo de mulheres do PMDB. Construimos o primeiro e histórico encontro de mulheres catarinenses em Itajaí, chamado pelo MDBMulher. De projeto de lei mesmo teve a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina, na época se chamava assim, hoje melhorou para Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. Também o Comitê de Mortalidade Materna de Florianópolis, as primeiras sessões especiais pelo 08 de Março, e muitas ações não se materializam propriamente em projetos de lei, mas atendiam às solicitações dos movimentos de mulheres e faziam, se tivesse, alguma publicidade, já lá nos anos 80, aqui na região.

A primeira vereadora titular eleita em Florianópolis (Clair) trouxe para a capital catarinense a visibilidade do feminismo. Por meio do seu mandato parlamentar foi possível potencializar a discussão de temas relacionados às principais formas de discriminação e opressão que recaem sobre as mulheres, bem como as bandeiras defendidas pelo feminismo. Destacamos sua contribuição na organização do MDB Mulher, provavelmente o primeiro agrupamento feminino dentro de um partido político em Santa Catarina, e notadamente a primeira organização feminista no Estado, em atividade até hoje: a Casa da Mulher Catarina. Clair chama a atenção para uma questão: “muitas ações não se materializam propriamente em projetos de lei”, como as inúmeras audiências públicas, discursos e defesas proferidas pelas vereadoras ao longo dos quatro anos de atuação no legislativo municipal.

Dentre as principais frentes de atuação do mandato parlamentar na sua passagem pela CMF, Clair enumera alguns projetos que foram aprovados e se tornaram lei. Para além da participação nas comissões e frentes parlamentares, avaliou que durante sua vereança ocorreram importantes debates sobre o Plano Diretor da Cidade, alterações de zoneamento, saúde pública, meio ambiente e desigualdades vividas pelas mulheres, que foram pautados em inúmeras audiências públicas ao longo de seus dez anos de mandato legislativo. Fora os projetos de lei acima mencionados, Clair ressalta que também conseguiu que a Câmara Municipal de Florianópolis aprovasse:

bancos reservados nos ônibus para gestantes, portadores de deficiência e idosos (quando ainda não havia legislação sobre essas questões), Moção de Repúdio à Organização Mundial de Saúde por incluir o homossexualismo na Classificação Internacional de Doenças (CID), investigação do uso do brometo de potássio na farinha do pão (para aumentar o tamanho com produto químico e nocivo à saúde), obrigatoriedade das feiras livres terem refrigeração e proteção para alimentos perecíveis oferecidos in natura, além de propostas mais conjunturais, veto à entrada, no âmbito de Florianópolis, do metanol para ser usado como combustível misturado à gasolina, devido aos efeitos tóxicos e letais (CASTILHOS, 2013, p. 15).

As mulheres, ao serem eleitas, certamente legislam ou governam sobre todos os assuntos que tramitam no espaço político em que se situam. Portanto, quando se é vereador(a), deputada(o), prefeita(a), pressupõe-se que a atuação deve levar em conta os assuntos propostos pelos cidadãos e não simplesmente de um grupo específico.

Segundo Lúcia Avelar (2001, p. 176), para as mulheres o campo da “política é o da conquista inadiável”. E prossegue: é

(...) na política que o verdadeiro jogo é jogado para a introdução de mecanismos que alterem a secular dominação masculina em todos os campos, transformando as instituições de modo que espelhem os direitos de ambos os sexos, reconhecidos e legitimados por práticas efetivas (AVELAR, 2001, p. 176).

As pautas em torno de temas como o da discriminação e da violência contra as mulheres foi uma das prioridades da atuação política de Lia Kleine, conforme seu relato:

Com frequência cedi aos movimentos sociais meu tempo de uso da Tribuna e várias vezes foram pronunciamentos dos movimentos de mulheres. Em todos os 08 de Março, tinha uso da Tribuna por lideranças feministas, eu fazia questão disso e sempre tinha a sessão especial em homenagem ao Dia da Mulher. Outra data importante era 25 de novembro que destacávamos o dia pelo fim da violência contra as mulheres. Fizemos muitas audiências públicas para debater esses temas, entendíamos que a Câmara tinha que ser um espaço público para todos os segmentos, e além de tudo era educativo para funcionários e vereadores. Eu era a única mulher, me sentia no dever de levantar as questões das discriminações sofridas por nós. Foi em nosso mandato que criamos a Medalha Antonieta de Barros, para evidenciar o trabalho de mulheres em Florianópolis, e aprovamos a lei municipal do atendimento e atenção às mulheres que sofrem violência sexual a uma contracepção de

emergência. Apresentamos muitos requerimentos com destinação orçamentária para políticas voltadas ao público feminino, para criar a casa abrigo para mulheres vítimas de violência e não conseguimos ver isso realizado, mas era uma discussão cotidiana no mandato. Em relação ao Orçamento Público, articulávamos com as deputadas estaduais, mandávamos release para a imprensa sobre aqueles debates e reproduzíamos em nossos boletins. O espaço parlamentar, em nosso entendimento, precisava difundir ideias avançadas, por isso eu falava, mas também trazíamos pessoas para falar sobre saúde pública, violência contra a mulher, demandas das mulheres negras. Contribuímos na estruturação do Protocolo Municipal de Atendimento a Vítimas de Violência Sexual. Em muitos dos discursos que proferi na Câmara eram pontuadas questões de gênero, discriminações das mulheres e como seria importante de ter mais mulheres ali naquele parlamento.

Destacamos que a Medalha Antonieta de Barros intenciona visibilizar os trabalhos de mulheres nas mais diferentes áreas, seja na esfera pública ou privada, e a regulamentação de medidas de atenção e contracepção de emergência às mulheres que sofrem violência sexual no município. Segundo afirma Lia, “não conseguia muita coisa, queria ter feito mais”, porém é nítido em seu mandato parlamentar o esforço para a visibilidade das reivindicações feministas e discriminações que afetavam (afetam) especificamente as mulheres.

Do mesmo modo, Angela Albino já destacava em sua campanha eleitoral reivindicações relacionadas à defesa dos direitos das mulheres:

Sou feminista e já era feminista quando fui candidata pela primeira vez. Me colocava politicamente como feminista. O mandato de vereadora foi o desaguadouro de muitas pautas feministas, nós acolhemos essas demandas, não no sentido de estar distante e propor projetos de lei, mas estávamos junto com os movimentos de mulheres da cidade. Participamos das atividades de rua em todos os 08 de março, 25 de novembro

e nos 25 de julho, que é o dia da mulher negra - apesar da Câmara estar em recesso, sempre pautávamos. Eram feitas audiências públicas para debater as questões que os movimentos de mulheres achavam mais importantes. E foi por meio de muitas audiências públicas e envolvimento com os movimentos de mulheres que nosso mandato contribuiu com a rearticulação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, o COMDIM, elaborando uma nova lei em substituição à de 1988, que estava defasada em 2006; que batalhamos para o CREMV, o Centro de Referência que atende mulheres que sofrem violências; e, partiu de nosso mandato a proposta da lei que criou a Coordenadoria Municipal da Mulher, inclusive foi a professora Teresa Kleba que fez toda a redação das atribuições que a Coordenadoria tem até hoje. E o projeto de lei sobre as habitações populares ficarem preferencialmente no nome das mulheres que logo depois passou a ser normativa do governo federal. Criamos a comemoração do Dia da Mulher Negra no 25 de julho e o Dia Municipal de Combate a Homofobia, Lesbofobia e Transfobia no dia 17 de maio. Brigamos muito pela casa abrigo, sempre destinamos recursos nas discussões do orçamento municipal, mas ainda não conseguimos aqui em Florianópolis.

Assim como Lia, Angela Albino chama a atenção para a não concretização do Projeto Casa Abrigo para mulheres que correrem risco de vida no município. Ao longo dos quatro anos em que foram parlamentares, insistiram em destinar recursos do orçamento para esse equipamento, e até hoje Florianópolis não construiu. Marcadamente o mandato de Angela Albino, entre 2005-2008, contou com a participação das feministas locais, numa via de mão dupla, pois ao passo que esses movimentos apresentavam suas demandas, elas eram transformadas em iniciativas no âmbito do legislativo municipal. Da mesma forma, a parlamentar recebia o apoio desses movimentos, os quais participavam das audiências públicas e atividades que tinham como objetivo reivindicar políticas para as mulheres. Nesse processo foi possível: criar a Coordenadoria Municipal de Políticas para Mulheres, com a sanção

pelo então prefeito municipal Sr. Dário Elias Berger em 05 de maio de 2008; a rearticulação do Conselho Municipal da Condição feminina, com profunda revisão na sua lei e reestruturando-o para o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – COMDIM, que veio a ser composto e teve seu funcionamento retomado em novembro de 2008, estando em atividade até a presente data; e criar o Centro de Referência de Atendimento a Mulheres em Situação de Violências (CREMV), após um debate com ampla participação dos movimentos de mulheres entre os anos de 2006 e 2008, tendo sido inaugurado em 06 de março de 2009 e seguindo em funcionamento com um trabalho já reconhecido e consolidado no município. Não são de menor importância os discursos proferidos pela parlamentar no uso da Tribuna, que contribuíram para visibilizar o contexto violento e opressivo enfrentado pelas mulheres, população negra e LGBT, três temas recorrentes em toda a trajetória política de Angela Albino.

Zuleika Lenzi diz que em sua vereança pautava as questões relacionadas às demandas das mulheres de um modo mais abrangente, não propriamente como bandeiras feministas:

Meu empenho estava mais voltado às possibilidades de trabalho para as mulheres, e por isso minhas defesas iam no sentido da ampliação de vagas em creches, atendimento em tempo integral e creches abertas também na época da temporada de verão aqui em Florianópolis. A questão do direito a moradia, como importante forma de autonomia para as mulheres. A política mais geral tem interlocução com as lutas específicas, as dificuldades das mulheres em vários momentos eram pautadas em meu mandato, por exemplo quando se discutia questões na área da educação, da cultura, da moradia, do trabalho, das vagas em creches. Além disso, fomos nós que criamos, via projeto de lei, o Balcão da Cidadania, que existe até hoje na Câmara e considero uma das ações mais importantes que fizemos, porque através desse serviço as pessoas podem fazer ou resgatar documentos pessoais sem custos.

A atenção a estas questões mais abrangentes não quer dizer que não tenha havido envolvimento de Zuleika quando vereadora com as

reivindicações feministas. Há que se considerar a popularização do feminismo no cenário local florianopolitano, contudo ela enfatiza que se empenhou na defesa dos direitos das mulheres de maneira transversalizada nas áreas prioritárias pautadas em seu mandato parlamentar.

No que diz respeito à área do trabalho para as mulheres, na qual Zuleika sempre teve maior interesse, destacamos que as mulheres majoritariamente ocupam as funções menos valorizadas economicamente e são maioria no setor informal. Especialmente na década de 1990, coincidindo com o período em que Zuleika Lenzi esteve no exercício da vereança (de 1993 a 1996), Maria da Glória Gohn diz que:

as políticas neoliberais do final do século XX atingiram fortemente as mulheres, que passaram a desenvolver atividades no setor informal, em relações de trabalho mais precárias que antes. No campo das políticas públicas o tema das mulheres tem sido tratado de maneira fragmentada, como parte dos grupos sociais vulneráveis, em situação de risco, e integrando os programas focalizados de 'inclusão social' – chave política das políticas neoliberais para trato da pobreza, desemprego e crescimento econômico, sob a rubrica de políticas que visam a promover a igualdade de oportunidades, tendo o mundo do trabalho como referência (GOHN, 2007, p. 59).

Os temas de maior esforço do mandato de Zuleika para com as mulheres dialogavam diretamente com a ampliação da cidadania feminina: creche em período integral, balcão da cidadania; direito a moradia, todas tendo implicações significativas para o cotidiano das mulheres.

Lia Kleine abarcou em seu mandato demandas que vinham de categorias de trabalhadores e sindicatos, como dos motoristas e cobradores de ônibus, do funcionalismo público municipal, sem deixar de atentar para as reivindicações do movimento estudantil e as pautas da educação de modo geral. Seu gabinete recebia diferentes grupos de mulheres, bem como representantes de movimentos comunitários, tudo isso num contexto de feroz aplicação das medidas neoliberais, conforme a própria Lia faz questão de mencionar:

Eu participava de várias comissões importantes dentro da Câmara, com destaque para a Comissão de Trabalho e Comissão de Educação, das quais fui presidenta. Nosso gabinete era um entra e sai de movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, mulheres, juventude, ecologistas. Nos reuníamos bastante para organização de manifestações, estávamos em pleno período de neoliberalismo, de privatização e sucateamento dos serviços públicos. Nosso espaço físico era pequeno, nossa assessoria era pouca, mas o trabalho era imenso (risos). Tínhamos um boletim impresso do mandato onde se prestava contas das ações todas que estávamos trabalhando e nós íamos distribuir nas comunidades, no comércio do centro, nas feiras pela cidade. Foi um tempo de muito trabalho, mas de grande aprendizado, mudou para sempre o que sou. Poderíamos ter feito mais, tenho certeza, mas fizemos tudo o que foi possível.

Constata-se nas falas das vereadoras Lia Kleine e Angela Albino a ligação que possuíam com duas áreas dos movimentos sociais: o sindicalismo e grupos identitários ou culturais. Na leitura de ambas, um não exclui o outro, e conforme alude Maria da Glória Gohn, a atuação dos movimentos de mulheres, da população LGBT e os debates de gênero, trazidos por feministas, estão conseguindo, após um período de resistência por parte dos sindicalistas, dar “sentido e direção aos movimentos sociais, questionando os modelos de democracia existentes”, de tal maneira que “os direitos culturais estão colocando-se para acima dos econômicos, sociais e políticos, sem os eliminar” (Gohn, 2007, p. 42).

Angela Albino ressalta as frentes prioritárias de atuação de seu mandato parlamentar nas comissões de Trabalho, Transporte Público, Direitos Humanos e Constituição e Justiça. Mas no cotidiano do mandato ela destaca:

Sempre trabalhamos muito com os movimentos sociais em geral, o mandato era porta-voz de diversos segmentos como os trabalhadores do serviço público municipal, da CASAN, da

juventude, tanto do movimento estudantil como das manifestações pelo passe livre e do transporte público que afeta toda a cidade, assim como da mobilidade urbana, das questões de gênero como um todo, englobando as mulheres e pessoas LGBT, as pautas do movimento negro. Era muito trabalho. Não conseguíamos aprovar muitos projetos, mas debatíamos bastante com os segmentos interessados, então fazíamos audiências públicas para debater temas específicos de cada área. Além, é claro, de estarmos sempre atentas às ações do poder público. Chegamos a instaurar uma CPI em que dois vereadores tiveram seus mandatos e direitos políticos cassados, foi o episódio conhecido como 'Moeda Verde'⁷¹ em Florianópolis. Era uma tensão constante, não tinha alívio, todo dia dormia deixando coisas que não tinha conseguido dar conta.

E, diferentemente das vereadoras que a antecederam, Angela Albino não menciona dificuldades com a quantidade de assessores nomeados pela Câmara em seu mandato.

Tínhamos seis pessoas na assessoria parlamentar do meu mandato. Embora fosse o meu nome na placa da porta, tanto eu quanto a jornalista, a recepcionista, quem estava cuidando da parte jurídica e legislativa ou das peças orçamentárias, cada pessoa ali tinha um papel que precisa ser desempenhado com zelo para não perder politicamente quem fosse procurar o mandato e apresentar alguma reivindicação, mesmo que não pudéssemos atender, porque muitas vezes chegam

⁷¹ A Operação Moeda Verde, tornada de conhecimento público no ano de 2006, constituiu-se numa investigação da Polícia Federal e Ministério Público de Santa Catarina, em que os investigadores encontraram evidências da prática de "crimes contra o meio ambiente, o patrimônio público (especialmente a grilagem de terras públicas) e a administração pública". Tais atos ilícitos contavam com a participação de grupos do setor de empreendimentos imobiliários e pessoas com cargos políticos em Florianópolis. Mais informações podem ser encontradas disponíveis em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Opera%C3%A7%C3%A3o_Moeda_Verde>. Acesso em 21 abr. 2016.

peessoas que querem que paguemos sua conta de luz ou de gás, é uma necessidade concreta, mas não podíamos pagar, moralmente não era (e não é) adequado. Então dividimos assim: Michele era a recepcionista, que recebia as pessoas, atendia os telefonemas e fazia a triagem de encaminhamento. Ana Cláudia foi nossa jornalista na maior parte do mandato. Líbero fazia todo o trabalho legislativo de projetos de lei, pareceres, ordem do dia, conhecia o regimento, a Lei Orgânica e todo o trâmite interno da Câmara. A Janete era responsável por acompanhar a parte orçamentária no município e os debates do Plano Diretor. E tinha a Estela e a Simone (risos) que faziam toda a relação e interlocução com os movimentos de mulheres, LGBTs e negros, atendendo suas reivindicações e participando das atividades, representando o mandato.

Percebe-se uma articulação destacada dos mandatos de Angela Albino, Lia Kleine e Clair Castilhos com as reivindicações feministas e demandas das mulheres.

O mandato de Angela (2005-2008) foi quando a Câmara Municipal de Vereadores de Florianópolis conseguiu disponibilizar maior verba financeira para cada parlamentar ter uma razoável equipe de assessoria. E a vereadora conseguiu inclusive contratar pessoas por afinidade de áreas temáticas. Estive nesta equipe, conforme ela cita em depoimento acima. Foram quatro anos trabalhando diretamente no gabinete, onde tive a oportunidade de conhecer como opera este espaço de poder. Foi interessante o processo de desconstrução de uma série de pré-noções, que se desmanchavam um dia após o outro, com a operacionalização das articulações necessárias para se propor, debater e aprovar um projeto de lei. O trâmite de uma iniciativa legislativa não ocorre somente entre os vereadores. Ela é permeada pelas pressões dos movimentos sociais – desde sindicatos, até associações de moradores, ambientalistas, mulheres, negros, lgbts, estudantes – até representantes da elite econômica e política, setores empresariais, religiosos e conservadores. Quase sempre parlamentares que compõem a minoria, de oposição ao prefeito, precisavam mobilizar os movimentos sociais por meio de audiências públicas e manifestações na Câmara de Vereadores para terem algum projeto de lei de maior impacto aprovado, do contrário

não conseguem ultrapassar a barreira das proposições ou iniciativas que não interferem no *status quo*, a exemplo de nomes de ruas, dias para demarcar datas importantes aos segmentos sociais ou indicação de homenagem a personalidades locais. O enfrentamento cotidiano de parlamentares que se opõem a projetos advindos dos interesses da especulação imobiliária e interesses econômicos predatórios para a cidade é estressante, consome a maior parte do tempo e, muitas vezes, resulta numa luta sem sucesso para a bancada de oposição minoritária, considerando a maioria conservadora e ligada a essa elite econômica e política, que vota e aprova seus projetos de lei, a despeito dos protestos dos movimentos sociais ou dos poucos parlamentares contrários.

Zuleika Lenzi e Clair Castilhos, ao longo de seus mandatos parlamentares, e principalmente depois deles, tornaram-se expressivas lideranças feministas, tanto no âmbito local como a nível nacional, no caso de Clair. É importante ponderar que Lia Kleine, cujo mandato foi entre 1997-2000, e Angela Albino, que legislou entre 2005-2008, já se identificavam publicamente como feministas. Por isso percebemos nas iniciativas parlamentares de Lia Kleine e destacadamente de Angela Albino um forte envolvimento em debates relacionados as demandas das mulheres, reivindicações feministas, aos direitos das pessoas LGBTs e da população negra.

Jalila, que esteve junto com Clair em seu segundo mandato de vereadora, afirmou que as reivindicações dos movimentos de mulheres se concentravam com sua colega, que tinha uma interlocução com esses movimentos:

A Clair era muito forte nisso e acabavam indo para o mandato dela essas demandas das mulheres. Sempre que tinha alguma coisa nessa área ela me convidava, eu ia e participava das atividades, mas não é que fosse uma bandeira de meu mandato, uma prioridade, que isso fosse um diferencial. Eu votava junto nos projetos de lei dessa área, mas não desenvolvi nada específico. Minha atuação enquanto vereadora era mais voltada nas questões ambientais e aí se desdobra em outras que são os parques públicos, o tratamento e separação do lixo, a educação ambiental, zoneamento e planejamento urbano.

Segundo nos diz Jalila, era bastante cansativo perder frequentemente as votações, mas, mesmo com isso, não desistiam de defender as causas ambientais em defesa de uma cidade melhor pra se viver. Ela diz que:

Na oposição éramos minoria, então sempre perdia nas votações (risos). Mas estávamos em seis da oposição e posso te dizer que até a gente entrar pouco tinha de debate na rua. Nos fazíamos o enfrentamento e levávamos os assuntos para fora da Câmara, para o povo ter conhecimento do que acontecia lá dentro.

Apesar de Jalila e Angela Amin pautarem como prioridade, em seus mandatos na vereança, questões que se associam à dinâmica da vida cotidiana das mulheres – meio ambiente, demandas de creches e outras educacionais – nenhuma delas estabeleceu relação com o feminismo. Certamente, conforme destaca Anne Phillips (1996), a presença das mulheres na política é um fator importante, porém não significa que todas as mulheres irão agir sobre as temáticas que mobilizam os movimentos feministas. Esta autora diverge da opinião de que a simples presença das mulheres na política represente um ganho qualitativo para as reivindicações feministas, e assevera que é preciso considerar a política de presença e a política de ideias.

A política de presença refere-se à necessidade das múltiplas identidades estarem representadas nos espaços da política e, por consequência, fragmenta em uma elipse sem fim a sociedade, pois as características identitárias de cada agrupamento social, desde os mais densos até os menores em contingente populacional, reivindicariam a expressão de suas vozes com a presença de seus verdadeiros representantes. Neste sentido, entram cena tanto os interesses de classes, passando por grupos religiosos diversos, tribos indígenas, povos quilombolas, até pessoas negras, lgbs ou mulheres. Para Phillips (2001) defender a política da presença, pensando unicamente no sexo – homens-mulheres – implica uma posição, no mínimo, antidemocrática, tendo em vista a pluralidade das identidades no contexto da modernidade e pós-modernidade.

A política de ideias mostra-se mais plausível, segundo a autora, por tratar mais das demandas dos diferentes contingentes populacionais do que propriamente a presença de todos num espaço parlamentar. O

que significa na prática, por exemplo, uma pessoa com alto poder econômico, de classe elitizada, defenda e represente os interesses dos trabalhadores e pessoas pobres. Ou que homens, conscientes do sistema patriarcal opressivo, defendam pautas feministas e a paridade de gênero na política.

Porém, conforme ressalta a própria Anne Phillips (1996, p. 80), “enquanto o número de mulheres eleitas é tão escasso e a gama de temas considerados ‘políticos’ sejam definidos por homens, o dilema dificilmente será superado”.

Certamente nem todas as mulheres eleitas estarão envolvidas com as reivindicações feministas. No entanto, considerar e apoiar tais demandas é fundamental para avançar na proposição de políticas públicas com equidade de gênero. Quanto mais parlamentares se identificarem como feministas, maior será o ganho político tanto para o movimento feminista como para a visibilidade das discriminações que ainda persistem.

Conforme refletimos neste item, é essencial a eleição de mulheres identificadas e comprometidas com as reivindicações feministas, pois refletem tanto um ganho simbólico de reforço ao feminismo como um ganho prático na defesa e visibilização de denúncias das discriminações a que ainda estão submetidas as mulheres. Assim, pois

a consciência feminista tem uma influência mais significativa do que a representação por gênero, contribuindo para que sejam discutidas politicamente as situações objetivas que colocam as mulheres em posição inferior e desigual e que, no geral, são decorrentes de fatores estruturais que só mudarão pela ação coletiva e ação política substantiva (AVELAR, 2001, p. 61).

Neste sentido, considerando a importância singular de eleger mais mulheres feministas, há que se pensar em estratégias para potencializar o êxito eleitoral daquelas que se dispõem e desafiam o *satus quo* ao se lançarem candidatas. Paralelamente podemos também levantar questões que giram em torno dos pactos intergêneros – entre homens e mulheres – e dos pactos intragêneros – entre mulheres – para eleger tanto quantitativamente mais mulheres, como eleger mais mulheres e homens comprometidos com a defesa dos direitos dos contingentes populacionais historicamente discriminados e excluídos

dos espaços de poder de tomada de decisões no âmbito público. Vamos nos dedicar a refletir sobre essas e outras questões a partir das próximas páginas.

5.5 ASPECTOS DIFICULTADORES E ESTRATÉGIAS – PACTOS INTERGÊNEROS E INTRAGÊNEROS

Problematizar a questão do escasso número de mulheres no âmbito público envolve pensar em possíveis estratégias para potencializar o êxito eleitoral das mulheres. Dentre as estratégias que serão levantadas, destacaremos aqui os pactos intergêneros e os pactos intragêneros, em diálogo com as avaliações das mulheres que foram vereadoras em Florianópolis. Desta maneira, inicialmente convidamos nossas entrevistadas a expressarem suas opiniões em torno dos motivos pelos quais temos tão poucas mulheres que participam e se candidatam a cargos eletivos.

Para Clair Castilhos, não há um motivo único que dê conta de responder, mas várias questões convergem para o cenário da baixa presença numérica de mulheres como parlamentares ou prefeitas e governadoras:

Tem várias razões: - os partidos não investem em mulheres para serem lideranças e candidatas, preferem primeiro os homens, depois mulheres 'bem comportadas' e em último caso uma feminista. Isso no geral, claro que há exceções; - as mulheres que estão envolvidas em movimentos sociais como feminista, ecológico, comunitário, não acham ou não se conscientizaram que é necessário ter participação político-partidária e parlamentar, pensam que fazem sua parte nesses movimentos, como se um movimento social tivesse força para resolver questões macro; - outra coisa é que nos últimos anos temos um clima geral de desqualificação e descrença na política, enfatizado pela mídia e grandes grupos do poder econômico. Quem é do movimento social, feminista, ecologista e etc, tende a pensar que partido político é tudo igual, e que entrar em partido é virar uma pessoa corrupta. Mas se não tiver gente bacana nos partidos essas pessoas se

perpetuam e vão ser candidatos, e alguém a sociedade vai eleger. Partido político - ou sindicato, igreja e qualquer associativismo - não é uma entidade abstrata, é tudo o que nós somos, e se estamos numa sociedade podre não podemos ter ilusões: uma parte das pessoas eleitas são corruptas, não digo que todas, mas esses se elegem também. E a mídia começou a difundir que tudo é uma grande sujeira, para perpetuar os de sempre. E o povo, especialmente as mulheres, querem distância disso. Além disso, grande parte das mulheres são atraídas a participar de atividades de caridade, voluntariado, que ocupa o tempo e as retiram do que realmente é central na sociedade que é estar em locais de definição de políticas, no espaço de poder e de discussão dos rumos da política econômica e da política social. Historicamente os partidos políticos não valorizavam as mulheres como lideranças ou possíveis candidatas, agora com a obrigatoriedade das cotas esse cenário vai mudando.

Clair elenca uma série razões de ordem prática e atual que repelem as mulheres de participarem da política partidária, em conformidade com o que afirma Cruz (2013, p. 68): “os homens, publicamente, até admitem a importância da participação feminina nas esferas públicas, mas na prática tem muita dificuldade em compreender ou conviver com essa realidade”, o que justifica em parte que os partidos políticos ainda tenham resistência em investir nas candidaturas de mulheres.

Além disso, Clair refere que a forma deturpada com que a mídia tem explorado casos de corrupção na política desestimula a entrada das mulheres nesse espaço, contribuindo para uma cultura de não participação. A estratégia deveria ser inversa, os movimentos feministas deveriam perceber o imenso vazio que deixam ao deixarem de se candidatar, pois quanto maior a participação das mulheres na política, mais qualidade teríamos nas estruturas partidárias e nas tomadas de decisões.

A pouca presença das mulheres nos espaços políticos ou de disputas eleitorais, observa Lia, está associada a um contexto histórico

cultural conservador, carregado por um discurso de descrédito da política, conforme destaca:

Tem dois elementos que quero pontuar: primeiro eu vejo um pensamento mais ou menos assim: ‘podem fazer tudo, só não venham querer mandar ou decidir sobre questões importantes’. No universo das grandes empresas, são raríssimas as altas chefias comandadas por mulheres. No judiciário o cenário é péssimo. E isso é o que vem de nossa história, de que o espaço da mulher é o doméstico e a família, e quando algumas mulheres pensam em entrar na política sabemos que a própria família puxa para trás, porque não querem perder essa pessoa que segura as pontas dentro de casa. E tem um segundo elemento, principalmente capitaneado pela grande mídia e poderosos grupos econômicos, de transformar a política num espaço sujo, apregoando o descrédito e isso desestimula muita gente, principalmente as mulheres. Eu ouvia muito ‘como tu aguenta essa sujeirada?’ ou ‘Tu lá no meio dessas maracutaias?’ As pessoas soltam essas frases como se não falassem nada de mais, mas revela o que pensam da política. Ou seja ‘mulher, você não deveria estar lá’. Os homens participam mais desses espaços, a maioria das mulheres são arreadas e a sociedade prefere deixá-las de fora desses lugares que vê como ‘sujos’. Infelizmente é assim que a política foi pintada e está sendo assimilado, uma lástima.

É fato que, como já vimos neste estudo, sempre existiram vozes que se rebelaram, reivindicaram mais direitos, até chegarmos às condições atuais. Mas também há que se reconhecer que apenas nas últimas décadas do século XX, como convergem as falas de Clair, Lia e Angela Albino, a presença das mulheres nos espaços públicos começou a se ampliar - mesmo que ainda seja minoritária, como na política eleitoral e partidária, no judiciário e direções de grandes grupos econômicos.

Os motivos para a baixa presença numérica de mulheres na política, para Angela Albino, envolveu uma conjunção de fatores:

As candidaturas de mulheres são numericamente inferior às dos homens. Mesmo com a cota mínima de candidatas, eles são a maioria dos candidatos e, sendo assim, ficarão com a maior parcela dos votos. Os votos serão divididos antes de tudo entre os homens, pois são 70% das candidaturas nas eleições. Também tem outra questão: a ‘transmissão de poder’, onde os homens detêm o poder e vão querer continuar lá. E o poder é mais do que apenas masculino, ele é masculino, branco, rico, heterossexual, com mais de 40 anos. Há um recorte geracional, outro de classe e os recortes de gênero, racial e de orientação sexual, tudo isso se cruza e resulta no cenário político conservador, reflexo da sociedade que temos. Me parece que há um pacto de perpetuação do poder, há uma conjunção de fatores no imaginário coletivo que desenha o perfil de quem corresponde ao tipo que deve estar nos espaços de tomada de decisões. E nesse imaginário a política ainda não é lugar para mulheres, por isso talvez sejamos tão poucas. É muito mais naturalizado que um homem rico, branco e que se diz heterossexual (risos), com 50 anos, tenha poder e seja eleito ao invés de uma mulher negra ou lésbica.

Segundo a avaliação de Angela Albino, a pouca participação das mulheres nos espaços da política eleitoral tem estreita ligação ao imaginário coletivo, à cultura que historicamente atribui o lugar das mulheres. Desta maneira, apesar da ocupação dos cargos de poder na política ocorrer sob os auspícios da democracia liberal, conforme Anne Phillips (1996, p. 70), este suposto “sistema de representação exclui consistentemente as vozes das mulheres e não é só injusto; não se pode tomá-lo sequer como de representação”.

O que Angela Albino traz como um “pacto de perpetuação do poder”, ao se referir à maciça presença masculina na política eleitoral, nos remete ao “pacto entre varões” que está envolto, segundo Célia Amorós (2007, p. 142), “em um esquema patriarcal (...) que desenha simbolicamente um tipo com determinados atributos que marcam, justamente, o tipo que deve exercer o poder”. Isto reforça o que Estela Serret (2012, p. 02) analisa como os “pactos hipotéticos patriarcais”, que

se dão entre os homens para perpetuá-los nos espaços públicos valorizados e manter as mulheres excluídas desses lugares, com base numa estruturação fortemente consolidada, resistente e robusta.

Neste sentido, Jalila avalia que a maioria das mulheres, não se envolvem na política por não conhecerem. Conforme nos diz:

Talvez falte encantamento, muita gente desconhece essa área, e a pessoa não vai gostar daquilo que não conhece e quando conhece pode se encantar, se tem encantamento participa. Alguns partidos de direita trazem mulheres e mostram um lado da política com cargos, com poder, esse é um tipo de encantamento que a direita mostra para as pessoas e as consegue manter na política. Mas a maioria das mulheres dizem que não entram na política por não ter encantamento. E outra parte também é por ignorância no sentido mais amplo da palavra.

A questão que fica no ar, a partir dessa fala de Jalila, é por quais motivos as mulheres não buscam sequer conhecer para correr o risco de se encantarem pela participação político-partidária e pensarem na possibilidade de disputarem eleições? De fato, conforme avaliaram as autoras Oralia Gómez-Ramírez e Luz Verónica Cruz (2008), é difícil romper com o desconhecimento. Segundo essas autoras, há espaços estratégicos para se romper com a ignorância e apatia política das mulheres, dentre os quais destacam: “a academia, o campo de trabalho e profissional, os movimentos sociais, os espaços comunitários religiosos, as figuras femininas e finalmente, a aproximação autodidata” (2008, p. 395).

Constata-se que o período em que estavam cursando graduação, em contato com o mundo acadêmico, foi determinante para uma parte das ex-vereadoras de Florianópolis iniciarem uma participação engajada: Zuleika Lenzi, Clair Castilhos e Lia Kleine. Mesmo que, em geral, nas universidades o trabalho das pesquisadoras feministas ainda encontre resistências e desqualificações, como afirmam Oralia Gómez-Ramírez e Luz Verónica Cruz (2008, p. 396), a academia “tem tido um impacto direto na derrubada do mito da igualdade e muitas das acadêmicas feministas consideram que é essa sua tarefa fundamental, a de desvelar por meio de dados reais que a igualdade é uma falácia”.

E, neste sentido, é importante que movimentos e acadêmicas feministas tracem estratégias para que cada vez mais jovens mulheres conheçam e se lancem à participação ativa, e também para que aquelas parlamentares eleitas - principalmente as não identificadas com o feminismo, que desconhecem a histórica opressão das mulheres - tenham acesso a cursos, seminários e leituras sobre as desigualdades de gênero, para que seja desvelada essa pseudoigualdade.

O local de trabalho, por sua vez, é um espaço de convivência importante entre pessoas, e mais recentemente tem se mostrado interessante o fato de que “o trabalho próximo com algumas feministas, neste âmbito, é uma motivação para as jovens, que frente suas posturas de vida, refletem sobre a situação de desigualdade que vivem as mulheres” (Idem, p. 397). Da mesma forma, ao atuar nos movimentos sociais enquanto feministas, damos visibilidade ao feminismo com nossas práticas questionadoras - por exemplo voltadas ao fato de tão poucas mulheres estarem no protagonismo das direções dos sindicatos ou partidos políticos ou serem as candidatas nas disputas eleitorais daqueles movimentos. Esses questionamentos geram importantes conflitos e tensões no interior dessas organizações e aproximam as mulheres, que começam a notar situações de opressões a que estão cotidianamente submetidas sem que tivessem percebido ou tivessem parceria para enfrentar.

Já os espaços religiosos, analisam Gómez-Ramírez e Cruz (2008, p. 398), são importantes meios para uma grande parcela das mulheres terem alguma participação na vida pública, no âmbito de sua comunidade e, mesmo com as limitações, muitas delas encontram apoio em organizações como os movimentos eclesiais de base, da igreja católica, para uma atitude questionadora dos padrões sociais opressivos. Ademais, destaca-se que “uma grande maioria das mulheres na atualidade professam uma crença religiosa; nesse sentido, é crucial contar com algum espaço de reconciliação, como o das Católicas pelo Direito de Decidir”, para estabelecer diálogos não fundamentalistas. Nesta linha é sempre interessante trazer para o debate a referência de outras mulheres para a vida das próprias mulheres, fazer com que relembrem a trajetória de sofrimento ou bravura da avó, mãe ou irmã que enfrentaram situações-limite e superaram ou não, e também evidenciar algumas personalidades feministas que viveram situações de opressão e despertaram para o feminismo (como Maria da Penha). Isto

pode potencializar um olhar crítico de muitas mulheres sobre a realidade em que vivem.

Conjugando as reflexões das ex-vereadoras que entrevistamos com a literatura pertinente, percebemos que são vários os determinantes que convergem para formar esse cenário com baixo percentual de mulheres no parlamento brasileiro, dentre os quais sintetizamos e destacamos: a) questões históricas da inserção das mulheres no espaço público e do papel à elas atribuído no espaço privado, no âmbito doméstico e familiar. Isto gera sobrecarga por um lado e, por outro, desinteresse delas em conhecer e participar da política partidária, bem como falta de apoio da família para sua atuação nessa esfera; b) questões amplamente difundido pela grande imprensa e culturalmente assimiladas pela sociedade, inclusive pelas mulheres, de que o lugar delas é fora desses espaços de tomadas de decisões políticas, contaminados pela corrupção, onde absolutamente “ninguém presta”; c) a resistência dentro dos partidos políticos - tanto que foi necessário criar o dispositivo de cotas mínimas de gêneros diferentes para disputas eleitorais, já que não investem financeiramente nas candidaturas de mulheres e nem esse percentual mínimo de 30% é alcançado, uma vez que há menos de 10% de mulheres na política brasileira. Particularmente nos chama a atenção que em Florianópolis nenhuma mulher foi eleita vereadora titular nas disputas eleitorais de 2008 e 2012, quando a nível nacional a média dos municípios foi de mais de uma mulher titular por câmara de vereadores. Houve de fato a eleição de 6.504 mulheres (12,5%) em 2008 e de 7.648 (13,5%) em 2012, sendo que a maioria dos municípios do país são de pequeno porte e contam com cerca de 09 a 15 parlamentares em cada Câmara, enquanto naqueles com maior população chega ao número de 21 vereadores.

O fato de termos apenas seis mulheres eleitas vereadoras titulares em Florianópolis nos fez refletir, também a partir da avaliação de nossas entrevistadas, sobre este cenário e possíveis estratégias para eleger mais mulheres nos espaços parlamentares. Para Clair Castilhos a capital catarinense é um lugar muito conservador:

Existe uma direita organizada e articulada que domina a cidade, o estado e monopoliza os meios de comunicação. Toda direita que se preza também é machista, patriarcal, racista, homofóbica, burguesa, e não permite que se consolide o diferente. Na mídia a mulher é nicho

de consumo: dia das mães, liga feminina de ajuda, coluna social, voluntariado. Não estamos em espaços determinantes de poder, a não ser algumas mulheres já inseridas nesse meio tradicional e burguês. A sociedade daqui é muito conservadora e colonizada, pensa na cidade evocando o título de “capital turística do mercosul”, turismo de luxo, comercial e predatório das belezas naturais. Se vende a beleza das mulheres que vivem aqui como produto turístico. Isso tudo influencia para não se abrir espaço ao crescimento de lideranças femininas comprometidas com a quebra dessas questões. O movimento feminista como um todo é nitidamente questionador, se levanta contra valores estabelecidos e hegemônicos. É um cenário do Brasil inteiro, em Florianópolis ficou mais acintoso, talvez por ser capital de um dos estados que, do ponto de vista econômico, é dos mais prósperos do país numa fase de estímulo brutal ao empreendedorismo individual, em dar atenção à própria vida e não se preocupar com o coletivo. E a maior parte das mulheres que são candidatas não tem estrutura de campanha e ficam sem condições para enfrentar setores conservadores. As mulheres até fazem boas votações, mas não conseguem atingir a quantia para se eleger. Além disso o movimento feminista é diversificado, com mulheres de diferentes partidos e todas fazem votos, mas nenhuma consegue para si a quantia suficiente. E é ilusão querer pensar em candidata única feminina/feminista, já que as pessoas são de partidos e fazem campanhas para seus partidos - se não fosse assim não precisaria partido, teria que se ter o unido (risos).

Mais uma vez observamos que Clair levanta uma série de questões a serem superadas, que vão deste o contexto macro da sociedade conservadora, que não aceita instalação de novidades em determinados espaços, até o da política local, marcadamente dominada por grupos da direita, incluindo o empresariado que avançou para meios de comunicação tradicionais (TV, rádio e jornais) e para a política eleitoral. Para Clair, no âmbito da disputa parlamentar, descarta-se a

estratégia de união pluripartidária em torno de uma possível candidatura feminista para concentrar os esforços do movimento em eleger a candidata de um determinado partido, já que as mulheres envolvidas em seus partidos políticos não deixarão de buscar votos para as candidaturas desses. Seria então quase uma utopia querer que feministas de diferentes partidos fizessem campanhas a uma candidatura que não de seu próprio partido político.

Por mais que se cogite informalmente tal possibilidade entre as feministas partidárias, ainda estamos distantes de viver essa realidade, inclusive porque se busca eleger várias mulheres e não somente uma. Neste sentido deveríamos pensar numa estratégia de pacto intergêneros (Rodriguez 2002), cujas candidaturas de mulheres contassem com apoio e estrutura partidária para o êxito eleitoral em várias coligações.

Os pactos intergêneros, propostos por Elena Simón Rodríguez (2002, p. 95), pautam-se em ações partilhadas entre homens e mulheres, a fim de se buscar: a equidade de gênero, a solidariedade, a justiça distributiva de bens materiais ou não materiais (conhecimento, poder, amor, apoio); e a confiança, segurança, responsabilidade mútua e compartilhada, o poder contar em reciprocidade com a/ao outro/a. Conforme a autora, o pacto intergêneros baseia-se nos acordos advindos no âmbito da identidade de referência como seres humanos: das mulheres com homens e dos homens com mulheres, para poder desconstruir mandatos patriarcais de gênero e a dominação masculina universal, substituindo-os pela construção de novas formas de relações, poder e convivência equitativa. Para Rodriguez o *pacto intergênero* deve vir acompanhado de mais dois pactos: *pacto intragênero* – entre mulheres, e entre homens; e *pacto intrapsíquico* – no âmbito da subjetividade, ou seja, de cada pessoa consigo mesma, desconstruindo estereótipos na construção permanente e livre da sua formação como sujeito individual.

Sem a estruturação desses pactos, mantidas as condições estruturais atuais e de ínfimo avanço do percentual de mulheres eleitas nos últimos 30 anos, o aumento significativo de participação das mulheres na política tende a acontecer somente quando houver o estabelecimento de cotas de cadeiras no parlamento para mulheres, ou a mudança no sistema eleitoral para listas fechadas com alternância de gênero.

Para a ex-vereadora Lia Kleine há contradições na composição de um cenário, em Florianópolis, que “por um lado é conservador e por

outro liberal, em se pensando como um centro universitário, de concentração de servidores públicos”. Porém questões cruciais ganham destaque em sua reflexão:

Um fator determinante é que a mídia conseguiu incutir na cabeça da maioria das pessoas que a política é um jogo sujo, e que os homens até tudo bem estarem ali, mas as mulheres não. Também tem a questão de que a política foi pensada para que os homens exercessem, é o espaço de tomada de decisões importantes, que mudam uma cidade ou um estado ou um país, e que as mulheres até podem participar da vida pública, mas da política já seria demais. Além disso, de um modo geral, os partidos não investem nas candidaturas femininas, de fato isso eu colocaria como o principal entrave. E isso desemboca em outra questão: o eleitorado prefere votar em quem é cotado para se eleger. Então se os partidos apostassem mais nas suas lideranças mulheres, investindo e mostrando que são viáveis, o eleitorado em geral simpatiza com a ideia de votar em mulheres, mas vota em quem tem potencial de se eleger.

As questões levantadas por Lia Kleine são de ordem macro: a não valorização dos partidos políticos, o fato de a política em si ter sido pensada por e para homens, sendo eles os protagonistas históricos, e a questão de a população em geral votar em candidaturas viáveis eleitoralmente. No entanto Florianópolis é a única capital de estado do país que, nas últimas duas legislaturas, não teve nenhuma mulher eleita vereadora titular. Certamente aconteceu a influência, no cenário local, da formação de coligações partidárias com candidaturas masculinas muito fortes do campo tradicional e associa-se a isso o baixo investimento dos partidos nas candidaturas de mulheres, o que resultou em nenhuma mulher com êxito eleitoral, apesar de terem sido bem votadas.

Os partidos políticos são os principais responsáveis pelo acesso e aumento da presença nas estruturas de poder políticos. Com o objetivo de alcançar posições de liderança, as mulheres necessitam ascender dentro dos próprios partidos, que são os que tem a capacidade para selecionar

os e as candidatas a cargos públicos (GONZÁLEZ, 2007, p. 34).

Os partidos políticos, mesmo que não sejam os únicos, são fundamentais para o aumento numérico das mulheres nos espaços de tomadas de decisões do âmbito público. Para Marta González (2007, p. 37) “são o gênero e as atitudes das elites dos partidos os fatores que mais podem estar influenciando” o cenário de exclusão das mulheres da política eleitoral como candidatas exitosas.

Além de levantar reflexões também feitas por outras entrevistadas, Angela Albino chama a atenção para o fato de que, dentre as candidaturas nas disputas eleitorais, “somos poucas feministas, poucas candidatas, poucas nos partidos”. Ademais, diz ela: “já não é possível concentrar os esforços numa única candidatura, pois há a obrigatoriedade das cotas de mulheres, assim nos dividimos entre os partidos e em cada partido para buscar votos para várias candidaturas femininas”. Outra vez se denota a importância de uma reforma política objetivando a aprovação do sistema de listas fechadas com alternância de gênero para potencializar a eleição de mais mulheres.

Neste sentido, é preciso buscar a igualdade através de ações equitativas, pois, sem medidas sérias de ajustes, os grupos historicamente excluídos nos mais diversos âmbitos permanecerão por séculos reféns dos dominadores, por mais que protestem. Segundo Marta Falcón, faz-se necessário que sejam desmascaradas as falsas dicotomias igualdade-diferença, igualdade-equidade, tão presentes nos referentes masculinos:

A diferença é um fato; a igualdade um direito. A igualdade é um princípio reconhecido no campo dos direitos humanos; a equidade é uma nuance que invoca a equivalência. A diferença é um suposto básico da igualdade. A equidade é uma estratégia para alcançar a igualdade (FALCÓN, 2012, p. 100).

O objetivo de aplicar medidas equitativas deve ser a igualdade, a exemplo das ações afirmativas, as cotas, que devem ser medidas temporais para conseguir um equilíbrio que finalmente conduza à igualdade. Mesmo com a obrigatoriedade da lei de cotas, impossibilitando o registro da coligação proporcional que não apresentar

os 30% de candidaturas de mulheres, muitos partidos ainda estão recorrendo a “laranjas” por não terem mulheres dispostas a serem candidatas, pois não houve investimento partidário na formação de lideranças e dirigentes mulheres, e logicamente não será de uma hora para outra que haverá uma legião delas dispostas a encarar uma disputa eleitoral.

Zuleika Lenzi nos traz uma reflexão em torno do conservadorismo do voto em uma sociedade visivelmente conservadora e preocupada com estereótipos, inclusive no que se espera de candidatas e possíveis mulheres eleitas:

Um fator importante é o perfil de mulher que se vai votar. Estamos numa sociedade conservadora, e as pessoas votam em mulheres ou homens conservadores também. Veja meu caso, sou uma mulher branca, de classe média alta, mais velha. Esse era meu perfil quando fui bem votada em toda a cidade. Existe uma tipologia a ser analisada. Quem são as mulheres que correspondem a essa tipologia? Temos que pensar se queremos eleger mulheres que contemplem esse estereótipo, socialmente aceito, ou se preferimos lutar contra essa padronização que se espera e continuarmos não elegendo mulheres ou elegendo tão poucas. São escolhas que temos diante da sociedade que temos.

Zuleika levanta uma importante questão: que mulheres queremos que sejam eleitas? Há um estereótipo conservador que tende a ser eleito por essa sociedade conservadora, e Angela Albino mencionou isso anteriormente. E estamos dispostas a entrar no jogo do estereótipo ou vamos enfrentá-lo com candidaturas feministas? Nenhuma das seis mulheres vereadoras titulares em Florianópolis é negra, por exemplo, e todas se afirmam heterossexuais, a maior parte delas eram funcionárias públicas com graduação concluída. Angela Amin é casada com um político e sempre esteve ao lado do marido nas campanhas e espaços políticos.

Na compreensão de Estela Serret, o olhar androcêntrico é que define uma espécie de tipo ideal, presente no imaginário social, que mantém em operação os mesmos padrões para o exercício do poder, quase que exclusivamente masculinos.

O olhar androcêntrico segue constituindo hoje em dia um limite na participação em termos de agentes, de sujeitos autônomos e empoderados, das pessoas que não respondem ao perfil socialmente normativo de homem branco, adulto não velho, proprietário, educado, heterossexual (...). O poder político se define a partir da forma como o poder androcático categoriza as mulheres e as regras de apropriação das mesmas (SERRET, 2012, p. 19).

Nessa estrutura de poder androcática (onde mandam os homens), limita-se a entrada para algumas mulheres, preferencialmente mantendo-se o perfil normativo, conforme aponta Serret. E infelizmente nem mesmo o fato de termos, no Brasil, mais da metade do eleitorado composto por mulheres tem sido suficiente para diminuir a abissal desproporção de gênero em participação política. Contudo, Lia Kleine avalia que:

mulher vota bastante em mulher. No meu caso votavam e me estimulavam a ir mais longe. Sempre contei com as mulheres e seus abraços, sugestões, críticas, contribuições e afeto. Eu saia fortalecida dos encontros, reuniões ou debates com mulheres. Homem também vota em mulher. Porém tem a questão de ‘ah, ela não vai se eleger, não vou desperdiçar meu voto’, e quando aparece uma mulher com chance eleitoral, elas têm grandes votações, como foi Angela Amin ou Angela Albino, sempre fizeram ótimas votações e seus partidos investem nelas. Outras que fizeram boa votação: Zuleika, Clair, Jalila. E a Beatriz do PCdoB que assumiu a suplência (em 2014), ficou na primeira suplência, fez quase 2 mil votos numa chapa onde o Partido tinha dezenas de candidaturas. Então quando um partido coloca uma mulher que tem chances de ser eleita, as pessoas percebem e votam. Os partidos têm que qualificar e investir em candidaturas das mulheres.

Neste depoimento da entrevistada, é possível perceber a importância que teve o pacto intragênero – que lhe fortalecia emocionalmente, lhe encorajava para prosseguir o cotidiano do mandato parlamentar para o qual foi eleita; enquanto o pacto intergênero foi fortemente estabelecido em seu partido político, que investiu em sua campanha eleitoral e lhe deu suporte estrutural ao longo da vereança.

Nesta mesma linha de raciocínio, Angela Albino elabora sua reflexão, e discorda que “mulheres não votam em mulheres”. Defende que o fato de ser mulher candidata, hoje, é um ponto positivo junto ao eleitorado, que tem uma “visão romantizada” de que elas são mais éticas na política, visão da qual discorda:

Eu acho que as mulheres votam em mulher. Inclusive observo que ser mulher candidata tem sido um diferencial positivo. Principalmente porque tem um romantismo de que a participação feminina é mais ética na política, não concordo com essa visão. Tem menos mulheres na política, portanto estão menos envolvidas em corrupção. Não acho que as mulheres e os homens votam ou deixam de votar porque ela é mulher, mas por se identificarem com as posturas que esperam delas ou que seja uma candidatura viável e este é um grande entrave para as mulheres, por isso ressalto a importância do investimento partidário nas candidaturas de mulheres. Tem havido, por parte das mulheres, mais simpatia com as candidatas mulheres, sinto isso em atividades das minhas campanhas, uma reunião ou café de ideias com mulheres é sempre um alívio, um respiro, um momento carinho, que me fortalece no meio de tanta aspereza que são as campanhas eleitorais.

Tanto Lia como Angela Albino avaliam que a eleição de tão poucas mulheres está mais associada ao baixo investimento partidário nas candidaturas femininas, e não a um possível boicote das mulheres, em votar nas candidatas mulheres. Contudo, explica Avelar (2001, p. 84), apesar do tema *participação política da mulher* ser muito debatido, raros são os estudos, no Brasil, que analisem as “especificidades do voto da mulher e como esse arsenal eleitoral poderia ser mobilizado para incrementar a representação política feminina”.

Nos trechos das falas de Lia e Angela, destacamos a importância que elas dão ao apoio que recebem de outras mulheres em suas campanhas. No entanto, conforme Pinheiro (2007, p. 49): “existem pouquíssimos estudos no Brasil que tratem da questão das bases eleitorais femininas”, por isso não conseguimos fazer uma comparação entre a fala de nossas entrevistadas e a literatura nacional acerca desta questão. Numa disputa eleitoral as exigências emocionais para com as pessoas que se candidatam são muito fortes, há uma intensa agenda de reuniões, encontros, visitas em domicílios e a resolução de problemas próprios de uma campanha eleitoral, que abala emocionalmente quem é candidata/o. A maior parte das mulheres, menos familiarizadas e preparadas para enfrentar esse “turbilhão” - como mencionou uma das entrevistadas -, e ao mesmo tempo acumulando as responsabilidades familiares junto à campanha eleitoral, acaba por se fragilizar em alguns momentos da disputa eleitoral. Tanto Angela como Lia mencionam que os encontros e atividades que reuniam mulheres eram revigorantes e as fortalecia para prosseguirem, pois nesses momentos recebiam os abraços e o carinho das mulheres que estavam lhes apoiando “no meio de tanta aspereza que são as campanhas eleitorais”, como ressaltou Angela Albino em uma de suas falas.

Neste sentido, se evidencia a possibilidade real de se pensar mais na construção de pactos intragêneros para as campanhas de mulheres, e ao avaliarmos a importância de reforçar aquelas candidaturas identificadas com as questões de gênero e feministas, essa poderia ser uma estratégia fundamental para o êxito eleitoral dessas candidatas. É inegável, conforme vemos nas falas de Lia Kleine e Angela Albino, a solidariedade e o afeto abundante que receberam de outras mulheres e que lhes conferiram um apoio capaz de mantê-las firmes nas disputas eleitorais e no curso dos mandatos parlamentares – os quais exigem delas uma postura fria, sem emoções, ao invés de solidária.

Portanto, antes de se reproduzir o que foi popularmente difundido de que “mulher não vota em mulher”, temos que refletir com mais criticidade a partir das reflexões de nossas entrevistadas, que discordam e nos chamam a atenção para alguns fatores: primeiro, as mulheres historicamente entraram para as disputas eleitorais muito mais tarde do que os homens e acumulam menor experiência na dinâmica partidária e eleitoral. Segundo, nas eleições municipais de 2012, foi a primeira vez que as cotas de gênero foram obrigatórias, de modo que somente agora se conseguiu colocar para as disputas eleitorais pelo menos 30% de

mulheres, ao passo que os homens ainda são 70%, ou seja, numericamente muito mais homens concorrem do que mulheres e consequentemente eles ainda terão muito mais chances de serem eleitos. Terceiro, a influência direta do apoio partidário em candidaturas eleitoralmente viáveis é fundamental para as mulheres disputarem em melhores condições, o que não acontece na realidade de hoje. Quarto, há um estereótipo, um tipo ideal, mais aceito pela sociedade em geral e que tem maior potencial de se eleger: homens, brancos, heterossexuais, financeiramente bem estabelecidos. E esse tipo ideal também vale para as mulheres, pois dentre as eleitas em Florianópolis, abstraindo a questão do gênero feminino, todos os outros quesitos se fazem presentes nelas: são brancas, heterossexuais, de classe média. E, quinto, as candidatas entrevistadas dizem que não encontraram resistência em outras mulheres, pelo contrário, eram fortalecidas, estimuladas, recebiam apoio e carinho delas nas atividades de campanha. Isto soa, nas falas de Angela e Lia, como verdadeiros oásis em meio a tantas dificuldades vividas nas disputas eleitorais, evidenciando-se a presença do pacto intragênero, principalmente com candidatas que se colocam já na campanha eleitoral como defensoras dos direitos das mulheres.

Dentre as possíveis estratégias para eleger mais mulheres, Clair elenca outras questões interessantes, que partem desde o acúmulo de experiência que teremos que construir e, portanto, não será imediato, passando por preparar melhor as mulheres que são lideranças em movimentos sociais para disputar os processos eleitorais, além de articular partidariamente o apoio a sua candidatura:

Temos que pensar num conjunto de ações a serem construídas. É necessário que mais mulheres participem e se formem politicamente para disputar eleições, o que envolve algumas etapas. Primeiro: quando a gente quer ser candidata tem que analisar as forças externas e internas ao partido e sua real condição de articulação. Ou seja, para ser candidata é preciso ter aceitação da família, dos colegas de trabalho e da vizinhança, partindo com alguns apoios importantes; se não há apoios externos ao partido nem adianta ser candidata. Segundo: é fundamental ter apoio partidário, entrar num partido e influenciar o seu funcionamento. Terceiro: nos movimentos sociais precisa ter grupos de apoio e isso não acontece

por você ser legal ou simpática, vão te apoiar por um projeto político consistente. E, quarto: as condições financeiras hoje são definidoras em qualquer campanha por menor que seja, como a de vereadora. Os partidos são dominados por grupos mais antigos, e nós mulheres somos novidade, estamos crescendo mas ainda não conseguimos nos organizar para as disputas eleitorais. A forma tradicional usada pelos homens é: eles dominam os diretórios municipais dos partidos, têm que ter filiados para se eleger, então filiam toda a família, vizinhos, funcionários e depois colocam na direção do partido, aí começam a ditar as normas. Não queremos isso. Mas esse é o sistema político partidário em vigor, se não entrarmos continuaremos excluídas. Quem muda esse sistema tradicional em vigor? São os deputados, certo? Quem são os deputados? Os homens. Nós mulheres queremos mudar isso para ficar melhor para nós. Eles vão deixar? Quero ver quantos homens sensíveis tem (risos).

Ao mesmo tempo que Clair praticamente fornece uma “receita” passo a passo para se obter êxito eleitoral, ela faz a crítica de que esse é o *modus operandi* do sistema político atual, que enquanto feministas discordamos, mas para mudar esse sistema temos que atuar por dentro. Portanto, sem entrar nos partidos políticos, disputar a direção e se colocar como candidatas feministas as mulheres continuarão excluídas da esfera de tomadas de decisões políticas que impactam na vida de grandes coletivos, pois os homens não serão “sensíveis”, não abrirão mão do espaço que sempre foi deles para que as mulheres agora ocupem e sejam protagonistas também nestes lugares, pois isso ameaça a hegemonia masculina na política partidária e eleitoral.

De acordo com Lucia Avelar (2001, p. 160) a política é vista como uma espécie de “jogo racional de interesses (...). A organização política é a pré-condição para a representação de qualquer grupo nas várias arenas políticas”. Assim, conforme reflexão de Clair, uma importante estratégia para eleger mais mulheres partiria da formação política, já que desde sua criação este campo é dominado pelos homens. Trata-se de uma das “medidas mais eficazes para que as mulheres

possam entender a complexa relação entre a política e sua situação de vida” (Avelar, 2001, p. 164).

Igualmente, Angela Albino sugere que, dentre as estratégias que podem contribuir na eleição de mais mulheres, está o investimento na área da formação política:

É fundamental mais formação política de um lado pelos partidos, pois não é do dia para noite que uma pessoa se faz liderança política com capacidade de ser eleita, e tem a questão da estrutura financeira da campanha que é importantíssima. E, de outro lado, pelos grupos feministas junto às candidatas para que conheçam as pautas feministas. E penso que estrategicamente é necessário que os movimentos de mulheres apoiem algumas candidaturas, uma ou duas mulheres feministas, mas sei que é complicado pelas questões partidárias. Na minha opinião, a formação política alinhada com a defesa dos direitos das mulheres é importantíssimo; eu mesma prefiro votar num homem progressista, que defenda os direitos das mulheres, do que votar em uma candidata de uma religião qualquer que defende que os princípios de fé dela devam ser seguidos por toda sociedade. É inviável superar as discriminações de gênero, sexualidade, étnicas e de classe num sistema econômico capitalista que tem em sua essência a exploração e a manutenção da submissão dos segmentos socialmente fragilizados pelos mais fortes. Nós sabemos quem são os mais fortes. Aprendi com as feministas de meu partido que essas discriminações estão entrelaçadas e não podemos ter etapismos, considerar uma mais importante que a outra, então as lutas são conjuntas e as opressões de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e geracional se cruzam e precisam ser enfrentadas desde já.

Além de considerar estratégico o investimento na formação política das lideranças femininas, Angela Albino também considera importante que os movimentos feministas ofereçam atividades de

formação para mulheres que são militantes partidárias ou candidatas ou parlamentares eleitas, potencializando a conscientização dessas militantes para a história das lutas das mulheres e as reivindicações feministas.

Lia Kleine levanta outra estratégia que pode contribuir para eleger mais mulheres: a presença nas direções partidárias, pois, segundo avalia, esses espaços são determinantes nas discussões e rumos dos votos de cada parlamentar durante o exercício de seu mandato, conforme nos diz:

Se olharmos as direções dos partidos, percebemos que são raras mulheres que estão nas instâncias de cúpula, e é lá que se decidem os rumos do voto dos parlamentares em momentos mais delicados e decisivos do legislativo. Tenho certeza que onde tem mulheres na presidência de partido a pauta das reuniões, das atividades, a valorização de determinados debates, é diferente. O avanço da luta política passa muito pelos partidos, tem os movimentos sociais em geral, mas para se avançar na participação das mulheres nos espaços de poder, é preciso que elas estejam nos partidos. Quando é necessário definir como a bancada de parlamentares de um partido vai votar, na reforma da previdência por exemplo, quem vai dizer qual o rumo do voto dos parlamentares? Vai ter reuniões do partido para definir como votarão seus parlamentares e depois vai para a reunião da bancada alinhar e garantir que todos os parlamentares tenham a mesma posição. Nas decisões mais importantes é assim que o voto de cada parlamentar é definido. E cada um, cada uma tem duas opções: - vota com a decisão partidária e coletiva, ou - escolhe seguir o rumo individual do que ele pensa e descumpra a decisão do seu partido. Eu já estive nesse lugar e posso te assegurar que é complicadíssimo votar contra uma posição do partido, que foi discutida e aprovada.

Certamente é estratégico que as mulheres estejam nas direções partidárias para terem possibilidade de interferir nas decisões tomadas pelos partidos e, assim participar deste espaço de poder. Em muitos

momentos a esfera da política partidária pode interferir no comportamento das pessoas no exercício de seus mandatos parlamentares. Além disso, essas esferas se articulam permanentemente. Portanto, é estratégico que as mulheres tenham ambição para estarem nos espaços de poder. Contudo, como reflete Pinheiro (2007, p. 190), “a associação entre poder, ambição, e mulher não é, ainda, algo resolvido para elas. De fato, historicamente, a ambição e o desejo pelo poder estiveram associados ao mundo masculino”.

Estar nos partidos políticos e influenciar nos debates e decisões que ali são tomadas significa acumular capital político a médio prazo, dotar-se de um conhecimento importante para no futuro lançar-se candidata ou ocupar cargos no executivo sob indicação dos partidos. Conforme afirma Marlise Matos (2013, p. 331), “é impossível transformar um fenômeno que ignoramos, que desconhecemos. Compreender é o primeiro passo para transformar”. Assim, as mulheres precisam compreender o funcionamento das estruturas de poder, onde se tomam as decisões que irão impactar na vida de coletivos populacionais. Participar das instâncias de direções partidárias agrega um conhecimento empírico que dificilmente será encontrado sequer na literatura sobre o tema. As tensões, os debates, o agonismo da política (Mouffe, 2005, 2009) vivenciado no cotidiano proporciona uma leitura da real forma do funcionamento das engrenagens do poder, diferentemente de quem estuda teoricamente os sistemas políticos. É a este tipo de conhecimento acumulado que Lia Kleine se refere em vários momentos da entrevista e que afirma ter sido a grande herança que levou para si dos intensos anos que viveu a política partidária e eleitoral como candidata, parlamentar e dirigente de partido político.

As falas das entrevistadas não deixam dúvidas sobre o quão contraditório é estar nesses lugares, principalmente para quem tem uma leitura crítica das limitações enfrentadas e do jogo de poder que ali se concentra. O fazer política a partir dos movimentos sociais ou movimentos feministas, de uma maneira mais horizontalizada, são fundamentais em nossa sociedade, mas não se pode deixar de considerar que o *locus* de poder, hoje no Brasil, para tomada de decisões políticas que incidirão sobre a vida coletiva está na política eleitoral e partidária. Isto sem negar a influência que as grandes corporações econômicas, os conglomerados dos capitais financeiros, nacionais e internacionais, possuem sobre os resultados eleitorais e o contexto da política do Brasil e de muitos outros países que ainda têm no financiamento privado de

campanha eleitoral sua principal fonte de recursos para eleger parlamentares e governantes.

5.6 AVALIAÇÃO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA: “ESCOLHERIA VIVER TUDO OUTRA VEZ”

Todas as seis mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis, como vimos, tiveram como primeiro mandato parlamentar a Câmara de Vereadores, o que é muito comum segundo a literatura sobre o tema da participação das mulheres na política. Atualmente, Lia e Jalila se afastaram da política eleitoral e partidária cotidiana; Clair e Zuleika participam ativamente de movimentos feministas e são grandes referências nos debates junto aos movimentos de mulheres em geral; Angela Amin e Angela Albino são expressivas lideranças partidárias e continuam nas disputas a cada novo processo eleitoral. A seguir trazemos as falas das entrevistadas frente a duas questões que finalizavam a entrevista: como avaliam a própria trajetória política e os planos para o futuro.

Ao falar sobre a experiência que viveu como vereadora titular, Clair Castilhos foi categórica ao dizer que considera que isso influencia até hoje suas atividades diárias que, para ela, são fundamentalmente políticas:

Sempre faço uma análise macro da política, da situação social e econômica, seja dando aula, palestrando ou reunião. Pode ser uma aula sobre a síntese do cloreto de sódio, encontrarei alguma coisa para ligar com a conjuntura política e econômica (risos). Política é o que gosto de fazer, tanto que até hoje estou filiada e participo do partido, o PCdoB; vou em plenárias, conferências, convenções, e defendo minhas opiniões sobre os rumos das decisões que o partido vai tomar. Ultimamente tenho perdido nas votações internas (risos), mas isso faz parte da dinâmica e da conjuntura de alianças. Sempre participo de campanhas eleitorais, apoio nossas candidaturas e se eu não estivesse com tantos problemas de mobilidade, andando só com muletas, seria candidata novamente, mas tenho que me reestabelecer.

Ela ressalta que ter aceitado a indicação daquele grupo de pessoas que debateram entre o nome do Alcides (seu marido) e o seu para disputar uma vaga, pelo PMDB, na Câmara de Vereadores de Florianópolis, e ter sido eleita,

Foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida! Adoro microfone, discursar numa tribuna, adoro ser política e fazer coisas na política. Aliás, a Dona Eurides, que morreu há pouco tempo, era uma comunista antiga e minha incentivadora, e um dia eu estava descontente, inconformada com umas traições na política, falei a ela que pensava em sair de partido. Ela me disse: ‘não faça isso minha filha, tu só presta pra isso’ (risos). Então pensei que ela tinha toda razão, política é tudo o que eu sei fazer.

Concordamos com Clair ao acentuar que a vida cotidiana está impregnada de ações políticas. Conforme vimos, o feminismo reivindicou que o pessoal é político e, desta maneira, a rígida separação entre público e privado foi colocada em cheque pelas teorias feministas. Segundo as reflexões de Susan Okin (2008, p. 320), não se pode entender as esferas públicas – o estado, o mundo do trabalho ou o mercado – desconsiderado “o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica”, portanto pautadas num ordenamento generificado.

Jalila conta que sente orgulho de olhar para seu passado e pensar no mandato parlamentar que desempenhou:

Foi um período de minha vida que teve muita dedicação e penso que fizemos um diferencial, contribuímos para preservar a cidade. Levamos os debates para as ruas, para as comunidades, para onde estavam os segmentos afetados pelas discussões que aconteciam na Câmara de Vereadores. Tenho certeza que foi um mandato excepcional, diferente, participativo.

Ela afirma que, quando foi candidata pela segunda vez, ainda planejava prosseguir nas atividades partidárias por meio de sua atuação como vereadora. No entanto, não alcançou o êxito eleitoral em 1992 e conta que...

Elegemos o Sérgio Grando prefeito de Florianópolis, fiquei um ano na assessoria de meio ambiente da prefeitura. Toda a esquerda estava nessa gestão, podíamos fazer a diferença na cidade, mas a personalidade difícil do Grando e os grupos econômicos poderosos da cidade emperravam os avanços. Deixei a prefeitura e ficou aquele vazio, pensei: o que vou fazer da minha vida? Eu tinha duas filhas pequenas, uma profissão, tive um mandato parlamentar maravilhoso. Então meu cunhado me chamou para trabalhar com ele no ramo imobiliário. De jeito nenhum, eu disse. Mas ele me fez uma proposta diferente, gostei da ideia, resolvi tentar e trabalhei um tempo com ele. Depois abri minha própria empresa e fiquei com a imobiliária uns 10 anos. Mais tarde resolvi trabalhar em casa, como autônoma, com parcerias, na venda de imóveis, com um pessoal bacana.

No caso de Jalila, conforme ela ressalta, também existiam as tensões que ela enfrentava dentro do seu partido político (PV) e que, apesar de se manter filiada, não a convidaram mais para as atividades partidárias. Como conta, “não sei quando foi a convenção eleitoral, não sou convidada a participar de reuniões ou encontros do partido. Sabem que sou filiada, mas não me chamam”. É indiscutível que a histórica exclusão das mulheres dos âmbitos públicos em que são tomadas de decisões que afetam a vida de grandes contingentes populacionais não foi deixada para trás. Persiste no tratamento recebido por muitas mulheres que são eleitas e que não contam com o apoio de seu partido, o que se caracteriza como um dos mais importantes pontos a serem considerados para o êxito eleitoral de quem disputa uma cadeira nos parlamentos. A exclusão ou boicote sofrido pelas mulheres no interior dos partidos políticos está associada à construção cultural dos papéis de gênero em nossa sociedade, conforme assinala Marta Falcón:

A sub-representação das mulheres nos órgãos legislativos é o resultado lógico – e portanto congruente – da construção imaginária das mulheres nos espaços sociais. Enquanto persista a definição de que a função prioritária das mulheres é no âmbito privado – recolhidas ao espaço doméstico, sem reconhecimento, valorização nem direitos – seguirá se vendo com estranheza sua participação pública (FALCÓN, 2012, p. 110).

Por sua vez, Zuleika diz que estar satisfeita com sua trajetória política e mandato parlamentar. Para ela, todas as mulheres que foram vereadoras em Florianópolis concluíram sua passagem pelo parlamento com conceitos bem elevados sobre suas atuações. Particularmente sobre si, ela fala:

Fico muito satisfeita com minha trajetória política, como secretária de estado, dirigente do partido, integrante do movimento feminista e como vereadora titular de Florianópolis. Sou uma pessoa satisfeita. Fiquei triste por ter interrompido minha vida no parlamento, não sendo mais candidata a nada depois do mandato de vereadora, por problemas sérios de saúde. Essa é uma frustração que tenho. Mas sou satisfeita com aquilo que foi possível fazer, com as lutas que me envolvi da preservação do aterro da Baía Sul, contra a destruição ambiental e a poluição visual, a criação do Balcão da Cidadania e o movimento feminista.

Zuleika ressalta o fato de que nenhuma das mulheres que foram vereadoras em Florianópolis, até agora, tem em sua vida política qualquer denúncia de envolvimento com corrupção, e todas, por mais diferentes que fossem as siglas partidárias, foram mulheres que trabalhavam muito no parlamento do município, conforme expõe:

Eu sinto uma grande satisfação também por não ter tido nenhuma mácula nas mulheres que foram vereadoras aqui. Conheço todas pessoalmente sei que são mulheres batalhadoras, esforçadas, bem articuladas, verdadeiras lideranças políticas.

Algumas se afastaram, com certeza tiveram seus motivos, mas, enquanto estavam na Câmara, se dedicaram muito, talvez à exaustão.

Lia Kleine se entusiasma ao falar de como olha seu passado e vivência partidária. Ressalta que foi muito feliz naqueles anos de intensa atividade parlamentar e política e que o conhecimento acumulado é a grande herança que levou. Segundo diz:

Foi uma experiência ímpar, aprendi muitíssimo, tive momentos de alegrias e também de tristezas, tudo era muito intenso, se vivia cada dia dando o melhor de cada pessoa que estava naquele mandato, não fiz nada sozinha. Conheci pessoas maravilhosas e aprendi até mesmo com adversários políticos. Estudava muito e isso me ajuda até hoje no conhecimento que tenho sobre licitações, funcionamento do poder público, do fazer políticas públicas. No plano individual essa foi a grande herança que acumulei.

Por fim, ela diz que se dedicou bastante, mas que talvez tenha lhe faltado tempo para ter feito mais. Afirma que foi muito feliz e não se arrepende de ter sido candidata e eleita vereadora:

Creio que contribuí, me esforcei para dar conta, fiz tudo o que era possível para atender as reivindicações dos segmentos sociais que tinham o mandato como desaguador de suas demandas. Se errei? É bem provável que sim, e se isso aconteceu foi por desconhecimento, por falta de estrutura e tempo para fazer tudo o que era necessário. Fui uma parlamentar feliz, sou uma ex-parlamentar feliz; tinha uma equipe excepcional, um partido que me deu sustentação e nunca me deixou sozinha, dirigentes do PCdoB que debatiam, discordavam, concordavam, refletiam comigo e me ajudavam. Se eu tivesse a oportunidade de voltar no tempo e entre escolher viver ou não viver tudo aquilo, certamente escolheria fazer tudo outra vez.

Conforme afirma Pinheiro (2007, p. 73) “a questão da participação da mulher na política é ainda um fenômeno em construção” e, portanto, as experiências por elas vividas não foram exploradas grandemente. O conhecimento acumulado nos breves quatro anos de exercício parlamentar, ao que Lia se refere como a grande herança individual que levou consigo, poderia ser potencializado caso tivesse permanecido na política partidária. Contudo seu envolvimento como apoiadora das candidaturas de mulheres ao parlamento tem se mostrado fundamental, considerando esse conhecimento que possui das atribuições da vereança, os limites de seu alcance e o funcionamento da máquina pública, tanto da Câmara de Vereadores como da Prefeitura Municipal. Lia não reluta em compartilhar esse conhecimento acumulado sempre que é convidada a integrar os comitês eleitorais de candidaturas do PCdoB em Florianópolis. Pelo contrário, se envolve critica e alegremente, contagia quem está por perto e, definitivamente, traz consigo uma contribuição qualitativa distinta dos apoiadores que não possuem essa experiência que ela teve como vereadora.

Para que mais mulheres tenham essas experiências e estejam em espaços de tomadas de poder onde são tomadas decisões que impactam na sociedade, é importante retomar, mesmo que brevemente, o que assinala Luana Simões Pinheiro sobre a participação das mulheres na política eleitoral, pois,

por ser fenômeno ainda em construção, muitas barreiras devem ser vencidas para que a presença de mulheres se torne mais significativa nas esferas de representação. Isto significa alterar, de maneira profunda, a cultura e os costumes da sociedade brasileira, de modo que as mulheres se identifiquem como detentoras de espaço e de legitimidade para atuar no campo político. Na realidade, esses dois fatos caminham lado a lado, uma vez que a maior participação de mulheres na política altera a cultura tradicional vigente e, como consequência, essa alteração estimula maior presença política feminina (PINHEIRO, 2007, p. 73-74).

Angela Albino se emociona em recordar a vida de trabalho e constante esforço que sua mãe e seu pai tiveram para garantir que as

duas filhas estudassem e crescessem com dignidade, ao mesmo tempo em que avalia sua trajetória política com a seguinte reflexão:

No meu caso se entrelaçam duas improbabilidades: a de classe e a de gênero. Não esqueço que sou filha de costureira e pedreiro, e todo o esforço que faziam para eu e minha irmã vivermos bem com o que podiam nos dar. Quando estou em Brasília e algum ministro me chama pelo nome ou em Bruxelas sendo homenageada pelo apoio às políticas públicas relacionadas ao esporte e esportistas, que como parlamentar tenho feito, sempre penso 'é a filha da costureira e do pedreiro que tá aqui, que só estudou naquela escola particular porque o pai construiu a casa da dona da escola e conseguiu uma bolsa', isso é tão significativo (se emociona). Tenho sim bastante orgulho de olhar para trás e ver como tem sido o rumo de minha vida.

Angela Albino é uma das ex-vereadoras de Florianópolis que continuou no cenário político-eleitoral da cidade, conforme ela própria nos conta:

Nosso mandato de vereadora teve um saldo político muito positivo. Fui eleita em 2004 e já nas eleições de 2006 fui candidata a deputada estadual. Fiz uma boa votação (mais de 32 mil votos), mas faltaram 417 votos para ser eleita titular. Num cenário disputado, com candidaturas muito experientes, fiquei segunda suplente de deputada estadual. Essa boa votação fez com que pudéssemos discutir no partido a minha indicação para disputar como candidata a prefeita em 2008. Na eleição de 2010 fui eleita deputada estadual titular. Tenho certeza que isso tudo se relaciona com a imagem que construímos na vereança, onde ficou registrado nossas principais bandeiras e que estão comigo até hoje: trabalhadores e sindicalismo, mulheres, LGBTs, luta antirracista e uma cidade melhor para se viver.

Por fim, ela pondera sobre as limitações da atuação parlamentar em si e sua dedicação em representar e ser uma porta-voz das reivindicações das mulheres. Angela pondera que:

Como em qualquer experiência humana, às vezes bate uma aporrinhação profunda com tudo o que não consegui fazer e queria ter feito. Mas particularmente nas questões gênero, carrego comigo o sentimento de ter e estar representando as mulheres. Posso ter tido umas incompreensões, por desconhecimento de algumas coisas, e que a gente vai superando no caminho, mas sempre me esforcei para fazer melhor e pude contar com a colaboração de muitas mulheres nesse caminho. Me orgulho disso sim. Avançamos em questões importantes para as mulheres em Florianópolis por ter existido nosso mandato e eu pude estar lá representando as mulheres.

Percebe-se que as mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis, entrevistadas para fins deste estudo, fazem uma avaliação positiva de sua trajetória política. Todas afirmam que se empenharam e aprenderam muito, tanto nas campanhas eleitorais como no exercício do mandato parlamentar. Apesar de não conseguirmos entrevistar Angela Amin, nem obter retorno das perguntas enviadas, certamente sua trajetória e permanência ativa na política partidária e eleitoral também são avaliadas positivamente por ela, que mais uma vez se mostrou como um possível candidata à prefeitura de Florianópolis na disputa eleitoral de 2016.

Em geral, a dedicação e esforço das mulheres que participam da política evidenciam, como vimos neste estudo, a necessidade delas de se imporem enquanto gênero que é colocado à prova naquele ambiente hostil à presença feminina. Por outro lado, há também o que Lúcia Avelar (2001, p. 132) chama de “politização de novos temas” a partir da entrada das mulheres na política, e isso fica visível nos mandatos das vereadoras titulares de Florianópolis que consideravam como suas áreas prioritárias: Angela Amin - educação e atenção voltada às crianças; Jalila - meio ambiente; Zuleika - cultura e trabalho; Clair - saúde e mulheres; Lia - sindicalismo, juventude e também mulheres; Angela Albino - mobilidade urbana, trabalhadores e direitos humanos, abarcando a interseccionalidade das discriminações de gênero, raça/etnia

e orientação sexual. Politizar essas áreas ou questões não valorizadas pela política tradicional implica, por parte das mulheres parlamentares, um esforço ainda maior, pois significa politizar e reconhecer necessidades antes desvalorizadas ou não percebidas no mundo da política como fundamentais para a vida das pessoas. Desta maneira:

o que acontece no processo político e nas instituições quando mais mulheres ocupam cargos públicos eletivos? As mulheres ‘fazem diferença’ na política ao trazer para a vida pública experiências distintas e uma outra perspectiva que, somada a dos homens, ampliam o campo das temáticas tratadas na política, pelo simples fato de que homens e mulheres diferem em suas prioridades. (...) As mulheres tendem a dar mais atenção e prioridade às políticas dos direitos da mulher e às políticas públicas relacionadas aos movimentos populares e com questões familiares, tais como condição de vida para as crianças, saúde, reprodução (AVELAR, 2001, p. 133).

Assim, longe de essencializar a participação das mulheres na política, é importante que consideremos tanto sua socialização cultural mais voltada a atender as necessidades das outras pessoas, quanto o quão fundamental é politizar essas questões tidas como de menor valor no mundo da política formal, que enaltece o peso das áreas econômicas em detrimento das áreas afetas aos direitos humanos e políticas públicas para a população mais empobrecida.

E, ao término da entrevista, perguntamos a cada uma delas o que estão planejando. Assim, Clair diz que tem se concentrado em duas questões principais que são cuidar de sua saúde⁷² e dirigir a Rede Nacional Feminista de Saúde (RFS). Hoje, aos 70 anos, Clair conta que está envolvida com o movimento feminista e,

⁷² A atenção à saúde deve-se em razão de um tumor benigno que estava alojado atrás de sua coluna e que, após ser retirado numa delicada cirurgia em 2010, comprometeu o movimento de suas pernas, a ponto de depender vários meses de cadeira de rodas. Num intenso processo de fisioterapia conseguiu melhorar, passou para o andador e agora se locomove com a ajuda de uma ou duas muletas. Mesmo assim ainda precisa perder peso, prosseguir com a fisioterapia e lidar com a dificuldade de locomoção.

uma vez encerrado o mandato na Rede Feminista de Saúde, não tenho planos para mais coisas, preciso voltar um pouco para questões domésticas: as filhas, o neto que já tenho, minha sobrevivência, pois preciso emagrecer, fazer fisioterapia, caminhar direito de novo. Nem posso planejar tanta coisa, sou de 1945, não sou tão juvenzinha assim para ter muitos planos para o futuro (risos).

Jalila nos diz que, para o futuro, pretende continuar trabalhando com parcerias, como tem feito nos últimos anos, dedicando-se à família e amigos, além de prosseguir seu caminho na espiritualidade a fim de contribuir no processo de transformação social:

De alguma forma estou sempre envolvida com outras pessoas. Acho que o caminho da espiritualidade, seja ele qual for, diz muito de cada uma. O que importa é transformar. Tem tantas formas de contribuir para transformar essa sociedade tão corrompida, tão difícil de lidar e tem pessoas maravilhosas se doando, agindo no voluntariado. Tem muitas oportunidades e maneiras de trazer luz e paz para nossa vida e para a vida das outras pessoas.

Observamos em Jalila, muito mais presente do que nas outras entrevistadas, a expressão da presença da religiosidade em sua vida, bem como a positividade do voluntariado. Num primeiro impulso poderíamos criticar, simplesmente considerar que são nichos para ocupar o tempo das mulheres no voluntariado e inibir sua presença nos espaços políticos, conforme argumentou Clair e refletimos anteriormente.

Contudo, Judith Astelarra (1987) aponta que essa participação relativamente anônima, voluntária, de caráter altruísta, presente em uma parcela das mulheres, ainda que de fato associada aos papéis femininos socialmente construídos, não deve ser desqualificada ou considerada inferior sem que seja melhor avaliada, pois desta forma estaríamos atribuindo valor somente aos comportamentos tidos como masculinos, supostamente exigidos para participar da política – dura, fria, insensível.

Para a autora “isso supõe um juízo de valor e uma determinada divisão da política. Talvez a cultura política feminina poderia ser útil para resgatar os componentes solidários e éticos que esta deveria possuir” (Astelarra, 1987, p. 167).

Deste modo, essa tendência em desvalorizar papéis e comportamentos associados ao feminino é, como avalia Judith Astelarra, parte da ordem patriarcal que domina a sociedade, pois a esfera pública tida como lócus masculino é mais valorizada social, política e economicamente. Porém, quando as mulheres participam de alguma maneira da vida pública, muitas vezes com importantes serviços voluntários, são desvalorizadas até mesmo pela crítica feminista. Deste modo, a autora sugere que é urgente a revisão de concepções teóricas, a fim de eliminar traços androcêntricos. Para ela:

isso é importante não só por razões analíticas, senão por razões políticas. Para nós que acreditamos no aprofundamento da democracia, esta sempre estará incompleta se um coletivo tão grande como o feminino estiver excluído e seus interesses e valores estiverem ausentes (ASTELARRA, 1987, p. 168).

Em relação a este debate, os estudos realizados por Lúcia Avelar (2001) ou Luana Simões Pinheiro (2007) - que levantaram características da formação profissional de deputadas federais brasileiras em diferentes períodos - analisam que dentre as diversas formas de participar da esfera pública se destacam aquelas no âmbito dos movimentos sociais, que atuam sobre pautas relacionadas a saúde, educação, moradia, mundo do trabalho. Além disso, as mulheres também se integram em organizações profissionais. Essa participação em espaços públicos, mesmo que não sejam da política eleitoral, em muitos casos pode se constituir em “preparação para a política institucional, favorecendo a emergência de indivíduos com capacidade de liderança e motivados a participar da vida política formal” (Pinheiro, 2007, p. 58).

Portanto, em nossa opinião, há que se relativizar a crítica feminista contundente à participação das mulheres em associações ou grupos de caráter voluntário, que se pautam em ações solidárias e, aparentemente, despolitizadas. Isso não implica que não estejamos atentas para que esse entendimento mais abrangente de participação

social não desmobilize os esforços que os estudos e movimentos feministas têm feito para que as mulheres tenham maior presença na política eleitoral, pois, conforme argumenta Pinheiro (2007, p. 58), “é justamente nesses espaços de poder que se concentram as atividades de formulação, implementação e fiscalização das políticas e leis. São espaços fundamentais para se promover propostas de mudanças sociais”.

Sobre os planos para o futuro, Zuleika afirma que tem participado dos movimentos de mulheres e que, mesmo com 77 anos, mantém atuação partidária. Diz que sempre gostou de ler e tem lido bastante, conforme relata:

Passei um tempo acamada e então li bastante romance. Agora estou lendo sobre política e mulheres. Ainda vou em algumas reuniões do partido, do movimento de mulheres, só não consigo participar de caminhadas e essas atividades mais puxadas, me falta saúde para realizar todas as minhas vontades (risos).

Zuleika desenvolveu uma doença chamada *osteoartrite*, além outras debilidades que chegaram com a idade e, como mencionado anteriormente, foi em razão de sua frágil saúde que ela deixou a política eleitoral, porém nunca afastou-se por completo e definitivamente da atuação partidária ou do movimento feminista.

Clair Castilhos e Zuleika Lenzi atualmente estão aposentadas de suas carreiras acadêmicas, ambas são professoras titulares na UFSC, e mantém filiações partidárias, bem como atuação de destaque nos movimentos feministas. Filiada ao PCdoB desde 1997, Clair já integrou as direções estadual e municipal em Florianópolis. Diz ela que,

agora, por conta de minhas limitações físicas tenho ido para algumas atividades maiores do partido como conferências ou plenárias, além de estar sendo conselheira de lideranças mais jovens do partido (risos). Mas minha atuação política mais significativa tem sido no movimento feminista nacional, a frente da secretaria executiva da Rede Nacional Feminista de Saúde. Porém tenho me cansado fisicamente e creio que devo, assim que terminar esse mandato da Rede, dar mais atenção à minha saúde e penso em participar

do movimento feminista local e das atividades do partido.

É interessante observar que Clair Castilhos, conforme nos contou, tornou-se feminista depois de ter sido eleita vereadora, ao participar de um encontro nacional de mulheres parlamentares no Rio de Janeiro, em 1983. Desde meados da década de 1990 ela é uma expressiva referência feminista a nível nacional, tendo participado das delegações brasileiras nas conferências e encontros internacionais de articulações feministas. Clair se identifica publicamente como “sanitarista-marxista-comunista-feminista”, tem uma postura crítica implacável às limitações dos governos populares Lula e Dilma - em sua opinião poderiam ter sido “bem mais arrojados” -, mas não deixa de ponderar a existência do “perigo do fantasma do golpismo sempre rondando, via grandes grupos econômicos e corporações dos meios de comunicação”. Ela mantém ativo um blog com reflexões contundentes relacionados às questões conjunturais da macro política e reivindicações feministas. Clair é uma figura cativante, experiente e entusiasta nas atividades dos movimentos de mulheres tanto no nível local, como estadual ou nacional.

Por sua vez, Zuleika permanece filiada ao PMDB, seu único partido em toda a vida. É uma referência em temas relacionados a cultura, literatura, participação das mulheres no mundo do trabalho e na esfera da política. Conforme nos conta:

Ainda sou do diretório estadual do PMDB e também estou na coordenação do ICESPE. Vou nas atividades, tenho sido conferencista para movimentos de mulheres, sempre que posso contribuo. Com frequência sou chamada a dar entrevistas sobre as desigualdades das mulheres no trabalho e a participação política das mulheres. Não tenho mais tanta saúde e energia para fazer muita coisa, mas acompanho tudo o que posso (risos).

Zuleika também é outra importante referência para os movimentos de mulheres em Santa Catarina e, de fato, como mencionou, é bastante comum ouvir suas entrevistas nos veículos de comunicação, sejam TV, rádio, jornais ou mídias virtuais. Devido a problemas de saúde que vem enfrentando desde seus 50 anos, precisou gradativamente se afastar cada vez mais da política eleitoral:

Tenho essa dificuldade, fiquei bem abalada na época que não pude mais concorrer à reeleição de vereadora por recomendação médica. Mas pensei que valia mais estar de alguma forma na política do que não estar. Parti então para uma dedicação maior ao movimento de mulheres, estudei principalmente as questões relacionadas ao trabalho e desigualdades salariais, gosto dessa parte das pesquisas, criamos o ICESPE e posso te dizer que, agora, já assimilei isso; apesar de querer estar mais presente, sei que tenho limitações e preciso respeitar isso.

Tanto Zuleika como Clair lamentam suas dificuldades, relacionadas a condições de saúde. Entretanto, são presenças constantes e sempre marcantes como conferencistas ou debatedoras nos mais variados espaços de encontros de mulheres, desde uma simples roda de conversas com poucas participantes até um auditório com milhares. Há, em meio às militantes envolvidas em organizações feministas, um sentido inspirador ao ouvir Clair e Zuleika, um sentimento motivador para a persistência.

Lia Kleine diz que, desde que se deixou a militância política, no início de 2001, está trabalhando na empresa que possui com o marido e dedica seu tempo a estar com a filha. Lia conta que para o futuro pretende:

acompanhar minha filha em um mestrado ou doutorado fora do país, penso que são experiências riquíssimas e hoje tenho condições de oportunizar isso a ela. Também estarei envolvida nas campanhas eleitorais do PCdoB, sempre que estiver aqui em Florianópolis em anos de eleições. Tenho trabalhado nas campanhas da Angela Albino, ela é uma batalhadora, comprometida com as questões sociais e feminista. E seguir trabalhando na empresa que tenho com meu marido, na área de resíduos sólidos, temos contratos com vários municípios de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. E, do ponto de vista pessoal tem duas coisas que amo: assistir jogos de futebol (risos), seja pela TV, em que acompanho campeonatos do mundo inteiro, ou nas

arquibancadas dos estádios daqui; e viajar, economizo todo o dinheiro que posso, não gasto sem necessidade, prefiro conhecer lugares, culturas diferentes, histórias, hábitos. Estou sempre estudando, lendo, curtindo um café com pessoas mais próximas, visitando familiares. Em meus planos para o futuro tem tudo isso: minha filha, meu trabalho, ajudar em campanhas eleitorais de outras pessoas do PCdoB, viajar muito e cultivar amizades.

Ela retomou sua aproximação com o PCdoB em meados de 2008, depois de estar totalmente afastada da política partidária e eleitoral por sete anos. Desde então tem se envolvido em todas as campanhas eleitorais que aconteceram e demonstra entusiasmo para se fazer presente nas próximas disputas como apoiadora.

Sobre esse afastamento do PCdoB, único partido em que foi filiada até o momento, Lia Kleine nos disse, em entrevista, não saber explicar porque tomou essa decisão, já que gostava e era feliz, mas ressalta repetidamente o cansaço que lhe tomava e se emociona em falar sobre sua saída do PCdoB:

Até hoje não sei direito dizer porque me afastei. Gosto, era feliz, mas estava muito cansada, exaurida. Não sei te apontar um motivo. Tenho apenas algumas certezas: uma delas é que não foi por causa do partido, não tive desavenças ou discordâncias, tanto que continuo apoiando e me envolvendo nas campanhas eleitorais junto às candidaturas do PCdoB. Em segundo lugar, não foi uma questão da família exigir, de queixas. Eu sentia falta de estar mais com minha filha, que na época em que me afastei da militância tinha 11 anos (pausa, se emociona). Bom... sei lá, acho que é uma coisa muito profunda, ainda não consegui resolver e vivo esse embate interno, se voltou ou não volto. Não existe um motivo por ter afastado, talvez me falte coragem para admitir que era cansaço, mas dizer que foi isso parece tão pouco, ter jogado tudo para o alto por estar cansada. É uma questão subjetiva e que não está definida para mim.

Ela ressalta, como fez em vários momentos de nossa conversa, que não há nenhum arrependimento por tudo o que viveu intensamente no período que foi vereadora. Afirma que nunca pensou em se filiar em outro partido e que se preocupou em não macular o PCdoB no momento em que se tornou público seu pedido de desligamento partidário, conforme afirma:

a imprensa ficou em cima, queriam saber de um motivo. Me resguardei e fiz questão de resguardar o partido. Nunca pensei em filiação a outro partido. Não teve brigas, me relaciono muito bem com o pessoas do partido, tanto pessoal como político. Tive uma militância bem forte, me empenhei, trabalhei muito. Foram 15 anos de atividades intensas na militância. Nosso mandato era cabeça e coração, pura paixão envolvida. Às vezes as pessoas diziam que eu tinha me arrependido de ter sido vereadora. Não foi nada disso, pelo contrário, eu era feliz fazendo aquilo tudo, foram momentos de grandes aprendizados e alegrias. Escolheria viver tudo outra vez.

O que se pode aventar a partir de suas falas é que realmente a exaustão tomou conta de Lia, de tal forma que ela não via outra alternativa para ter uma vida mais tranquila que não fosse pedindo a desfiliação partidária e saindo completamente da cena política eleitoral.

O ano de 1997 foi quando cheguei em Florianópolis, e este também foi o primeiro ano de exercício parlamentar de Lia Kleine. A conheci como vereadora, com fama de “madrugadeira” e “incansável”. Pude testemunhar a intensidade de sua militância partidária, bem como a participação nas atividades sindicais, de movimentos sociais e feministas. Minha admiração por aquela mulher pública, forte, “incansável” impulsionou minha entrada no movimento de mulheres, na organização que Lia também fazia parte: a União Brasileira de Mulheres – UBM/SC. Mas Lia não era “incansável”; como qualquer outro ser humano, ela cansou! Vivia tão intensamente sua participação na política que, a partir de suas falas, chegamos a cogitar que beirava a um colapso. Seu afastamento repentino foi uma grande surpresa na esfera da política partidária da região.

Há que se respeitar e, acima de tudo, fazer um exercício de alteridade, não apenas com Lia, mas com todas essas mulheres que

enfrentam o cotidiano dos embates e da aspereza que é estar, disputar e permanecer nesses espaços de poder de decisão política. E menciono especialmente as mulheres porque, como vimos, a sobrecarga de responsabilidades e as cobranças para com elas são muito diferentes do que se percebe junto aos homens parlamentares ou lideranças políticas.

Outra de nossas entrevistadas, Angela Albino, diz que tem dificuldades para fazer planos e que jamais imaginava, há dez anos, que sua vida tomaria o rumo que tomou. No momento da entrevista considerou que:

a médio prazo me vejo dentro desses processos eleitorais, ainda tenho fôlego; só que penso que há um limite para viver essas disputas eleitorais, mas sou completamente incapaz de ficar fora da política. Anseio viver outra experiência política que não seja a eleitoral, como ser exclusivamente dirigente do partido, e preciso me formar mais para isso. Mas nunca consegui planejar minha vida 10 anos a frente. Se em fevereiro de 2004 alguém me dissesse que eu seria candidata a vereadora naquele ano, que seria eleita, jamais eu acreditaria (risos). Não acreditaria que eu seria deputada estadual e menos ainda que disputaria a prefeitura e estar entre as três principais candidaturas! Não teria como eu, a filha da costureira e do pedreiro, acreditar nisso.

Com exceção de Jalila, percebemos que as demais entrevistadas mantêm, de alguma forma, relações mais ou menos intensas com partidos políticos e, de uma maneira ou outra, participam dos processos eleitorais, se não como candidatas mas na condição de apoiadoras.

As entrevistas foram realizadas entre dezembro de 2013 e julho de 2014, quando se avizinhava mais uma disputa eleitoral em que, dentre as seis mulheres deste estudo, apenas Angela Albino seria candidata naquele processo de eleições, disputando uma vaga de deputada federal. Ela pôde contar com o apoio, em sua campanha, de Clair Castilhos, Zuleika Lenzi e Lia Kleine - simbolicamente uma façanha importantíssima, pois ali estavam envolvidas, na campanha de Angela Albino, quatro das seis mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis. Apesar de não ter sido eleita deputada federal titular, Angela Albino ficou na segunda suplência e foi a mulher mais votada no

estado de Santa Catarina naquele pleito eleitoral, alcançando 87.954 votos, como já mencionamos. Ela assumiu a cadeira de deputada federal em outubro de 2015 e também é cogitada para ser candidata a prefeita de Florianópolis nas eleições deste ano.

Angela Amin e Angela Albino são as duas ex-vereadoras titulares de Florianópolis que continuam com intensas atividades político-partidárias e eleitorais. Ambas são muito bem cotadas em todo processo eleitoral para serem candidatas e disputarem as eleições por seus partidos. Também com bastante frequência são procuradas pelos meios de comunicação para se pronunciarem acerca de questões prementes da política catarinense e florianopolitana, pois iniciaram suas trajetórias eleitorais como vereadoras nesta cidade e rapidamente consolidaram-se lideranças partidárias no cenário estadual.

Não encontramos estudos acadêmicos que tratassem especificamente das trajetórias políticas de um grupo de parlamentares, à semelhança deste que aqui apresentamos. O que encontramos foram publicações que analisam a trajetória de uma ou outra personalidade (Nogueira, 2012; Castilhos 2013) ou da atuação de parlamentares num dado momento histórico, no pós-Constituinte de 1988, por exemplo (Pinheiro, 2007), ou associando a política com outro espaço público na sociedade como a igreja, os movimentos sociais (Cruz, 2013; Gohn, 2007), ou ainda que avaliam a participação das mulheres na elite política de um período (Borba 1998; Avelar, 2001; Araujo, 2012).

Deste modo, foi desafiador e muito motivante desenvolver esta pesquisa junto ao grupo de apenas seis mulheres que foram vereadoras titulares em Florianópolis. Buscamos obter delas informações sobre suas aproximações à política eleitoral e sobre suas primeiras campanhas eleitorais, saber como era o cotidiano das atividades no parlamento, suas prioridades quando vereadoras e analisar a atuação de cada uma delas em relação à visibilidade das questões de gênero e demandas feministas. Certamente não conseguimos aprofundar todas as reflexões, considerando a amplitude envolvida no tema da participação das mulheres na política. Mas acreditamos que contribuimos ao lançar um olhar para essa área de fundamental importância histórica para a vida das mulheres, além de registrar a trajetória política dessas poucas mulheres que estiveram na condição de titulares no parlamento da capital de Santa Catarina.

Em seguida, sem pretender “concluir”, buscaremos construir algumas considerações finais sobre esse estudo. Retomaremos questões

que pensamos ser importante destacar, certas de que, em estudos vindouros, diversas pontuações aqui levantadas merecem e serão aprofundadas.

I

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe a militância na academia
e também se estuda e se pesquisa na
militância

(Sonia Malheiros)

É difícil anunciar o término deste estudo, repleto de reflexões, mas certamente inconcluso. Por isso, o que faremos nessas últimas páginas serão tão somente algumas considerações necessárias para estabelecer a finalização de um trabalho acadêmico, mas cuja dinamicidade do contexto, em contínua transformação, demanda nosso olhar sempre atento para a busca de maior participação das mulheres, em sua multiplicidade, nos espaços de tomadas de decisões políticas, tanto nos movimentos sociais como na esfera da política partidária e parlamentar.

Neste estudo abordamos a presença feminina no parlamento, especificamente na Câmara de Vereadores de Florianópolis, que teve tão somente seis mulheres eleitas vereadoras titulares ao longo de mais de 280 anos de existência, sendo que a primeira vereadora titular foi eleita em 1982 e a mais recente em 2004 findando seu mandato parlamentar em 2008. Buscamos sistematizar a trajetória política dessas mulheres, analisar parte das dificuldades que viveram e levantar as contribuições de seus mandatos para a visibilidade e debates em torno das questões de gênero a partir das reivindicações feministas. Além disso, também problematizamos os motivos pelos quais temos tão pouca participação feminina na política eleitoral brasileira e que estratégias poderiam potencializar o êxito eleitoral de mulheres.

Para alcançar esses objetivos, lançamos mão de algumas técnicas de pesquisa que subsidiaram as análises deste estudo: preliminarmente nos detivemos em leituras principalmente da literatura brasileira e latino-americana em torno da participação política das mulheres nesses espaços de poder de decisão política. Elaboramos um roteiro de entrevista que pretendia percorrer uma parte da trajetória de vida das entrevistadas, focando na atuação político-partidária e parlamentar das ex-vereadoras titulares de Florianópolis. Em que pesem algumas possíveis imprecisões, acreditamos que atingimos nossos objetivos.

Certamente, ao longo desses breves quatro anos de doutorado, aprofundamos as reflexões acerca do tema investigado. Vivenciei momentos de turbulências ao sentir-me “sem chão” quando uma série de conceitos supostamente estabelecidos foram se desfazendo e necessariamente novos alicerces eram construídos. Vivi as famosas fases de solidão, de afastamento das atividades de lazer e convivência entre pessoas tão queridas. Mas sabíamos que era necessário persistir, tal qual fizeram e fazem milhares de mulheres em todos os tempos e lugares, pois estávamos convencidas da importância em se registrar a passagem dessas seis mulheres eleitas vereadoras titulares em Florianópolis. Nossa investigação era a garantia de se ter essa sistematização e isso nos motivava a prosseguir, para que a história dessas mulheres não ficasse invisibilizada, fato tão comum em nossa sociedade.

Junto às leituras estava a experiência militante da pesquisadora, que contribuiu decisivamente para a realização e análise das entrevistas, bem como na elaboração da tese. Nos fundamentamos em Donna Haraway (1995) e Sandra Harding (1996), assumindo a perspectiva parcial e do ponto de vista feminista para coadunar atuação acadêmica e militante, numa prática feminista emancipacionista. Em Bourdieu (2000) nos sustentamos para manter a vigilância epistemológica, pensando e repensando as interpretações apresentadas aqui, produto das entrevistas que realizamos, do embasamento teórico que construímos e da experiência militante que vivemos.

Vimos que as mulheres, há séculos, buscam estratégias para superar as mais diferentes formas de discriminações. Sabemos que mulheres foram condenadas à fogueira, acusadas de bruxaria, por manusearem ervas que curavam. Não foram poucas as Anitas que, movidas pela paixão, romperam com as normas estabelecidas para lutar por seus sonhos e amores. Milhares de mulheres negras, mantidas como escravas, corriam incansáveis para se juntar à resistência ao fugir dos estupradores brancos e das mais sórdidas violências da família da casa grande. O direito de estudar, de votar e de ser votada, no Brasil, foi uma conquista que as mulheres obtiveram somente no século XX, mesmo século em que se propagou por praticamente todo o planeta os movimentos feministas. Nos últimos cem anos, as mulheres saíram da clausura da esfera privada para ocuparem os espaços públicos em busca de direitos iguais na lei e na vida.

A formalidade da Carta Magna brasileira, a Constituição Federal (1988), que apregou que “todos são iguais perante a Lei” não tem sido suficiente para assegurar às mulheres reais condições de igualdade. Algumas conquistas constitucionais inclusive só foram possíveis pela intensa articulação entre as feministas e a pequena bancada feminina de deputadas federais, por meio do lobby do batom, um dos mais proeminentes movimentos daquele período, como mencionamos neste trabalho. Elas, apoiadas pelas feministas, conseguiram aprovar um texto constitucional que avançava consideravelmente em termos legislativos para as mulheres.

A década de 1990, no contexto da participação política feminina, foi marcada pelo surgimento, no Brasil, assim como em muitos outros países, da Lei de Cotas de Gênero nas eleições. Conjugada a outros fatores que relacionam questões culturais e sistemas eleitorais, as cotas para mulheres nas disputas eleitorais ainda não foram suficientes, em nosso país, para mudar a realidade de tão baixa presença feminina na política. Porém, como vimos, tanto a literatura crítica em torno do tema como as entrevistadas concordam que este dispositivo contribuiu para publicizar o debate e lançar luz sobre as condições desiguais enfrentadas pelas mulheres, condições estas que historicamente têm lhes negado o direito de participar da vida pública e atualmente dificultam sobremaneira seu envolvimento na militância partidária e política, em razão dos papéis e responsabilidades a elas ainda majoritariamente atribuídos, além de um sistema eleitoral que prejudica o êxito das mulheres nas disputas eleitorais.

Há uma defasagem histórica no desejo do conjunto das mulheres em participar de disputas eleitorais, pois elas foram excluídas deste espaço pensado e ocupado somente por homens durante séculos da existência humana. Recentemente, há menos de cem anos, as mulheres reclamam o direito de estarem nesses lugares. Certamente será necessário tempo histórico para se conquistar condições paritárias, uma vez que de nossa parte não estamos suficientemente “treinadas” para ocupar esses espaços, nos sentimos intimidadas, é um mar de possibilidades pouco navegado por nós até então. Por outro lado, os homens que dominam essas águas querem continuar dominando, e este é o movimento “natural”: quem está na posição de privilégio dificilmente abre mão para “perder” espaço. E assim é quando as mulheres exigem as cotas obrigatórias nas disputas eleitorais, quando exigem reforma política com lista fechada e alternância de gênero, quando defendem

financiamento público de campanhas eleitorais. A literatura nacional nos informa que esses quesitos são cruciais no avanço da maior presença numérica de mulheres nos parlamentos de outros países que adotaram essas normas como sistema eleitoral.

É interessante retomar que constatamos durante as entrevistas com as ex-vereadoras de Florianópolis que em vários momentos sentiram-se desconfortáveis e enfrentaram dificuldades por serem mulheres, ou seja, foram discriminadas pela condição de gênero. Destacamos brevemente alguns desses desconfortos e dificuldades que elas nos trouxeram: a) se ausentar do trabalho legislativo para ficar com as crianças adoentadas, o que não ocorria com os colegas homens; b) gasto de energia junto ao próprio partido pelo qual foi eleita vereadora, que desconfiava, exigia explicações constantes, pois foi eleita sem que tenha sido a pessoa escolhida pelo seu partido para ser eleita; c) a luz cortada e a geladeira vazia, não contava com o apoio do companheiro nas responsabilidades em casa durante a campanha eleitoral; d) enquanto falava da tribuna, em seu tempo como oradora do partido, a vereadora foi interrompida e tratada com desdém por outra autoridade ali presente, num tom de informalidade que não se via com os outros vereadores, sentiu que se dirigia a ela como quem chama a atenção de uma “menina”; e) foi a única mulher eleita, a mais votada de seu partido, quando foram fazer o jantar para escolher quem seria líder da bancada, ignoraram esse fato e abandonaram uma prática que o partido tinha até então: o mais votado seria o líder da bancada na Câmara de Vereadores; f) sentia-se culpada por ficar tanto tempo trabalhando nas atividades do mandato parlamentar e ter tão pouco tempo disponível para ficar mais com os filhos; g) como começamos tarde na política partidária temos menos experiência e influência dentro do partido, as mulheres ainda estão construindo seu capital político, enquanto os homens, quando são candidatos, já têm acumuladas experiências de outros mandatos parlamentares ou de liderança política.

Portanto, é necessário refletir sobre pré-conceitos popularmente difundidos, que vão sendo assimilados e repetidos, como quando se afirma que “se as mulheres são mais da metade do eleitorado e tão poucas mulheres são eleitas, logo mulher não vota em mulher”. O dispositivo das cotas de gênero só se tornou obrigatório no Brasil a partir do processo eleitoral de 2012, antes disso não havia nenhuma sanção prevista para quem não apresentasse em suas coligações o mínimo de 30% de mulheres candidatas. Mesmo tendo a

obrigatoriedade e alcançando esse percentual, ainda assim não foi suficiente para garantir a eleição de 30% de mulheres porque as cotas são para candidaturas e não para as vagas no parlamento. Em nosso sistema eleitoral, de lista aberta, cada candidatura disputa com outras da mesma coligação, estabelecendo-se uma relação de rivalidade em busca de votos, onde o capital político acumulado e o poderio financeiro são determinantes para o êxito eleitoral. Nos países em que existe a lista fechada, com alternância de gênero e com limitações para o financiamento privado de campanha, percebe-se o gradativo aumento de mulheres eleitas, a exemplo do México, como abordamos numa análise comparativa neste trabalho e que, em 15 anos, viu o percentual de mulheres eleitas no Congresso Nacional passar de 14% para 37%, enquanto no Brasil, para esse mesmo período, o aumento foi de 7% para 9%.

Mas outros três elementos, além do sistema político, devem ser considerados ao se analisar a presença das mulheres na política: um deles é a defasagem histórica da participação feminina nesses espaços, e é inegável que a socialização a determinados contextos potencializa, familiariza e estimula o desejo de se envolver. Iniciando tardiamente sua participação em partidos políticos, as mulheres possuem menos experiência nessa seara, enquanto grande parte dos candidatos homens concorrem à reeleição ou eleição em cargos mais altos (de vereador para deputado por exemplo). Neste sentido, a contribuição das cotas se dá também de maneira simbólica, pois mesmo que a maior parte das candidaturas de mulheres não obtenham êxito na primeira disputa, uma grande parcela tende a disputar novas eleições no futuro. Paulatinamente aumentará o potencial eleitoral delas nessas próximas disputas, uma vez que vão se tornando lideranças no próprio partido e no meio político. É o que se espera a partir de 2012, quando as cotas de gênero se tornaram obrigatórias no país.

Outro importante fator para o êxito eleitoral está associado às questões culturais de nossa sociedade: a partir do momento que um homem se torna candidato numa eleição, praticamente sua vida se volta para a tarefa eleitoral: eleger-se. Todo seu tempo é destinado às atividades que visam buscar votos para si, uma parte deles inclusive se estendem até tarde da noite como as reuniões de partido. E como isso acontece com a grande maioria das mulheres que são candidatas? Vimos que geralmente elas não se veem livres das responsabilidades domésticas e familiares para se dedicarem exclusivamente à busca de

votos para se eleger. A administração da casa, as compras de supermercado, os cuidados com as crianças, somam-se à turbulência da campanha eleitoral, que se dá em descompasso com as candidaturas dos homens com os quais elas disputam uma vaga em menor quantidade, já que a cota obrigatória é de 30% para as mulheres, raramente ultrapassando este percentual. Logicamente muito menos mulheres serão eleitas!

E há ainda uma última questão aí entrelaçada: a viabilidade eleitoral. Conforme levantaram as entrevistadas, a população em geral tem preferido votar em candidaturas com maior potencial de sucesso, o que obviamente prejudica as mulheres, que não contam com a experiência política acumulada e estão vivendo as primeiras tentativas de se tornarem parlamentares e entrarem para esse campo da política.

Vimos neste estudo que, com grande esforço, os movimentos feministas fizeram com que muitas reivindicações se tornassem políticas públicas efetivas que contribuem para melhores condições de vida das mulheres. Vimos também que a atuação de parlamentares com alguma proximidade ou identificação feminista faz uma enorme diferença na visibilização do debate em torno dessas políticas públicas específicas para as mulheres. Foi o que evidenciamos no âmbito local com os mandatos das seis mulheres que foram eleitas vereadoras titulares em Florianópolis. Destacam-se aqui Clair Castilhos, Zuleika Lenzi, Lia Kleine e Angela Albino, cada uma ao seu tempo histórico, envolveram-se de alguma forma com as reivindicações feministas.

Nos anos 1980, o envolvimento foi com um feminismo brasileiro engajado nas denúncias e lutas por direitos específicos para mulheres, como as Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs), a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e com isso a disseminação por estados e municípios do país, buscando garantias fundamentais na abertura do regime militar e processo constituinte. Tais questões estão presentes nos materiais de divulgação do mandato da ex-vereadora Clair que, uma vez eleita, proferiu o primeiro discurso feminista na Câmara de Vereadores de Florianópolis, teve como projetos de lei relacionados a demandas das mulheres a criação do Conselho Municipal da Condição Feminina e o Comitê de acompanhamento ao óbito materno e infantil em Florianópolis, além de pautar o debate constantemente em seus 10 anos de vereança.

Na década de 1990, os movimentos de mulheres buscaram dar mais visibilidades às reivindicações feministas nos espaços

institucionais, conseguiram manter direitos conquistados e pouco se ampliou, marcadamente pela fase neoliberal globalizante adotada pelos governos federais desses anos. Esse contexto pode ter influenciado o mandato da feminista Zuleika Lenzi, que, apesar de publicizar as demandas e lutas femininas, não conseguiu fazer avançar as políticas específicas para mulheres no âmbito municipal durante sua vereança. A exceção do período é relativa à sanção da Lei de Cotas na Política por sexo (1995), popularmente conhecida como “lei de cotas para mulheres”.

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, os debates acadêmicos em torno do gênero como um campo relacional foram assimilados pelos movimentos de mulheres e feministas, ganhando concretude nas lutas cotidianas através da consciência da interseccionalidade das discriminações sociais de classe, gênero, raça/etnia e orientação sexual, como foi possível visualizar nas atuações de Lia Kleine (1997-2000) e Angela Albino (de 2005 a 2008), cujas iniciativas de audiências públicas, falas na tribuna, proposição de projetos de lei e participação em atividades desencadeou o maior envolvimento das parlamentares com o feminismo. Lia viveu o intenso embate ao neoliberalismo e as privatizações deflagradas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto que Angela Albino desenvolveu seu mandato de oposição no contexto local, mas num cenário nacional em que o novo governo federal do presidente Lula chamou a I e II Conferência Nacional da Mulher que aprovou o I e II Plano Nacional de Políticas para Mulheres, com a visão da transversalização de políticas públicas abarcando as especificidades de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geração. Isso potencializou as articulações da ex-vereadora Angela Albino com os movimentos de mulheres e feministas, que tiveram em seu mandato parlamentar a garantia para a visibilidade de suas reivindicações.

Por sua vez, Jalila e Angela Amin não tinham relação e, ao que se evidencia nos registros até agora acessados, não procuraram estabelecer vínculos, parcerias ou ações parlamentares em consonância com os movimentos de mulheres e suas demandas. Jalila El Achkar identificava-se como ambientalista e priorizou essa atuação em seu mandato. Angela Amin iniciou sua atuação política como primeira dama do governador de Santa Catarina, Espiridião Amin (1983 a 1987), destacando-se em vários programas e projetos relacionados às crianças e a área educacional e acumulando os maiores êxitos eleitorais dentre

todas as ex-vereadoras, já que foi por dois períodos deputada federal, eleita e reeleita prefeita de Florianópolis (de 1997 a 2004).

Do ponto de vista da democracia de gênero, a eleição de mulheres é importantíssima, pois implica em acessar um espaço historicamente negado e, nos marcos atuais, ainda de difícil êxito e permanência. No entanto, temos visto também que o fato de muitas mulheres eleitas apresentarem resistência ou desconhecimento das reivindicações feministas e das demandas específicas de políticas públicas para as mulheres dificulta que se avance com maior agilidade na efetivação e real garantia de mais direitos e políticas de equidade de gênero. Os pactos entre mulheres parlamentares tem um limite: quando se fala em combater a violência física e doméstica contra as mulheres há acordo, mas quando o debate se refere ao direito de interromper voluntariamente gestações não planejadas, as parlamentares vinculadas às igrejas, por exemplo, se posicionam contrárias, tal qual ocorre em relação ao conceito ampliado e de famílias diversas ou reivindicações da população LGBT.

No entanto, como levantamos neste estudo, não podemos ter a pretensão de que todas as mulheres eleitas tenham, previamente, conhecimento e compromisso com as pautas dos movimentos feministas. Vivemos numa sociedade que apresenta enormes resistências ao feminismo. Cabe a esses movimentos criar estratégias para recepcionar e convidar as parlamentares eleitas para atividades de formação e informação em torno da história, conquistas e desafios das mulheres. Desconsiderar essa possibilidade não contribuirá para que elas conheçam e tenham a chance de se aproximar das reivindicações feministas. Outra questão importante é que também não podemos exigir que absolutamente todas as parlamentares tenham as demandas femininas como prioritárias em seus mandatos, já que de antemão essa é uma característica de candidatas que se identificam e tem proximidade com movimentos de mulheres ou feministas. A legítima eleição de mulheres avessas ao feminismo é mais um sintoma da sociedade conservadora e patriarcal que vivemos.

Evidentemente, por outro lado, potencializam-se enormes avanços ao serem eleitas parlamentares que simpatizam e possuem vínculos com o feminismo, que se identificam como feministas. Isso foi claramente percebido na pesquisa que realizamos com as vereadoras titulares em Florianópolis e que relembramos nas linhas acima dessas considerações finais. O desafio de eleger mais mulheres comprometidas

com o avanço de políticas públicas para melhorar a vida das mulheres e dos segmentos historicamente oprimidos se associa à persistência em continuar reivindicando condições de igualdade na sociedade, seja no ambiente doméstico, no mundo do trabalho ou nos partidos políticos, assim como um sistema eleitoral mais democrático e equitativo, a livre vivência da sexualidade e o direito de ação sobre o próprio corpo.

Esta tese não tem a intenção de dar conta da reflexão atinente ao difícil e lento caminho da participação das mulheres nos espaços de decisões políticas. Muito mais do que dar por encerradas as considerações em torno da participação, dos avanços e dos desafios para as mulheres, esta investigação pretendeu voltar um olhar para a atuação parlamentar das seis mulheres que foram vereadoras titulares na capital catarinense e que ainda estão atuantes, vibrantes e com imensa vontade de contar a experiência que viveram. Que novos estudos venham, que se lancem outros olhares e que mais mulheres sejam eleitas para que tenhamos a oportunidade de tomar decisões no campo da política brasileira.

Sou o que quero ser, porque possuo apenas
uma vida e nela só tenho uma chance de fazer
o que quero.

Tenho felicidade o bastante para fazê-la doce.
Dificuldades para fazê-la forte.

Tristeza para fazê-la humana.

E esperança suficiente para fazê-la feliz.
As pessoas mais felizes não tem as melhores
coisas.

Elas sabem fazer o melhor das oportunidades
que aparecem em seus caminhos.

(Clarice Lispector)

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O avanço das mulheres nas eleições de 2012 e o déficit democrático de gênero**, 2012. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=198600&id_secao=1>. Acesso em: 23 nov. 2012.

AMORÓS, Célia. **Mujeres e imaginários de la globalizacion – reflexiones para una agenda teórica global del feminismo**. Rosário (Argentina): Homo Sapiens Ediciones, 2008.

_____. **La gran diferencia y sus penqueñas consecuencias para las luchas de las mujeres** (2005). Universidad de Valência, Instituto de la Mujer. Madrid: Ediciones Cátedra, 3ª edición, 2007.

ARAÚJO, Clara. Mulheres e Representação Política: a experiencia das cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 06, n. 01, p. 71-91, 1998,

_____. Potencialidades e Limites da Política de Cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 09, n. 01, p. 231-252, 2001.

_____. Partidos Políticos e Gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193-214, set. 2005.

_____. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 147-168, 2012.

ARCHENTI, Nelida; TULA, María Inés (eds). **Mujeres y política en América Latina. Sistemas electorales y cuotas de género**. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

ARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo, Perspectiva, 2009.

ASSIS, Silvana Miriam. **Câmara Municipal de Florianópolis – nossa história legislativa, 1936-2012**. Florianópolis: Câmara Municipal de Florianópolis, 2012.

ASTELARRA, Judith. La cultura política y las mujeres. In: LECHNER, Norbert (compilador). **Cultura política y democratización**. Santiago do Chile: Salesianos, 1987, p. 149-168.

_____. Democracia, Género y Sistema Político. In: MEENTZEN, Angela e GOMÁRIZ, Enrique. **Democracia de Género, una propuesta inclusiva** – contribuciones desde América Latina y Europa. El Salvador: Fundación Heinrich Böll, 2003, p. 26-39.

ATHAYDE, Thayz. **Mulheres desequilibradas e o machismo estrutural**. Blog Blogueiras Feministas, 2016. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2016/04/mulheres-desequilibradas-e-o-machismo-estrutural/>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer/ Editora da UNESP, 2001.

_____. Mulheres e Política em Perspectiva. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado** – uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Edições Sesc SP, 2013, p. 291-314.

AVILA, Maria Betânia de Melo. A dinâmica do trabalho produtivo e reprodutivo: uma contradição viva no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado** – uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Edições Sesc SP, 2013, p. 231-245.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 95-141.

BORBA, Ângela. Legislando para Mulheres. In: Borba, A. Faria, N. Godinho, T. (orgs.). **Mulher e Política** – Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIS, Renato (org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean Claude. **A Profissão de Sociólogo. Preliminares Epistemológicas**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 07-72.

CANO, Gabriela. Paradojas del sufragio femenino. **Revista Nexos**. Disponível em: <<http://www.nexos.com.mx/?p=15503>>. Acesso em 24 set. 2014.

CASTILHOS, Clair; LUNA, Elizabeth. O feminismo em Santa Catarina. **Revista Comemorativa aos 15 anos da Casa da Mulher Catarina**, Florianópolis, 12 dez 2004, p. 07-09.

CASTILHOS, Clair. **Reflexões sobre Mulheres e Política**. Florianópolis, 2013.

CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, 1992.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. Mulheres em ação: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX. **Projeto História**, São Paulo, n. 30, p. 243-264, jun. 2005.

CORRÊA, Catarina. **Dilma será impeachmada por ser mulher**. Blog Blogueiras Feministas, 2015. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2015/12/dilma-sera-impeachmada-por-ser-mulher/>>. Acesso em 23 abr. 2016.

CORTÊS, Iáris Ramalho. Direito - A trilha legislativa da mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

COSTA, Delaine Martins. Capacitação de líderes femininas: reflexões sobre a experiência do IBAM. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 09, n. 01, p. 213-224, 2001.

COUTIÑO, Fabiola. Participación de las mujeres en México: de la Revolución al desarrollo de los derechos civiles y políticos. In: Maria Aidé Hernández Garcia y Jesús Alberto Rodríguez Alonso (coords). **Entre guijarros: avances y retrocesos de la participación política de las mujeres en México**. México, Porrúa, 2013, p. 13-31.

CRUZ, Maria Isabel da. **A Mulher na Igreja e na Política**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

ESCALERA, Ana Maria Martinez de la. **Feminismo: un uso estratégico de vocabulário**. PUEG, UNAM, México, 2013.

_____. ¿Debe el feminismo ser un análisis transmoderno o político? **Debate Feminista**, Programa Universitario de Estudios de Género – PUEG/UNAM, Vol. 45, ano 23, abr. 2012.

FALCÓN, Marta Torres. El principio de igualdad y las acciones afirmativas. Un análisis desde los derechos humanos. In: SERRET, Estela (coord.). **Democracia y Ciudadanía: perspectivas críticas feministas**. Suprema Corte de Justiça da Nação, México: Fontamara, 2012, p. 93-120.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser Afetado. Tradução: Paula Siqueira. **Cadernos de Campo**, São Paulo, USP, Vol. 13, n. 13, 2005.

FEMENÍAS, María Luisa. Esbozo de un feminismo latino-americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 15, n. 01, p. 11-25, 2007.

FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade: a possibilidade de reintegração social e recuperação da capacidade de reflexão na ciência. **Interthesis**, Universidade Federal de Santa Catarina, v.7, n. 2, p. 65-80, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política & Sociedade – Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 41-70, 2007.

GÓMEZ-RAMÍREZ, Oralia; CRUZ, Luz Verónica Reyes. Las jóvenes y el feminismo: ¿Indiferencia o compromiso? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 16, n. 2, p. 387-408, maio-ago. 2008.

GONZÁLEZ, Marta Lois. Mujeres y toma de decisiones. Una aproximación de la literatura especializada. In: OTERO, Isabel Diz y GONZÁLEZ, Marta Lois (eds). **Mujeres, Instituciones y Política**. Barcelona: Edições Bellaterra, 2007, p. 17-45.

GOSSIO, María Llena García. Las mujeres en los puestos de toma de decisiones políticas. Limitantes subjetivas y sociales para su ejercicio. In: SERRET, Estela (coord.). **Democracia y Ciudadanía: perspectivas críticas feministas**. Suprema Corte de Justiça da Nação, México: Fontamara, 2012, p. 147-174.

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? Tradução de Gloria Helena Bernal. In: BARTRA, Eli (org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**. 2ª Edição, México/DF: UNAM, 2002, p. 09-34.

_____. El feminismo, la ciencia y las criticas anti-iluministas. In: NAVARRO, Marysa et STIMPSON, Catharine (compiladoras). **Nuevas Direcciones**. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2001, p. 107-140.

_____. **Ciencia y Feminismo**. Madrid: Ediciones Morata, S.L., 1996.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilegio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 07-42, 1995.

IORIO, Cecília. Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos. In: ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta (org.). **Empoderamento direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 21-44.

KUBISSA, Luisa Posada. Pactos entre mujeres. AMORÓS, Célia (directora). **10 palavras clave sobre mujer**. España: Editorial Verbo Divino, 1995.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Tendências e Impasses**. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 207-242.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 73, p. 01-23, ago. 2005.

LEÓN, Magdalena. Empoderamiento: relaciones de las mujeres con el poder. **Revistas Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 08, n. 2, p. 191-205, jan. 2000.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia – trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis: Ed. da UFSC; Chapecó: Argos, 2003.

_____. Cidadania e equidade de gênero: políticas públicas para mulheres excluídas dos direitos mínimos. **Revista Katálysis**, Florianópolis/SC, v. 08, n. 01, p. 67-77, jan./jun. 2005.

_____. Empoderamento de mulheres e participação na gestão pública. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais, UFSC, 2007. p. 640-652.

_____. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v. 13 n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.

LOLATTO, Simone; LISBOA, Teresa Kleba. **Políticas públicas com transversalidade de gênero – resgatando a interseccionalidade, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade no Serviço Social**. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Niterói/RJ: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 03 a 06 de Setembro de 2012.

LOPEZ-CLAROS, Augusto; ZAHIDI, Saadia. **Empoderamento das mulheres. Avaliação das disparidades globais de gênero.** Fórum Econômico Mundial. Tradução de José Humberto Fagundes. Suíça: UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, 2005, p. 01-30.

MACEDO, Marcia dos Santos. **Na trama das interseccionalidades: Mulheres Chefes de Família em Salvador.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação da Professora Dra. Cecília B. Sardenberg. Salvador, 2008.

MATOS, Marlise. Despatriarcalizar nosso jogo democrático. **Revista Teoria e Debate**, edição 91, p. 43- 48, mar./abril 2011.

_____. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado** – uma década de mudanças na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo / Edições Sesc SP, 2013, p. 315-332.

_____. **A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político.** In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, p. 01-28.

MATTOS, Patrícia. **O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de Gênero no Brasil.** In: Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2003.

MEENTZEN, Angela; GOMÁRIZ, Enrique. Introducción Temática. In: MEENTZEN, Angela e GOMÁRIZ, Enrique. **Democracia de Género, una propuesta inclusiva – contribuciones desde América Latina y Europa.** El Salvador: Fundación Heinrich Böll, 2003.

MELLO, Anahi G. **Reflexões acerca da inserção em campo e militante nas conferências de políticas para mulheres e LGBT.** In: Reunião Brasileira de Antropologia, 28, São Paulo, 2012. Disponível

em: <http://www.abant.org.br/conteudo/anais/cd_virtual_28_rba/programacao/grupos_trabalho/artigos/gt42/Anahi%20Guedes%20deMello.pdf>. Acesso em 19 abr. 2015.

MELLO, Anahi; FERNANDES, Felipe B. M.; GROSSI, Miriam. Entre o Pesquisar e Militar: engajamento político e construção da teoria feminista no Brasil. **Revista Artemis**, João Pessoa/PB, vol. XV, n. 01, p. 10-29, jan./jul. 2013.

MIES, Marie. Investigación sobre las mujeres o investigación feminista? Tradução de Gloria Elena Bernal. BARTRA, Eli (org.). **Debates em torno a uma metodologia feminista**. 2ª Edição, México/DF: UNAM, 2002, p. 63-102.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec/Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

_____. Disciplinaridade, Interdisciplinaridade e Complexidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa/PR, v. 10, n. 02, p. 435-442, 2010.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em história oral. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v XXXII, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

MORIN, Edgar. Epistemologia da Complexidade. SCHNITMAN, D.F. (org.) **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 274-289, 1996.

MOUFFE, Chantal. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 25, p. 11-23, 2005.

_____. Feminismo, democracia pluralista y política agonística. **Debate Feminista**, México, ano 20, v. 40, p. 86-99, 2009.

NARVAZ, Martha G., KOLLER Silvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudos*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006.

NOGUEIRA, Maria Janilma Pereira. **Entre o público e o privado: Uma análise da trajetória política de Lúcia Braga na Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Cultural) - UEPB, Guarabira, 2012.

NORRIS, Pippa. "Recruitment". In: Richard Katz y Willian Crotty (eds). **Handbook of Party Politics**. Londres: Sage, 2006.

NUNES, Máira. **O machismo e a presidenta**. Blog Blogueiras Feministas, 2015. Disponível em: <<http://www.prr3.mpf.mp.br/institucional2/180-o-voto-feminino-no-brasil>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

OKIN, Susan Moller. **Gênero, o público e o privado** (1991). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Memórias do planeta fêmea**. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 0, n. 0, p. 131- 142, 1992.

OLSEN, Virgínia L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2010.

PABLOS, Enriqueta Tuñón. **La Incorporación de las Mujeres a la Vida Política Nacional**. In: Cámara de Diputados, Congreso de la Unión LIX Legislatura. México, 2002, p. 21-43.

PALMA, Esperanza. Candidaturas femeninas y reclutamiento legislativo en México: el impacto de las cuotas de género en la composición de la LXI legislatura. In: SERRET, Estela (coord.). **Democracia y Ciudadanía: perspectivas críticas feministas**. México, Suprema Corte de Justicia de la Nación, 2012, p. 121-145.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi**. v. 12, n. 22, p. 270-283, jan./jun. 2011.

_____. O Feminismo de “Segunda Onda” - Corpo, prazer e trabalho. PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEREIRA, Rodrigo Rodrigues; DANIEL, Teofilo Tostes. **O Voto Feminino no Brasil**. In: Ministério Público Federal. Procuradoria Regional da República 3ª Região. 2009, p. 01-09.

PHILLIPS, Anne. **Gênero y Teoria Democrática** (1991). Tradução de Isabel Vericat. Instituto de Investigaciones Sociales, Programa Universitario de Estudios de Género, UNAM, México: Filipinas, 1996.

_____. **De uma política de ideias a uma política de presença?** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 09, n. 1, p. 268-290, 2001.

PINAFI, Tânia. **Violência Contra a Mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. *Histórica* – revista on line do Arquivo Público de São Paulo, São Paulo, ano 3, n. 21, p. 17-25, 2007.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política. Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte**. Série Documentos, Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. IFCH/UNICAMP, Textos Didáticos, n. 48, 2002.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Proj. História. Tradução de Maria Therezinha Janine Ribeiro. São Paulo (14), fev. 1997, p. 25-39.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, p. 33-52, 2012.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de Gênero, Democracia Paritária e Inclusão Política das Mulheres. **Gênero na Amazônia**, v. 4, p. 15-35, 2013.

RODRIGUES, Almira. **Mulher e Democracia**. In: Fragmentos de Cultura – Instituto de Filosofia e Teologia/Sociedade Goiana de Cultura/Universidade Católica de Goiás, Goiânia, v. 15, n. 7, jul. 2005.

RODRÍGUEZ, Elena Simón. **Democracia Vital. Mulheres e homens para a cidadania plena**. Madrid: Edições Nancea, 2002.

ROMANO, Jorge O. Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza. In: ROMANO, Jorge O. e ANTUNES, Marta (org.). **Empoderamento direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002, p. 09-20.

SALGADO, Martha Castañeda. **Metodología de la investigación feminista**. Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM. México, 2008, p. 01-134

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. **História Oral** - Revista da Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 09-42, jan-jun 2005.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Eneida Canêdo Guimarães dos. Mulheres na Política, presença mudancista no país. **Revista Presença da Mulher**, São Paulo, ano XXV, n. 62, p. 29-40, 2012.

SANTOS, Maria Cecilia Mac Dowel dos. Quem pode falar, onde e como? Uma conversa “não inocente” com Donna Haraway. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 43-72, 1995.

SCOTT, Joan W. Perguntas no respondidas. **Debate Feminista**, Programa Universitário de Estudios de Género – PUEG/UNAM, ano 20, v. 40, out. 2009.

_____. Desconstruir Igualdad-versus-diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el feminismo. **Feminária**, Buenos Aires, Ano VII, n. 13, nov. 1994.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, p. 71–99, 1995.

_____. Experiencia. Tradução de Moisés Silva. **La Ventana**, n. 13, p. 42-73, 2001.

SERRET, Estela. Las bases androcráticas de la democracia moderna. In: SERRET, Estela (coord.). **Democracia y Ciudadanía: perspectivas críticas feministas**. Suprema Corte de Justicia da Nação, México: Fontamara, 2012, p. 01-22.

SOIHET, Rachel. Movimento de Mulheres – A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana (orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 218-237.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e classe. In: COSTA, Albertina; ÁVILA Maria Betânia; SOARES, Vera; FERREIRA, Verônica. **Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**. Recife: SOS Corpo, 2010, p. 57-65.

SOUZA, Marcius F. B. de. **A participação das mulheres na elaboração da Constituição de 1988**. 2006, p. 01-13. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/outras-publicacoes/volume-i-constituicao-de-1988/principios-e-direitos-fundamentais-a-participacao-das-mulheres-na-elaboracao-da-constituicao-de-1988>>. Acesso em: 29 mar. 2014.

TARRÉS, María Luisa. Participación política de las mujeres en el México contemporáneo, 1980-2000. In: RANDALL, Laura (coord.). **Reinventar México: estructuras en proceso de cambio: perspectiva política, social y económica**. México: Siglo XXI, 2006, p. 415-432.

_____. ¿Una ecuación injusta o un mal cálculo político? La movilización de las mexicanas por la democracia a fines del siglo xx y su magra representación en el sistema político. In: CEJAS, Mónica (coord.). **Igualdad de género y participación política** – Chile, China, Egipto, Liberia, México y Sudáfrica. México, El Colegio de México, Centro de Estudios de Asia y Africa, 2008, p. 93-120.

TÉLLEZ, Josefina Hernández. Los derechos de las mujeres, su status como ciudadanas y su representación legislativa. In: GARCIA, Maria Aidé Hernández y ALONSO, Jesús Alberto Rodríguez (coords). **Entre guijarros: avances y retrocesos de la participación política de las mujeres en México**. México: Porrúa, 2013, p. 51-70.

VELHO, Gilberto. Observando o Familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (org.). **A Aventura Sociológica** – objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VIDAL, Fernanda. El papel de la mujer en la conformación del aparato gubernamental: una mirada a partir de **las reformas electorales en materia de equidad de género**. In: MARÍ, María Luisa González y LÓPEZ, Patricia Rodríguez. **Límites y desigualdades en el empoderamiento de las mujeres en el PAN, PRI y PRD**. México, Porrúa, 2008, p. 63-76.

ZÚÑIGA, María del Rosario Varela. A 10 años de la cuota de género en el estado de Coahuila: del desencanto a la incertidumbre pasando por la esperanza. In: GARCIA, Maria Aidé Hernández y ALONSO, Jesús Alberto Rodríguez (coords). **Entre guijarros: avances y retrocesos de la participación política de las mujeres en México**. México, Porrúa, 2013, p. 131-154.

ANEXO I

Roteiro de entrevista às ex-vereadoras de Florianópolis

Entrevistada: _____

Data: ____/____/____ Horário: das _____ às _____

Local: _____

1 – Gostaria de iniciar nossa conversa pedindo que fale um pouco sobre sua infância, onde nasceu, tipo de trabalho/ atividades exercidas pelos integrantes de sua família e como você veio morar em Florianópolis

2 - A partir de que idade passou a ter interesse por política? Teve algum fato significativo que marcou o início da sua trajetória política? Em quais circunstâncias e em que contexto tomou a decisão de se candidatar a vereadora?

- Teve alguma pessoa de sua familiar, familiares teus que já faziam política partidária e que te inspiraram a começar a atuação sua na política?

- Me conte um pouco sobre o casamento/companheiro na época de campanha ou de vereadora... já era casada, com filhos/filhas? Como era a vida familiar naquela época?

3 – Seu primeiro mandato parlamentar foi como vereadora de Florianópolis. Olhando pra trás, qual era o cenário político em Florianópolis na época em foi eleita?

4 – Durante a sua primeira campanha eleitoral, quais foram os grupos ou frentes que se destacaram no apoio a sua candidatura? Como foi a sua campanha eleitoral ?

5 – Como foi a experiência de seu “mandato” enquanto uma “vereadora mulher”?

6 – Como era composta sua equipe de assessoria parlamentar? Havia pessoas responsáveis por áreas diferentes? Se sim, lembre quais eram essas áreas?

7 – Quais eram as linhas/frentes prioritárias de seu mandato de vereadora?

- Em seu mandato, na sua atuação política, como foi o envolvimento com as questões com grupos de mulheres, clubes de mães, atividades ou eventos? Fale um pouco sobre isso se você não se importar.

8 – Como você avalia a participação do seu Partido Político naquela época, desde o lançamento de sua candidatura até as ações do seu mandato? O Partido apoiava, contribuía, defendia, assumia a sua candidatura como algo do Partido?

9 – Durante sua campanha eleitoral e mandato de vereadora, teve alguma situação em que você se sentiu discriminada (pelo fato de ser mulher)? Se sim, fale sobre isso.

10 – Na sua opinião, quais as principais dificuldades no seu mandato de vereadora?

11 - Houve em algum momento de sua trajetória política uma aproximação de grupos ou movimentos de mulheres?

12 – Teve em seu mandato de vereadora alguma participação organizada de mulheres?

13 – Em sua trajetória política houve, de alguma forma, iniciativas para atender as demandas das mulheres? Se sim, quais?

14 - Em seu mandato de vereadora aqui em Florianópolis você lembra de ações que foram desenvolvidas para contribuir com políticas públicas específicas para mulheres?

15 – Fale um pouco sobre como você vê o feminismo, o que você pensa desse movimento, dessas mulheres, das questões levantadas por esse movimento.

16 – na época em você foi vereadora JÁ SE FALAVA EM FEMINISMO? O feminismo já fazia parte do contexto mais geral?

17 – Na sua opinião, por que Florianópolis teve tão poucas mulheres vereadoras? O que acha disso, desse contexto, de hoje inclusive não ter nenhuma mulher vereadora?

18 – Haveria estratégias para eleger mais mulheres que já lhe vieram em mente?

19 – O que você pensa sobre a Lei de Cotas pra mulheres na política no Brasil?

20 – E sobre a Lei de Cotas que reserva uma quantia de cadeiras no parlamento para mulheres, como na Argentina?

21 – Existe um debate atual no Congresso Nacional sobre uma possível reforma política. Qual sua opinião sobre a proposta de Lista Fechada com alternância de sexo?

22 – Por quais motivos, na sua visão, as mulheres ainda participam muito menos das direções partidárias e/ou como candidatas a espaços de decisões políticas como o parlamento e executivo?

23 – Em sua opinião, o fato de ser mulher dificultou de alguma maneira sua atuação parlamentar ou afetou algum momento de sua trajetória política?

24 – Como reagiram as pessoas de sua família quando souberam que você seria candidata a vereadora naquela época? Seus familiares se envolveram, participaram, ajudaram na campanhas eleitoral? Como era isso?

25 – Como foi o envolvimento de seu marido/companheiro naquela época em sua campanha de vereadora?

26 – Durante sua campanha eleitoral, como era o cotidiano das tarefas domésticas da casa, com as crianças e a campanha em si, a rotina da campanha? Fale um pouco como era.

27 – Você mãe! Como era a maternidade, o cuidado com as crianças no dia a dia da sua atuação política como vereadora?

28 – Depois de todo esse seu percurso, como você avalia sua trajetória política?

Planos para o futuro...

E, para encerrar, algo que queira complementar ainda...